



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

VITÓRIA CORRÊA LOPES WOHLGEMUTH

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**PERCEPÇÕES DE CRIANÇAS SOBRE A MEDIAÇÃO PARENTAL EM
SUAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS**

Brasília

2022

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

VITÓRIA CORRÊA LOPES WOHLGEMUTH

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**PERCEPÇÕES DE CRIANÇAS SOBRE A MEDIAÇÃO PARENTAL EM
SUAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Linha de pesquisa: Comunicação e Mediação da Informação

Professora Orientadora: Prof^a Dr^a Ivette Kafure Muñoz

Brasília

2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

CWW846p
p
Corrêa Lopes Wohlgemuth, Vitória
Percepções de Crianças Sobre a Mediação Parental em suas
Práticas Informacionais / Vitória Corrêa Lopes Wohlgemuth;
orientador Ivette Kafure Muñoz. -- Brasília, 2022.
221 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Ciência da Informação)
-- Universidade de Brasília, 2022.

1. Criança. 2. Internet. 3. Mediação Parental. 4. Estudo
de Usuários. 5. Práticas Informacionais. I. Kafure Muñoz,
Ivette, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: “ Percepções de Crianças sobre a Mediação Parental em suas Práticas Informacionais ”

Autor (a): Vitória Corrêa Lopes Wohlgemuth

Área de concentração: Gestão da Informação

Linha de pesquisa: Comunicação e Mediação da Informação

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade em Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de **MESTRE** em Ciência da Informação.

Dissertação aprovada em: 04 de maio 2022.

Presidente (UnB/PPGCINF): Ivette Kafure Muñoz

Membro Externo (UnB/ FE): Fátima Lucília Vidal Rodrigues

Membro Interno (UnB/PPGCINF): Cláudio Gottschalg Duque

Suplente (UnB/PPGCINF): Rodrigo Rabello da Silva

Em 04/04/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Ivette Kafure Munoz, Membro do Colegiado da Pós-Graduação da Faculdade de Ciência da Informação**, em 13/05/2022, às 09:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Gottschalg Duque, Pesquisador(a) Colaborador(a) Pleno(a) da Faculdade de Ciência da Informação**, em 18/05/2022, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Fatima Lucilia Vidal Rodrigues, Professor(a) de Magistério Superior do Departamento de Teoria e Fundamentos da Faculdade de Educação**, em 20/05/2022, às 12:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7931830** e o código CRC **4AF221AA**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais João Carlos e Maria da Graça, por todo o incentivo, carinho, conselhos, auxílio e paciência nesses anos.

À minha irmã Anne, por ser minha fonte inspiração para a realização de uma pesquisa com crianças, além de todas às vezes que disse que eu conseguiria terminar o trabalho.

À querida professora Ivette, por todo o carinho, humanidade, disposição, paciência, cuidado e orientação nesse mestrado.

Agradeço aos professores Murilo e Fátima, pelas contribuições fundamentais na etapa do relatório intermediário.

Aos professores e colegas do curso de Ciência da Informação, por todo o aprendizado e cooperação que tivemos nesses dois anos.

A todos do PPGCINF, pelos auxílios e disposição.

À Brenda Parmeggiani, por ter me iniciado no mundo da academia durante a graduação e pelas aulas dadas na FAC, me incentivando a seguir para o mestrado.

Agradeço aos meus amigos, que são a minha família do coração, pelo carinho, incentivo e apoio durante este longo processo de pesquisa. Em especial à Maya Macario e Lorena Lacombe, pelo encorajamento, auxílios e pelas risadas e desabafos nas madrugadas.

À Adriana Wohlgemuth e Hannah Danciger, que com muito carinho leram e corrigiram minha dissertação, dando suas opiniões e orientações.

Um agradecimento especial para todas as crianças que aceitaram participar e me forneceram não só entrevistas, como também momentos valiosos.

Também agradeço aos pais e responsáveis, que tão gentilmente concordaram na participação de seus filhos e por suas próprias contribuições ao estudo.

À Capes, pelo apoio financeiro.

Muito obrigada.

RESUMO

As tecnologias de informação e comunicação se apresentam como instrumento indispensável em praticamente todos os processos, sejam econômicos, sociais ou culturais. Além dos adultos, as crianças são usuários presentes na internet, não só como consumidoras de conteúdo, mas também como desenvolvedoras e participativas. Para elas, acessar, buscar e produzir informações digitais por meio de jogos, músicas, vídeos e filmes tornou-se uma das principais fontes de entretenimento, meios de estudar e de se relacionar com amigos e família. Diante do aumento da interação com a internet por crianças e dos possíveis riscos existentes, os pais e responsáveis utilizam diferentes meios de ferramentas, denominadas de mediação parental, com intuito de monitorar e controlar o acesso das crianças às tecnologias. A partir disso, esse estudo tem por objetivo compreender a percepção de crianças de 8 a 12 anos sobre o controle parental realizado sobre suas práticas informacionais. Com intuito de alcançar o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: (1) apresentar o conceito de criança e infâncias; (2) identificar as práticas informacionais do público estudado; (3) compreender o que é e como funciona a mediação parental; (4) verificar se as crianças aprovam ou não que suas práticas informacionais sofram mediação por seus responsáveis. Os procedimentos metodológicos baseiam-se no levantamento bibliográfico, metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo e no estudo comparativo para analisar as informações reunidas pela coleta de dados, realizada por meio de entrevistas com crianças e questionários online com adultos, residentes no Distrito Federal. Compreende-se que a pandemia iniciada em 2020 influenciou muito na proporção de controle que os pais realizam: ou eles diminuíram a mediação, ou aumentaram na mesma proporção que cresceu o uso e consumo infantil de internet. Pode-se concluir que as crianças entendem que é necessário que adultos realizem a mediação e ainda dizem que se sentem mais seguras quando eles o fazem, mas afirmaram que gostariam de ter maior liberdade para acessar diferentes conteúdos — ao contrário do pensamento dos pais, que elas não querem ser controladas. Ademais, as crianças afirmaram que sabem que a internet possui malefícios, mas que ela é essencial para a realização de suas atividades e principal fonte de informações e entretenimento. Elas afirmaram que consomem conteúdo criado por outras crianças e que alguns dos responsáveis já sugeriram que se criasse um canal em sites como o Youtube, para produzir e publicar vídeos. Ademais, ainda reclamaram que os pais usam a internet excessivamente e nunca se desconectam, embora controlem o acesso e restrinjam o tempo de uso dos filhos, situação que as crianças julgam ser injusta. Devido a isso, acreditam que seria interessante haver regras de restrição para os adultos, mas apenas nos momentos em que eles não estão trabalhando. Notou-se também que embora os pais mediem as práticas informacionais das crianças, há pouco diálogo sobre o assunto e às vezes o motivo de tal regra existir nunca é explicado à criança, apenas imposta. Ao final, conclui-se que as conversas são importantes para que as crianças possam ter compreensão total dos riscos e benefícios da internet e para que opinem suas percepções, gerando assim discussões oriundas, que são passo necessário para o desenvolvimento de usuários conscientes sobre o uso das tecnologias da informação.

Palavras-Chave: Criança; Internet; Mediação Parental; Estudo de Usuários; Práticas Informacionais.

ABSTRACT

Information and communication technologies are an indispensable tool in practically all processes, whether economic, social, or cultural. Besides the adults, children are present users on the Internet, not only as consumers of content, but also as developers and participants. For them, accessing, searching, and producing digital information through games, music, videos, and movies has become one of the main sources of entertainment, studying, and relating to friends and family. In view of the increased interaction with the internet by children and the possible risks, parents and guardians use different means of tools, called parental mediation, to monitor and control children's access to technologies. On that basis, this study aims to understand the perception of children aged 8 to 12 years old about parental control over their informational practices. With the intention of reaching the general objective, the following specific objectives were established: (1) present the concept of children and childhoods; (2) identify the informational practices of the studied public; (3) understand what parental mediation is and how it works; (4) verify if the children approve or not that their informational practices are mediated by those responsible for them. The methodological procedures are based on a bibliographic survey, Collective Subject Discourse methodology, and a comparative study to analyze the information gathered by data collection, carried out through interviews with children and online questionnaires with adults, residents of the Federal District. It is understood that the pandemic that started in 2020, has greatly influenced the proportion of control that parents perform: either they decreased mediation, or increased in the same proportion that the children's use and consumption of internet has grown. It can be concluded that children understand that it is necessary for adults to do the mediation, and they also say that they feel safer when they do it, but they stated that they would like to have more freedom to access different contents - contrary to their parents' thought, that they don't want to be controlled. Furthermore, the children said that they know that the internet is harmful, but that it is essential for their activities and the main source of information and entertainment. They said that they consume content created by other children, and that some of their parents have already suggested that they create a channel on sites like YouTube to produce and publish videos. Moreover, they also complained that parents use the Internet excessively and never disconnect, although they control access and restrict the time their children use it, a situation that the children believe is unfair. Because of this, they believe that it would be interesting to have restriction rules for adults, but only at times when they are not working. It was also noticed that although parents mediate the children's informational practices, there is little dialogue on the subject, and sometimes the reason for the existence of such a rule is never explained to the child, only imposed. In the end, it is concluded that conversations are important so that children can have a full understanding of the risks and benefits of the internet, and so that they can give their opinions, thus generating discussions that are a necessary step towards the development of conscious users of information technology.

Keywords: Child; Internet; Parental Mediation; User Study; Informational Practices.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Suporte de <i>tablet</i> para carrinho infantil.....	53
Figura 2 – Página inicial do canal Crescendo com Luluca.....	58
Figura 3 – Produtos licenciados da Youtuber Luluca.....	59
Figura 4– Página inicial do canal <i>Ryan's World</i>	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Por que os pais emprestam seu <i>smartphone</i> ao filho(a)?.....	51
Gráfico 2 – Aulas <i>online</i> durante a pandemia por tipo de escola.....	75
Gráfico 3 – Crianças e adolescentes, por orientação recebida para o uso da internet.....	81
Gráfico 4 – Controle dos pais.....	83
Gráfico 5 – Atividades realizadas na internet – Multimídia.....	89
Gráfico 6 – Por que você não deixa seu filho(a) usar <i>smartphone</i> ?	122
Gráfico 7 – Acesso infantil ao <i>smartphone</i> por faixa etária	123
Gráfico 8 – Quem mais influencia as crianças a quererem um <i>smartphone</i> ?.....	125
Gráfico 9 – Seu filho(a) já pediu um <i>smartphone</i> de presente?	126
Gráfico 10 – Meios de acesso às aulas <i>online</i>	131
Gráfico 11 – O impacto da pandemia sobre o tempo de uso de <i>smartphone</i> pelas crianças.....	138
Gráfico 12 – Pais controlam o que os filhos fazem no aparelho?	148
Gráfico 13 – Pais usam alguma ferramenta de filtro/controle de conteúdo para crianças?.....	149
Gráfico 14 – Você estipula um limite máximo de tempo para seu filho(a) usar o seu <i>smartphone</i> por dia?	150
Gráfico 15 – Respostas questão 2.....	167
Gráfico 16 – Respostas questão 3.....	168
Gráfico 17 – Quanto tempo as crianças passam na frente da tela do <i>smartphone</i> por dia.....	169
Gráfico 18 – Você considera que seu filho(a) passa mais tempo do que deveria usando o <i>smartphone</i> ?	170
Gráfico 19 – Porque a criança tem um <i>smartphone</i>	172
Gráfico 20 – Respostas questão 6.....	173
Gráfico 21 – Respostas questão 7.....	173
Gráfico 22 – Respostas questão 11.....	180
Gráfico 23 – Respostas questão 12.....	181

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Uso de aplicativos por idade.....	54
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Métodos, técnicas e instrumentos da pesquisa.....	92
Quadro 2 – Pergunta 14: Você sempre segue essas regras?.....	108

LISTA DE SIGLAS

- ABED – Associação Brasileira de Educação à Distância
- ASCOM – Assessoria de Comunicação
- BRAPCI – Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
- CAEP – Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos da Universidade de Brasília
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEB – Câmara de Educação Básica
- CID – Classificação Internacional de Doenças
- CNE – Conselho Nacional de Educação
- CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
- CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal
- DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
- DSC – Discurso do Sujeito Coletivo
- ECH – Expressões Chave
- EDUCERE – Congresso Nacional de Educação
- ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação
- FCI – Faculdade de Ciência da Informação
- FSP – Departamento de Prática de Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública
- IAD – Instrumentos de Análise do Discurso
- IBDFAM – Comissão Nacional de Família e Tecnologia do Instituto Brasileiro de Direito de Família
- IC – Ideias Centrais
- INTERCOM – Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação
- ISTA – *Information Science and Technology Abstracts*
- LISA – *Library and Information Science Abstracts*
- MP – Ministério Público
- OE – Objetivo Específico
- OG – Objetivo Geral
- OMS – Organização Mundial da Saúde
- PPGCINF – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
- SBP – Sociedade Brasileira de Pediatria
- SciELO – Scientific Electronic Library *Online*
- TAM – Termo de Assentimento do Menor

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

UnB – Universidade de Brasília

UniCeub – Centro Universitário de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
1.1 Problema de pesquisa	19
1.2 Objetivos	19
<i>1.2.1 Objetivo Geral (OG).....</i>	<i>19</i>
<i>1.2.2 Objetivos Específicos (OE).....</i>	<i>19</i>
1.3 Justificativa.....	20
1.4 Estrutura do trabalho	21
2. ESTUDOS DE USUÁRIOS.....	22
2.1 Sociedade da Informação	23
2.2 Estudo de Usuários da Informação	28
3. CRIANÇA E INFÂNCIAS.....	32
4. CRIANÇAS NA INTERNET.....	43
4.1 Crianças como usuárias de internet	43
4.2 Crianças como atores participativos	45
4.3 Crianças consumidoras e produtoras de informação	50
4.4 Benefícios e riscos da internet para crianças.....	63
5. MEDIAÇÃO PARENTAL NAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS INFANTIS.....	68
5.1 Práticas Informacionais na internet.....	69
5.2 Da Mediação para a Mediação Parental.....	76
5.3 Interação de pais e crianças na internet.....	85
6. METODOLOGIA.....	90
6.1 Caracterização da Pesquisa.....	91
6.2 Procedimentos metodológicos	93
6.3 Pré-testes	95

6.3.1 <i>Pré-Teste 1</i>	95
6.3.2 <i>Pré-teste 2</i>	96
6.4 Instrumentos de Coleta	98
6.5 População e Amostra	99
6.6 Método de Análise	103
6.7 Limitações da pesquisa	108
6.8 Aspectos Éticos	109
6.8.1 <i>Riscos</i>	111
6.8.2 <i>Benefícios</i>	111
7. ANÁLISE DE DADOS	112
7.1 <i>Crianças: Resultados e análise das entrevistas</i>	112
7.2 <i>Adultos: Resultados e análise dos questionários</i>	165
7.3 <i>Diário de campo</i>	184
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	189
REFERÊNCIAS	197
APÊNDICE A	215
APÊNDICE B	217
APÊNDICE C	218
APÊNDICE D	219
APÊNDICE E	220
ANEXO 1	221

1. INTRODUÇÃO

O aumento da utilização das mídias, assim como sua importância crescente na sociedade, são aspectos de diversos estudos. O mundo se encontra perante a estrutura econômico-social conectada e anexa à tecnologia, a sociedade da informação. Nos sistemas de comunicação em rede, o acesso aos dados disponíveis no ambiente virtual facilita a construção de novos conhecimentos e, por isso, a sociedade da informação se encontra em uma escala de produção crescente. Em tal ambiente informacional, a comunicação se apresenta como item de ligação, a qual gera mais que acesso à informação pois ocasiona também o contato entre indivíduos. Maffesoli afirma que “a comunicação é que nos liga ao outro; a comunicação é o que faz a religação, é o cimento social, a cola do mundo moderno” (2008, p. 20).

A pessoa que faz uso da comunicação e das tecnologias é o usuário da informação. Ele se apresenta como o indivíduo que necessita de informação para o desenvolvimento de suas atividades (SANZ CASADO, 1994). Ou seja, usuário é qualquer indivíduo que em algum momento *necessite* de uma informação, desde uma busca, uma pergunta por um nome de rua, qual alimento irá comer (ANDRADE; ANDRADE, 2016). Os usuários adultos são alvos frequentes de pesquisas, nas quais investiga-se sobre seus hábitos de consumo, gostos, usabilidade, experiência e outros aspectos.

Historicamente, as crianças ocuparam um lugar secundário no pensamento sociológico: são consideradas atores coadjuvantes, para não dizer apenas figurantes, nas análises das tramas sociais, pois existe o costume de se privilegiar o universo empírico dos adultos para descrever as sociedades (LIMA e CUNHA, 2013). Os seus discursos que são transcritos, as suas relações que são observadas, apenas os seus conhecimentos que são requisitados e as suas opiniões que são indagadas em estudos e pesquisas. Ao final, é como se as sociedades fossem compostas apenas por indivíduos adultos e como se apenas os relatos deles fossem sociologicamente relevantes para a compreensão das sociedades (LIMA e CUNHA, 2013).

Contudo, as crianças são cada vez mais presentes como usuários nas mídias, e é claro para todos os que convivem com uma, que são ativas e participativas ao consumirem e produzirem informações digitais como jogos, música, vídeos, filmes, aplicativos e até aulas. Diante deste cenário é relevante estudá-las como usuárias de informação, primeiramente porque a sociedade não é apenas composta por indivíduos adultos e é preciso direcionar pesquisas de diferentes campos para todos os públicos existentes, e segundo porque no cotidiano infantil é quase impossível desvincular a criança das tecnologias.

Em geral, as crianças sempre estiveram a par do mundo digital e desde 2020, em virtude da pandemia de COVID-19, surgiu a necessidade de haver distanciamento social e essa imersão na internet e nas tecnologias foi impulsionada. Pode se circunscrever o usuário em um contexto sociocultural (CAPURRO, 2003) e a internet está presente no cotidiano de crianças e adolescentes, ao mesmo tempo em que constitui um espaço de interação e aprendizagem (UNICEF, 2013).

Percebe-se atualmente que elas já têm contato com o mundo tecnológico desde muito cedo, visto que existem modelos de carrinhos de bebês com suporte de celular para que a criança se distraia enquanto ali estiver. Seja por meio de *smartphones*, computador, *tablets* ou vídeo games, a utilização da internet tem se tornado cada vez mais precoce, sempre iniciada pelos pais ou responsáveis, que fazem uso dessas tecnologias para entreter ou ensinar seus filhos.

De acordo com a pesquisa TIC Kids *Online* Brasil (CETIC.BR; NIC.BR, 2020), mais de 24 milhões de crianças e adolescentes estão conectados à internet no país. Como entende Narodowski (2013, p. 26), “hoje as redes sociais fazem com que os jovens atravessem fronteiras, compartilhem músicas, vídeos, textos e muitas outras coisas [...]”. Essa alta exposição não é bem-vista por pais, educadores e médicos, pois além dos problemas físicos advindos do tempo despendido em frente ao computador, como alterações posturais, a internet oferece riscos às crianças, como a exposição a conteúdos impróprios, *cyberbullying* e a possibilidade de estabelecerem contatos com pessoas mal-intencionadas. Devido a esses fatores, entra em cena a mediação parental, como um meio dos adultos controlarem o acesso de crianças a *sites*, aplicativos, *smartphones*, computadores, a fim de protegê-las, tanto psicologicamente quanto fisicamente, dos problemas que as tecnologias podem trazer.

A mediação parental é importante, ao se pensar que uma criança não consegue identificar propriamente os riscos que o acesso indevido à internet pode trazer. A Convenção dos Direitos da Criança (ONU/UNICEF, 1990) reitera essa informação, ao declarar que é responsabilidade parental instruir, assistir, orientar e monitorar crianças e adolescentes com relação ao uso da internet, independentemente de onde ela for utilizada: na escola, na casa de amigos, na própria casa, em locais públicos, e para qualquer finalidade, até que atinjam a maioridade civil, aos 18 anos. A fim de realizar esse controle, os pais em geral optam pelos mesmos caminhos: restrição de horários para uso, bloqueio de internet, verificação constante do que a criança faz. Para isso utilizam aplicativos de bloqueio de aparelhos *smartphones* e *tablets*, além de fazer uso do Modo Parental, disponível em diversos *sites* e apps.

Dessa forma, este estudo trata dos usuários da informação, a fim de compreender e averiguar suas percepções, opiniões, necessidades, demandas, expectativas, atitudes e demais

práticas relativas ao uso da informação (CUNHA; AMARAL; DANTAS, 2015). Na Ciência da Informação, esse tipo de pesquisa tem por intuito compreender como os usuários se relacionam com as informações. O aumento do uso da internet por crianças acaba associando o surgimento ou ainda a necessidade de haver uma mediação por parte de pais e responsáveis. É comum que estudos busquem saber como os pais têm mediado o acesso à rede pelos filhos, o que é importante para a segurança das crianças. Todavia, não se pode ignorar a relevância de entender o que o elas, que são o público que sofrem a mediação, pensam sobre esta questão. Nesse sentido, é fundamental que crianças sejam ouvidas acerca dos usos e forma como lidam com o ambiente tecnológico digital. A ideia de percepção remete ao entendimento sobre as tecnologias e a tentativa de compreender a mente da criança no que diz respeito sobre esse tema.

Ademais, a pandemia de COVID-19 gerou uma série de medidas de isolamento, indicadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Aulas foram suspensas, encontros entre amigos e família impossibilitados, diante dos sistemas de *lockdown*, em que é necessário se manter em casa, saindo apenas por motivos essenciais. Todas essas razões acabaram por levar a sociedade a viver de uma forma mais conectada do que antes. Considerando esta realidade, muitos pais e mães passaram a flexibilizar o tempo dos filhos no acesso à internet, a fim de promoverem o bem-estar em tempos de confinamento e de oferecerem formas alternativas de ensino e aprendizagem. Atualmente ocorre uma inversão de valores, pois enquanto antes a internet era usada apenas nos momentos de entretenimento e diversão, agora ela possui um novo significado, sendo utilizada em aulas, cursos, atividades extracurriculares, para entrar em contato com amigos e familiares, entre outros.

Compreender qual a percepção delas sobre o tema é importante para escutar suas vozes sobre um assunto que lhes diz respeito, além de proporcionar um melhor entendimento das necessidades desses usuários, a fim de satisfazê-las do melhor modo possível, de acordo com os requisitos de cada idade e desenvolvimento. Como a geração dos nascidos depois de 2010 é completamente conectada e a pandemia gerou um choque de realidade, pois antes a internet, que por muitas vezes era usada apenas para diversão, acaba por ganhar novos significados para esse grupo, aumentando o tempo e frequência de uso, por diferentes aparelhos.

Falar em crianças, especialmente em uma sociedade que se volta principalmente para adultos, é abordar um universo muito rico em possibilidades, retenção de informação e aprendizado, o qual se apresenta repleto de comportamentos cognitivos específicos para algumas faixas etárias. A experiência delas com as tecnologias moldarão o uso dos futuros adultos e determinarão quais serão as necessidades do amanhã.

1.1 Problema de pesquisa

Os avanços das tecnologias de informação e comunicação junto com a internet acabaram por transformar o cotidiano da sociedade, já que o acesso à informação está disponível em praticamente todos os ambientes, em diferentes aparelhos como *smartphones*, *tablets* e computadores. É impensável uma vida hoje sem o suporte das tecnologias para trabalho, estudo, lazer, entretenimento, cultura e socialização. Para as crianças, acessar, buscar e produzir informações digitais por meio de jogos, músicas, vídeos e filmes, tornou-se uma das principais fontes de entretenimento, meios de estudar e de se relacionar com amigos e família.

Diante do aumento da interação com a internet por crianças e os riscos relacionados, os pais e responsáveis têm utilizado diversas ferramentas denominadas de mediação parental, com intuito de monitorar e controlar o seu acesso às tecnologias. Entender esse cenário, a partir do ponto de vista das crianças, é relevante uma vez que elas ainda estão no processo de desenvolvimento e amadurecimento de opiniões. Neste contexto, a pesquisa centra-se na construção da resposta à seguinte indagação: quais as percepções que as crianças têm sobre a mediação que seus pais realizam em suas práticas informacionais na internet?

1.2 Objetivos

Diante do aumento da interação com a internet por crianças e dos possíveis riscos existentes, os pais e responsáveis utilizam diferentes meios de ferramentas, denominadas de mediação parental, com intuito de monitorar e controlar o acesso das crianças às tecnologias. A partir disso, com intuito de se compreender o tema e resolver o problema de pesquisa, foram definidos os seguintes objetivos de pesquisa.

1.2.1 Objetivo Geral (OG)

Compreender a percepção das crianças de 8 a 12 anos sobre o controle parental realizado nas suas práticas informacionais na internet.

1.2.2 Objetivos Específicos (OE)

Com intuito de tentar alcançar o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- OE1: Apresentar o conceito de criança e infância;
- OE2: Identificar as práticas informacionais do público estudado;
- OE3: Compreender o que é e como funciona a mediação parental;
- OE4: Verificar se as crianças aprovam ou não que suas práticas informacionais sofram mediação por seus responsáveis.

1.3 Justificativa

A Ciência da Informação busca estudar a informação a partir dos domínios de conhecimento de cada comunidade, levando em consideração a sua estrutura, as suas formas de linguagem, os seus sistemas de informação e os seus critérios de relevância (HJØRLAND, 2002). A partir disso, é preciso incluir os sujeitos nos estudos sobre a informação, além de ser necessário abordar as suas interações cotidianas, formas de expressão, linguagem, ritos e processos sociais (ARAÚJO, 2003).

Torna-se evidente a necessidade de se conhecer o usuário da informação, de saber quais os contextos sociais e culturais em que estão inseridos e como lidam com a informação. As novas tecnologias alteraram a forma como as pessoas vivem e se relacionam, num cenário de consumo de informação e conteúdos por meio das tecnologias da informação e comunicação. Assim, o aumento do uso de internet por crianças, quando associado à existência e necessidade de uma mediação parental, gera questionamentos. Como os pais vêm mediando o acesso dos filhos? O que as crianças pensam sobre isso? Existe diálogo sobre o assunto? Elas aprovam ou desaprovam? O contexto dessas indagações e a atualidade dessa realidade indicam a necessidade de realização de pesquisas que contemplem tal temática.

Haddon (2015) afirma que pouca teoria sobre mediação parental é apoiada nas perspectivas e percepção das crianças, ao passo que é necessário compreender o seu direito a serem ouvidas em assuntos que lhes dizem respeito e que utilizam em todos os dias de suas vidas. Ainda, para Marita Redin (2007), a criança não chega a ser ouvida nos estudos que a investiga em um mundo tão complexo que vivemos atualmente. Tal situação leva à justificativa da realização deste estudo em razão da sua relevância, tanto ao campo da Ciência da Informação e da Comunicação, quanto ao entendimento sociocultural sobre a relação entre crianças e tecnologias a partir do ponto de vista delas.

A contribuição central deste estudo consiste em demonstrar como aqueles com menos de 12 anos percebem e refletem sobre a mediação parental, partindo de suas próprias opiniões, para depois compará-las com as opiniões de adultos. Deve-se chamar a atenção para o fato de

que as crianças têm os próprios interesses, expectativas e experiências ao utilizarem a internet, compreendem o que seria o controle parental e não só têm opiniões próprias sobre o assunto, como sabem como burlá-lo, embora nem sempre o façam. Neste sentido, entende-se que ver a criança com o olhar direcionado para suas reais necessidades e torná-la um ser de direitos é, na verdade, uma construção social, relevante em todos os momentos.

Nesse contexto, é fundamental que crianças e adolescentes sejam ouvidos acerca dos usos que eles fazem da Internet e sobre a forma como lidam com os riscos e oportunidades no ambiente digital (CETIC.BR; NIC.BR, 2020). É possível considerar que a maior frequência de estudos está relacionada com a tentativa de verificar prioritariamente a eficácia dos diferentes modelos de mediação na prevenção de riscos, e não com a compreensão do pensamento e opinião desses usuários. Diferentes pesquisadores da infância (ROSEMBERG, 1985; KRAMER, 2003; ROCHA, 2004) trouxeram ao campo de estudos brasileiro um movimento para incluir crianças nos processos de pesquisa, com intuito de superar a antiga concepção de que elas são imaturas e inexperientes, principalmente quando comparadas com um adulto. Assim, pesquisar a partir do ponto de vista delas é o objetivo de uma frente de pesquisas que vem utilizando as entrevistas com crianças (AMARAL, 2009).

Crianças interagem no mundo adulto porque negociam, compartilham e criam culturas, necessitamos pensar em metodologias que realmente tenham como foco suas vozes, olhares, experiências e pontos de vista (DELGADO; MÜLLER, 2005). Por fim, essa dissertação de mestrado busca trazer uma interlocução teórica de aproximação entre o campo da educação e sociologia das infâncias, com um viés de originalidade na Ciência da Informação.

1.4 Estrutura do trabalho

A pesquisa situa-se no âmbito da Ciência da Informação e envolve uma abordagem interdisciplinar, a partir do uso de conceitos provenientes de diferentes áreas, como Comunicação, Psicologia, Sociologia da Infância e Educação. A interdisciplinaridade, característica que muitos autores defendem como sendo pertencente à Ciência da Informação, une conceitos, ferramentas e resultados da análise de diferentes disciplinas. Assim, a interdisciplinaridade troca, coopera, compartilha e integra disciplinas de áreas do conhecimento de maneira crítica (SARACEVIC, 1995). Bem como trabalha com a integração, conexão e interação entre diferentes conhecimentos, por meio do intercâmbio mútuo e integração recíproca, entre disciplinas ou entre setores heterogêneos da mesma ciência, o que permite um enriquecimento mútuo (PIAGET, 1977).

Saracevic (1995) retoma esses pensamentos, pois afirma que a Ciência da Informação, um campo voltado à pesquisa científica e à prática profissional, é definida pelos problemas que apresenta e pelos métodos que escolhe para resolvê-los, tratando de problemas da comunicação dos conhecimentos. Segundo o autor, embora a área seja interdisciplinar por natureza, essa relação com outras disciplinas vem mudando, principalmente por estar conectada à tecnologia, que sofre constantes transformações.

No presente Capítulo 1, a pesquisa é introduzida, o tema é abordado com um olhar mais geral e são apresentados o objetivo geral e específicos. Em seguida, nos capítulos 2, 3, 4 e 5 são apresentados os capítulos do referencial teórico, abordando estudo de usuários, apresentação de definições de crianças e infância, práticas informacionais de crianças na internet e mediação parental nas práticas informacionais, respectivamente. Por conseguinte, o capítulo 6 apresenta a metodologia utilizada, em que a pesquisa é caracterizada e são indicados os procedimentos metodológicos utilizados, como instrumentos de coleta, população, amostra e finalmente o método de análise utilizado. Ainda, se abordam-se questões éticas, como riscos e benefícios que o estudo proporciona aos participantes. O capítulo 7 traz as análise de dados assim como o diário de campo e finalmente, são apresentadas as considerações finais no capítulo 8, o qual são feitas as conclusões sobre a pesquisa.

2. ESTUDOS DE USUÁRIOS

Na Ciência da Informação, pesquisas sobre usuários tem por intuito compreender como eles se relacionam com as informações. Dessa forma, é preciso buscar o entendimento sobre o papel da comunicação para esse público, em seus direitos para a cidadania, em sua representação e afirmação como atores sociais ativos, como usuários. Durante muito tempo a Ciência da Informação deu maior foco nos sistemas e na análise quantitativa das informações e dados, mas, se apresenta como uma ciência social e humana, dotada de um objeto de estudo complexo.

Tal fenômeno também ocorre nos estudos de usuários, pois tão importante quanto estudar o objeto informação é o estudo daqueles que a utilizam cuja evolução se faz sentir no curso do tempo (MATTA, 2010). É o foco da área estudar características e necessidades dos usuários, tanto gerais quanto dos processos de busca e uso da informação, analisando-as e estruturando-as, para que sejam plenamente desenvolvidos os produtos e serviços de informação. A seguir, serão trabalhados conceitos de Sociedade da informação e posteriormente, sobre os estudos de usuários da informação.

2.1 Sociedade da Informação

Com a grande quantidade de tecnologias que possibilitam a transmissão e produção de informação, tem-se um cenário em que a todo o momento as pessoas têm em uso uma rede de conexão em forma de tela, seja um celular ou um computador. Essa realidade, altamente conectada, acabou por modificar as interações entre as pessoas e com o mundo, bem como por trazer desafios e mudanças nas relações sociais. A era digital mudou completamente os paradigmas da comunicação. O que antes era feito por carta, telefone, rádio, jornais e revistas impressos, agora se faz principalmente pelos meios digitais e redes sociais, no ciberespaço, definido como o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores (LÉVY, 2010) e deixou de estar presente somente em casa ou escolas, passando a estar na palma da mão em aplicativos como Facebook, *LinkedIn*, Instagram, Twitter, WhatsApp e tantos outros que se tornaram o meio de comunicação oficial de uma grande parte da população mundial.

Por meio destes, as pessoas interagem em tempo real e, rapidamente, podem saber de tudo que está acontecendo no mundo. Se por um lado isso é muito bom para toda a sociedade, por outro, pode trazer sérios problemas àqueles que não estão preparados, ou que estão se preparando para essa nova forma de se comunicar. Ao passo que se socializa por meio da tecnologia, armazenar, processar e disseminar informações são as metas básicas do sistema. A TV, a internet, aplicativos e *smartphones* são responsáveis pelo advento dessa vigente sociedade, que ainda hoje se encontra em transformação.

Nesse sistema social, a informação passa a ser utilizada como recurso econômico, produzida, explorada e vendida pela indústria em que a sociedade se baseia. É a chamada sociedade da informação, que tenta explicar o mundo contemporâneo, devido à sua relevância nos sistemas tecnológico, comercial, econômico e social (KARVALICS, 2007). Esta foi, primordialmente, possibilitada a partir do desenvolvimento de infraestrutura e tecnologias, sendo que essa alta tecnológica contribuiu para um novo momento social, que sofre impactos em praticamente tudo aquilo que é interligado, o que acaba por modificar a realidade do mundo. Assim, a sociedade da informação se refere ao modo como as informações são apresentadas e expostas à comunidade, por meio das tecnologias de informação e comunicação, com proposta de ser recurso central na atividade humana.

A informação é o aspecto crucial para o estado atual da sociedade, pois seu fluxo é a chave da transformação de todos os meios, e esta transformação ocorre hoje por meio de uma conexão em que o espaço já não pode ser medido como antes. Ademais, com o avanço das tecnologias da informação está dinâmica, veloz e disponível. Na sociedade da informação, as

tecnologias de informação e comunicação (TICs) sofrem atualizações sempre que é necessário, a fim de acompanhar o crescimento da informação em formato digital (LANÇA, 2018).

Assim, a sociedade pós-moderna foi substituída pela sociedade da informação, caracterizada pelo conceito de redes e os avanços tecnológicos têm por objetivo facilitar as atividades humanas. O termo sociedade da informação gera muito debate e é um dos vários conceitos que tentam explicar o mundo contemporâneo, devido a sua relevância nos sistemas tecnológico, comercial, econômico e social. A resumindo em uma frase simples, pode-se dizer que a sociedade da informação é a nossa sociedade atual, em que a informação é acessível, produzida, comercializada e indispensável no cotidiano, inerente às relações e contextos diários (CASTELLS, 2002). É uma sociedade que se organiza em torno do conhecimento, do controle social e da gestão da informação. Basicamente, a informação é utilizada como recurso econômico, criável, reproduzível e comercializável, tendo como metas armazenar, processar e disseminar as informações.

Em geral, as teorias da sociedade da informação defendem que as tecnologias são engrandecedoras, pois permitem grandes avanços em todos os ambientes sociais, sendo assim um fator determinante do progresso social (CASTELLS, 1999). Tal situação enalteceu o ambiente corporativo, mas gerou mudanças para uma nova ordem mundial, que afeta as relações da sociedade e sua economia. As definições dadas ao termo sociedade da informação são diversas, de acordo com cada autor. Daniel Bell (1973) afirma que ela é “Uma sociedade que se organiza em torno do conhecimento no interesse do controle social e da gestão da inovação e da mudança”. Já Castells (1999) a define como:

Forma específica de organização social na qual a geração, o processamento e a transmissão de informação se convertem nas fontes fundamentais da produtividade e do poder por conta das novas condições tecnológicas surgidas neste período histórico (CASTELLS, 1999, p. 186).

Nesse sistema social, a informação passa a ser utilizada como recurso econômico, produzida, explorada e vendida pela indústria em que a sociedade se baseia (PORAT, 1977). Essa é a característica que segue ao longo dos anos e sempre é retomada pelos pesquisadores: a informação é matéria prima e as tecnologias são as fundações em que essa sociedade se apoia para transgredir (SANTOS, 2017). Assim, os efeitos das novas tecnologias são diversos porque a informação se tornou parte integrante de toda atividade humana, independentemente de a pessoa estar conectada ou não. Todos são afetados pela força que esse sistema possui, já que este trabalha a partir do constante manejo de quais caminhos a sociedade vai seguir.

Entende-se que a sociedade da informação surgiu na década de 1990 com o desenvolvimento da internet e das tecnologias da informação e comunicação, isso porque no quadro da globalização o que se visava era acelerar o desenvolvimento e estabelecimento mundial (CASTELLS, 1999). Outros termos que eram utilizados para definir a sociedade vigente são: sociedade do conhecimento e sociedade pós-industrial. O termo sociedade do conhecimento visava refletir mais sobre as dimensões sociais, culturais e políticas, não focando apenas no contexto econômico (LUKINA; SAMOKHINA, 2015). Lukina e Samokhina (2015) questionam se ela é um novo modelo ou se é apenas um avanço do modelo industrial e ainda afirmam que é necessária uma abordagem humanista para ocorrer um melhor entendimento do que é sociedade da informação e como ela se difere das outras.

Em contrapartida, o termo pós-industrial foi o mais usado antes da expressão Sociedade da informação ganhar destaque e aceite pelas áreas, pois definia o fenômeno socioeconômico que estava ocorrendo após as mudanças geradas pela Revolução Industrial, tendo em vista que indicava uma mudança na sociedade em que a revolução era do intelectual e não focada no físico (BURCH, 2006). O autor Marc Porat (1977) retoma essa declaração, ao afirmar que a diferença entre sociedade pós-industrial e da informação é que na segunda, os ganhos são maiores pela produção informacional do que pela manufatureira. Por conseguinte, ela é definida por diferentes contextos, entre eles o social, tecnológico, cultural e, claro, econômico, além de se apresentar a partir do aumento exponencial da produção, acesso e compartilhamento de dados, informações e conhecimento, a nível mundial (KARVALICS, 2007).

Segundo Castells (2002), a sociedade da informação é a pós-industrial com influências das tecnologias da informação e comunicação na economia e na sociedade. Além disso, Castells (2002) aborda o termo de sociedade em rede que conectam indivíduos e grupos sociais em torno de objetivos comuns. As redes de computadores, mediando a comunicação global, permitiram o desenvolvimento de comunidades virtuais. Desse modo, com as vozes em uníssono, forma-se uma inteligência coletiva, criada a partir das relações em rede, sendo um espaço de criação de significados a partir dos atores sociais, ou seja, todas as pessoas que são parte do sistema.

É importante citar que rede não se trata apenas da internet, mas sim um sistema de relacionamentos, o qual envolve as relações entre os atores sociais, com interações e laços moldando, assim, as estruturas sociais virtuais, compostas por pessoas e/ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações. Uma rede pode ser definida, portanto, como a soma dos atores e suas conexões (RECUERO, 2011), é como se explica:

Uma rede é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. A abordagem da rede tem seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões (RECUERO, 2011, p. 24).

Quando se inicia a entrada do mundo real no *online* são levadas, também, além das características pessoais, as relações e interações que cada um tem com os outros, ou seja, leva-se as relações sociais para dentro da internet. Ocorre então a existência das redes de relações das pessoas dentro na internet, chamadas de redes sociais, as quais são a expressão delas no ciberespaço, a partir de uma rede social de computadores (RECUERO, 2011).

Em suma, no centro dessas relações, a informação é a matéria-prima, ou seja, as tecnologias permitem que se atue e trabalhe em cima da informação. Webster (2006) afirma que é possível distinguir cinco definições de uma sociedade da informação: (1) tecnológico; (2) econômico; (3) ocupacional; (4) espacial; (5) cultural. Ela também é integrante do cotidiano do ser humano e se encontra bem fundida com questões culturais, sociais, econômicas e políticas, em termos individuais e coletivos, sendo que tais aspectos são também afetados por ela, gerando e sofrendo mudanças (WEBSTER, 2006).

Em geral, as teorias da sociedade da informação defendem que as tecnologias são engrandecedoras, pois permitem grandes avanços em todos os ambientes sociais, sendo assim um fator determinante para o progresso social. Tal situação enalteceu o ambiente corporativo, mas gerou mudanças para uma nova ordem mundial, afetando as relações da sociedade e sua economia (CASTELLS, 2002). Nesta sociedade informacional, os meios de comunicação e as tecnologias da informação são presentes e se tornaram uma extensão das pessoas. Jenkins (2008) afirma que é notável que os *smartphones* e seus aplicativos, como meios de comunicação atuais, passaram a ser uma nova ferramenta de consumo e produção de conhecimento.

Na verdade, as mídias se aprimoraram e passaram a convergir, muitas vezes em um mesmo aparelho, um mesmo meio. A convergência da tecnologia propicia as mais diversas interações entre pessoas e sistemas digitais, o que permite a criação de novos dispositivos que possibilitam a expansão ou melhoria das capacidades cognitivas, comunicativas e mercadológicas, em prol de produzir um maior bem-estar social (JENKINS, 2008).

Assim, a convergência entre diferentes tecnologias acaba por reforçar a ideia de poder de penetração das tecnologias nos indivíduos dessa sociedade. Segundo Rifkin (2000), a era da informação é chamada de era do acesso, em que ocorre a transição de uma cultura de posse para uma cultura de acesso. Ou seja, a produção de bens materiais vem perdendo lugar para a cultural, que passa a dominar o mercado de atividades econômicas, tendo em vista que o acesso

a recursos e experiências culturais têm tanta relevância quanto manter posses. Os atos de fornecer, criar e distribuir o acesso à informação estão no centro dessa economia, e fazem com que surjam momentos em que o conteúdo apresenta mais valor que os objetos (CASTELLS, 2004).

Masuda (1982) afirma que nesse contexto da sociedade da informação, as tecnologias de informação e comunicação operam como forças propulsoras ao modelarem as relações sociais, econômicas e políticas. As tecnologias de informação e comunicação, ao permitirem a manipulação de diferentes mídias, acabam por estabelecer de "uma relação mais interativa entre o sujeito cognoscente e o conhecimento" (FERREIRA, 2003, p. 38). Dessarte, entende-se que as tecnologias da comunicação e informação originaram uma revolução no cotidiano.

Lima Junior (2009, p. 97) destaca que as plataformas de mídias sociais “permitem aos usuários espaços ilimitados para armazenar ferramentas para organizar, promover e transmitir os seus pensamentos, opiniões, comportamentos e mídias para os outros”. As novas tecnologias da informação não são apenas ferramentas para serem utilizadas, mas processos que devem ser desenvolvidos (CASTELLS, 1999). Tal fato pode ser visto com as mudanças no dia a dia, em que o mundo se vê cercado e modificado por meio da convergência digital, a partir da união de diferentes tecnologias da informação, em que as barreiras físicas e de distância vêm sendo diminuídas, ao passo que o mundo se conecta por fontes de informação, conhecimento e notícias.

A partir disso, pode-se afirmar que as tecnologias são o suporte físico para que aconteça o processo de mediação de informações, as quais são, a todo momento, utilizadas pela população em geral. Thompson (2008) esclarece que as tecnologias da informação e comunicação possibilitaram a transcendência dos limites da comunicação face a face, ocasionando uma simultaneidade temporal que não depende do espaço, de forma que o distanciamento físico não impacta no distanciamento temporal. O uso intensivo e disseminado da internet, como se tem claramente hoje, acabou por alterar o comportamento da sociedade, tanto relacionado à informação, quanto às relações socioculturais.

Dessa forma, a cultura atual, associada à evolução das tecnologias da informação, é responsável pelo surgimento da cibercultura, que compreende os impactos socioculturais da microinformática (LEMOS; LÉVY 2010). O ritmo do avanço tecnológico pode ser considerado extraordinário, pois nada evoluiu tanto quanto os *softwares* e *hardwares*, a internet e os dispositivos nessas últimas décadas. Contudo, se percebe que há cada vez mais conteúdo informativo e menos significado. O indivíduo sofre e vive pelo *boom* de informações e nem

sempre percebe as amarras que isso cria no seu dia a dia, ou o quanto está imerso no mundo digital.

2.2 Estudo de Usuários da Informação

Os estudos de usuários vêm sendo consolidados como uma área de pesquisa em Ciência da Informação e tiveram dois marcos na história do uso da informação. O primeiro foi na década de 1930, a partir da necessidade de se levantar características da população da cidade de Chicago, decorrente de uma imigração em massa, e a necessidade de oferecer a estes novos moradores informações com objetivo de socialização, minimizando as diferenças políticas, sociais e culturais na nova Chicago, por meio da biblioteca *Graduate Library School da University of Chicago* (BERTI; ARAÚJO, 2017).

A Conferência da *Royal Society* de Londres em 1948, considerada como o segundo marco, foi quando se refletiu sobre questões de necessidade da busca e do uso da informação por técnicos e cientistas no contexto da guerra fria, o que gerou impacto na Ciência da Informação pelo valor da própria informação, compreendida pelos fluxos informacionais, tanto seus resultados quanto seus efeitos e estudos como esses se multiplicaram até o final da década de 1970 (BERTI; ARAÚJO, 2017). As investigações voltadas para os usuários, no início do campo, eram denominadas estudos de comunidades, estudos dos usos de informação, comportamento informacional e, posteriormente, com menor incidência, Práticas Informacionais (FERREIRA, 1995). Os termos acompanharam as diferentes formas e características de se estudar a informação sob a perspectiva dos sujeitos (FERREIRA, 1995).

No ano de 1966, a *Annual Review of Information Science and Technology* publicou a respeito dos usos e necessidades de informação, auxiliando na estruturação do campo de pesquisa (ARAÚJO, 2016). Posteriormente, o tema passou a integrar os programas de graduação e pós-graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação (ARAÚJO, 2016). Neste mesmo ano, ocorreu o primeiro *Information Seeking in Context*, evento bienal que atualmente se chama *The Information Behaviour Conference*. A partir dele, chegou-se ao consenso de três perspectivas para o estudo de usuários da informação: (1) os estudos de uso, que tiveram início na década de 1930; (2) os estudos de comportamento informacional, surgidos no final da década de 1970 e (3) os estudos das práticas informacionais, que datam de meados dos anos 1990 (ARAÚJO, 2016).

O objeto dessa área de estudo são os usuários, ou seja, todos aqueles que buscam a unidade de informação, que usam ou que utilizarão os serviços são usuários. A definição do

conceito de usuário é complexa porque ele pode ser um pesquisador que busca em uma base de dados, um indivíduo que fará uso de um serviço, um produtor de informação, uma pessoa com pouca instrução (DIAS; PIRES, 2004), ou, ainda, crianças. O conceito de estudos de usuários evoluiu junto com a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, pois não mais focaram nos materiais, mas passaram a perceber a importância do usuário com o avanço nos estudos dos aspectos cognitivos e emocionais, influenciando os processos de necessidade, busca e uso da informação (LANÇA, 2018). Sueli Amaral propôs uma definição para estudos de usuários

Um campo interdisciplinar do conhecimento que, no âmbito da Biblioteconomia e Ciência da Informação, a partir da aplicação de diferentes métodos e técnicas de pesquisa, possibilita a análise dos fenômenos sociais e humanos relacionados com os diversos aspectos e características da relação do usuário com a informação em suas ações, comportamentos e práticas informativas (AMARAL, apud CUNHA; AMARAL; DANTAS, 2015, p. 36).

É válido ressaltar que os estudos de usuários são principalmente interdisciplinares e que existem muitos motivos para realizá-los, devido à diversidade de indivíduos, unidades de informação, produtos e serviços (LANÇA, 2018). Pode-se identificar seus hábitos, conhecer os níveis de satisfação, entender o comportamento e avaliar produtos e serviços, identificando seu impacto (LANÇA, 2018). A percepção de crianças sobre a mediação parental realizada, de certa forma se enquadra como uma avaliação de seu nível de satisfação, além de identificar hábitos e comportamentos delas. Ademais, todas as pessoas, de forma individual ou coletiva, fazem uso da informação e, por isso, é essencial que ela seja acessada, pois se não é possível alcançá-la, é como se não existisse.

Assim, nos Estudos de Usuários se analisa “todos os tipos de estudos das necessidades, desejos, demandas, expectativas, atitudes, comportamentos e demais práticas no uso da informação pelo usuário” (CUNHA; AMARAL; DANTAS, 2015, p. 36). É uma pesquisa para levantar o que as pessoas necessitam em matéria de informação ou ainda se estão satisfeitas ou tendo suas necessidades atendidas adequadamente, incluindo também a investigação de como e para o que a informação é usada pelos usuários (CUNHA; CAVALCANTI, 2008).

Compreende-se que os estudos de usuários na Ciência da Informação podem ser desenvolvidos em qualquer ambiente quando se encontra o foco da pesquisa na informação e no seu uso (ANDRADE; ANDRADE, 2016), sendo necessário refletir sobre qual informação será a base da pesquisa, e mais importante ainda: para quem? (CAPURRO, 2003). Todavia, poucos são direcionados para os usuários crianças.

Apesar disso, eles buscam desvendar quais seriam as informações procuradas pelas pessoas e, posteriormente, se as suas necessidades informacionais foram atendidas, seja em uma biblioteca, em uma instituição, ou fora destas. Dessa forma, foram estabelecidos cinco objetivos dos estudos de usuários: (1) identificar hábitos e necessidades dos usuários, para que os centros de informação se tornem mais adequados para atender possíveis carências; (2) capacitar centros de informação ao atendimento de um maior número de demandas; (3) treinar os usuários, conforme seus hábitos e necessidades; (4) identificar, nos sistemas de informação, os pontos fracos passíveis de aperfeiçoamento; e (5) ampliar o conhecimento dos grupos de pesquisa, para que lhes seja fornecida com máxima eficiência toda a informação necessária (FIGUEIREDO, 1994). O que se busca, portanto, é descobrir o porquê, como e para qual finalidade os indivíduos utilizam a informação (FIGUEIREDO, 1994).

Na Ciência da Informação, pesquisas sobre usuários têm por intuito compreender como eles se relacionam com as informações. Assim é preciso buscar o entendimento sobre o papel da comunicação para esse público, em seus direitos para a cidadania, em sua representação e afirmação como atores sociais ativos, como usuários. Durante muito tempo a Ciência da Informação deu maior foco nos sistemas e na análise quantitativa das informações e dados, mas se apresenta como uma ciência social e humana, dotada de um objeto de estudo complexo. Tal fenômeno também ocorre nos estudos de usuários, pois tão importante quanto estudar o objeto informação é o estudo daqueles que a utilizam cuja evolução se faz sentir no curso do tempo (MATTA, 2010). Segundo Lança (2018, p.10)

uma vez que os usuários consigam acessar a informação e com isso resolver seus problemas, supriremos sua necessidade de informação, teremos usuários satisfeitos, auxiliando no seu desenvolvimento individual e, conseqüentemente, coletivo, pois o indivíduo bem-informado contribui para uma sociedade bem-informada e consciente. Estudos de usuários estão se tornando cada vez mais frequentes devido à enorme contribuição que representam para o planejamento e implementação de produtos e serviços

Na análise de Cunha, Amaral e Dantas (2015), tais investigações abarcam todo o conjunto de necessidades, demandas, expectativas, atitudes e demais práticas concernentes ao uso da informação pelo sujeito. Pode-se dizer que todos os seres humanos usam e interagem com a informação, a fim de realizar suas práticas sociais, sejam elas pessoais, recreativas, profissionais ou políticas. Sendo assim, as informações estão inseridas em todas as ações diárias, pois buscam-se informações cotidianamente, para realizar diversas atividades (CUNHA; AMARAL; DANTAS, 2015), as quais são essenciais para o desenvolvimento

individual e social. Esse desenvolvimento social, que também pode ser chamado de comunitário, deve ser visto como um processo educativo e formativo no qual a população local é ensinada a ser responsável participando na resolução dos problemas comuns da sociedade por meio de interações e diálogos (ANDRÉ, 2011).

Os estudos de usuários têm sido uma temática com presença significativa em estudos da Ciência da Informação por se mostrar relevante ao passo que busca identificar as necessidades informacionais dos usuários, levando em conta seus interesses, seus hábitos e sua satisfação, buscando compreendê-los melhor a fim de aperfeiçoar e entregar um serviço mais adequado e de qualidade (ALMEIDA JÚNIOR, 2007). A partir dos dados coletados, podem-se estabelecer critérios de mensuração de desempenho, sendo possível determinar a qualidade e grau de satisfação, assim como avaliar necessidades de informação e interesses sobre produtos ou serviços consumidos (ALMEIDA JÚNIOR, 2007).

Dias e Pires (2004, p. 13) reiteram essa afirmação ao destacar as razões para a realização de estudo de usuários os seguintes fatores: (1) O usuário deve ser visto como a razão fundamental dos serviços de informação; (2) Subsidiar o processo de planejamento e avaliação de sistemas de informação e a elaboração de relatórios e projetos; (3) Verificar a satisfação das necessidades dos usuários por parte do serviço de informação; (4) Conhecer a natureza e o conteúdo da informação necessitada (variável e complexa; diferentes na essência e na forma); (5) Planejar adequadamente o desenvolvimento de coleções e o compartilhamento de recursos informacionais; (6) Dimensionar a demanda futura para diminuir o nível de incerteza bibliográfica no momento da seleção do material.

No tocante aos estudos de usuários, foca-se na pessoa, centrando a atenção no comportamento humano de busca e uso da informação, com base na interação entre pessoas e as tecnologias nos diversos contextos em que interagem. Além disso, baseia-se na crença de que a informação é essencial ao funcionamento e interação das pessoas, dos grupos sociais, organizações e sociedades. Pode-se afirmar que a grande influência no campo do comportamento informacional humano foi exatamente essa mudança de um paradigma orientado para o sistema em vez de orientado para o usuário (BERTI; ARAÚJO, 2017).

Nunca houve tanta informação em circulação como atualmente, mas somente se torna funcional se for possível encontrá-la, acessá-la e entendê-la, a fim de aplicar o que for possível no nosso dia a dia. Todos os usuários possuem na comunicação a possibilidade de se afirmarem como integrantes da sociedade, a partir da sua interação com outros, assim como da sua exposição de pensamentos, sua voz e por poderem consumir os conteúdos que quiserem (MATTA, 2010).

As crianças são extremamente presentes nas mídias e desse modo, o foco não deve ser apenas nos adultos quando se aborda tecnologias, comunicação e práticas informacionais, pois assim como eles, as crianças são parte da sociedade e possuem um papel relevante perante diversos ambientes, como o familiar, escolar e social em geral. Diante deste cenário, é relevante estudá-las como usuárias de informação, considerando que no cotidiano infantil é quase impossível desvinculá-las das novas tecnologias, pois estas estão presente nos momentos educacionais, de interação social e diversão. Ressalta-se que para compreendê-las, não pode ser feito sem também buscar entender as relação com os pais, pois eles são atores sociais que possuem compreensão de seus direitos e das possibilidades que têm nos contextos comunicacionais.

3. CRIANÇA E INFÂNCIAS

De acordo com o *Estatuto da Criança e do Adolescente* (BRASIL, 1990), criança é a pessoa até os 12 anos de idade incompletos, sendo também uma forma generalizada de chamar a um menino ou a uma menina que se apresente na fase da infância, sem especificação de sexo, um ser humano na fase da infância. É de ampla relevância os estudos sobre criança e infância, tendo em mente que ambos os termos sofreram construções e reconstruções no decorrer do tempo. Existe uma diferença entre as concepções de infância e criança, sendo a primeira compreendida como uma etapa da vida da pessoa, a fase da vida que vem antes do período da adolescência, enquanto a segunda é identificada como um sujeito histórico, social e cultural, integrante ativamente da sociedade e que se relaciona com os outros. Assim, a infância é uma abstração, que se refere à determinada etapa da vida do ser humano, diferentemente do grupo de pessoas identificado pela palavra criança (HEYWOOD, 2004). Ao longo desse capítulo, se tratará as definições dos conceitos de criança e infância, além da questão de suas representações sociais

Piaget (1977) afirma que criança é um indivíduo que aprende construindo e reconstruindo o seu pensamento por meio da assimilação e acomodação das suas estruturas. A infância é vista como um período de insignificância, pois na mentalidade da maioria dos adultos, a criança é um ser que pouco ou nada tem a dizer (REDIN, 2007). A criança tem papel ativo no seu processo de socialização e, por meio das interações sociais, significa e interpreta o mundo, mas também cria expectativas frente ao mundo e sua expressão é percebida na medida em que a sociedade volta o seu olhar para esse período da vida (CORSARO, 2011). O conceito

de infância é intimamente relacionado às elaborações feitas em certos contextos culturais, tendo sua história, sua inscrição e as suas associações a estes ligados (DUHART, 2020).

É relevante lembrar que ao longo do período histórico, os conceitos de criança e infância sempre deram margem para discussões, tanto no âmbito educacional, como no econômico e no social. Hoje, a criança é considerada um indivíduo com direitos e que possui singularidades, mas estudos aprofundados para se conhecer crianças mais a fundo e suas características, surgiram principalmente a partir do século XX (FONTANA; CRUZ, 1997). Esse movimento ocorreu devido à educação, considerando a escolarização das crianças e com o desenvolvimento de uma pedagogia específica para o grupo. Antes, a criança era considerada pela sociedade como um adulto em potencial, imerso no mundo com objetivo de se tornarem no futuro adultos funcionais. Segundo Philippe Ariès (1978), na sociedade medieval o sentimento da infância não existia, ou seja, não havia correspondência à consciência da particularidade infantil, essa tal que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa indeterminação da idade se estendia a qualquer atividade social, incluindo jogos, brincadeiras, profissões e armas (ARIÈS, 1978).

Assim, as crianças pequenas, que eram frágeis e não conseguiam se misturar na vida dos adultos não eram consideradas (ARIÈS, 1978). Já desde o século XIV, ocorria uma nova tendência na arte, na iconografia e na parte religiosa de cultuar os mortos, a de dar uma personalidade que se admitia existir nas crianças a partir de um sentido poético, em retratos de meninas e meninos (ARIÈS, 1978). Nas classes altas, essa foi uma forma de distinguir as crianças dos adultos. Ademais, os moralistas e os educadores do século XVII partilhavam de uma surgente repugnância pela suposta paparicação, uma atenção que se dispensava então aos mais jovens e que poderia deixá-las mimadas (ARIÈS, 1978), é como se observa no trecho a seguir:

Essa irritação é a base da hostilidade de Montaigne: “Não posso conceber essa paixão que faz com que as pessoas beijem as crianças recém-nascidas, que não têm ainda nem movimento na alma, nem forma reconhecível no corpo pela qual se possam tornar amáveis, e nunca permiti de boa vontade que elas fossem alimentadas na minha frente.” Ele não admite a ideia de se amar as crianças “como passatempo, como se fossem macacos”, nem de se achar graça em “seus sapateados, brincadeiras e bobagens pueris”. É que, em torno dele, as pessoas se ocupavam demais com as crianças. (ARIÈS, 1978, p. 110).

Entre tais moralistas e educadores do século XVII é que se formou um outro sentimento, em que o apego à infância e à sua particularidade não se exprimia mais por meio da distração e

da brincadeira, mas por meio do interesse psicológico e da preocupação moral. É como explica Ariès (1978, p. 113)

O primeiro sentimento da infância — caracterizado pela “papação” — surgiu no meio familiar, na companhia das criancinhas pequenas. O segundo, ao contrário, proveio de uma fonte exterior à família: dos eclesiásticos ou dos homens da lei, raros até o século XVI, e de um maior número de moralistas no século XVII, preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes. Esses moralistas haviam-se tornado sensíveis ao fenômeno outrora negligenciado da infância, mas recusavam-se a considerar as crianças como brinquedos encantadores, pois viam nelas frágeis criaturas de Deus que era preciso ao mesmo tempo preservar e disciplinar. Esse sentimento, por sua vez, passou para a vida familiar (ARIÈS, 1978, p. 113).

O entendimento de infância proposto por Ariès, era visto também durante o Brasil Colônia, mas somente à criança branca de classe alta, pois crianças escravas, indígenas e pobres recebiam tratamentos distintos da sociedade (SANTOS, 2007). Abaixo, seguem as diferenças de tratamento entre as várias crianças brasileiras da época, segundo Adriza Barbosa e João Santos, no artigo “Infância ou infâncias?” publicado em 2017.

- Escravos:

Até chegar aos seis anos, os filhos de escravos usufruíam de alguma liberdade na casa grande. No entanto, a partir dos sete anos, ou até antes, começavam a desempenhar atividades leves. Aos catorze anos, já realizavam as mesmas atividades dos escravos adultos e poucos chegavam à fase adulta (GOÉS; FLORENTINO, 2013). (BARBOSA; SANTOS, 2017, p. 250).

- Indígenas:

A criança indígena era vista com ambiguidade pelos padres jesuítas, pois, ao mesmo tempo em que entendiam que os curumins eram filhos de “selvagens” que “viviam em pecado”, eles acreditavam que essa criança deveria ser educada e civilizada a fim de se tornar uma pessoa apta para o trabalho (SANTOS, 2007). (BARBOSA; SANTOS, 2017, p. 251).

- Pobres:

Outra categoria de crianças, neste período, foi a de crianças brancas “enjeitadas”, seja por serem oriundas de famílias pobres, que não tinham condições de sustentá-las, seja por serem frutos de relações extraconjugais. Abandonadas à própria sorte, a taxa de mortalidade dessas crianças era muito elevada (SANTOS, 2007). (BARBOSA; SANTOS, 2017, p. 251).

Após o século XX, ocorreu essa construção social de que a infância é o momento da vida em que as crianças, de acordo com sua faixa etária, passam pela formação de valores

morais, cívicos e comportamentais (CORSARO, 2011). Sendo assim, entende-se que criança é um ser ativo em todas as áreas que se relaciona, e que influencia o contexto em que vive, além de absorver todas as informações que a cerca., enquanto a infância é a fase em que a criança se encontra, e não o indivíduo em si (CORSARO, 2011). A infância seria, então, o momento da vivência da criança, de criação de laços, de relações, bem como o momento do seu desenvolvimento.

Já Marita Redin (2007) acredita na criança como narradora da sua própria história, das coisas que ela descobre, que faz e em que acredita, mas que o contexto de vida de cada uma faz muita diferença em como ela vivenciará essa infância. Se a pobreza é fator existente, assim como a necessidade de trabalhar para auxiliar com as contas da casa, ou se a realidade é de uma criança com bens materiais e que possui condições financeiras, as maneiras como cada uma vivenciará a infância serão diferentes, de acordo com as necessidades e relações (REDIN, 2007). A infância, portanto, é rodeada de diversidades, o que pode afetar, diretamente ou não, diversos fatores da vida de uma criança, seja pela educação passada por sua família, pela cultura em que estão inseridas, por questões políticas, quanto pela interação que tenham com diferentes pessoas e classes sociais que convivem.

Desse modo, a infância passa por muitas fases e etapas, mas esse entendimento foi se transformando ao longo do tempo, principalmente pela modificação do pensamento sobre a cultura infantil. Vestuário, linguagem, desenvolvimento psicológico, brincadeiras e comunicação são características dessa cultura infantil contemporânea (POSTMAN, 1999). Diante de tantas características, tem-se tornado cada vez mais disseminada no mundo contemporâneo a definição de infância como uma fase da vida repleta de especificidades e relevante para a construção de identidade das pessoas, pois é nesse período que se inicia o desenvolvimento subjetivo, social e político (ROCHA, 2004).

Larossa (1998) afirma que a infância é algo que nossos saberes, nossas práticas e nossas instituições já capturaram, ou seja, já podemos facilmente explicar e nomear, bem como intervir e acolher. Segundo Larossa (1998, p.1), “nós sabemos o que são as crianças, ou tentamos saber, e procuramos falar uma língua que as crianças possam entender quando tratamos com elas, nos lugares que organizamos para abrigá-las”

As crianças fazem parte integrante do processo social e mesmo sendo muitas vezes tratadas diferentemente pela sociedade, elas identificam nos outros, parâmetros e informações que lhes permitem formular, questionar e construir concepções que levarão para a vida toda. Para o sociólogo Marcel Mauss (2010), a infância é o meio social por excelência das crianças e, sabendo que existem diversos meios sociais, conforme a sociedade estudada, existem

diferentes tipos de crianças, bem como diferentes formas de infância (LIMA e CUNHA, 2013). O autor revelou o fato de não existir criança, mas sim crianças: pequenas e grandes, meninos e meninas, ricas e pobres, obedientes e desobedientes, compreendidas e incompreendidas (MAUS, 2010).

A infância muda em cada sociedade e em cada experiência histórico-cultural de cada povo. Além disso, o período que marca a mudança para se tornar adulto é diferente em cada contexto, bem como é diversa e distinta a própria experiência da infância e de seu valor perante os outros para cada sociedade. Por isso, não podemos confundir as concepções de infância de diferentes povos com as nossas, nem umas com as outras, pois não é possível pressupor uma noção de infância particular e única, eis que que todas são válidas e dessa forma, autores da educação e sociologia da infância tratam do termo no plural, infâncias, com intuito de não caracterizar somente uma, mas sim abarcar a conjuntura de possibilidades de infâncias que temos.

Seguindo, Arroyo (1994) afirma que a infância são várias, e variam de criança para criança, pois a do campo não é como na cidade, visto ser mais curta devido a comum necessidade de se trabalhar desde cedo. Enquanto na cidade, ela pode ser desfrutada por mais tempo, levando em conta que não é preciso sair cedo de casa para ajudar no trabalho (ARROYO, 1994). Seguindo este mesmo pensamento, a infância da favela não é igual à dos condomínios, e a das crianças indígenas não é igual a das brancas. Contudo, nesta dissertação, a fim de não gerar confusão para o leitor, com o termo utilizado por autores trazidos na revisão bibliográfica, o termo infância será tratado no singular.

A criança de 6 a 12 anos tem suas relações marcadas pelas conotações sociais, se tornando afetuosa e sedutora em suas relações (BRANDÃO, 2018). Neste período também, a criança começa a formar o seu eu e o conceito acerca de si próprio com base na etapa de estruturação da personalidade a partir dos 3 anos de idade. Depois dos 6 até os 12, ela estrutura o conceito a respeito do próprio eu, sua autoimagem (BRANDÃO, 2018).

De modo geral, podemos inferir que a fase dos 6 aos 12 anos é a mais propícia para a criança aprender, inclusive na escola, que ela tem alguma competência para se relacionar fora do ambiente familiar, porque pode trabalhar em grupos, ser participativa e criar uma identidade de grupo (BRANDÃO, 2018). Nestas idades, as crianças desenvolvem senso crítico e, acima de tudo, criam um conceito de si próprias, a partir de si e a partir dos outros (BRANDÃO, 2018). Para Freud, a criança de 06 a 12 anos está no que corresponderia à fase da latência, aonde a criança volta sua energia para a aprendizagem (BRANDÃO, 2018).

Afirmar que a criança em si é um ser social é o mesmo dizer que o seu desenvolvimento se constrói ao passo que ela está cercada de outras pessoas, em diferentes espaços e realidades (MACHADO, 2002). O desenvolvimento do ser humano é um complexo de vários aspectos e dimensões, que ocorrem simultaneamente, e ele se observa no desenvolvimento infantil. Considerando a psicogênese do desenvolvimento infantil, o desenvolvimento da pessoa se apresenta como uma construção progressiva, em que se sucedem fases de predominância alternadamente afetiva e cognitiva (GALVÃO, 1995). As crianças participam coletivamente da sociedade e são indivíduos sociais ativos, sendo necessário compreendê-las como seres sociais, históricos e produtores de cultura. Dessa forma, elas se distribuem por diferentes modos de estratificação social, sendo que diversos espaços estruturais acabam por diferenciar profundamente umas das outras (SARMENTO, 2004).

Segundo Sarmiento (2000),

A infância é historicamente construída, a partir de um processo de longa duração que lhe atribuiu um estatuto social e que elaborou as bases ideológicas, normativas e referenciais do seu lugar na sociedade. Esse processo, para além de tenso e internamente contraditório, não se esgotou. [...] A geração da infância está, por consequência, num processo contínuo de mudança, não apenas pela entrada e saída dos seus atores concretos, mas por efeito conjugado das ações internas e externas dos fatores que a constroem e das dimensões de que se compõe (SARMENTO, 2000, p. 365- 366).

As características conhecidas de crianças são apresentadas na Resolução CNE/CEB Nº 5, de 17 de dezembro de 2009, a qual fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e considera criança um sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentimentos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009). Já o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) apresenta que como todo ser humano, a criança é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico (BRASIL, 1990).

Uma outra característica tida por adultos sobre as crianças é que elas são, independentemente da idade, frágeis e imaturas, e necessitam de atenção e cuidados, dependendo destes por muito tempo. Ainda, é comum vê-las como pessoas diferentes dos adultos, com menos opiniões válidas, e como sujeitos que precisam ser preparadas por outros para as próximas fases da vida (SALLES, 2005). É válido repensar sobre estas afirmações,

ainda mais porque, em geral, o olhar dado para a criança sempre é de um adulto. Este olhar pode fazer com que o discurso de crianças tenha pouco de suas vozes, resultando em uma grande quantidade de interferência de terceiros e transformando em um discurso sobre o que adulto diz.

Neste sentido, o que sabemos sobre a criança na verdade não é um olhar autorreferenciado, mas sim o que os adultos pensam sobre elas, sobre as suas ações, vontades e interesses. A criança sofre limitações impostas pelos adultos, o que as impedem de ser o que realmente são, pois algo se perde pelo caminho, seja o brilho dos olhos, o sorriso, a palavra espontânea ou a criatividade fácil e corriqueira (DAMAZIO, 1991). Para Damazio (1991), a criança precisa ser respeitada, e o respeito começa quando reconhecemos a sua autonomia que se traduz em modos de apreender o mundo e sentir seus limites, seus potenciais, seus desejos e suas fantasias. Por isso, a criança não é melhor ou pior que o adulto, ela é diferente porque pensa e sente diferente.

A criança, ora é apresentada como sujeito autônomo capaz de aprender diretamente com as mídias, já que possui competência inata (BUCKINGHAM, 2006) para lidar com elas; ora como ser passivo e inocente, devendo ser instruída e protegida a fim de livrá-la de eventuais malefícios à sua formação (NASCIMENTO, 2014). Dentro deste contexto, Jean Piaget (1977) acreditava que a criança se desenvolvia por meio de uma progressão de estágios diferentes e essa concepção é importante, pois permite o entendimento de que para se afirmarem como seres sociais e ativos, elas precisam perceber e organizar os seus mundos de maneira diferente dos adultos, a partir de suas próprias visões e percepções (CORSARO, 2011). Desse modo, a criança vai crescendo e se formando a partir de estágios derivados de interações com outros e relações pessoais, o que auxilia no desenvolvimento de novas competências e novos conhecimento.

Contudo, elas não apenas estão no meio da sociedade como espectadoras da realidade, mas também contribuem para a produção e disseminação de informações, tendo papel extremamente ativo em diversos setores culturais e precisam ser consideradas na constituição das sociedades. Existe uma interdependência dos indivíduos na constituição das sociedades e na sua função na formação dos aspectos individuais de cada ser humano. A totalidade da relação entre indivíduo e sociedade somente poderá ser compreendida quando se começar a compreendê-la a partir da inclusão do crescimento dos indivíduos dentro dela, ou seja, a historicidade de cada indivíduo, o fenômeno do crescimento até a idade adulta (ELIAS, 1994). Lima e Cunha (2013) afirmam que

Logo, as próprias crianças, os tratamentos dos adultos dispensados em relação a elas, a socialização inerente às interações entre adultos e crianças e o lugar ocupado por elas no interior das sociedades são de suma importância para compreender o que significa infância, o que e quem são as crianças e como se constituem as sociedades, questões essas que são de fundamental relevância para o desenvolvimento de uma Sociologia da Infância (LIMA e CUNHA, 2013).

A criança se apresenta como presente em todos os ambientes e exerce seu papel de produtora social e cultural no meio de adultos, afirmando o seu lugar de fala e de presença, principalmente por meio do auxílio da internet e das tecnologias, meios que viabilizam o acesso com o mundo contemporâneo. A fim de buscar compreender além da definição teórica, os conceitos de criança e infância, é interessante identificar quais são as representações sociais que a sociedade adulta tem de crianças e da infância. A teoria das Representações Sociais foi desenvolvida inicialmente por Moscovici a partir dos estudos sociológicos em Psicologia Social sobre as representações da sociedade francesa de seu tempo sobre a psicanálise, campo de estudo então em expansão.

O autor tem como ponto de partida para sua teoria o conceito de representações coletivas de Durkheim, que afirma que elas são construídas na sociedade e vão além do individual, perpassam grupos, gerações, espaços e tempo. Este estudo tinha a intenção de oferecer à psicologia social, instrumentos capazes de colocá-la em contato com as problemáticas que permeiam a vida social (JODELET, 2001). Pelo conceito proposto por Durkheim, as representações coletivas são vivenciadas por todo um grupo, estabelecendo um vínculo, que os faz agir e pensar de modo uniforme (GOULART, 2018).

A amplitude da teoria das Representações Sociais abrange os fenômenos da cultura, linguagem e comunicação, com ligação à sociedade aos sujeitos, objetos e atividades de construção, expressão, interpretação e simbolização (VALA, 1993). Ademais, em relação às representações sociais, é importante perceber as mudanças que ocorrem, pois elas influenciam o comportamento dos sujeitos perante a sociedade. Tal fator deixa claro que elas circulam, positivamente e negativamente, dando oportunidade para o surgimento de outras novas, ao passo que as mais antigas, e já em desuso, morrem. Assim, por serem maleáveis e modificáveis, o que lhes confere especificidade não é exatamente o número de sujeitos que as compartilham, mas sim a função que desempenham, pois contribuem para as condutas de ação e comunicação (MOSCOVICI, 2003).

São construídas por meio de conhecimentos, valores, tradições e experiências, o que auxilia o indivíduo a se situar na sociedade, fazendo com que as pessoas passem a analisar

objetos de forma semelhante, pois todas as informações que são recebidas já foram distorcidas por representações impostas aos objetos e às pessoas (MOSCOVICI, 2003). O papel das representações seria o de orientar os sujeitos, para que se ajustem e saibam como se comportar, podendo interpretar aspectos da sociedade, aspectos que podem ser observados em discursos, mensagens da mídia e no modo de se envolverem com o mundo (JODELET, 2001). O fenômeno é composto por conhecimentos ordinários como crenças, valores, atitudes e outros elementos, mas que possuem importância social e o entende como

[...] uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico (JODELET, 2001, p. 22).

O intuito aqui ao se tratar de representações sociais não é ver seu lado metodológico, mas sim o analítico, utilizando-a para entender o que os adultos compreendem sobre crianças e infância, buscando trazer além do lado acadêmico de definição dos termos. Os adultos pensam que conhecem as crianças e assumem que elas têm características comuns, esquecendo as suas particularidades que atravessam as capacidades econômicas, geográficas, de gênero, classe, raça, culturais, sexuais, bem como atravessam as suas diferentes capacidades físicas e mentais (DUHART, 2020). Poucos estudos abordam as representações sociais de crianças, pois a maioria trata das representações da infância como um todo.

A autora Olga Grau Duhart (2020), em seu livro *Infancia y Género*, demonstra interesse antigo em refletir sobre a infância, fazendo perguntas sobre sua compreensão social e cultural, que se traduz em um conjunto de representações do que são as crianças, representações que circulam de forma naturalizada. Ela inicia a fala dizendo que poderia considerar uma associação que está inscrita no próprio conceito de "infância", como aquela que não fala e, por este motivo, que tem sido de que se fala e que não é deixado por dizer (DUHART, 2020). Ela traz que essa condição de não-fala, pode ser derivada no nome em sua origem latina, *infans*, que originalmente se referia à fase da ausência de linguagem articulada, à fase de linguagem articulada, à fase de sua aquisição, ou à fase de privação da fala, sem direitos como sujeitos com voz própria até chegarem na fase adulta (DUHART, 2020).

O estudo *Teoria das Representações Sociais: Contribuições para os Estudos Sobre a Infância Contemporânea* (2015), do grupo de pesquisa Educação da Infância, autoria de Elisvânia Amaro da Silva, fez um breve levantamento bibliográfico acerca de pesquisas em representações sociais realizadas com crianças e sobre elas tendo como foco a infância,

considerada a partir da compreensão de que são sujeitos ativos que participam dos processos de mudança do meio em que estão inseridos (SILVA, 2015). Traz os autores Demathé, Cordeiro e Vilares (2009), que realizaram um estudo a respeito das representações sociais de pais e professores de educação infantil sobre infância, em que os resultados apontam para uma representação de infância associada a alegria e brincadeira. Nessa mesma linha, outro estudo abordado é o de Tacca (2013), realizado com professores da escolarização inicial da rede de ensino público do DF, e que permitiu a verificação que assim como o anterior, alegria e brincadeira aparecem no núcleo central das representações de infância seguidos de inocência e aprender.

Já os trabalhos de Wilbert (2009) e Demathé (2007) possuem também como objetivo analisar as representações sobre a infância, novamente sob a visão de professores da educação infantil. Os conceitos apresentados nas pesquisas foram o lúdico e a infância como etapa da vida, assim como a relação entre as representações dos professores e seu trabalho pedagógico, centrais na pesquisa (WILBERT, 2009; DEMETHÉ, 2007). Silva (2015) afirma que em relação aos estudos sobre crianças e infância no contexto brasileiro, a partir da lente das Representações Sociais é possível identificar um maior interesse por estudos relacionados diretamente sobre as representações acerca da infância e criança a partir da perspectiva dos adultos e, especificamente, dentro dos espaços escolares. Não foram identificados estudos que abordassem as representações sociais de infância a partir da perspectiva das crianças, o elo chave desse tema.

É interessante considerar que as representações sociais sobre crianças são termos que remetem às características deste grupo como alegria, lúdico e brincadeira, mas que não se aprofundam em outras questões, como entendê-las como cidadãs, que possuem direitos e deveres, assim como as relações que possuem e o caráter social. Cidadania é o ato de participar ativamente como sujeito de ação, sendo que a comunicação é uma aliada fundamental da sociedade, por reivindicar direitos no exercício da cidadania, tendo em vista que ela possibilita que as pessoas sejam criadoras, produtoras, gestoras dos processos de comunicação e que emanem sua voz (FREITAS, 2013). A comunicação volta-se para as mídias e canais de acesso, ao passo que a tecnologia busca desenhar sistemas de informação que sejam compatíveis com as necessidades dos usuários (ALVES; CORREIA; SALCEDO, 2017).

Dentro dessa perspectiva, deve-se levar em conta a interação entre os sujeitos que se articulam em diferentes comunidades e realidades, sejam profissionais, políticas, sociais, familiares ou econômicas (ARAÚJO, 2010, p. 24). Na sociedade contemporânea, as mídias configuram-se como um novo espaço público e de cidadania, repleta de uma pluralidade de

atores e de leituras críticas que se interpolam (MARTIN-BARBERO, 2006), possibilitando um novo entendimento sobre as representações sociais já existentes, atualizando-as.

Marteletto (2005, p.4). afirma que é importante transportar “os atores sociais do simples papel de receptores e espectadores, para de sujeitos da informação e conhecimento” e, assim, os cidadãos, como detentores do saber social, por meio de práticas e experiências, precisam participar ativamente desse processo de comunicação (TAVARES; COSTA, 2012). Quando realmente queremos saber mais sobre crianças, precisamos fazer uma ponte entre a distância que temos como adultos (DUHART, 2020). A interação social, juntamente com a comunicação e tecnologia, são fenômenos importantes que, por sua vez, pressupõe o desenvolvimento de habilidades e competências no indivíduo, para que este possa exercer plenamente seus direitos e deveres sociais (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995).

A comunicação e o acesso aos meios, de certa forma, garantem tais desenvolvimentos, tendo em vista que crianças são parte integrante dessa realidade e necessitam ser consideradas como atuantes e formadoras de relações. Possibilitar primeiramente que elas tenham a possibilidade de acesso, mediado ou não pelos pais, permite que se comuniquem, interajam e aprendam pela internet, o que ocasiona o acesso à informação e aos direitos, assim como ocorreria com qualquer adulto. A família deve ser a principal responsável pela formação do cidadão por servir de base e apoio no processo educacional e comunicacional para viver e interagir em sociedade.

Desse modo, não se pode excluí-las desses parâmetros por julgá-las pouco integrantes ou pouco ativas nesse meio social, pois a cidadania propõe um caminho que não se limita ao direito de acesso à informação, mas apresenta o direito de se comunicar e de se expressar de acordo, claro, com a sua idade (LAHNI; LACERDA, 2013). A compreensão do direito à comunicação ampla, garante-lhes o acesso aos meios de produção e difusão. A relação com os pais e como eles vão trabalhar o acesso à informação com as crianças, são indispensáveis na construção delas como atores sociais participativos. Talvez, com o passar do tempo e com mais estudos que abordem as crianças por outros vieses, as representações sociais sobre elas caminhem do mundo da diversão para âmbitos mais sérios e parecidos com o que é pensando sobre adultos, relacionando-as não somente com a brincadeira, mas também com a sua participação perante a sociedade.

4. CRIANÇAS NA INTERNET

A internet se tornou inerente às relações de todos os contextos, familiares, sociais e profissionais. E foram, principalmente, os nascidos antes dos anos 2000 que assistiram o surgimento de novos aparelhos e conexões e, como consequência, observaram o desenvolvimento de uma supremacia dos dispositivos eletrônicos na vida de todos. As Tecnologias da Informação e Comunicação permitiram que o mundo ficasse interconectado e são imprescindíveis para que as pessoas sejam parte da sociedade, tendo em vista que atualmente, não ter esse acesso ocasiona uma exclusão perante a sociedade da informação, tão conectada ao digital. A exclusão digital pode ser vista por diferentes ângulos, tanto pelo fato de não ter um dispositivo, por não saber utilizá-lo, ou ainda por falta de um conhecimento mínimo para manipular a tecnologia com a qual se convive no dia a dia. Assim, podem ser consideradas como excluídas digitalmente as pessoas que têm dificuldade até mesmo em utilizar as funções dos dispositivos utilizados (ALMEIDA; PAULA; CARELLI; OSÓRIO; GENESTRA, 2005).

As gerações de crianças surgem explorando as possibilidades de acesso no mundo virtual, o que também acarretou a modificação dos hábitos de vida, devido aos períodos que passam conectadas e interagindo por meio da internet. O contato com pessoas e bens culturais, aliado às formas de entretenimento oferecidas no ambiente virtual, acaba por despertar fascínio, o que os leva a se moverem com naturalidade nesse ambiente, onde se destacam como consumidores e produtores de conteúdo armazenados na web (SILVA, 2009).

A partir disso, ao longo desse capítulo, são apresentadas discussões sobre as crianças como usuárias de internet, como atores participativos na sociedade e como consumidoras e produtoras de informação. Ao final, é trabalhada a questão dos riscos e benefícios que a internet traz para crianças.

4.1 Crianças como usuárias de internet

Há quem diga que os jovens de hoje já nascem sabendo manipular dispositivos e tecnologias, sendo chamados de nativos digitais, geração cujo desenvolvimento se deu em contato direto com as tecnologias, a partir da disponibilidade de informações de forma rápida e acessível, não conseguindo vivenciar um mundo sem as tecnologias, pois quando nasceram, após 1980, o computador, o celular e a internet já eram itens da realidade mundial (PRENSKY, 2001). O termo não é aceito por muitos atualmente, mas não há dúvidas de que eles aprendem cada vez mais cedo a mexer em aparelhos eletrônicos e fazem isso às vezes com mais facilidade e precisão do que adultos. Assim, supõe-se que as crianças, por terem grande capacidade de

aprendizado e terem nascido no período de avanço das tecnologias, já estão equipadas com o conhecimento da tecnologia digital.

Considerando-as como conhecedoras, possuidoras de habilidades naturais para lidar com os aparatos tecnológicos, a ampliação do acesso à internet e a popularização do uso de dispositivos intensificaram as possibilidades de socialização, de participação e de criação de conteúdos, assim como pela busca de informação, conhecimento prático e entretenimento. Por outro lado, alinhados às inúmeras oportunidades criadas pelo uso de tecnologias de informação e comunicação, os desafios e as responsabilidades para a garantia de direitos e de bem-estar focados a elas se renovam na era digital (CETIC.BR; NIC.BR, 2018).

A participação constante delas por meio das mídias sociais acaba por garantir-lhes o direito à informação e à liberdade de expressão, pois a interação que possuem por meio da internet significa uma forma das crianças se expressarem nas questões que lhes dizem respeito e que para elas são interessantes. Todavia, é necessário ressaltar que essa presença massiva dos meios eletrônicos e de comunicação no cotidiano das crianças, acaba por gerar influência e até mudanças nos valores, preceitos e relações da sociedade. Estas influências e mudanças ocorrem por meio do bombardeamento de informações, de opiniões e de ações que acabam por mudar de forma veloz, de um jeito viral e desenfreado as relações.

Diversas vezes as crianças ainda mal nasceram, mas já estão presentes nas mídias sociais por fotografias, vídeos e até mesmo com um perfil próprio. Não sabem escrever, mas mandam áudio para tios e avós, além de se comunicarem por vídeos. Sendo assim, desde muito novas, elas podem ser consideradas usuárias e não é de se estranhar que ao terem acesso a um aparelho, vão um pouco instintivamente sabendo o que fazer e cada vez mais se apropriam das tecnologias.

É como se observa nas seguintes pesquisas: em 2019, 89% da população entre 9 e 17 anos era usuária de internet no Brasil, proporção que equivale a cerca de 24 milhões de crianças e adolescentes (CETIC.BR; NIC.BR, 2020). Para 95% desse grupo, o telefone celular é predominante como o dispositivo utilizado para acessar à rede, quase sempre em casa (92%) (CETIC.BR; NIC.BR, 2020). Atualmente, novos dados coletados pela TIC Domicílios evidenciam que o uso da rede foi ainda maior em 2020, pois 94% dos indivíduos de 10 a 17 anos eram usuários de internet no Brasil (CETIC.BR; NIC.BR, 2021). O plano amostral da pesquisa utiliza informações do Censo Demográfico e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) ou da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) mais recente disponível, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (CETIC.BR; NIC.BR, 2021).

Para acessar a internet, conectar-se a redes sem fio é necessário na maioria das vezes, ainda mais para celulares: 93% das crianças declararam saber conectar-se a uma rede Wi-Fi e 94% afirmaram saber baixar ou instalar aplicativos sozinhas (CETIC.BR; NIC.BR, 2021). Além disso, engana-se quem pensa que os jovens utilizam a internet somente para conversar, jogar games e acessar conteúdos de entretenimento. Embora realmente sejam as ações que mais fazem, 51% dos jovens se conectam para consumir notícias e se manterem atualizados em relação aos acontecimentos do mundo (CETIC.BR; NIC.BR, 2021). Segundo a *TIC Kids Online Brasil 2019*, esse número mostrou um crescimento relevante, uma vez que o hábito atingia somente 34% dos jovens em 2013 (CETIC.BR; NIC.BR, 2020).

Além disso, 12% conversam na internet sobre política, problemas da cidade ou do país, 4% participam de campanhas ou protestos na rede e, ainda na pesquisa, 22 jovens declararam querer saber sobre o que acontece em sua comunidade (CETIC.BR; NIC.BR, 2020). Uma informação interessante é que mais de 70% declararam que acreditam saber mais do que os pais em relação a tecnologias e internet (CETIC.BR; NIC.BR, 2020).

Lima Junior (2009, p. 97) destaca que as plataformas de mídias sociais “permitem aos usuários espaços ilimitados para armazenar ferramentas para organizar, promover e transmitir os seus pensamentos, opiniões, comportamentos e mídias para os outros”. Os usuários gostam da internet e são motivados a utilizá-la pois, diferentemente da televisão e de outros meios, em que quase não há interação com os conteúdos, a internet requer interatividade entre os usuários, os aplicativos e o conteúdo digital (GOULART, 2018), o que torna todo o processo mais completo e interessante.

O desenvolvimento infantil inclui a evolução de diversas habilidades, como motora, de linguagem, social, de cognição, inteligência e raciocínio. Num mundo interativo como é o digital, tudo isso se intensifica e assim as crianças podem se beneficiar das possibilidades trazidas pelas mídias digitais uma vez que por meio delas, podem se comunicar, brincar, experimentar, aprender, trabalhar, desenvolver a autoestima e adquirir conhecimento. Dessa forma, quando controlam o seu meio, ao invés de observá-lo passivamente, as crianças se desenvolvem mais rapidamente (TAPSCOTT, 1999) ao utilizá-lo de forma ativa, de modo participativo.

4.2 Crianças como atores participativos

Nas interações que as crianças estabelecem desde cedo com as pessoas e com o meio que as circunda, revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações

que presenciam e, por diferentes meios, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos (BRASIL, 1990). Assim, os pais, como atores sociais completos, têm grande importância nesse processo construtivo, pois fornecem a base introdutória de relação com o mundo, de percepção sobre cidadania e participação na sociedade, além de meios e modos de uso das tecnologias para o processo comunicacional.

De certa forma, os estilos parentais educativos influenciam o desenvolvimento da criança, e para tanto devem ser considerados três aspectos principais: (1) os aspectos relacionados com a socialização da criança; (2) as práticas parentais utilizadas para ajudar a criança a atingir os objetivos de socialização; (3) o clima emocional, no qual a socialização tem lugar (ANDRÉ, 2011). Ademais, mesmo com a expansão dos estudos observada nesta área, vários pesquisadores evidenciam a necessidade de investigações que envolvam aspectos relacionados aos pais e ao seu papel no modo de uso que as crianças fazem da internet, especialmente pelas potenciais decorrências que esse uso pode trazer no desenvolvimento infantil e a sua implicação na sociedade (MAIDEL; VIEIRA, 2015).

Ainda que as crianças sejam incluídas como objeto em estudos relacionados à mídia, suas vozes nem sempre são ouvidas além da academia, embora existam áreas da sociologia e psicologia, por exemplo, que buscam estabelecer a criança como um ator social completo (SARMENTO, 2004). É precisamente essa contribuição que esta pesquisa deseja trazer.

A inclusão das crianças como sujeitos de direitos modifica, em parte, os efeitos de uma cultura centrada na dimensão verbal, assim como na dimensão protetora (DUHART, 2020). Por muito tempo, as crianças eram vistas na sociedade, mas não ouvidas em relação ao seu direito de se expressar, uma vez que nem sempre eram levadas a sério em consideração as suas características próprias e visão de mundo. Neste sentido, as crianças não foram tidas como seres sociais de pleno direito como os adultos até o final do século XX, quando se passou a considerar as crianças como categoria social e sujeitos ativos em formação (SARMENTO, 2000).

Contudo, ainda hoje elas são vistas por muitos apenas como uma reprodução infantil do mundo adulto, não sendo entendidas como agentes sociais, capazes de expressão e de emitirem opinião clara. Ao se desconsiderar a criança como um ser que já tem suas próprias percepções de mundo, anseios, vontades e que já impacta a sociedade que a cerca, impede-se que esta construa o que bem quiser, ou que seja diferente do que já é idealizado e construído pelos adultos.

Elas não são simplesmente expectadoras, pois na medida em que compreendem sua importância como sujeitos, passam a internalizar os valores da participação, da cidadania e do pertencimento a uma sociedade assim como os adultos, buscando ter voz ativa, serem

participativas e exporem seus pensamentos sobre esse ou aquele assunto. Desse ângulo, possuem direito de produção, integração e, principalmente, de proteção, de cuidado por parte de pais, responsáveis, educadores e da sociedade em geral. Para Buckingham (2007), com as mídias, as crianças deixam de ser vistas como passivas e passam, nessa perspectiva, à condição de agentes ativos, possuidoras de habilidades inatas e naturais.

Ao passo que é permitido à criança acessar, se comunicar, se informar, difundir e principalmente ter sua voz escutada, têm-se características de comunicação para sua cidadania, além de que elas influenciam muitos dos que estão a sua volta, incluindo grupos familiares e educacionais, sendo essa uma influência bidirecional, dos adultos para crianças e delas para eles. Dessa forma, ao passo que os mais presentes na vida dela ocasionalmente são os pais e os familiares, fica a cargo destes o cuidado para com elas. Ainda, segundo a Convenção dos Direitos da Criança (ONU/UNICEF, 1990), é responsabilidade parental instruir, assistir, orientar e monitorar crianças e adolescentes com relação ao uso da internet, independentemente de onde ela for utilizada (na escola, na casa de amigos, na própria casa, em locais públicos e para qualquer finalidade), até que atinjam tenham a maioridade civil aos 18 anos. Tal controle, contudo, não deve impedir a criança de ser atuante participativa no processo informacional e a relação que se tem entre esses dois grupos de atores causa influências no modo como as crianças se comportarão e portarão perante a sociedade.

Debortoli (2002) afirma que, ao mesmo tempo em que o jovem depende de referências grupais e familiares, ele também necessita construir uma identidade própria. Assim, a compreensão como poderão ser usuários atuantes requer contextualização e interações, da forma com que cada um vai aprender a se expressar, isso por meio de construções particulares, do desenvolvimento coletivo, da construção progressiva da identidade individual e do grupo ao qual pertence, da forma que cada um encontra para se comunicar, interagir e expor, bem como por meio do diálogo com a família e das experiências escolares e culturais do indivíduo (DEBORTOLI, 2002).

No processo de formação da identidade, a criança, como qualquer outra pessoa, possui essa necessidade explícita e é influenciada por aquilo que se pensa e se espera dela. A sociedade cria representações sociais a respeito da infância, colocando-a muitas vezes como não participante, mas observadora de toda a realidade que a circunda (GOULART, 2018). Neste contexto, os meios de difusão de informação, em especial, a internet, exercem papel importante na sua formação individual e social e na reafirmação de que são atuantes e participativos. O posicionamento da criança, embora às vezes não tão claro quanto o de um adulto, que em geral

sabe como se posicionar e comunicar, muitas vezes fica deixado de lado, considerado como produto de alguém que não tem entendimento suficiente para discutir certos assuntos.

Além disso, o processo midiático assume um fator importante na sociedade enriquecendo as várias opções de dispositivos tecnológicos, o que influencia diretamente na configuração da identidade das pessoas. As informações são capazes de colocar esse respectivo público em constante confronto com realidades distintas em um processo que, sem dúvida, se inicia no período da infância. Dessa forma, a comunicação para a cidadania assume papel fundamental na discussão dos mais variados temas que permeiam a sociedade e, conseqüentemente, afetam todos seus integrantes ao atuar como um direito comunicacional de todos, que além de ampliar o conceito de cidadania, abrem espaço para a inclusão na pauta de discussões (LAHNI; LACERDA, 2013).

A cidadania não se dá se não houver comunicação, pois existe uma necessidade de participação explícita em ouvir e ser ouvido. Com a categoria que lhe confere a cidadania, a criança demanda e constrói principalmente por meio de intercâmbio de informações (CUEVAS-CERVERÓ; MARQUES; PAIXÃO, 2014). A internet é uma ferramenta benéfica para as crianças e que elimina muitas das limitações de tempo e espaço, assim como aumenta o acesso à informação para fins educacionais, são oferecidas oportunidades de interagir com outros sobre uma variedade quase infinita de assuntos e interesses, além de aumentar os seus círculos de conhecidos e amigos *online*. A sociedade, incluindo pais e educadores, deve procurar estabelecer um equilíbrio entre duas prioridades: proteger as crianças e permitir o seu desenvolvimento pleno, deixando que sejam participativas e tenham voz ativa.

As mídias possibilitam que se produza, compartilhe e consuma informações a todo momento, o que causa impacto significativo na vida das crianças por se encontram em estágio de desenvolvimento, tanto físico quanto psicossocial (PEREIRA, 2000). Estas são atores participativos e produtoras de conteúdo e opinião, sendo que algumas até geram renda para suas famílias por meio da internet. A imersão das crianças nesse ambiente virtual permite alcançar novos conhecimentos, ter voz ativa e escutar umas às outras, de modo que às vezes nem os pais conseguem mediar, possibilitando, a cada momento, o uso da informação como desenvolvimento individual e, por consequência, social (CUEVAS; MARQUES; PAIXÃO, 2014).

Assim, a comunicação possibilita que as pessoas se engajem, deem sua opinião, absorvam conteúdos, acessem informações, descubram questões sociais relevantes, históricas, culturais. A partir disso, não considerar as crianças como integrantes desse contexto e participativas em diferentes desenvolvimentos é errôneo, pois algumas se apresentam mais

ativas nos meios e tecnologias do que muitos adultos. Crianças geralmente são engajadas, querem ser ouvidas, opinar escutar os outros e, por diversas vezes, repetem comportamentos e falas de seus pais (REDIN, 2007). Além disso, conseguem influenciar uma gama de indivíduos a sua volta e tais ações são permitidas e impulsionadas pela comunicação, pelas tecnologias de comunicação e informação.

O direito à informação e o direito à liberdade de expressão deve hoje significar a participação como uma forma das crianças se expressarem nas questões que lhes dizem respeito e que são relevantes para elas, a partir de direitos relativos à provisão de educação informacional, proteção da identidade e bem-estar e à participação e interação (UNICEF, 2013). Diante deste cenário, a comunicação possui papel importante por se apresentar indispensável para a interação, para o compartilhamento de ideais, transformações nas mais variadas ordens, e a efetiva interação de crianças com as tecnologias mostra que a cidadania pode ser construída a partir da infância.

Nascimento (2014) afirma que para tanto,

se deve partir do reconhecimento de que as crianças, assim como todos os sujeitos sociais, não formam um grupo social homogêneo, pertencem a contextos sociais, culturais, econômicos diferentes. Considera-se, principalmente, que o processo de aprendizagem e o desenvolvimento não ocorrem de forma linear, unívoca e isolada. Este é um processo social, que se dá nas relações que os sujeitos estabelecem nesses contextos. Pensar na formação de um sujeito para saber viver em um mundo em mudanças, marcado, também, pelo desenvolvimento tecnológico exige mais do que reconhecer as habilidades para lidar com as inovações tecnológicas ou para fazer frente às transformações geradas por elas (NASCIMENTO, 2014, p. 10).

Fortalecer o desenvolvimento de competências para o acesso, uso, avaliação e comunicação da informação com o propósito de formar sujeitos é uma tarefa multidisciplinar de grande responsabilidade, mas ainda em andamento, principalmente, quando muitos ainda consideram crianças como usuários, não atores na sociedade. A comunicação e o acesso aos meios, de certa forma, garantem essa inclusão, pois permitem acesso, reprodução, consumo e produção ativa de informações (PEREIRA, 2000). A interação social, junto com a comunicação e a tecnologia, são fenômenos importantes para garantir o desenvolvimento da cidadania que, por sua vez, pressupõe o desenvolvimento de habilidades e competências no indivíduo, seja adulto ou criança (LAHNI, C.; LACERDA, 2013).

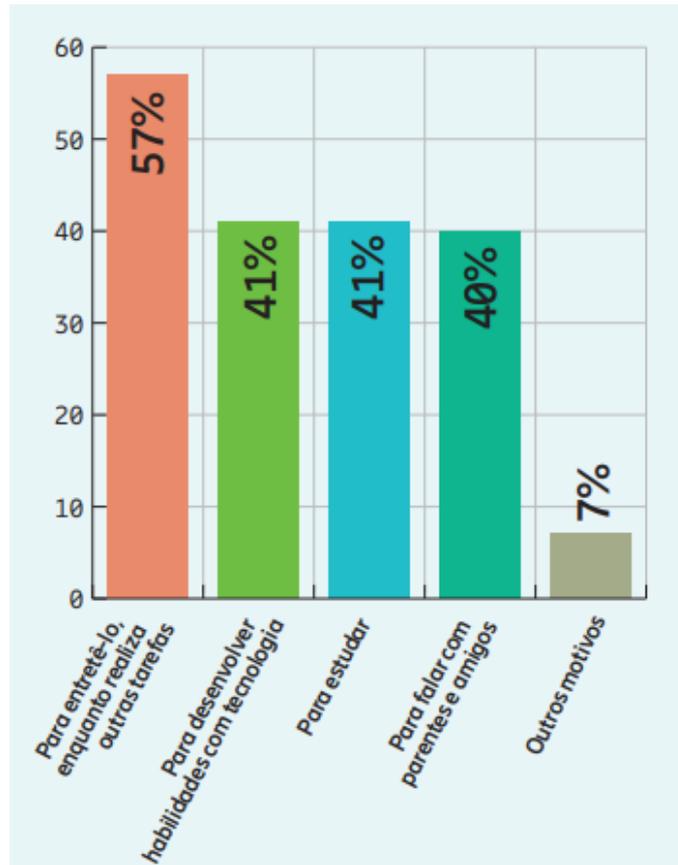
4.3 Crianças consumidoras e produtoras de informação

As crianças são um grupo populacional que consome informação a todo momento, seja no momento de aprendizado, seja ao brincar com os amigos. A internet possui um importante papel nesse sentido, pois proporciona acesso e novas descobertas. Em 2019, 89% da população entre 9 e 17 anos era usuária de internet no Brasil, o que equivale aproximadamente a 24 milhões de crianças e adolescentes (CETIC.BR; NIC.BR, 2020). Ao assistir as aulas, jogar *online* ou utilizar aplicativos de mensagens com intuito de conversar com os amigos e família, elas estão realizando a ação de consumir informações.

Visto que crianças se encontram frente às telas em grande parte de seu tempo livre, fica é possível compreender por que elas não mais se enquadram apenas no papel de consumidoras, mas também no de produtoras. Esse é um público muito almejado pela indústria, sobretudo a de bens culturais, tendo em vista que desde muito cedo consomem vídeos, músicas e brinquedos. Por isso, as grandes corporações desenvolveram um mercado cultural, explorando a fantasia e o desejo das crianças (MÜLLER, 2006). Além disso, muitos pais ativamente fazem seus filhos consumirem tais produtos com intuito de acalmar as crianças, ou fazer com que fiquem quietas em situações que estejam em público, como viagens de avião ou em restaurantes.

A pesquisa Panorama *Mobile Time/Opinion Box* - Crianças e *smartphones* no Brasil, pesquisa independente produzida por uma parceria entre o *site* de notícias Mobile Time e a empresa de soluções de pesquisas *Opinion Box*, realizada em 2021, mostra que entre os pais que emprestam seus *smartphones* aos filhos (MOBILE TIME/OPINION BOX, 2021). A principal razão apontada é para entreter a criança enquanto realizam outras tarefas, como dizem 57% deles; enquanto 41% informam que emprestam o aparelho para que os filhos desenvolvam habilidades com tecnologia; e 41% o fazem para que as crianças possam falar com parentes e amigos, conforme mostra o gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1: Por que os pais emprestam seu *smartphone* ao filho(a)?



Fonte: Mobile Time/Opinion Box, 2021

É comum ver em estabelecimentos crianças de todas as idades, inclusive dentro de carrinhos, segurando *tablets* e celulares. De certa forma, a TV e os *tablets* viram uma espécie de babá: enquanto os pais realizam alguma atividade, os filhos ficam vidrados e quietos em algum canto. Os hábitos do cotidiano como dormir, comer e passear estão sofrendo modificações a partir do uso das mídias digitais. De tal modo que a cena de encontrar em restaurantes as crianças com um *tablet* ou celular, ambos usados como entretenimento na hora da refeição, ou mesmo sendo usados quando os pais fornecem para que a criança não tenha qualquer incômodo, são alguns exemplos do que estamos vendo atualmente (FERNANDES; EISENSTEIN; SILVA, 2018).

Logo, o que se percebe atualmente é o incentivo ao uso precoce dos aparelhos, fazendo com que eles funcionem como verdadeiras babás eletrônicas, onde os pais são acometidos por uma falsa segurança de que o acesso funcionaria como uma boa distração para seus filhos. Segundo o advogado Marcos Ehrhardt, vice-presidente da Comissão Nacional de Família e

Tecnologia do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), de certa forma, os responsáveis acabam por manter as crianças por mais tempo em casa, o que seria visto como algo positivo, pois é uma maneira de protegê-las de situações perigosas que podem ocorrer na rua, como assalto, por exemplo (ASCOM IBDFAM, 2020). O que às vezes eles não percebem, contudo, é que o perigo continua presente, ao alcance das mãos, seja por conteúdo inadequado, seja pelo uso excessivo (PINHEIRO, 2016).

Alguns consideram que essas crianças hiperconectadas são consequência do mundo de hoje, enquanto para outros ter alguém tão novo usando a internet é absurdo. Nesse sentido, é preciso considerar que o exemplo que os pais dão para seus filhos é relevante, pois desde pequeno, o ser humano é acostumado a seguir exemplos, imitando as atitudes dos que estão a sua volta, repetindo palavras, sons e comportamentos, construindo a partir disso hábitos e maneiras de agir e se comportar. Em diversas vezes, é por esse exemplo que elas aprendem melhor, mais a partir da observação do comportamento dos pais, do que pela colocação de regras. Isto pois, o exemplo dos pais serve como base para que eles saibam o que é certo e errado (PIAGET, 1977). A criança internaliza as interações com o ambiente e assim ocorre o desenvolvimento, que acontece de fora para dentro, a partir da absorção dos exemplos que enxerga. A cultura é uma das principais influências para que ocorra o desenvolvimento mental ao indicar os caminhos e as peculiaridades da sua conexão com o mundo (FREITAS, 2000).

As crianças são como esponjas, absorvendo tudo o que os que estão ao seu redor fazem, inclusive quando não são pessoas, podendo copiar hábitos de personagens de desenhos animados. O desenvolvimento da cultura em que elas estão inseridas, portanto, tem enorme influência em como elas vão agir no dia a dia. Desse modo, o exemplo dos pais é imprescindível na formação delas e serve como base para que saibam o que é certo e errado na hora de consumir informações (PIAGET, 1977). Se os pais utilizam a internet por horas, se sempre estão com o celular na mão ou vendo TV e se vivem em uma rotina sedentária, os filhos não vão entender por que esse modo de vida não é saudável e provavelmente vão repetir esses comportamentos, entendendo-os como normais.

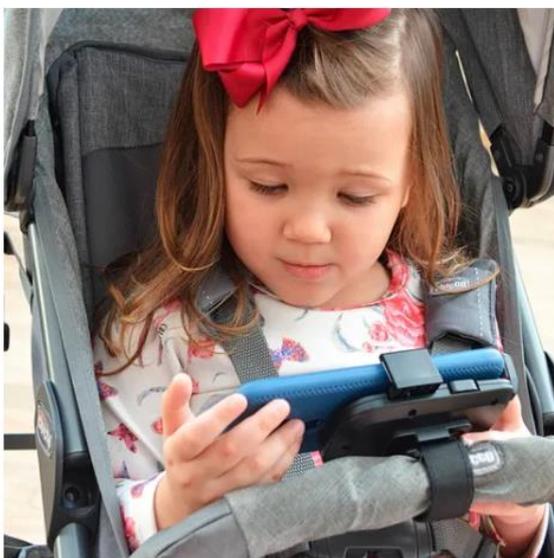
Como os pais estão sempre conectados e são os que apresentam as tecnologias aos filhos, desse modo, meninos e meninas desde cedo são introduzidos no papel de consumidores e estimulados pela família (McNEAL, 2000), enquanto a indústria realiza pesquisas a fim de acompanhar as mudanças de preferências deste público. Atualmente, as crianças são apresentadas às tecnologias e expostas à internet precocemente, sendo que os dispositivos estão no mesmo patamar que a necessidade de respirar, para essa geração (TAPSCOTT, 1999). Pode-

se observar no *site* de compra e venda Mercado Livre, um suporte para celular (figura 1) com a descrição do produto e especificação de idade recomendada sendo a partir do nascimento:

ATENÇÃO MAMÃE! Tela quebrada, telefone no chão nunca mais! Deixe seu filhinho(a) brincar com seu telefone, assistir vídeos, joguinhos com total segurança!

O Suporte para *Smartphones* Chicco é compatível com diferentes carrinhos e é perfeito para os passeios diários. Instale com toda a segurança, na manopla do carrinho ou barra de segurança, e é compatível com *smartphones* de até 8cm de largura (5,5" aproximadamente). Não necessita de ferramentas para a instalação, para que possa facilmente colocá-lo no carrinho em apenas alguns segundos! Rotaciona 360°, permitindo o uso na vertical ou na horizontal. Com fecho em velcro, é fácil de colocar e retirar. Para crianças de 0 a 5 anos (MERCADO LIVRE, 2022).

Figura 1: Suporte de *tablet* para carrinho infantil



Novo | 2 vendidos

Suporte Para Telefone Carrinho Bebê Chicco iPhone Android

R\$ 129⁹⁰
em 12x R\$ 10⁸² sem juros
[Ver os meios de pagamento](#)

Chegará grátis entre segunda-feira e terça-feira
[Ver mais formas de entrega](#)

Estoque disponível

Quantidade: 1 unidade ▾ (5 disponíveis)

[Comprar agora](#)

[Adicionar ao carrinho](#)

Fonte: Mercado Livre, 2022

Ademais, se elas foram ensinadas a usar dispositivos eletrônicos como *tablets* e celulares desde cedo, quanto mais velhas ficam, mais tempo permanecerão utilizando esses aparelhos ao longo do dia. Esse universo infantil se apresenta como interessante para a indústria cultural, que ganha muito dinheiro e comercializa esses conteúdos. É como constata Monteiro (2020) ao afirmar que de 2019 até outubro de 2020 o segmento de vídeos infantis recebeu mais de 700 milhões de visualizações, somando YouTube, Facebook e Instagram.

A pesquisa Panorama *Mobile Time/Opinion Box - Crianças e smartphones* (2021), apresentou os aplicativos que crianças de 0 a 12 anos mais utilizam (Tabela 1). O que teve mais acessos foi o YouTube, *site* e aplicativo utilizado para ver vídeos, com o WhatsApp, aplicativo de troca de mensagens, ficando em segundo lugar e em terceiro o YouTube Kids, versão infantil do YouTube (MOBILE TIME/OPINION BOX, 2021). Mas o aplicativo com maior crescimento no intervalo de um ano foi o TikTok, sendo que seu maior avanço foi na faixa etária de 7 a 9 anos, na qual a proporção de uso passou de 39% para 52%, um aumento de 13 pontos percentuais. Já entre as crianças de 10 a 12 anos, o crescimento do TikTok também foi expressivo, passando de 51% para 59% (MOBILE TIME/OPINION BOX, 2021).

Tabela 1 – Uso de aplicativos por idade

USO DE APLICATIVOS POR IDADE

Pergunta: Marque quais aplicativos você sabe que seu filho usa no smartphone

Base: 1.607 pais de crianças de 0 a 12 anos que têm smartphone próprio ou acessam emprestado o dos responsáveis

	Média geral	0 a 3 anos	4 a 6 anos	7 a 9 anos	10 a 12 anos
 YouTube	72%	66%	66%	72%	79%
 WhatsApp	52%	18%	24%	58%	77%
 TikTok	45%	22%	30%	52%	59%
 Netflix	43%	30%	36%	45%	51%
 YouTube Kids	42%	60%	57%	42%	26%
 Google	40%	13%	16%	44%	61%
 Minecraft	31%	11%	31%	44%	34%
 Instagram	30%	9%	10%	22%	53%
 Roblox	28%	8%	31%	49%	25%
 Facebook	24%	9%	7%	13%	43%
 Playkids	19%	24%	28%	21%	12%
 Spotify	16%	5%	6%	13%	27%
 Fortnite	11%	2%	7%	13%	15%
 PKXD	10%	3%	17%	21%	4%

Fonte: Mobile Time/Opinion Box, 2021

Já segundo a TIC Domicílios 2020, 64% da população de 10 a 17 anos reportou possuir uma conta no Instagram, onde postam e veem fotos e vídeos (CETIC.BR; NIC.BR, 2021). Além disso, de maneira inédita, a TIC Domicílios 2020 investigou a posse de perfil no TikTok, sendo que 46% dos entrevistados de 10 a 17 anos afirmou ter conta no aplicativo, que assim como o Youtube, as funcionalidades centrais estão no compartilhamento e acesso a vídeos. Esses aplicativos foram reportados como as redes sociais mais utilizadas (CETIC.BR; NIC.BR, 2021).

Perante esse cenário, percebe-se o alcance e interesse das crianças no consumo de conteúdo de vídeo, sejam longos, comuns no Youtube, ou curtos e virais, como ocorre no TikTok. As mídias sociais possuem essa característica de permitirem que seus usuários não sejam apenas passivos perante o conteúdo apresentado, o que ocorre com a televisão, por exemplo. Se o normal antigamente era ter crianças e adolescentes assistindo diferentes conteúdos, agora eles não somente assistem, como comentam, compartilham, produzem outros conteúdos relativos, interagem com outros usuários, formando um ciclo informacional ativo e produtivo.

Tapscott (1999) pontua que as crianças não querem ser apenas espectadoras ou ouvintes, mas sim buscam ser usuárias interativas e é essa interatividade que desperta o interesse infantil e motiva, ainda mais, suas ações de consumo (FERREIRA, 2008). Se antes o Youtube, ainda campeão de acesso a vídeos, era repleto de vídeos feitos por adultos, as crianças começaram a dominar o espaço. Após diversos vídeos virais, nome dado àqueles que são compartilhados por milhares de pessoas, o *site* virou uma plataforma poderosa de distribuição de conteúdo próprio, dando início a um processo em que as crianças se tornaram criadoras de conteúdo.

A partir do crescimento do YouTube, desenvolveu-se uma gama novos canais de crianças que produzem conteúdo, supervisionadas e gerenciadas pelos pais e que muitas vezes participam dos vídeos. Ao passo que mais pessoas se expõem nas mídias, surgem as microcelebridades (BRAGA, 2010), que são participantes das redes sociais na internet que se celebrizaram em um pequeno âmbito de atuação. Antes as pessoas obtinham fama por um feito, por uma especialidade. Após o surgimento das mídias, a exposição mediática trouxe uma nova celebridade, pois esse reconhecimento vem principalmente por meio do número de curtidas, comentários e compartilhamentos que um *post* recebe. Além disso, as pessoas gostam de acompanhar a vida umas das outras e crescentemente ocorre uma legitimação do que se faz e do que se é pelo olhar dos outros (WOHLGEMUTH; PARMEGGIANI, 2017). Dessa forma, Bruno e Pedro (2004) compreende que

Se nos espetáculos panóptico e midiático o que ganha visibilidade o faz a partir da evidência e da constituição prévia do olhar público e coletivo, o espetáculo contemporâneo, materializado, por exemplo, nas práticas de exposição de si na Internet, precisa constituir o olhar do outro e garanti-lo para si. Assim, o olhar do outro — que costumávamos conceber quase que “naturalmente” como sendo da ordem do público — privatiza-se na visibilidade requerida pelas webcams e pelos *weblogs*, tornando-se “responsabilidade” do próprio indivíduo. (BRUNO; PEDRO 2004, p. 13).

Na sociedade da informação, a imagem, tanto no sentido simbólico quanto no concreto, é o que define a reputação das pessoas, e é construída principalmente em mídias sociais, como Instagram, Twitter, TikTok e Youtube. Tudo que se fala, se comenta, se publica, desde sua imagem até uma curtida é avaliado, classificado e julgado pelo resto da sociedade conectada. Contudo, não são todas as pessoas que ganham esse destaque social, isso porque as celebridades são integrantes de um sistema mediático e inegavelmente têm muita visibilidade. Ana Jorge (2014) declara basicamente que os critérios para ser célebre são: 1) servir de referência; 2) ser especialista em algo; 3) ser público, ter sua imagem pública; 4) ter feito um ato heroico (WOHLGEMUTH; PARMEGGIANI, 2017).

A visibilidade na internet está ativamente conectada ao conceito de atualidade mediática, proposto por Martino (2009), sendo “um produto da atividade dos meios de comunicação em consonância com a organização social da sociedade complexa”. Nesse sentido, o que interessa é o presente, o que é publicado, veiculado agora. A partir daí, entende-se por que as pessoas que aparecem frequentemente na internet e que por consequência são vistas por muitos, tendem a se tornarem celebridades, produtos da indústria cultural: a sua vida e a sua identidade viram bens públicos e comerciáveis. Assim, com a internet, existem mais pessoas ditas comuns, inclusive, produzindo e postando discursos, para construírem personagens interessantes e passíveis de serem comercializadas (WOHLGEMUTH; PARMEGGIANI, 2017).

Ou seja, através da sua exposição, elas conseguem inserir-se na atualidade das mídias e a partir dessa realidade, surgem as microcelebridades (BRAGA, 2010), que são participantes de mídias sociais na internet que se celebrizaram em um microâmbito de atuação, os quais têm tido cada vez maior crescimento de popularidade. Pode-se dizer que em 2022 vive-se uma espetacularização do eu, que é quando o foco é cada vez mais as pessoas e o que elas fazem (THOMPSON, 1998). Nesse contexto, os seguidores podem ser considerados fãs, isto é, pessoas que se identificam com aquele conteúdo e apresentam um consumo frequente (ABERCROMBIE; LONGHURST, 1998). Ser fã seria mais do que ter uma afetividade, por

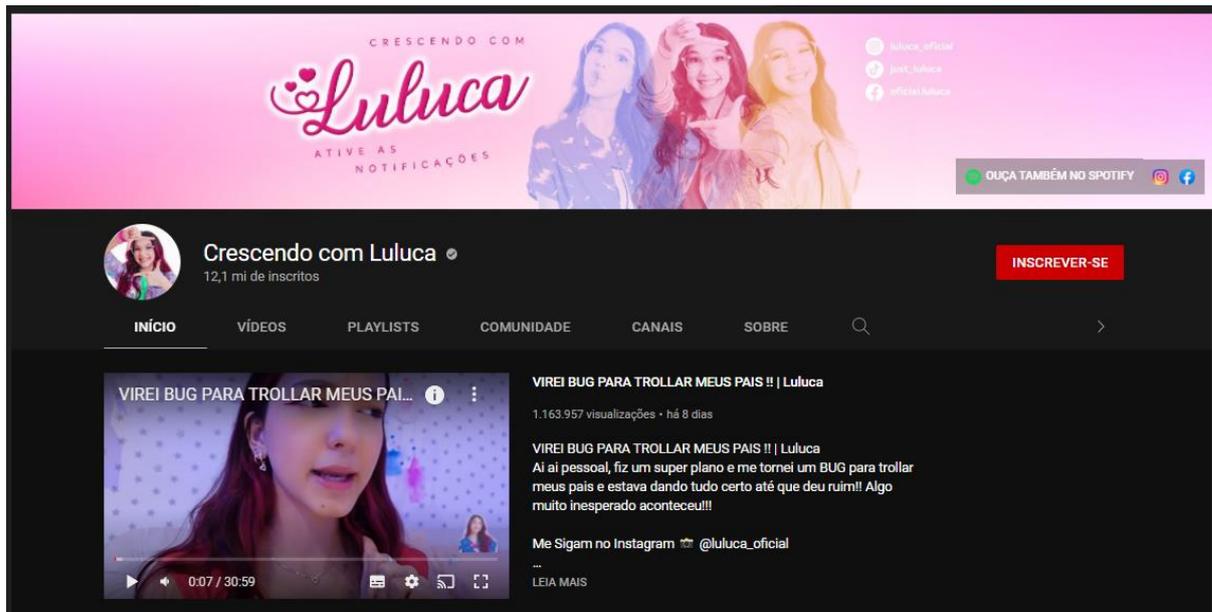
envolver uma série de atividades sociais práticas e o desenvolvimento do self ou de si. Eles são aqueles que gostam de determinado conteúdo, o compartilham, falam sobre, produzem em cima do original e movimentam as redes com o ato de participação, por exemplo (WOHLGEMUTH; PARMEGGIANI, 2017).

Atualmente já existem cursos para tornar crianças em Youtubers, nome dado popularmente aos produtores de conteúdo no *site* do Youtube e que possuem canais com vários seguidores, ou fãs. O Senac da cidade de Brusque – SC realizou em 2020 a primeira turma do curso de Youtuber Kids, ministrado pelo produtor Guilherme Poffo, do canal *República Nerd*, com mais de 11 mil inscritos (HUFF, 2018). As aulas incluíram temas como roteiro, equipamento, desde o uso de celular e webcam até as câmeras profissionais, primeiros passos de edição de vídeo, criatividade e continham também uma apostila e um *workshop* com o Youtuber Tiago Cadore, do canal *Galo Frito*, com mais de 10 milhões de seguidores (HUFF, 2018).

A primeira turma foi direcionada para crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, sendo que posteriormente foram abertas novas inscrições, para a faixa etária de 8 a 10 anos, pois segundo os organizadores do curso, é nessa idade que a maioria das crianças está começando a aflorar algum tipo de aptidão, embora as mais novas precisem de um curso mais dinâmico e divertido, menos teórico (HUFF, 2018). O objetivo desse curso era capacitar crianças para empreenderem nas plataformas digitais, a fim de que possam trazer informação, criar canais e gerarem movimentação nas mídias (HUFF, 2018). O Senac afirmou que sentiu a necessidade de oferecer o curso devido à alta e constante conexão das crianças na internet, para assim fornecerem inclusão a elas e conteúdo para formação profissional (HUFF, 2018). O curso teve cinco encontros e totalizou 20 horas/aula, contando com 17 participantes que, no último dia, tiveram de gravar e editar um vídeo a fim de saírem de lá preparados para criarem um canal com qualidade acima da média (HUFF, 2018).

Luluca é um claro exemplo de uma criança que produz conteúdo na internet. Ela é uma Youtuber de 11 anos que começou no mundo digital aos 6 anos de idade, com o apoio e incentivo de seus pais. Atualmente ela possui três canais no YouTube (figura 2), sendo o principal o “Crescendo com Luluca”, que soma mais de 12 milhões de inscritos, os quais ela chama de “pandinhas” (LULUCAa, 2022). Luíza, seu nome verdadeiro, também está no Instagram, com mais 3,4 milhões de seguidores e no TikTok com mais de 2 milhões.

Figura 2 – Página inicial do canal Crescendo com Luluca



Fonte: LULUCAa, 2022

Nos seus canais, a Youtuber Luluca fala da sua vida, casa, escola e do relacionamento com os pais, além de publicar sobre o que faz no cotidiano, nas suas brincadeiras e atividades em família, falando inclusive sobre a sua rotina durante a pandemia de COVID-19 (LULUCAb,2022). Ela também posta séries mais fantasiosas, sobre bruxas, vídeos mais famosos, bastidores das gravações, responde perguntas dos fãs, sendo que um dos canais é exclusivamente dedicado a jogos, o *Luluca Games*, no qual é protagonista ao jogar diferentes jogos *online* com sua mãe (LULUCAc, 2022).

Em 2021, lançou uma música com videoclipe, intitulada *Me Chama Amiga*, com mais de 21 milhões de visualizações (LULUCAd, 2022). Além de seguir a carreira de influenciadora digital e Youtuber, ela possui diferentes produtos licenciados no mercado, incluindo brinquedos, acessórios, calçados, papelaria, publicações e livros (figura 3).

Figura 3 – Produtos licenciados da Youtuber Luluca



Fonte: Google, 2022.

Luluca é um exemplo desse universo ainda visto por muitos como apenas uma fase, na qual os adultos percebem as crianças como mini talentos ao invés de empreendedoras e criadoras de conteúdo. É possível que alguns entendam que essas crianças estejam se expondo em excesso na internet, mas é uma realidade comum para essa geração nascida após o ano de 2010. O fato é que hoje, o número de crianças que se expõem na internet por meio de seus canais é grande, sendo superado apenas pela quantidade de outras crianças que os assistem, as quais buscam interagir e se fazer presente, com intuito de serem ouvidas e vistas pelos demais usuários (FERREIRA, 2008).

Porém, a Luluca é apenas uma pequena celebridade quando comparada com um dos maiores fenômenos da internet, Ryan Kaji. Pelo terceiro ano consecutivo, em 2020, ele foi o Youtuber mais bem pago do mundo, de acordo com a lista publicada pela Forbes (BERG, 2020). O garoto de 9 anos e seus pais são os donos do canal *Ryan's World*, com 32 milhões de inscritos e que obteve cerca de 12 bilhões de visualizações, o que gerou ao menino aproximadamente 29,5 milhões de dólares (BERG, 2020). No canal, ele busca atrair outras crianças ao testar brinquedos, realizando experimentos científicos caseiros, bem como vídeos educativos, desenhos animados, vídeos divertidos dos pais do menino e merchandising próprio (BERG, 2020). Esse lugar de fala das crianças como Ryan e tantas outras que tem canais no Youtube, embora tenha potencial para ser um lugar de reverberação de novas narrativas, está impregnado pela lógica da sociedade do consumo (BAUDRILLARD, 2008), perpetuando a manutenção do

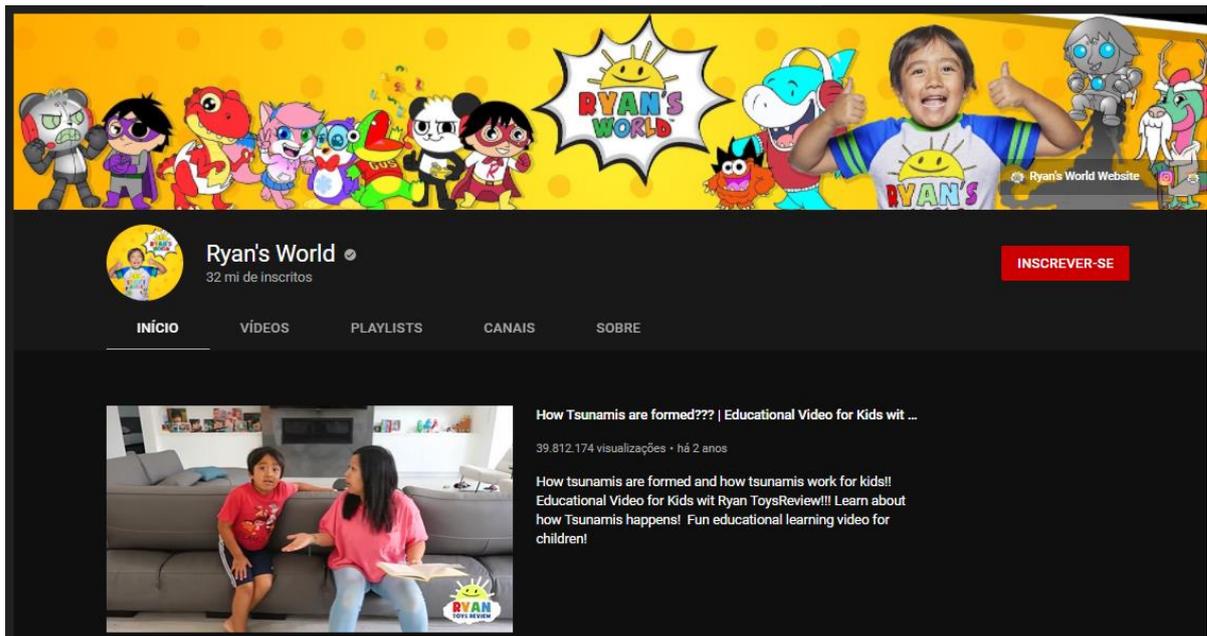
desejo de compra e orientando um modelo de vida baseado no consumismo como representação do sucesso (SAMPAIO; PEREIRA; CAVALCANTE, 2021).

Durante a pandemia, a TIC Domicílios identificou elevadas proporções de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos que afirmaram terem tido contato com formas distintas de divulgação de produtos na internet (CETIC.BR; NIC.BR, 2021). Em 2020, 62% dessa população reportou ter tido contato com vídeos de pessoas abrindo embalagens de produtos, fenômeno conhecido como *unboxing* (CETIC.BR; NIC.BR, 2021) e que já era evidenciado como um dos principais meios pelos quais crianças e adolescentes entravam em contato com divulgação de marcas na rede, ocorrendo principalmente em canais como de Ryan e Luluca, em que as crianças abrem produtos comprados ou recebidos, fazendo propaganda e instigando a vontade de quem assiste (CETIC.BR; NIC.BR, 2021). Em 2018, apenas 49% da população de 9 a 17 anos reportou contato com vídeos contendo esse perfil de conteúdo (CETIC.BR; NIC.BR, 2021).

Um fator a ser levado em consideração é que a questão da monetização é extremamente atrativa para os pais desses Youtubers mirins. Além do valor pago para cada visualização, existem também os anúncios de exibição automática que interrompem os vídeos com frequência e que geram dinheiro para o dono do canal. Enquanto as crianças podem querer desenvolver vídeos por acharem divertido e lúdico, muitas vezes os pais as apoiam com a intenção não de necessariamente permitir que o filho tenha um momento de diversão em frente às câmeras, mas sim de desenvolver um canal rentável e lucrativo, até porque quem recebe e administra a quantia ganha certamente não são as crianças.

Segundo a Forbes, o maior potencial de ganhos do canal de Ryan é justamente a publicidade feita com produtos da sua marca (BERG, 2020). *O Ryan's World* (figura 4) possui acordos de licença para mais de 5.000 produtos próprios, o que faz com o canal se torne ainda mais independente das receitas do YouTube (BERG, 2020). São brinquedos, acessórios para o lar, gadgets diversos e outros produtos onde as receitas vão direto para a família. É duvidoso imaginar que a ideia de fazer e vender esses outros produtos tenha partido de um menino de 6 anos.

Figura 4 – Página inicial do canal *Ryan's World*



Fonte: *Ryan's World*, 2022.

Nesse ponto, surge o questionamento: estariam essas meninas e meninos sendo, se comportando e tendo uma vida de crianças, ou no final das contas a diversão abre espaço para a obrigação e outras situações ainda mais sérias, devido também à influência dos pais? Questões como essas levaram a mãe de uma Youtuber brasileira a ser denunciada pelo Ministério Público (MP), acusada de ter um comportamento abusivo e humilhar a filha perante cerca de 50 milhões de usuários (WANDERLEY, 2020). Francinete, a mãe da Youtuber mirim Bel, já era produtora de conteúdo no YouTube há oito anos, em seu canal próprio, mas, em 2013, ela criou um segundo canal para a filha de 6 anos, o Bel para Meninas, com mais de 7 milhões de inscritos, onde ambas interagiam, brincavam, falavam de assuntos infantis e faziam propaganda de produtos destinados a crianças (WANDERLEY, 2020).

Com o tempo, diversos usuários começaram a notar que em alguns vídeos, o comportamento da mãe da menina se apresentava um pouco abusivo (WANDERLEY, 2020). Foram dois vídeos principais que motivaram a denúncia ao MP. No primeiro, com cerca de 50 milhões de visualizações, ambas expõem-se fazendo um desafio para ver quem consegue comer mais alimentos ruins e nojentos. A menina lambe uma mistura de bacalhau com leite algumas vezes e afirma que passará mal e que tenciona parar, mas a mãe insiste e força a garota a

continuar, até que Bel vomita enquanto a mãe ri. Esse vídeo foi retirado do YouTube e não pode mais ser acessado (WANDERLEY, 2020).

No segundo, Bel exhibe seu novo material escolar para o início do ano letivo e apresenta duas mochilas que poderá usar no primeiro dia de aula (WANDERLEY, 2020). Francinete pede então que os seguidores votem em uma enquete para escolher qual das mochilas a filha deveria optar, mesmo a menina já tendo se decidido por uma e solicitado à mãe que a deixasse ir para a escola portando aquela de sua escolha, o que lhe é negado e informado que quem decide são os fãs. Nesse momento a mãe também lhe revela que seria publicado um novo vídeo a exibindo com a mochila escolhida pelo público em seu primeiro dia de aula. (WANDERLEY, 2020). Alguns outros vídeos foram notados como abusivos, sendo que em um deles Francinete fala para a filha que ela é adotada, em outro quebra ovos na cabeça da menina e em algumas postagens, a mulher aparentava estar aborrecida com a resistência da filha, que aparentava não querer realizar aquilo que lhe havia sido proposto, mostrando-se claramente constrangida (WANDERLEY, 2020).

Além da possibilidade de abuso, esses conteúdos fizeram as pessoas que os assistiam perceberem que os vídeos do canal eram extremamente infantis, embora Bel já estivesse com 11 anos de idade. A hipótese levantada pelos usuários é de que a mãe da Youtuber a estaria obrigando a gravar vídeos sobre assuntos que não mais pertenciam ao seu universo, agora de uma adolescente, com intuito de querer lucrar valendo-se da filha, mantendo-se fiel ao seu público originário, meninas, já que o canal foi criado quando a menina tinha 6 anos de idade (WANDERLEY, 2020). Após a denúncia do Ministério Público, o conselho tutelar foi acionado, mas nada foi constatado e a mãe de Bel não foi penalizada pelas acusações. O canal ficou inativo por cerca de 3 meses e todos os vídeos que causaram a controvérsia foram excluídos. Na época, foi publicado um vídeo dos pais comentando o caso e negando as acusações e um de Bel afirmando que tudo não passava de invenção das pessoas e que a mãe nunca cometeu nada (WANDERLEY, 2020).

Atualmente, o canal teve seu nome alterado de Bel para Meninas para apenas Bel. Esse é apenas um caso em que os pais, que deveriam intervir para proteger seus filhos dos malefícios da internet, estavam abertamente expondo não só a vida deles, mas como controlando de um modo excessivo as escolhas das crianças. O problema é que não somente esse conteúdo foi postado, como assistido por milhões de crianças de diferentes idades e que muitas vezes não possuem maturidade para compreender o que havia de errado nos vídeos. Deve-se pensar até que ponto as crianças que produzem conteúdo na internet estão fazendo isso por vontade própria e porque acham divertido. Talvez tenha sido assim no início, mas manter um canal atualizado

é trabalhoso, tendo em vista que não só é preciso gravar por horas sobre assuntos variados, mas as postagens têm que ter uma certa regularidade a fim de manterem o engajamento com os usuários e seguidores. Após certo ponto, o que foi iniciado por diversão pode passar a ser trabalho, não regularizado e com o apoio dos pais.

Fica claro, portanto, que as crianças não só consomem informações por meio de diferentes conteúdos o dia inteiro, como algumas também são ativamente desenvolvedoras, muitas já vivendo financeiramente disso. Criatividade, imaginação, brincadeiras e diversão, são aspectos marcantes de crianças e se mostram relevantes nos vídeos que elas criam, pois são o que atraem outras. Na internet, portanto, elas criam comunidades virtuais, fazem novas amizades, compartilham relações, simulam experiências e encurtam as distâncias e limites do tempo e do espaço, assim como inventam novos sons, imagens e textos eletrônicos (LIMA; PRETTO; FERREIRA, 2005). Se antes as crianças já consumiam esses conteúdos, agora que elas ficam a maior parte do dia conectadas devido à necessidade de se manterem em casa, aumenta-se a chance de consumirem ainda mais o que gostam, por mais tempo. Necessitando uma maior atenção por parte dos responsáveis para que o consumo não interfira negativamente no desenvolvimento da criança.

4.4 Benefícios e riscos da internet para crianças

As crianças utilizam a internet como uma fonte de informação, comunicação, socialização e entretenimento, e essas ações trazem diversos benefícios, como o desenvolvimento de apropriação e o uso competentes de novas tecnologias de informação e comunicação. Com supervisão adequada e na faixa etária apropriada, as tecnologias podem ajudar no aprendizado e no desenvolvimento de habilidades de comunicação, imprescindíveis para o dia a dia da sociedade de hoje (CETIC.BR; NIC.BR, 2020). Além disso, a interação permite que o público infantil tenha acesso a diferentes realidades, encontre informações referentes a temas que sejam de seu interesse, possa dar as suas opiniões e consuma conteúdos benéficos para sua educação. Assim, a comunicação nessas mídias digitais não é apenas um instrumento midiático e tecnológico, mas também tem caráter pedagógico que atua na construção coletiva do conhecimento (FERREIRA, 2008).

Buckingham (2006) destacou em seus estudos duas correntes antagônicas: de um lado, uma corrente pessimista que atribui a essas mídias um poder de influenciar negativamente o comportamento das crianças, sobretudo nas relações sociais, culturais, afetivas e cognitivas. Postman (1999), um dos teóricos dessa linha de pensamento, responsabiliza os meios de

comunicação, principalmente a televisão, por um suposto desaparecimento da infância. O outro lado, a corrente otimista, considera as mídias digitais como meios potencializadores de novas formas de aprendizagem (POSTMAN, 1999). Autores como Tapscott (1999), defendem os benefícios trazidos pelas mídias digitais, que não foram previstos por Postman: o auxílio no desenvolvimento da criança em todas as suas dimensões: motora, cognitiva, afetiva, social e cultural, além do desenvolvimento da linguagem escrita e oral, fortalecimento da autoestima e outras vantagens, segundo eles, encontradas no mundo interativo (NASCIMENTO, 2014).

O fato é que a internet em si não é perigosa, mas exige cuidados, supervisão e o início de uma concepção crítica sobre o ambiente digital para que se possa desfrutar com tranquilidade de tudo que é oferecido, sem estar vulnerável por falta de informações e educação digital. A tese da Curva do Dorminhoco aponta que o entretenimento principalmente por meio dos videogames e da televisão, contribuem no processo cognitivo, estimulando os indivíduos na resolução dos problemas, apontados nas narrativas de mídia (FERREIRA, 2008). Quanto mais as crianças se entendam como usuários, mais irão se perceber como indivíduos ativos na sociedade, produtoras de informações relevantes, e não apenas consumidoras.

Ademais, quanto mais intensa é a participação de crianças e adolescentes nos ambientes *online*, maiores são as possibilidades para o aproveitamento de oportunidades, embora quanto maior a exposição, maior a chance, também, de se correrem riscos. Com o auxílio de pais, educadores e por meio de educação digital remota, elas podem usufruir da internet seguindo estratégias e segurança, tanto digital, quanto em relação à saúde física (CETIC.BR; NIC.BR, 2020). Durante a pandemia COVID-19, a maioria das atividades passaram a ser realizadas na internet, o que também exigiu, em muitas famílias, a flexibilização do uso por parte dos pais. Contudo, independente do momento histórico, os riscos das tecnologias e da internet devem ser considerados quando se trata de crianças.

Segundo a TIC Kids *Online* Brasil (CETIC.BR; NIC.BR, 2020), diferentes situações maléficas para o público infantil ocorreram na internet: 31% das meninas da pesquisa afirmaram terem sofrido ofensas, enquanto 24% foram meninos. Até certa idade na adolescência, os jovens ainda se beneficiam ativamente de orientação para saberem como lidar em diferentes situações de conflito, o que exige um acompanhamento por parte de um adulto, sejam os responsáveis, sejam os educadores. Outra indicação da pesquisa mostra que crianças e adolescentes de classes socioeconômicas mais baixas foram as mais expostas a riscos e as que relataram situações mais frequentes de discriminação na rede no período que antecedeu a pandemia (CETIC.BR; NIC.BR, 2020). Em relação ao gênero, meninas reportaram ter

vivenciado situações de risco de maneira mais expressiva que meninos, com ênfase para o contato com conteúdos sensíveis e sexuais (CETIC.BR; NIC.BR, 2020).

Contudo, mesmo com relativo controle, ainda podem ocorrer situações inadequadas para a vivência de tenra idade. Alguns exemplos são a pornografia, a invasão de privacidade, o incentivo à violência e ofensas preconceituosas, como discriminação. Ainda, as crianças podem, sem querer, expor dados da família, informações bancárias, realizarem o download de programas de *malware* e vírus de computador. Para além destes perigos, ainda existe a possibilidade de serem assediadas para fazerem compras não autorizadas pelos pais, que não permitem que seus filhos façam por conta própria compras dentro das lojas de aplicativos móveis (MOBILE TIME/OPINION BOX, 2021).

Em 2019, o filho de 7 anos da australiana Donna Jacob realizou a compra de um brinquedo chamado *Billy Banana* pelo computador com o cartão de crédito da mãe (FOLHA VITÓRIA, 2019). O brinquedo raro foi adquirido pelo valor de 7.500 dólares, cerca de 38.000 reais. O menino realizou a compra porque o objeto estava em promoção no eBay e conseguiu realizá-la sem auxílio, pois todos os dados do cartão de crédito da mãe estavam salvos automaticamente no computador (FOLHA VITÓRIA, 2019).

Já no Brasil, no ano de 2021, o menino Enzo Gabriel, de 6 anos, aproveitou o momento que os familiares estavam distraídos e comprou 12 motos de brinquedo, no valor de 800 reais, em um *site* de compras na internet (BARBOSA, 2021). Segundo o avô, o menino jogava no celular da mãe, mas como ele estava sem bateria, pediu para usar o computador e realizou a compra sem avisar ninguém, sendo que ele mesmo só descobriu quando recebeu a notificação no celular (BARBOSA, 2021). Quando perguntado sobre o motivo de ter efetuado a compra, Enzo disse que só queria brincar. Nota-se que o menino não sabia das consequências dessa ação e nem tinha noção sobre o valor alto dos brinquedos ou como o uso desse dinheiro poderia afetar a família, mas sabia como acessar o *site* e conseguiu facilmente efetivar a compra, enquanto os familiares faziam atividades domésticas (BARBOSA, 2021).

Apesar dessas questões, um dos maiores medos de pais é que seus filhos fiquem de alguma forma viciados e dependentes das tecnologias. Uma reportagem intitulada *Geração On Demand*, publicada na seção TAB do *site* Uol, apresentava sinais de que o filho estava a caminho do vício em internet. É como se observa:

Ao desgrudar os olhos do seu celular, são grandes as chances de você constatar que as crianças também foram hipnotizadas por telas e pelas possibilidades que esses dispositivos oferecem. Como nativos da era digital, os mais novos veem como essência da vida a relação com o universo *on demand*, no qual é possível acessar o que quiserem, onde quiserem e quando quiserem. Mas a

tecnologia cobra seu preço: uma coisa é um adolescente ou adulto ganhar esse privilégio do “tudo ao mesmo tempo agora” após já ter encarado a espera pelo próximo episódio. As consequências existem, já são observadas e muitas chegam a ser alarmantes. Tanto que a SBP (Sociedade Brasileira de Pediatria) acaba de produzir o seu primeiro manual – lançado em novembro - para ajudar a lidar com esses desafios. E eles são muitos. Basta conferir os relatos a seguir feitos por psicólogos, pediatras e pais - eles mesmos inseparáveis de seus eletrônicos:

- O bebê só fica quieto em frente ao celular. Sai a chupeta, entra “Galinha Pintadinha”;
- O feriado em família vira motivo de estresse, se o destino não tiver Wi-Fi nem conexão 3G;
- A criança manda mensagem via WhatsApp para a mãe, no quarto ao lado, para avisar que está com fome;
- O amigo imaginário perde espaço para o Youtuber, sempre pronto a entreter;
- O 3G dos pais vira brinquedo dos filhos;
- A garota se recusa a comer, caso seus ídolos virtuais não a acompanhem;
- Grade fixa de programação e intervalo fazem da TV um castigo; - O medo de acabar a luz não é do escuro. Mas da falta de internet e de bateria;
- A descoberta da senha do Wi-Fi antecede qualquer outro tipo de interação em um novo ambiente;
- Na hora do banho, o *tablet* é comandado pela mãe do outro lado do box (TAB UOL, 2016).

A partir do momento que existem reportagens focadas em ajudar os pais a perceberem se seus filhos estão viciados ou não, fica claro que essa situação é um problema real e que precisa ser trabalhado. Sobre isso, fica o pensamento de que a culpa é 100% dos responsáveis, que não souberam dosar o acesso de seus filhos e que agora terão de arcar com as consequências. Ademais, a preocupação é tanta com o uso excessivo, principalmente agora durante a pandemia, que a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) emitiu um alerta sobre uma possível dependência virtual e, em fevereiro de 2020, atualizou recomendações sobre saúde de crianças e adolescentes no contexto digital (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2020).

Segundo a SBP, os tempos máximos a que crianças e adolescentes devem ser expostos a telas diariamente são: Crianças com idades entre 2 e 5 anos: máximo de 1 hora por dia, sempre com supervisão; Crianças com idades entre 6 e 10 anos: máximo de 1 a 2 horas por dia, sempre com supervisão; Adolescentes entre 11 e 18 anos: de 2 a 3 horas por dia para uso de telas e jogos de videogames; Todas as idades: não usar telas durante as refeições e desconectar 1 ou 2 horas antes de dormir (SBP, 2020).. Outras recomendações apresentadas pelos médicos são: não permitir que as crianças e adolescentes fiquem isolados nos quartos com televisão, computador, *tablet*, celular, *smartphones*, além de estimular o uso desses aparelhos nos locais

comuns da casa, que podem ser mais vigiados e promovendo a interação social (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2020).

O vício em tecnologia recebeu até a Classificação Internacional de Doenças (CID-11) e foi reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como doença (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2020). Devido a isso, a SBP ainda trouxe recomendações aos pais, como: controlar o tempo de aulas e demais atividades educacionais, estabelecer um limite de tempo para que as crianças e adolescentes usem a internet para se comunicar com outras pessoas em busca de afetividade, investir em alternativas de diversão que possam ser feitas fora do mundo real e com movimentação física, assim como manter diálogos e conversas perante uma rotina saudável (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2020).

Ademais, um dos resultados obtidos pela pesquisa *Panorama Mobile Time/Opinion Box*, de outubro de 2021 é que quanto mais velha a criança, mais tempo ela passa por dia com o *smartphone*: no grupo de 10 a 12 anos, 37% ficam quatro horas ou mais (MOBILE TIME/OPINION BOX, 2021). Esse percentual cai para 21% na faixa entre 7 e 9 anos; para 14%, entre 4 e 6 anos; e 5%, de 0 a 3 anos. Segundo os resultados da pesquisa, 19% das crianças dessa faixa etária utilizam *smartphones* diariamente por três horas, e outros 24%, por quatro horas ou mais (MOBILE TIME/OPINION BOX, 2021). Em média, 25% população investigada pela TIC Kids *Online* Brasil de 2019, que trouxe dados já durante a pandemia, alegaram ter tentado passar menos tempo na internet e não ter conseguido: 24% afirmaram ter passado menos tempo do que deveria com a família, amigos ou fazendo lição de casa, porque ficaram muito mais tempo na internet (MOBILE TIME/OPINION BOX, 2021).

21% de crianças navegaram na internet sem estarem interessados no que viam, 21% se sentiram mal em algum momento nesse período por não poderem estar na internet, ou ainda deixaram de comer ou dormir por causa da internet (20%) (CETIC.BR; NIC.BR, 2020). Além de todas essas questões, os problemas de saúde também são alvo de preocupações. Impactos no sono, devido à cor mais azulada que impede a produção de melatonina o hormônio do sono e que regula os ritmos circadianos, além de alterações no humor são alguns sintomas relevantes, assim como aumento do nível de ansiedade e de estresse ao serem privadas do uso de *smartphone* (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2020). Apesar dos riscos levantados, toda a questão está no equilíbrio entre atividades *online* e *offline*, além dos cuidados recorrentes por parte dos pais e de uma comunicação clara sobre riscos e benefícios da internet e tecnologias. Essas questões devem ser consideradas em relação ao desenvolvimento cognitivo e social das crianças, especialmente as mais novas.

5. MEDIAÇÃO PARENTAL NAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS INFANTIS

Nesse capítulo, são apresentados os conceitos de mediação e um aprofundamento na mediação parental, iniciando pelo entendimento do que são as práticas informacionais, essas que sofrem a mediação parental. A definição de práticas informacionais está presente na Ciência da Informação, especialmente no campo de estudos de usuários da informação, que se volta para os usuários da informação e suas necessidades informacionais. A Ciência da Informação teve seu início em meados do século XX apoiando-se num modelo fisicista, vinculado à Teoria Matemática da Comunicação de Shannon e Weaver e à cibernética de Wiener (1954).

Essa abordagem tinha como pressuposto apenas a transmissão física de um sinal ou mensagem, não considerando os aspectos semânticos e pragmáticos da informação, ou ainda o papel ativo do usuário no processo (GOULART; KAFURE, 2015). Barreto (2002) divide a área em três períodos, indicando os principais focos de estudo e prática em cada época. No primeiro período, o *Tempo de Gerência da Informação* que compreende de 1945 até 1980, era necessário lidar com a explosão informacional, desenvolvendo-se os sistemas de classificação, indexação e tesouros. O segundo, *Tempo da Relação Informação e Conhecimento*, é o subsequente de 1980 a 1995, quando se passou a observar a ação da informação na coletividade em uma vertente mais social e cognitiva, e não somente técnica (LANÇA, 2018).

Berti e Araújo (2017) afirmam que as práticas informacionais

[...] representam a busca por informação pautada na relação informacional influenciada pelas interações sociais, de modo que compreendem os usuários e a informação em espaços diferentes, independentes, porém recíprocos. Os valores dados à informação pelos sujeitos podem ser entendidos pela cultura semiótica, de que ao mesmo tempo que o usuário recorre aos significados culturais, contribui para produzi-los e reforçá-los como consideram Geertz (1978) e Wagner (1975). Em concordância à condição da interação do usuário com a informação, com base nas construções históricas e sociais dos sujeitos, está o paradigma social da informação de Capurro (2003), o enfoque pragmático de Rendón Rojas (2005) e a abordagem interacionista defendida por Araújo (2012) (BERTI; ARAÚJO, 2017, p. 395).

Em uma perspectiva de interação, o usuário não é totalmente determinado pelo contexto em que está inserido, ou isolado e alheio a ele, ou seja, a interação sofre interferência dos contextos socialmente construídos, mas esses mesmos contextos sociais acabam por serem influenciados pelos usuários, o que altera o processo de busca e uso da informação. Os estudos de usuários na Ciência da Informação compreendem que há um conjunto de fatores humanos, pessoais, individuais e coletivos que determinam a aderência da informação (BERTI; ARAÚJO, 2017).

5.1 Práticas Informacionais na internet

Para Savolainen (2007), o conceito de práticas informacionais e o de comportamento informacional são tidos como guarda-chuva, pois abarcam as atividades que as pessoas usam para lidar com a informação. As representações se manifestam como uma alternativa ao caráter restritivo do comportamento informacional, pois esse se dirige ao um indivíduo que, a partir de um estímulo externo, procura um sistema de informação para satisfazer suas necessidades informacionais (SAVOLAINEN, 2007). O autor afirma que,

Do ponto de vista da “práxis da informação”, há um pressuposto de que toda ação prática relacionada à produção, ao armazenamento, à manipulação, à busca, à transferência, à avaliação e ao uso da informação tem lugar dentro de um contexto social que ocupa o espaço de um relacionamento ainda não especificado com esta ação prática (SAVOLAINEN, 2007, p. 124, tradução da autora).

Capurro (2007) e Vega-Almeida, Fernández-Molina e Linares (2009), abordam os três Paradigmas Epistemológicos da Ciência da Informação: Físico, Cognitivo e o Social. Respectivamente, o primeiro colaborou para a origem da CI como disciplina e se caracteriza por ser uma abordagem sistêmica em que a informação é tida como mensagem ou sinais expressos por algoritmos e probabilidade, mas também é considerada como algo externo, objetiva, tangível e passível de ser mensurada (CAPURRO, 2007; VEJA-ALMEIDA; FERNÁNDEZ-MOLINA; LINARES, 2009). O foco era na mensuração da informação e na mensagem, sem qualquer preocupação com a semântica (ALMEIDA; PAULA; CARELLI; OSÓRIO; GENESTRA, 2007). O Paradigma Físico foi importante para situar a área da CI, apresentando contextos políticos, tecnológicos e econômicos.

O Cognitivo tem influências de Karl Popper e foi responsável por transformar a informação em conhecimento, com foco no sujeito individual (CAPURRO, 2003). Neste paradigma, a informação é algo subjetivo, processado e entendido pelo sujeito, que afeta ou muda o estado da mente e deve refletir a percepção subjetiva de conhecimento e informação do usuário (CAPURRO, 2003). Sua existência se apresenta em contraposição à perspectiva física, ao buscar compreender como os processos informativos transformam o usuário. Contudo, este paradigma apresenta lacunas, uma vez que compreende a informação como algo distinto do usuário, que não é visto como um ser social (CAPURRO, 2003). Assim, surge o paradigma social, que situa o sujeito em meio à sociedade e atrela os seus conhecimentos e interesses às redes das quais participa.

O paradigma social mescla o científico e social ao enfatizar a história dos fenômenos sociais, abordando contextos sociais e culturais, enxergando a informação como algo construído e não apenas como algo que pode ser organizado e tratado, como ocorre nos outros dois paradigmas (TABOSA; TAVARES; NUNES, 2016). Nesse sentido, a informação equivale a um fenômeno social, passível de sofrer influência por parte de indivíduos sozinhos e do coletivo (TABOSA; TAVARES; NUNES, 2016). Nos estudos de usuários, sob esse prisma social a perspectiva das práticas informacionais revela-se como alternativa às investigações de comportamento informacional (GOULART; KAFURE, 2015). As práticas compreendem que a necessidade de informação se relaciona com o contexto sociocultural, num movimento de capturar disposições sociais e coletivas, como o significado do que é informação, quais as necessidades e como se relacionar com ela (GOULART; KAFURE, 2015).

A tese de Harlan (2012) abordou adolescentes criadores de conteúdos em ambiente digital por meio da teoria fundamentada, e ao final, foram identificadas cinco práticas de informação desenvolvidas pela comunidade estudada, sendo elas: (1) conhecer a comunidade, suas regras e normas; (2) negociar a “estética” desenvolvendo suas identidades e gostos; (3) negociar controle, como criar conteúdo e publicar; (4) negociar as habilidades para criar conteúdo; (5) representar conhecimento, que é o conjunto das três anteriores, produzindo a informação como um artefato e articulando as ações de refletir, modelar e compor. A autora apresentou um amplo panorama das distintas ações empreendidas pelos sujeitos e as articulou às dimensões coletivas de aprendizado dos jovens (HARLAN, 2012).

Harlan (2012) afirma que as cinco práticas de informação estão ligadas às experiências de informação com diferentes ações de informação incorporadas, se situando no contexto da comunidade e, portanto, são moldadas através das estruturas sociais da comunidade e meios técnicos. Além do mais, a autora afirma que ao se envolverem nestas práticas, os jovens produzem algo como espetáculos, que são compartilhados com a comunidade e por conseguinte, moldam a comunidade através do envolvimento nestas práticas (HARLAN, 2012).

Identificar tais práticas é algo complexo, pois integram esse meio de questões de uso, de satisfação e de necessidades do usuário, aspectos que influenciam nas suas práticas informacionais, tendo em vista que são dimensões que dominam todo o processo (BERTI; ARAÚJO, 2017). Assim, a noção de práticas informacionais permite que se compreenda a maneira com que os indivíduos atribuem significados às suas ações, quando relacionadas à informação (TABOSA; TAVARES; NUNES, 2016). Estudar as práticas informacionais se torna apropriada por envolver relações cotidianas com a informação, tendo os usuários como participantes ativos da sociedade.

Marteletto (1995) afirma que a prática social é uma prática informacional, o que corrobora com Savolainen (2007), pois segundo este, todo processo de busca de informação é uma prática social. Dessa forma, entende-se que:

Toda prática social é uma prática informacional – expressão esta que se refere aos mecanismos mediante os quais os significados, símbolos e signos culturais são transmitidos, assimilados ou rejeitados pelas ações e representações dos sujeitos sociais em seus espaços instituídos e concretos de realização (MARTELETTO, 1995, p. 92).

González de Gomes (2000) situa as teorias da prática como abordagens emergentes nas ciências sociais. Ao se considerar o usuário da informação pela perspectiva das diversas abordagens teórico-metodológicas das práticas, não é possível tomá-lo nem objetivamente, nem subjetivamente, mas sim como um sujeito que se constrói e como constrói a realidade social e as premissas dos sistemas ou serviços que utiliza, não sendo apenas um usuário do serviço simplesmente (DE FREITAS ROCHA; KREMPSEK GANDRA; PEREIRA ROCHA, 2017). Na abordagem pelo conceito de práticas existe uma aproximação do que é propriamente humano nos usuários da informação, que seria a capacidade de imaginar, de criar e se apropriar da informação, além de existir na coletividade, uma dimensão constituidora de todos os seus atos, entre os quais aqueles ligados à informação (ARAÚJO, 2012).

Essas práticas informacionais sofreram mudanças ocasionadas pela pandemia de COVID-19, tendo em vista que todos ao redor do mundo tiveram que transferir as atividades de estudo e de trabalho para a própria casa, devido à necessidade de distanciamento social. O tráfego na rede aumentou desde o início da pandemia e continua elevado, devido ao uso intensificado de serviços de *streaming*, reuniões por videoconferências e aulas *online*. O Brasil tem aproximadamente 152 milhões de usuários de internet, o que corresponde a 81% da população com 10 anos ou mais e, pela primeira vez, identificou-se uma proporção maior de domicílios com acesso à rede (83%) do que indivíduos usuários (81%) (CETIC.BR; NIC.BR, 2021).

Comparado com a pesquisa Painel TIC COVID-19 realizada em 2019, o aumento foi de 12 e de 7 pontos percentuais, respectivamente (CETIC.BR; NIC.BR, 2021). A pesquisa reiterou ainda o aumento na realização de atividades *online* durante a pandemia, mostrando que mais usuários procuraram ou realizaram serviços públicos através desse meio em 2020. Houve também crescimento da realização de transações financeiras no ambiente digital, com um aumento para 43%, em contraste com os 33% em 2019, sendo que o aumento mais expressivo se deu entre aqueles das classes C, D e E (CETIC.BR; NIC.BR, 2021).

O crescimento da proporção de domicílios com acesso à internet se deu em todos os segmentos analisados, tanto nas áreas urbanas, quanto nas rurais, em todas as regiões, faixas de renda familiar e estratos sociais (CETIC.BR; NIC.BR, 2021). A maior modificação foi o das classes C, com 91% e D e E, com 64%, comparado com 80% e 50% respectivamente de 2019 (CETIC.BR; NIC.BR, 2021). Além disso, houve um aumento na presença de computador nos domicílios, passando de 39% em 2019 para 45% em 2020, revertendo uma tendência de declínio que ocorria nos últimos anos. Quando se diz computador, a pesquisa refere-se a desktops, notebooks ou ainda *tablets* (CETIC.BR; NIC.BR, 2021).

Um levantamento diverso apontado pela pesquisa foi a proporção de acesso à internet pela televisão, que pela primeira vez se apresentou acima da proporção de acesso pelo computador, alcançando 44% dos usuários brasileiros, 7% maior que os 37% registrados em 2019 (CETIC.BR; NIC.BR, 2021). Isso se dá devido ao consumo de cultura e entretenimento por meio das plataformas de *streaming* como Netflix e Disney+, que durante a pandemia passou a ser reportado por uma parcela maior da população. O número de usuários aumentou no Brasil, sobretudo entre os moradores das áreas rurais, saindo de 53% em 2019 para 70% (CETIC.BR; NIC.BR, 2021). Em 2020, houve uma aceleração do uso da internet entre parcelas mais vulneráveis da população, mas apesar desse maior alcance, os indicadores apontam a persistência da existência contínua de desigualdades no acesso, com uma prevalência de usuários de classes altas, escolarizados e principalmente mais jovens (CETIC.BR; NIC.BR, 2021).

Com o aumento do distanciamento social, passamos a procurar novos modos de gerar conexão com outras pessoas, principalmente por videochamadas. As pessoas querem fazer mais do que apenas se comunicar através de mensagens e textos, mas sim ver uns aos outros. Isto deu um grande impulso aos aplicativos como *Zoom*, *Skype*, *Google Meets*, *Microsoft Teams*, *Houseparty*, além de que outros passaram a ter chamadas de vídeo, como Instagram e Facebook.

Essa realidade de aumento do uso de internet por crianças ocorreu em todo o mundo. O artigo de Kamaşak T, Topbaş M, Ozen N, Esenülkü G, Yıldız N, Şahin S, Acar Arslan E, Çil E, Kart PÖ, Cansu A, intitulado *Uma Investigação das Mudanças de Atitudes e Comportamentos e do Uso Problemático da Internet em Crianças de 8 a 17 Anos durante a Pandemia de COVID-19*, publicado em 2022, firma que as crianças foram as mais afetadas por este fenômeno, pois a pandemia tornou obrigatório o isolamento social. A educação passou a ser realizada, em sua maioria, *online* e como já foi dito, fez com que as crianças passassem mais tempo com *smartphones*, *tablets* e computadores (KAMAŞAK et al, 2022). Ele teve por objetivo examinar os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre o estilo de vida, hábitos e

diferenças comportamentais das crianças e suas mudanças nos hábitos de uso da internet. A pesquisa foi planejada como um estudo transversal envolvendo 4892 crianças de 8 a 17 anos de idade frequentando escolas no centro da cidade de Trabzon, na Turquia (KAMAŞAK et al, 2022). As atividades diárias das crianças, hábitos sociais, mudanças de humor e temperamento e o uso da internet foram investigados antes e durante a pandemia (KAMAŞAK et al, 2022). Observou-se que 59,6% das crianças tinham seu próprio *smartphone* e as principais razões para usar computadores, *tablets* e *smartphones* durante a pandemia foram 72,5% para jogar jogos, 37% para uso em mídias sociais, 72,5% para assistir vídeos, 9,1% para edição de vídeo, 15,4% para leitura de livros e 59,9% para conversar com amigos (KAMAŞAK et al, 2022).

Já no Brasil, segundo o Resumo Executivo —Pesquisa TIC Kids *Online* Brasil 2020, é dito que dados da TIC Domicílios 2020 indicam as atividades mais realizadas por crianças na internet durante a pandemia: atividades ou pesquisas escolares (89%), assistir a filmes (64%), séries (53%), programas de TV (33%) e outros vídeos (74%), como vídeos de música (61%), de animações ou desenhos animados (55%), vídeos de influenciadores digitais (55%), tutoriais ou videoaulas (44%) e pessoas jogando videogame (41%) (CETIC.BR; NIC.BR, 2021).

No estudo turco ainda foi identificado que a maioria das famílias relatou mudanças nos hábitos de sono de seus filhos, principalmente considerando as condições extraordinárias em que as crianças viviam, visto que algumas regras foram flexibilizadas por parte das famílias com o objetivo de reduzir os níveis de estresse de seus filhos (KAMAŞAK et al, 2022). Ainda, as famílias foram questionadas sobre o propósito do uso da internet, como jogos, mídia social, assistir a vídeos, conversar, ler livros etc. Os autores não notaram nenhuma diferença significativa antes e durante a pandemia em termos de propósitos de uso da internet, mas ficou evidente que o tempo gasto *online* para esses propósitos aumentou (KAMAŞAK et al, 2022).

Contudo, apesar desse aumento do uso de mídias e internet, entre os efeitos da pandemia, pode-se destacar também o aumento da desigualdade social, devido à exclusão digital. Neste período, aulas, trabalho, comunicação e entretenimento foram ocorrendo de maneira remota e *online*, mas nem todos possuem a estrutura necessária para adentrar esse espaço virtual. O segmento mais afetado foi a educação, tendo em vista que desde 2020, para acompanhar as aulas são necessários equipamentos adequados além do acesso à internet. Essa realidade aprofundou a desigualdade, pois ainda que muitos alunos tenham um celular, eles não têm um plano de dados adequado para acompanhar as aulas e realizar as tarefas.

Segundo o relatório conjunto da UNICEF e da União Internacional de Telecomunicações (UIT), dois terços crianças de 3 a 17 anos de idade (1,3 bilhões) não têm conexão à internet em suas casas (UNICEF, 2020). Thompson afirma que se

[...] tantas crianças e jovens não tenham acesso à Internet em casa é mais do que uma lacuna digital - é um cânion digital", disse Henrietta Fore, Diretora Executiva da UNICEF. A falta de conectividade não limita apenas a capacidade das crianças e dos jovens de se conectarem *online*. Ela os impede de competir na economia moderna. Ela os isola do mundo. E no caso de fechamento de escolas, como atualmente vivenciado por milhões de pessoas devido à COVID-19, faz com que elas percam na educação. Dito sem rodeios: A falta de acesso à Internet está custando à próxima geração seus futuros. (THOMPSON, 2020, tradução da autora).

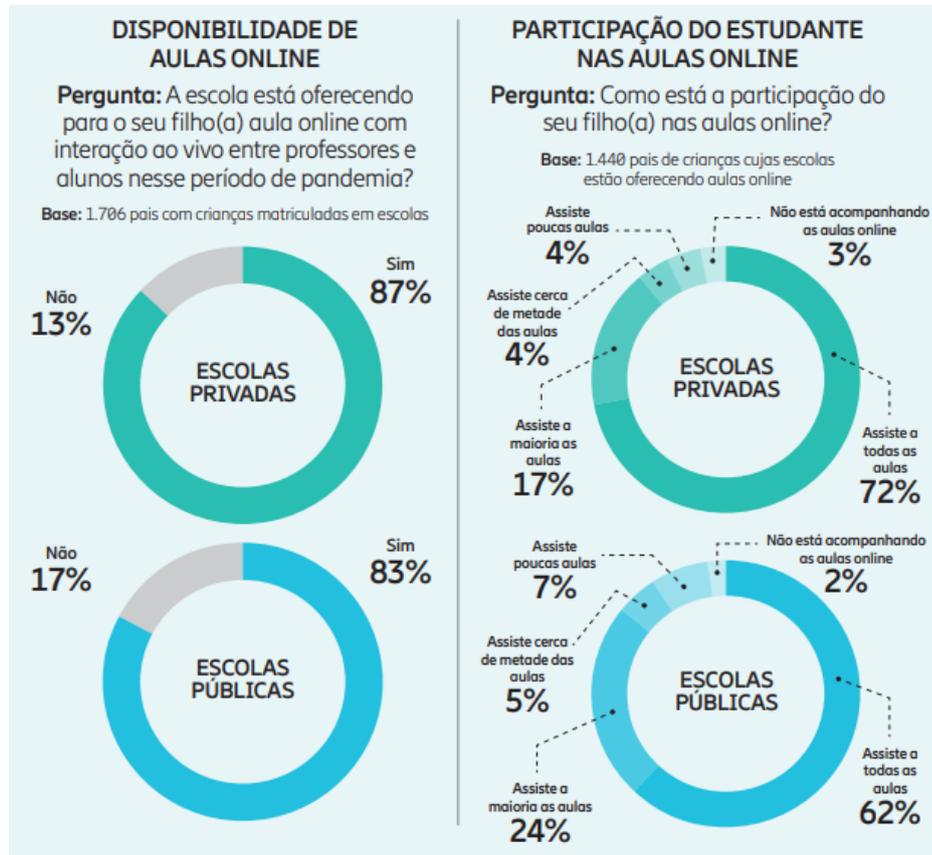
Embora pesquisas mostrem crescimento no uso geral da internet, quase 5 milhões de crianças brasileiras vivem sem acesso à internet (CETIC.BR; NIC.BR, 2020). A situação ainda é agravada porque devido aos valores de compra, ainda há uma predominância no uso de telefones celulares para acesso à internet, especialmente por crianças de baixa renda, já que é mais barato comprar e manter um celular com rede móvel de dados, do que um notebook em casa com a necessidade de ter internet, por cabo, fibra-ótica, além da rede Wi-Fi (SARLI, FERNANDES, 2021).

Contudo, os telefones celulares não oferecem um meio adequado de acesso às plataformas educacionais devido ao tamanho relativamente pequeno da tela, à falta de teclado, de espaço adequado para tomar notas e ao fato de que muitos jovens de origens mais pobres só podem acessar a internet através de pacotes de dados pré-pagos, ou ainda porque seus telefones muitas vezes carecem de espaço de memória para instalar novos aplicativos (SARLI, FERNANDES, 2021). Na maioria das vezes, esses celulares são usados apenas para acesso às mídias sociais, para passar tempo e para ter entretenimento, não suportando da maneira necessária as atividades educacionais. Outro agravante da situação foi que nem mesmo os professores tiveram treinamentos para dar as aulas remotas (SARLI, FERNANDES, 2021).

A pesquisa Panorama (2021) (gráfico 2), da *Mobile Time/Opinion Box*, mostrou que durante a pandemia, subiu de 69% para 83% a proporção de instituições públicas que oferecem aulas *online*, quantidade que quase se iguala às escolas privadas (87%). O percentual de alunos de escolas públicas que assistem a todas as aulas *online* passou de 59% para 62%, e entre os alunos de escolas particulares subiu de 68% para 72% (MOBILE TIME/OPINION BOX, 2021). Na rede privada, o computador continua sendo o principal meio de acesso às aulas *online*, usado por 74% das crianças, mas houve um aumento significativo do uso dos celulares para essa finalidade (MOBILE TIME/OPINION BOX, 2021). Em contrapartida, nas escolas públicas, o principal meio de acesso é o *smartphone* mesmo, realidade que já vinha sendo observada em 2020, mas a proporção de crianças que utilizam esse dispositivo para estudar

subiu de 71% para 78%. Além disso, somente 42% das crianças em escolas públicas acessam as aulas por um computador (MOBILE TIME/OPINION BOX, 2021).

Gráfico 2 - Aulas *online* durante a pandemia por tipo de escola



Fonte: Mobile Time/Opinion Box, 2021

Ademais, enquanto as crianças de origens socioeconômicas mais elevadas e que cursam em escolas particulares conseguiram acompanhar 72% de todas as atividades de aprendizagem à distância, os estudantes de escolas públicas puderam acompanhar apenas 62% delas (MOBILE TIME/OPINION BOX, 2021). Outra questão evidenciada pelo ensino remoto foi que escolas com mais recursos, frequentadas por crianças de famílias de renda mais alta, conseguiram oferecer com sucesso acesso às plataformas de ensino, enquanto muitas crianças de famílias de baixa renda interagiam com seus professores e colegas somente através da WhatsApp (SARLI, FERNANDES, 2021), sendo que em alguns casos, o material escolar didático, como atividades e provas, que deveriam ter sido *online*, tiveram que ser impressas e entregues aos pais e responsáveis, já que eles não conseguiam acessá-las em casa (SARLI, FERNANDES, 2021).

Além disso, documentos internacionais destacam a importância do acesso à internet ser um direito humano, como o Comentário Geral Nº 25 sobre os Direitos da Criança em Relação ao Ambiente Digital do Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (2021). Neste, afirma-se que manter os direitos das crianças em relação ao ambiente digital é uma iniciativa, pois o acesso significativo às tecnologias digitais pode ajudar crianças a realizarem toda a gama de seus direitos civis, políticos, culturais, econômicos e sociais (CRC, 2021). Contudo, se a inclusão digital não for alcançada, é provável que as desigualdades já existentes aumentem, ou ainda que surjam novas (SARLI, FERNANDES, 2021).

5.2 Da Mediação para a Mediação Parental

A Ciência da Informação trabalha com a mediação da informação e, a fim de melhor situar a pesquisa, é necessário compreender cada parte desse conceito. Primeiramente, a definição do que é informação é complexa e perpassa por diferentes paradigmas do campo. Zhang (1988), afirma que a Ciência da Informação não trata apenas sobre o tangível, mas também sobre o intangível. Saracevic (1999) diz que a informação é um fenômeno fundamental, assim como a energia na física pode ser analisada como um fenômeno fundamental, independentemente de suas formas. Já Borko (1968) destacou que a informação corresponde a um objeto da Ciência da Informação, que é produzida e circula por meio de um fluxo informacional, podendo ser acessada e utilizada por meio do processamento de seu conteúdo. Para Brookes (1980) informação é um elemento promotor de transformações nas estruturas do indivíduo, podendo ser subjetivo ou objetivo. Por sua vez, Mikhailov (1983) assinalou o caráter social da informação resultante de atividades sociais de produção de conhecimento, o qual se constitui em elemento transformador da realidade (GOMES, 2020).

Assim, a partir da visão dinâmica dos autores, a informação é entendida como recurso fundamental para a condição humana no mundo, que coexiste entre os vários atores sociais, podendo ser acessada, utilizada e, portanto, sendo entendida como recurso que pode ser apropriado. A informação se apresenta como um fenômeno que emerge do compartilhamento do conhecimento, assegurando o processo de comunicação entre os indivíduos. A informação, como objeto, pode ser mediada. O significado mais comum de mediação vincula-se à ideia de um intermediário, sob a noção de que ocorrem elos intermediários, ou que pode também adquirir uma feição mais ligada à ideia de movimento (SIGNATES, 1998).

Assim, a mediação é

[...] definida como processo pelo qual os meios de comunicação adquirem materialidade institucional e espessura cultural, abordagem que supera os estudos sobre estrutura econômica e conteúdo ideológico (SIGNATES, 1998, p. 43).

A mediação da informação, como um fundamento da área da Ciência da Informação, se pauta em uma perspectiva social por meio de abordagem teóricas que a compreendem como ação dialética e promotora da construção do espaço crítico, a partir do qual o processo de problematização pode representar um apoio significativo à apropriação da informação pelos sujeitos envolvidos na ação mediadora (GOMES, 2020). Todavia, Almeida Júnior (2009) afirma que o senso comum dos profissionais da Ciência da Informação identifica a mediação com a imagem de uma ponte que permite a relação entre dois pontos que, por algum motivo, não conseguem interagir entre si. Segundo Almeida Junior e seu grupo de pesquisa, esse entendimento considera a mediação como estática, que não sofre interferências ao longo do percurso, o que não acontece na realidade (ALMEIDA JÚNIOR, 2009).

Desse modo, o autor apresenta uma definição que considera como mais adequada, tendo em conta que nada seria estático e imóvel. Assim, para ele a mediação é toda ação de interferência, realizada pelo profissional da informação, seja ela direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional (ALMEIDA JÚNIOR, 2009). As duas definições, tanto de ponte como de interferência, não se cancelam. A ideia de ponte pode ser interessante, pois pode-se entender que seria como uma construção de um elo devido uma lacuna de informação, mas que, seguindo boas interações, pode não ser estática. A questão da interferência, como é sugerida pelo autor, da mesma forma que a ponte, busca satisfazer a necessidade informacional do sujeito, mas ao invés de ligação, dá a ideia de intervenção (ALMEIDA JÚNIOR, 2009).

O papel da mediação, portanto, é aqui entendido como um modo de possibilitar o acesso à informação, o que geraria uma interferência na apropriação da informação com intuito de buscar a satisfação do usuário para suas necessidades, podendo ser essa explícita ou implícita (ALMEIDA JÚNIOR, 2009). Tal interferência existe, pois aquele que possui o papel de mediador não é neutro nessa interação, assim como a própria informação também não existe com neutralidade pois está imersa em ideologias e interesses, sejam econômicos, políticos, culturais, entre outros (ARAÚJO, 2012). Essa se trataria de uma mediação consciente da informação, pois teria a capacidade de atender a intencionalidade da ação de interferência (GOMES, 2020).

Uma questão a ser entendida é que essa interferência ocorre com objetivo de colaboração e não de manipulação. Essa ideia de interferência, segundo Bortolin (2010), fica mais clara ao afirmar que a mediação da informação, além de indispensável, é uma ação presente nas atividades cotidianas. Além disso, entende-se que a mediação pode ocorrer de diversas formas, visto que transporta seu *background*, impressões pessoais e experiências para sua vivência no trabalho, promovendo uma mediação singular e própria (BORTOLIN, 2010). Assim, a mediação da informação, quando realizada de maneira consciente, é um dos principais meios de fazer com que o usuário se aproprie de forma satisfatória de uma informação (ALMEIDA JÚNIOR; NETO, 2014).

Henriette Gomes (2020) afirma que durante a mediação, os sujeitos envolvidos no processo da mediação consciente da informação sentem-se acolhidos e reconhecidos como sujeitos ativos na ação mediadora, como protagonistas do ambiente informacional, assim como sujeitos da geração de novas informações. Nessa experiência, aquele que sofre a mediação vive emoções e sentimentos que podem e precisam ser observados pelo mediador, por meio da escuta e observação sensível. Essa questão trabalha a ideia de percepção, que é de difícil alcance para o mediador, mas são manifestações que ocorrem na ação de mediar (GOMES, 2020). Pode-se levar essa compreensão para uma interferência na busca de informações, ocasionada por adultos sobre crianças.

Nesse modelo, denominado mediação parental, o papel de mediador é principalmente dos pais, mas pode ser realizado por outros familiares ou ainda educadores (GOMES, 2020). A mediação parental trata da forma como os pais e responsáveis fazem o gerenciamento do uso e acesso de seus filhos tem tecnologias e na internet (GOMES, 2020). Nesta, os adultos controlam a relação que crianças e adolescentes estabelecem com o mundo, na sua busca por suprir a lacuna informacional, por meio de regras, restrições, orientações e supervisão. O pai ou responsável, como mediador, estaria sendo como uma ponte de ligação entre as crianças e sua necessidade informacional, mas também acabaria por gerar interferência nas práticas digitais quando considerasse necessário (GOMES, 2020).

Gomes (2020) aborda essa questão da percepção de sentimentos gerados a partir da ação mediadora. Levando em consideração que se trata de uma relação entre crianças e adultos, sendo que o segundo faz o papel de mediador, o grupo infantil seria aquele que perpassa por sentimentos e emoções perante a ação (GOMES, 2020). A busca por compreender a percepção que as crianças têm sobre a mediação parental nas suas práticas informacionais permitiria, desse modo, alcançar essas emoções e sentimentos, percebidos pelos sujeitos mediados.

O papel dos pais na gestão do processo informacional é extremamente importante, especialmente porque é em casa que as crianças mais usam tecnologias. Ainda, a convenção dos Direitos da Criança (ONU/UNICEF, 1990) afirma ser de responsabilidade parental, instruir, assistir, orientar e monitorar crianças e adolescentes com relação ao uso da internet, seja utilizando em casa, na escola, na casa de amigos, em *lan houses* ou em outros lugares, para qualquer finalidade, até que atinjam a maioridade civil aos 18 anos de vida. O exercício parental, assim, ganha destaque ao se tornar uma prática fundamental na mediação do acesso à internet por crianças e adolescentes (NOGUEIRA, 2016), tendo em vista que, segundo Maidel e Vieira (2015):

Além de oportunizar o acesso das crianças ao uso das mídias (televisão, videogame, telemóvel, internet, computador etc.), os pais também são os grandes responsáveis pelo gerenciamento e educação dos filhos para tal utilização, o que inclui a elaboração de normas, restrições, orientações e táticas sociais, bem como de supervisão ou monitoramento (MAIDEL; VIEIRA, 2015, p. 295).

Comumente, são relatados na literatura três tipos principais de mediação parental: a mediação ativa (MA), a mediação restritiva (MR) e a mediação chamada de uso acompanhado (UA) (MAIDEL; VIEIRA, 2015). Primeiramente, a MA designa um tipo de mediação na qual há conversa, orientação ou discussão crítica dos pais com a criança sobre o conteúdo ou atividade (MAIDEL; VIEIRA, 2015). A MR refere-se a um tipo de mediação que envolve regras explícitas para a utilização de tecnologias, como a escolha de quais aparelhos utilizar, por quanto tempo, em quais dias, os conteúdos e os *sites* permitidos. Diferente da MA, na MR não existe conversa ou diálogo sobre o tema com a criança (MAIDEL; VIEIRA, 2015).

Finalmente, a UA, que consiste na presença de um adulto quando a criança está utilizando a internet e tecnologias (MAIDEL; VIEIRA, 2015). Geralmente, consiste somente na observância superficial do que a criança faz, e assim como na MR, não existem conversas ou orientação (MAIDEL; VIEIRA, 2015). Todavia, é preciso lembrar que o tipo de mediação dos pais também sofre influências de fatores como a idade e o gênero da criança, do pai ou mãe, assim como o nível de instrução e conhecimento que eles têm da internet. Não adianta querer cobrar uma mediação ativa dos pais, se eles não têm conhecimento básico sobre internet, funcionamento de restrições parentais, ou se ficam o dia inteiro fora trabalhando e não conseguem vigiar ou restringir o acesso dos filhos.

Ademais, os autores Grizólio e Scorsolini-Comin (2020), em estudo publicado em 2020, que tinha por objetivo compreender como pais e mães estão mediando o uso da internet de seus filhos crianças e adolescentes, concluíram que não há um consenso quanto aos modelos de

mediação, tendo uma diversidade considerável de terminologias que se referem à mediação, como Monitoramento, Qualidade de comunicação, Mediação restritiva, Mediação autoritária, autoritativa, Mediação ativa, Supervisão, entre outros. Já Symons, Ponnet, Emmery, Walrave e Heirman (2017) realizaram um estudo que buscou investigar as estratégias de mediação de pais, sob a perspectiva de pais, mães e filhos.

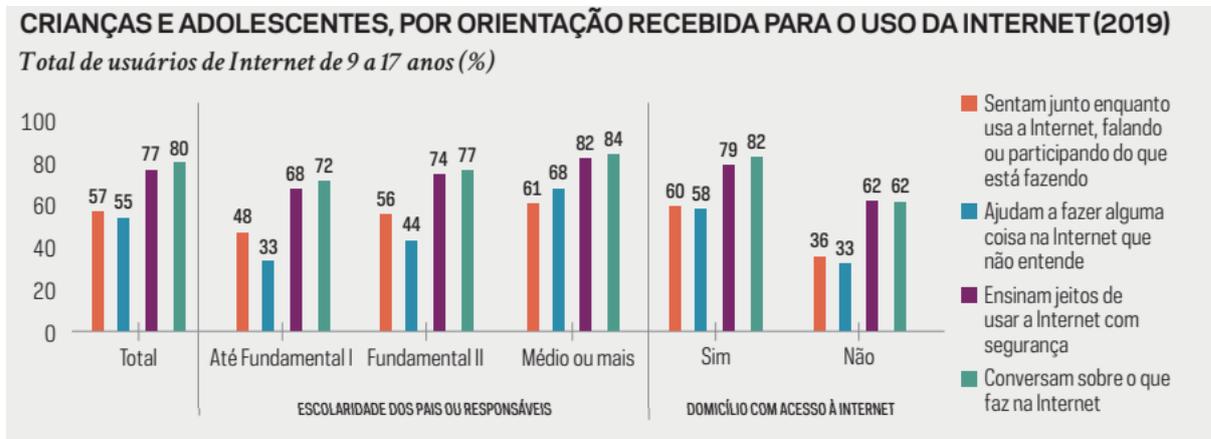
Por meio de suas análises, pode-se elencar seis modalidades de mediação: (1) Restrição de interação, que são regras sobre comportamento adequado em redes sociais; (2) Monitoramento, que seria a verificação de comportamentos *online* da criança; (3) Restrições de acesso, quanto tempo e qual o local a criança pode acessar internet; (4) Mediação interpretativa, uma discussão com os filhos do conteúdo acessado; (5) Mediação técnica, que é quando se utiliza um *software* de rastreamento de acesso e bloqueio de *sites* específicos; (6) Supervisão ou cointerização, quando os pais realizam o acesso de conteúdo junto com os filhos (SYMONS; PONNET; WALRAVE; HEIRMAN, 2017). Com esse estudo, fica claro que há uma multiplicidade de termos e posturas consideradas como mediação parental. Os trabalhos também apontaram para a importância de ir além da mediação parental quanto à prevenção de riscos, enfatizando a importância de um ambiente familiar de apoio e entendimento afetivo (SYMONS; PONNET; WALRAVE; HEIRMAN., 2017).

No Brasil, o Comitê Gestor da Internet Brasil, em estudo realizado em 2011, com base em 2.516 entrevistas realizadas com crianças brasileiras de 5 a 9 anos, e pelo menos um de seus pais, apontou que a principal mediação utilizada pelos pais era a orientação da criança para o uso da internet (40%), seguida pelo controle do tempo que ela poderia permanecer *online* (34%) e pela observação enquanto ela usava a internet (31%) (CETIC.BR; NIC.BR, 2011). Todavia, 21% dos pais declararam não realizar nenhum tipo de restrição ou controle para o uso da internet pelos filhos (CETIC.BR; NIC.BR, 2011).

Já em 2020, foi realizada nova pesquisa em relação a estratégias de orientações para o uso da internet, com base na mediação de pais e responsáveis (CETIC.BR; NIC.BR, 2020). Conforme o gráfico 3, que apresenta a representação gráfica da porcentagem de crianças e adolescentes de 9 a 17 anos que receberam orientação dos pais, pode-se verificar que 77% delas declararam que os genitores ensinaram jeitos de usar a internet com segurança; 57% afirmaram que os pais sentaram junto enquanto elas usavam a internet, conversando ou participando do que estava fazendo; e 55% ajudaram a criança ou adolescente a fazer alguma coisa na internet que eles não sabiam como fazer (CETIC.BR; NIC.BR, 2020). Tal representação gráfica explicita diferentes métodos de mediação parental que os responsáveis fazem uso no dia a dia.

Nota-se que no gráfico trata-se apenas sobre tipos de orientação e não de modos de restrição, como controle de tempo ou de aplicativos.

Gráfico 3 – Crianças e adolescentes, por orientação recebida para o uso da internet



Fonte: Cetic.br; Nic.br, 2020

Um aspecto importante apresentado no gráfico é que, de acordo com a escolaridade dos pais ou responsáveis, os índices de orientação divergem, sendo que aqueles que completaram somente o Ensino Fundamental I, orientaram menos que os outros, mas a taxa dos que conversaram sobre o que os filhos fazem na internet é mais parecida. Isso demonstra que alguns tipos de orientação exigem dos responsáveis conhecimento prévio sobre tecnologias e internet para que possam auxiliar e instruir seus filhos, mas que a conversa sobre o assunto possa acontecer independente de escolaridade.

Ainda sobre a pesquisa, considerando medidas de verificação por pais ou responsáveis para o uso da internet, 55% das crianças têm pais que verificavam os amigos ou contatos adicionados às suas redes, 51% que verificavam os seus e-mails, 50% o histórico de registro dos *sites* visitados e 48% suas redes sociais (CETIC.BR; NIC.BR, 2020). Comparando as duas pesquisas, é possível ver que esses dados apontam um aumento da mediação, sendo possível que essa situação seja causada também pelo crescimento do tempo de uso das internet e tecnologias por parte das crianças.

Ademais, é interessante visualizar que crianças e adultos possuem entendimentos diferentes sobre questões como permissões e impedimentos referente ao uso da internet. Enquanto os menores podem pensar que têm direito a acessar qualquer *site*, ver qualquer filme e criar perfis nas mídias sociais, os pais podem ter concepções divergentes, o que é normal nas

relações familiares. Segundo a TIC Kids *Online* Brasil 2020, pela perspectiva de crianças e adolescentes sobre o que poderiam fazer quando estavam sozinhas, 80% acreditavam possuir permissão para baixar músicas ou filmes, embora a proporção caia para 61% quando estão com os seus pais e responsáveis (CETIC.BR; NIC.BR, 2020). Observou-se, ainda, variações das percepções sobre permissões para assistir a vídeos, programas, filmes e séries, em que 78% das crianças e adolescentes entendiam que tinham maior permissão, sendo que apenas 58% dos pais afirmaram o mesmo. Sobre a permissão para postar fotos e vídeos em que aparecem, os dados foram de 60% de crianças acreditavam que podiam sim publicar esse conteúdo, enquanto somente 39% dos pais ou responsáveis concordaram (CETIC.BR; NIC.BR, 2020).

Sobre um ponto delicado, que é fornecer a outrem informações pessoais, nota-se que a porcentagem de crianças que entendem que possuem permissão para tal é bem reduzida, de apenas 18%, mas dos pais é menor ainda, 7% (CETIC.BR; NIC.BR, 2020). Na pesquisa, notou-se que quanto mais elevada a faixa etária, maior o aumento das distâncias entre as proporções reportadas por crianças e adolescentes e por seus pais ou responsáveis. Ademais, pela perspectiva de crianças ou adolescentes, o uso de redes sociais era permitido para 27% da população de 9 a 10 anos, e 95% para os que possuem de 15 a 17 anos (CETIC.BR; NIC.BR, 2020). Pela perspectiva dos pais, as proporções eram de 17% e 72%, respectivamente (CETIC.BR; NIC.BR, 2020).

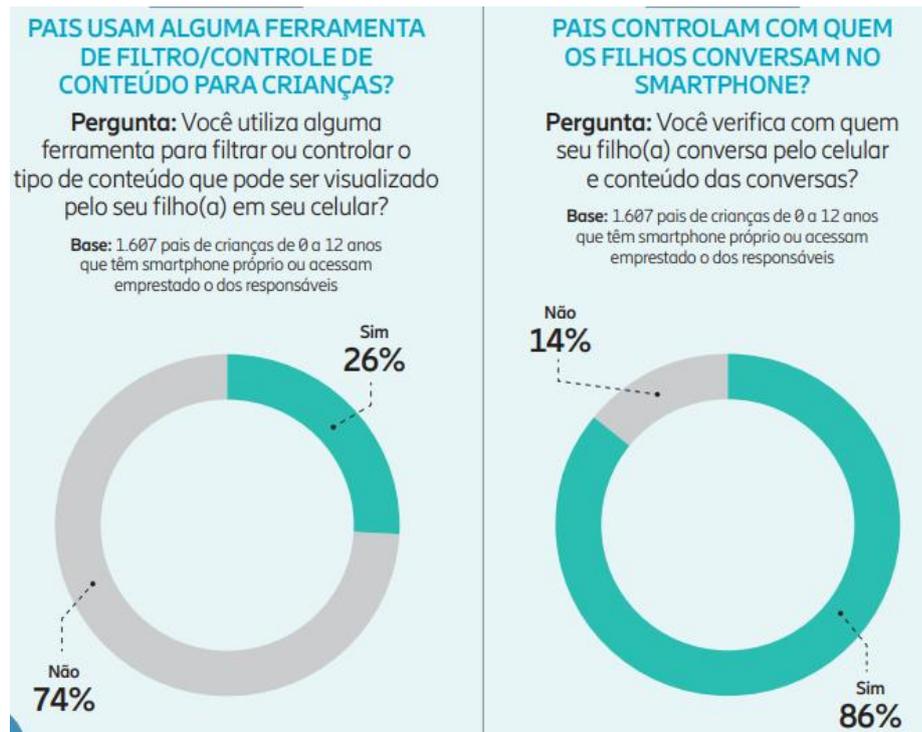
Segundo os autores Grizólio e Scorsolini-Comin (2020), a boa comunicação emerge como a estratégia mais adequada para mediar o uso de internet por parte dos filhos e ainda que nessa comunicação exista o respeito à autonomia de crianças e adolescentes, a literatura parece reforçar o papel educativo dos pais, não apenas no estabelecimento de regras, mas também no controle e na reavaliação delas em função do desenvolvimento dos filhos e das próprias características das tecnologias. (GRIZÓLIO; SCORSOLINI-COMIN, 2020). A partir disso, entende-se que

A boa comunicação não deve ser compreendida como maior permissividade por parte dos pais, mas como uma estratégia que tende a aproximar pais e filhos, respeitando as posições de cada um e, muitas vezes, reafirmando a assimetria de poder que emerge nas relações familiares. Para garantir o uso seguro e responsável da internet em diferentes ambientes, é necessário que sejam realizados debates e orientações, além das possibilidades de existirem ações públicas e privadas, voltadas especialmente ao desenvolvimento de competências digitais por crianças e adolescentes, para que eles sejam usuários responsáveis e naveguem de forma segura (GRIZÓLIO; SCORSOLINI-COMIN, 2020, p. 7).

Dialogar com os filhos sobre riscos, benefícios da internet, a fim de desenvolver usuários versados e conscientes, não significa que os pais não mediarão as práticas informacionais. Conversar sobre esse assunto deve ser mais um aliado nessa relação entre crianças e adultos, com intuito de aproximá-los, mas com respeito perante as opiniões dos dois lados. Talvez o ideal não seja apenas conversar ou somente restringir o acesso das crianças, mas sim fazer uma cooperação entre ambos, a fim de garantir o máximo de sucesso nessa interação.

Mais recentemente, em outubro de 2021, a pesquisa *Panorama Mobile Time/Opinion Box* mostrou que a proporção de pais que afirmam sempre controlar o que os filhos fazem no celular caiu de 27% para 20% em um ano, comparando com 2020 (MOBILE TIME/OPINION BOX, 2021). Em contrapartida, subiu de 30% para 37% à proporção que afirma controlar “às vezes” e que esse trabalho é feito mais recorrentemente pelas mães que pelos pais, já que 23% delas monitoram sempre o que os filhos fazem no *smartphone*, contra 16% dos pais, conforme o gráfico 4 abaixo (MOBILE TIME/OPINION BOX, 2021).

Gráfico 4 – Controle dos pais



Fonte: Mobile Time/Opinion Box, 2021

Ademais, apenas 26% dos responsáveis utilizam alguma ferramenta de filtro ou controle do conteúdo acessado por crianças em seus *smartphones* e a ferramenta mais utilizada é o *Google Family*, citada por 21% dos respondentes (MOBILE TIME/OPINION BOX, 2021). Por outro lado, 86% dos pais afirmam que controlam com quem os filhos conversam no telefone, percentual que permaneceu estável em relação à pesquisa anterior (MOBILE TIME/OPINION BOX, 2021).

Outro ponto a ser levantado, que seria o oposto completo à mediação parental, é o chamado abandono digital (PINHEIRO, 2016). Um dos direitos constitucionais aos menores de 18 anos é o direito à liberdade e privacidade que vai ao encontro do princípio da parentalidade responsável, unida ao dever de cuidado que é imposto aos pais e responsáveis pelo indivíduo em formação. A questão do abandono ocorre pela negligência da vigilância dos pais em relação aos filhos (PINHEIRO, 2016). Alguns especialistas e doutrinadores defendem que equipamentos tecnológicos só deveriam ser entregues aos filhos após a instalação de softwares de controle pelos responsáveis e, mesmo com a instalação de programas e restrições, sempre caberá aos responsáveis a obrigação de saber onde está o menor e quem são suas companhias (PINHEIRO, 2016).

Esse abandono é considerado juridicamente como um descuido da segurança dos filhos por parte de seus genitores, no ambiente cibernético, não evitando os efeitos nocivos que podem ter perante os riscos e vulnerabilidades que a internet propicia (PINHEIRO, 2016). Se antes os pais tinham medo do que poderia acontecer com seus filhos na rua, hoje muitos ficam mais tranquilos porque as crianças estão mais em casa, seguras, enquanto usam as tecnologias (PINHEIRO, 2016).

Em que pese não seja adequado deixar uma criança pequena na rua, sem supervisão de um responsável, o mesmo pode ser dito sobre permitir que elas entrem em *sites* sem supervisão, assistam conteúdos inadequados e conversem com estranhos, seja em mídias sociais ou em jogos *online* (ASCOM IBDFAM, 2020). Embora a mediação seja comum e praticada pela maioria dos pais, que visam a segurança de suas crianças, alguns consideram um cuidado superficial, como apenas estar presente no mesmo ambiente, o suficiente (LIVINGSTONE et al., 2017). Essa geração

[...] deve passar por uma mediação necessária – que envolve diálogo, orientação, explicação e acompanhamento – sobre os limites que devem ser estabelecidos nas redes sociais, sob pena de restarem superexpostos a diversas circunstâncias que, por se encontrarem em ambiente virtual, passam despercebidas (BRASIL, 2020).

Como revelam os estudos sobre o tema, a mediação parental é decisiva para o uso seguro e responsável da internet por crianças e adolescentes (LIVINGSTONE et al., 2017). Práticas de mediação permitem aos responsáveis acompanharem as experiências, orientarem condutas e reconhecerem necessidades específicas dessa população, sendo recomendado definir modos de ação adequados com a idade, tempo de exposição e contexto social e familiar de cada criança (LIVINGSTONE et al., 2017). A questão em pauta é como realizar essa mediação da forma mais segura e saudável, sem somente restringir ou apenas conversar brevemente sobre as regras.

A internet se apresenta como um território de oportunidades por proporcionar às crianças acesso às informações para seus estudos e pesquisas escolares, além de promover intercâmbio na medida em que os aproxima de amigos e familiares distantes e permite conhecer lugares e culturas que ainda não visitaram. Todavia, se não for utilizada com consciência e responsabilidade, as crianças podem ser vítimas de armadilhas e ter muitos prejuízos psicológicos, materiais, físicos e morais, os quais podem gerar danos para a vida inteira (BRASIL, 2020).

5.3 Interação de pais e crianças na internet

As Tecnologias da Informação e da Comunicação fazem parte do convívio familiar, quase como um novo integrante da família, pois ocupa um espaço de relação entre pais e filhos. Ao mesmo tempo em que as novas gerações rapidamente já se sentem íntimas com tecnologias e internet, nem sempre os pais estão preparados para darem orientações. As relações entre integrantes dos núcleos familiares acabam por sofrer modificações em face a novas demandas que a atualidade traz (WAGNER; MOSMANN; DELL'AGLIO; FALCKE, 2010). O limiar da independência e da liberdade perante o mundo virtual está em constante movimentação perante a transição de idades dos filhos e das necessidades de uso. As famílias têm de lidar com as facilidades trazidas pelos recursos digitais, mas também com inseguranças, dúvidas, e dificuldades causadas pela inserção na sua vida diária (WAGNER; MOSMANN; DELL'AGLIO; FALCKE, 2010). A partir disso, pais e responsáveis vão sendo forçados a assumir novas posturas no sentido de orientar os filhos, à medida que as consequências vão acontecendo (NEUMANN; MISSEL, 2019).

O estudo de Neumann e Missel (2019) teve por objetivo conhecer a influência da tecnologia nas relações entre pais e filhos adolescentes. Por meio de entrevistas, as autoras avaliaram principalmente que a tecnologia gera aproximação por meio do compartilhamento da informação, como os mais novos ensinando os mais velhos a utilizar os recursos do mundo

digital, possibilitando o encontro das gerações. Abre-se aí uma oportunidade de aprendizagem conjunta e fortalecimento dos laços afetivos, entretanto, um ponto apresentado nos relatos de pais e filhos como aspecto negativo da interação com a internet é o afastamento afetivo dentro das famílias, por cada um estar no seu canto focado nas suas atividades.

Na percepção dos filhos, a influência da tecnologia mais evidente na relação com os seus pais é a capacidade de se comunicar, embora a tecnologia roube parte do tempo destinado ao relacionamento (NEUMANN; MISSEL, 2019). Além disso, as autoras afirmaram que a maioria dos filhos entendem que os seus pais percebem o uso da tecnologia como algo mais negativo do que positivo (NEUMANN; MISSEL, 2019). Os resultados deste estudo apontam que a influência da tecnologia nas relações parentais gerou modificação nos padrões de convívio e de comunicação, podendo ser um motivo de conflitos dentro das famílias (NEUMANN; MISSEL, 2019). Apesar disso, observou-se impactos positivos que dizem respeito as tecnologias estarem a serviço de aproximar pais e filhos, pelo compartilhamento de informações entre as gerações, pela facilidade de comunicar-se em qualquer lugar e hora, pela sensação de segurança e de controle por parte dos pais, o que dá a eles a impressão de estarem presente na vida de seus filhos, mesmo quando se encontram ausentes fisicamente (NEUMANN; MISSEL, 2019).

Nesse cenário, as crianças devem ser consideradas como criadoras de cultura, podendo intervir em todo o processo cultural (FANTIN; GIRARDELLO, 2008) por meio da interação diária, o que gera diversos benefícios, mas que pode conter riscos. Contudo, um dos aspectos que gera preocupação para os pais, em relação à interação dos filhos com a internet, é o alto número de acesso que elas têm. A preocupação justifica-se pelo número crescente de acesso destes jovens à internet, tendo em vista que de acordo com dados da TIC Kids *Online* Brasil e TIC Domicílios, a proporção de usuários de internet de 9 a 17 anos passou de 79%, em 2015, para 89%, em 2019 (CETIC.BR; NIC.BR, 2020). Já dados coletados pela TIC Domicílios em 2020 evidenciam que o uso da rede foi ainda maior em, 94% dos indivíduos de 10 a 17 anos eram usuários de internet no Brasil (CETIC.BR; NIC.BR, 2021). Ademais, um terço dos entrevistados reportou ter prestado ajuda aos seus pais ou responsáveis para a realização de atividades *online* todos os dias ou quase todos os dias, um outro motivo para o aumento do acesso delas às redes (CETIC.BR; NIC.BR, 2020).

Com a pandemia de COVID 19, houve um aumento não recomendado de tempo de uso, principalmente para os mais novos (CETIC.BR; NIC.BR, 2020). Contudo, esse aumento tem explicações: aulas *online*, conversas com amigos e família que passaram a ser virtuais, falta de espaço para brincar nas casas, impossibilidade de brincar livremente e fazer barulho enquanto

familiares estudam ou trabalham, a falta de companhia para brincar, entre outros. Esses fatores são de certa forma solucionados com o uso de celulares, *tablets* e computadores, pois se tornaram o meio das crianças estudarem, brincarem e interajam socialmente. Esse acesso por longas horas não é ideal, mas às vezes a única opção.

A informação chega aos usuários de diferentes modos, mas a usabilidade realizada por eles tende a ser a mesma hoje em dia: por meio da interação e participação (PRIMO, 2011). Alex Primo (2011) afirma que a interação mediada por computadores acarreta relações sociais entre usuários, organizações e todos aqueles que o utilizam, como identifica-se no YouTube, visto que o aplicativo realiza a mediação das informações de um usuário, que posta seus vídeos, até outro, que consome esse conteúdo.

De acordo com Carpentier (2011), interação é uma condição de possibilidade, que enfatiza a relação sociocomunicativa que é estabelecida com outros seres humanos ou objetos. Embora essa relação tenha uma dimensão de poder, ela não se traduz em um processo de tomada de decisão, que é basicamente o fator que diferencia a participação (CARPENTIER, 2011). Hoje, na cultura da participação, os usuários possuem poder de tomada de decisão e participam de toda a geração de conteúdo e compartilhamento deste, sendo que as crianças fazem parte desse processo ativamente (CARPENTIER, 2011). O contexto em que se vive atualmente, em que o mundo enfrenta a pandemia COVID-19 e suas consequências sociais e econômicas, fica cada vez mais evidente o papel das tecnologias de informação e comunicação nos diversos aspectos do cotidiano e as mudanças que ela acarretou para a sociedade.

Se antes as tecnologias eram utilizadas principalmente para diversão, agora o uso é constante, a toda hora, muitas vezes sem pausa entre o uso do *tablet* para o computador e depois para o celular. Esse fluxo acelerado de uso da internet foi algo que claramente foi intensificado pelas mudanças que a pandemia trouxe (CETIC.BR; NIC.BR, 2020). Dados da TIC Domicílios 2020 indicam o crescimento na proporção de usuários da rede de 10 a 17 anos que realizaram atividades ou pesquisas escolares, com um aumento de 72%, em 2019, para 89% no ano de 2020, sendo que 69% afirmaram que estudaram por conta própria pela internet (CETIC.BR; NIC.BR, 2021).

É possível observar uma maior dependência da internet, tanto para o lazer, como para o trabalho tendo em vista que o *home office* passou a ser a principal forma de produzir durante a pandemia, e a internet se transformou no principal forma de distração, para crianças e adultos. Antigamente, os adultos trabalhavam fora enquanto os filhos frequentavam a escola boa parte do dia. Durante o período da pandemia, todos se encontravam em casa, ficando um bom número de horas na frente das telas, pois quando não estão estudando ou trabalhando, estão se distraindo

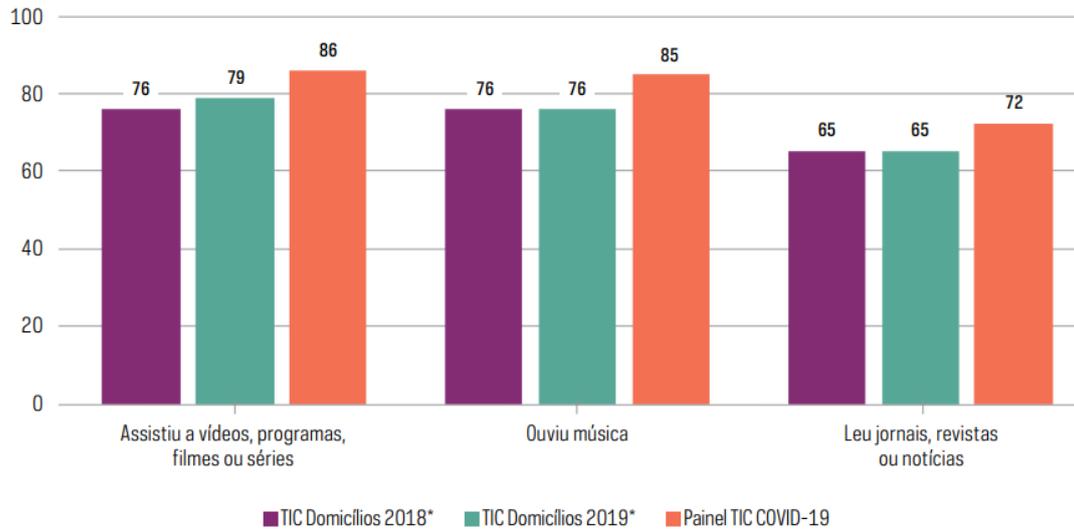
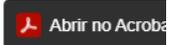
vendo filmes, vídeos ou jogos (LAVADO, 2020). Segundo a Anatel, desde o início da pandemia no Brasil, ocorreu um crescimento de 40% a 50% no uso da internet no país, um indicador claro do aumento de tempo de uso (LAVADO, 2020). No período anterior à pandemia, segundo dados da TIC Domicílios 2019, havia 127 milhões de usuários da rede, o que correspondia a 74% da população brasileira (CETIC.BR; NIC.BR, 2020). Em relação a 2016, a proporção de usuários de internet que acompanharam transmissões praticamente dobrou, mas segue predominante entre aqueles de classes mais altas e com maior grau de instrução (CETIC.BR; NIC.BR, 2020).

Ademais, a demanda por atividades presenciais diminuiu drasticamente: em 2018, mais de 27% dos usuários que compraram produtos ou serviços pela internet adquiriram ingressos *online* para atividades presenciais, proporção que caiu para 5% nos três meses anteriores à pesquisa do Painel TIC COVID 19 (CETIC.BR; NIC.BR, 2020). Como esperado, as medidas de distanciamento social, devido ao *lockdown* imposto nas cidades pelos governos, acarretaram diminuição das demandas relacionadas a atividades presenciais e um aumento da busca por entretenimento cultural pela internet (CETIC.BR; NIC.BR, 2020). Esse foi um dos setores mais afetados pela pandemia, devido ao fechamento de instituições culturais e cancelamento de eventos, o que ocasionou no aumento da busca por conteúdo *online* (CETIC.BR; NIC.BR, 2020). Segundo o gráfico 5, que apresenta a comparação das atividades multimídia realizadas na internet em três estudos diferentes: TIC Domicílios 2018, TIC Domicílios 2019 e o Painel TIC COVID-19, percebe-se que atividades referentes à cultura e entretenimento como filmes, séries, música tiveram um expressivo aumento, justificadas exatamente pela pandemia e a impossibilidade de se realizar essas ações fora de casa.

Gráfico 5 – Atividades realizadas na internet - Multimídia

ATIVIDADES REALIZADAS NA INTERNET - MULTIMÍDIA

Usuários de Internet com 16 anos ou mais (%)



Fonte: Cetic.br; Nic.br, 2020

Essa mudança de hábitos atingiu também crianças e adolescentes. Considerando o total da população de 9 a 17 anos no país, 83% assistiram a vídeos, programas, filmes ou séries na internet, 76% utilizaram-na para pesquisas de trabalhos escolares e 68% utilizaram redes sociais (CETIC.BR; NIC.BR, 2020). A partir de toda essa realidade, é possível que não ocorra uma volta ao cotidiano normal de antigamente, pois os processos e atividades realizados atualmente devem se manter no cotidiano de muitos, devida à redução de custos, facilidade na adaptação, o costume de realizar reuniões *online*, preferência de muitos pelo *home office*, pois assim não precisam se deslocar, por exemplo. Percebeu-se que muito que fazíamos pode sem problemas ser migrado para o *online*, o que embora não acarrete problemas diretos, exige adaptações.

De certa forma, nada do que está ocorrendo em relação às tecnologias e à internet é uma mudança que gera total estranhamento, pois essa transformação digital já vinha ocorrendo de forma inicial em empresas e escolas e o que a COVID-19 causou, na verdade, foi uma aceleração e imediatismo desse processo. As pessoas já realizavam compras *online*, assistiam filmes e participavam de um ou outro curso *online* ou reunião à distância. Como o período de pandemia se extinguirá em algum momento, diversas atividades provavelmente voltarão a ser praticamente como eram antes, fora do ambiente *online*, enquanto muitas outras devem se manter e serem cada vez mais aprimoradas no ambiente virtual.

É obvio que não foram apenas os adultos impactados pela pandemia de COVID-19. As crianças, que já desde muito cedo já tinham contato com algum tipo de tecnologia digital, seja um celular, *tablet*, computador, TV ou videogame, tiveram esse contato intensificado. Nesse cenário, a mediação parental encontrou-se em uma situação complicada, pois é preciso que o controle se adeque ao tipo de atividade. Enquanto alguns pais restringiram mais o acesso dos seus filhos visto que os filhos estavam ficando muito mais tempo usando tecnologias, outros acabaram por darem mais liberdade, eis que a situação em que o mundo se encontrava de distanciamento social.

Antes da pandemia principalmente, o processo de introdução às tecnologias era bastante claro: o jogar bola e bonecas passaram a disputar lado a lado com os jogos eletrônicos (ROSADO, 2006). Esse era um discurso corriqueiramente declarado por pais e profissionais que abordavam crianças e infâncias. Desde o advento das tecnologias, escuta-se que meninos e meninas estão cada vez mais em frente as telas, sem querer interagir com o mundo fora do virtual, que as crianças estavam parando de brincar ludicamente no mundo real e consumindo mais tecnologias (ROSADO, 2006). Embora essas afirmações retratassem muitas crianças naquela época, em 2021, principalmente em meio a uma pandemia que exigiu distanciamento social e isolamento, a realidade apresentada é ainda mais reforçada, mas não necessariamente por opção das crianças.

6. METODOLOGIA

Metodologia da pesquisa é, de forma ampla, um modo de se produzir conhecimento, a partir de possibilidades e caminhos, com o propósito de alcançar o objetivo de pesquisa e responder uma hipótese por meio de técnicas e métodos, sejam eles quantitativos, qualitativos ou mistos (FONSECA, 2002). Assim, uma metodologia de pesquisa proporciona a compreensão e possibilita que se alcance um conhecimento científico, com intuito de explicar e discutir fenômenos (FONSECA, 2002). Ela nada mais é do que o estudo dos caminhos a serem percorridos para se realizar um estudo da ciência. Fonseca (2002) afirma que metodologia significa, em seu cerne, estudo sistemático, pesquisa e investigação, e que ela possui interesse em validar os caminhos definidos para serem trilhados ao longo da pesquisa científica.

Ainda, é preciso ressaltar que metodologia de pesquisa não é teoria, nem métodos ou técnicas, seja de coleta ou análise, pois ela vai além desses procedimentos, de forma coesa (MINAYO, 2001). No entanto, embora não sejam a mesma coisa, teoria e método são conceitos

que caminham juntos e devem ser tratados de forma integrada, de acordo com a escolha do tema, objeto ou problema de pesquisa (MINAYO, 2001). A construção de conhecimento no campo científico é imprescindível para qualquer ciência, pois permite a evolução e progresso do campo, afirmando-o como tal e desenvolvendo novas teorias e objetos de estudo, o que permite o crescimento da área.

Essa questão ocorre devido o desenho disciplinar da CI, tendo em vista que ela é precedida por um conjunto de áreas inter-relacionadas. Uma disciplina é constituída por uma série de princípios fundadores, hipóteses gerais, conceitos que determinam o campo de estudo e, ao mesmo tempo, permitem que o fenômeno seja construído como objeto de análise. Constitui-se em um conjunto conceitual em que várias teorias podem ser construídas e que constituem uma metodologia, sendo que tal processo funda uma disciplina, ao determinar seu lugar de relevância. que possibilitam observar, analisar e estabelecer práticas da/e para a informação, sob uma perspectiva múltipla, visto a CI ser categorizada como uma Ciência Social Aplicada.

A interdisciplinaridade troca, coopera, compartilha e integra disciplinas de áreas do conhecimento de maneira crítica. Ela trabalha com a integração, conexão e interação entre diferentes conhecimentos, por meio do intercâmbio mútuo e integração recíproca, entre disciplinas ou entre setores heterogêneos da mesma ciência, o que permite um enriquecimento mútuo (PIAGET, 1972). Questões relativas ao coletivo e social podem ser mais adequadamente exploradas a partir de metodologia qualitativa, especialmente quando as percepções das pessoas em geral sobre um dado assunto são objeto de estudo. A sociedade apresenta questões complexas, as quais também se manifestam no campo científico e especialmente na Ciência da Informação percebe-se essa situação, tendo em vista que seu objeto principal, a informação, possui diferentes definições e dimensões, tanto objetivas quanto subjetivas.

6.1 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa tem propósito exploratório, tendo em vista que objetiva analisar a percepção que crianças tem sobre a mediação parental em suas práticas informacionais, e tal tipo de estudo SEKARAN (2003) tem a finalidade de explorar e descrever aspectos relevantes de certo fenômeno. O estudo tem por maior preocupação a resolução dos problemas, não importando a técnica utilizada para o alcance dos objetivos. Com isso, o pesquisador tem liberdade para empregar tanto os métodos quantitativos quanto os qualitativos (CRESWELL, 2014).

A abordagem e investigação dessa dissertação é qualitativa, embora algumas perguntas realizadas foram quantificadas a fim de, posteriormente, integrar essas informações e interpretá-las em conjunto perante os resultados, o que permite uma maior compreensão do problema pois a investigação apresenta objetivo teórico de gerar conhecimentos úteis para o avanço científico, ainda que sem aplicação prática prevista (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010). O método, as técnicas e os instrumentos de pesquisa que foram aplicados para alcançar os objetivos específicos são apresentados no quadro 1.

Quadro 1 - Métodos, técnicas e instrumentos da pesquisa

OBJETIVOS	MÉTODOS	TÉCNICAS DE COLETA	INSTRUMENTOS DE COLETA	TÉCNICAS DE ANÁLISE
OE 1 Apresentar o conceito de criança e infância	Levantamento e Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Pesquisa bibliográfica; Questionário; Entrevista	<i>Web Survey</i> ; Roteiro de entrevista estruturada	Interpretação; Análise de conteúdo; Análise do discurso por meio do DSC
OE 2 Identificar as práticas informacionais do público estudado	Levantamento e Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Pesquisa bibliográfica; Questionário; Entrevista	<i>Web Survey</i> ; Roteiro de entrevista estruturada	Categorização e interpretação de dados
OE 3 Compreender o que é e como funciona a mediação parental	Levantamento e Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Pesquisa bibliográfica; Questionário; Entrevista	<i>Web Survey</i> ; Roteiro de entrevista estruturada	Interpretação; Análise de conteúdo; Análise do discurso por meio do DSC
OE 4 Verificar se as crianças aprovam ou não que suas práticas informacionais sofram mediação por seus responsáveis	Levantamento e Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Questionário; Entrevista	<i>Web Survey</i> ; Roteiro de entrevista estruturada	Comparação dos Resultados; Interpretação; Análise de conteúdo; Análise do discurso por meio do DSC

Fonte: Desenvolvido pela autora

6.2 Procedimentos metodológicos

A ampliação do conhecimento científico se dá por meio da pesquisa científica, a qual depende de um problema a ser analisado e essa investigação recorre da utilização de um método de pesquisa. A Ciência da Informação se envolve em pesquisas sociais, que contribuem para incentivar aproximações com as teorias e técnicas de pesquisa, que objetivam conhecer e compreender a realidade social, ao passo que é pressuposto que ela é construída e comunicada socialmente (MENDONÇA, 2007). Há, portanto, um forte cunho social nas pesquisas da Ciência da Informação, e dependendo do pesquisador e objeto de pesquisa, o método utilizado pode ser tanto quantitativo quanto qualitativo.

Segundo Creswell (2014), o desenvolvimento e a legitimidade de ambos os métodos geraram uma popularização da pesquisa de métodos mistos por abranger pontos fortes das duas abordagens, o que proporciona uma maior compreensão dos problemas estudados. Apesar das estratégias dos métodos mistos não serem tão empregadas quanto as das abordagens quantitativas ou qualitativas, seu uso em conjunto é adequado para que sejam minimizadas as subjetividades dos estudos, ao passo que acaba por aproximar o pesquisador de seu objeto, proporcionando maior aprofundamento dos dados. Creswell (2014) afirma ainda que os métodos mistos, que abordam a integração de métodos qualitativos e quantitativos num único estudo, têm por objetivo obter uma visão mais abrangente e uma compreensão mais profunda dos fenômenos estudados. Nesse sentido, Minayo e Minayo-Gómez consideram que

Não há nenhum método melhor do que o outro, o método, “caminho do pensamento”, ou seja, o bom método será sempre aquele capaz de conduzir o investigador a alcançar as respostas para suas perguntas, ou dizendo de outra forma, a desenvolver seu objeto, explicá-lo ou compreendê-lo, dependendo de sua proposta (adequação do método ao problema de pesquisa) (MINAYO; MINAYO-GÓMEZ 2003, p.118).

Terence e Filho (2006) afirmam que a pesquisa qualitativa é utilizada para interpretar fenômenos, de acordo com diferentes perspectivas dos participantes, sendo os significados mais importantes do que a representação numérica de dados ou as generalizações estatísticas. Para Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa exploratória em geral, envolve: 1) levantamento bibliográfico; 2) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; 3) análise de exemplos que estimulem a compreensão. O caráter exploratório tem como objetivo proporcionar uma visão abrangente, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato (GIL, 2008). Segundo Adler e Adler (2012), os métodos de pesquisa qualitativa se diferem

das quantitativas, não apenas no que concerne o número de pesquisados, que é menor, mas também porque

Tais pesquisas se aprofundam nas características dos indivíduos, na esperança de gerar uma compreensão subjetiva de como e por que as pessoas percebem, refletem, interpretam e interagem. Cunha, Amaral e Dantas (2015) alegam que a pesquisa qualitativa permite que os indivíduos pesquisados reflitam mais livremente sobre um tema, possibilitando que aspectos subjetivos e motivações se revelem de forma espontânea. Esta abordagem lida com conceitos psicológicos, como atitudes, personalidade, valores e opiniões (GOULART, 2018).

No levantamento bibliográfico, foram realizadas consultas sobre os assuntos nas fontes de informação: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no repositório interdisciplinar *SciELO (Scientific Electronic Library Online)*, na Biblioteca Central da Universidade de Brasília (UnB), na Biblioteca do Centro Universitário de Brasília (UniCeub). Foram também consultadas bases de dados da Ciência da Informação, como Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), *Information Science and Technology Abstracts (ISTA)* e *Library and Information Science Abstracts (LISA)*. Buscou-se também anais de congressos como o Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação - INTERCOM, o Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação - ENANCIB e o Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Foram ainda utilizados textos e trabalhos indicados pelos professores que compuseram a banca do relatório intermediário, assim como referências das disciplinas cursadas pela autora ao longo do mestrado acadêmico.

Ademais, realizar pesquisa com crianças não é simples, tendo em vista que há muitos desafios a superarmos nas pesquisas com esse grupo de pessoas. Delgado e Müller (2005) apontam as principais dificuldades a ultrapassar nas pesquisas com crianças: 1. Lógica adultocêntrica, que exige uma importância de que os investigadores pensem nas crianças nos seus contextos, nas suas experiências e em situações da vida real, então é necessário um interesse pelas crianças, pelos modos como negociam e interagem em grupos, ou seja, o que se passa ‘entre’ elas, e não ‘dentro’ delas; 2. Entrada no campo, em que se deve pensar nas aproximações iniciais com as crianças e, mais do que isso, que elas “são agentes ativos, que constroem suas próprias culturas e contribuem para a produção do mundo adulto” (CORSARO, 1997, p. 5). É muito mais fácil construir uma série de argumentações de como as crianças são, apelando para a autoridade dos adultos, excluindo os estudos das crianças nos seus contextos;

3. Ética, pois se tratando de pesquisas com crianças a ética é um aspecto fundamental, pois é inegável que existe uma força adulta baseada no tamanho físico, nas relações de poder e nas decisões arbitrárias. A dimensão ética (ALDERSON; MORROW, 2011; KRAMER, 2003) garante à criança o direito de consentir ou não em participar da pesquisa.

6.3 Pré-testes

Foi realizado primeiramente dois estudos pilotos, pré-testes pensados como forma de obter uma primeira coleta de entrevistas, para análise inicial e situação da pesquisadora em relação ao tema trabalhado. Segundo Mackey e Gass (2005), o estudo piloto é um teste em pequena escala que envolve a realização de todos os procedimentos previstos na metodologia, de modo que possibilite melhorar o instrumento na fase que antecede o estudo (WOHLGEMUTH, 2020). Desse modo, ele é a possibilidade de testar avaliar e de descobrir os pontos fracos da metodologia, ou seja, é o momento de aprimorar o instrumento de pesquisa.

Essas primeiras coletas de dados serviram como base para a realização da coleta de dados da dissertação, pois permitiu compreender o que era necessário ser modificado para melhor atender o objetivo da pesquisa, além de deixar claro qual o modo ideal de se realizar as entrevistas. A partir das entrevistas piloto, verificou-se a necessidade de reestruturar questões para que atendessem aos objetivos do estudo final. Além disso, no momento da realização desse piloto, o tema de pesquisa ainda estava em desenvolvimento, não tendo como objeto a mediação parental, de modo que só posteriormente idealizou-se na adição de uma coleta de dados com os pais, eis que possuem papel fundamental na interação de crianças com a internet e são quem realizam a mediação parental.

6.3.1 Pré-Teste 1

O primeiro pré-teste foi realizado no dia 7 de outubro de 2020, na plataforma Microsoft Teams, pela manhã, durante a aula Pesquisa Orientada do Programa de pós-Graduação em Ciência da Informação. Cada pergunta foi respondida por 3 participantes, um do sexo masculino e dois do feminino, em sequência, estudantes de pós-graduação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília. Como esse estudo piloto ocorreu durante uma aula, a fim de iniciar o desenvolvimento de hipóteses e gerar insights para a pesquisa, bem como para apenas aproximar a pesquisadora da instrumentação em pesquisa de estudo de usuários, não contou com a participação de crianças. Todavia, foi acordado com os participantes que eles

tentariam reproduzir o que imaginavam que seriam as respostas de crianças da faixa etária de 8 a 12 anos, pois posteriormente elas seriam o alvo da pesquisa.

A fim de situar os entrevistados sobre o tema e aproximá-los do cenário infantil, foi primeiramente realizada uma apresentação no PowerPoint, que foi compartilhada com os participantes que assistiram ao mesmo tempo. As respostas foram gravadas para posterior transcrição, enquanto palavras-chave de cada foram anotadas pela pesquisadora. A ideia foi apresentar rapidamente conteúdos diversos assistidos e utilizados por crianças: vídeos no YouTube, jogos *online*, *site* de acesso a aulas remotas e Instagram. Depois, foram realizadas as entrevistas com perguntas abertas, possibilitando que os participantes dessem respostas livres e completas, fugindo do Sim e Não. Após a resposta de todos para cada questão, partiu-se para a próxima. Todo o pré-teste teve duração de 30 minutos, contando a introdução e explicação de como funcionaria o teste, a apresentação do conteúdo e a realização das perguntas e entrevistas.

A apresentação das pré-perguntas contou com a exibição de 8 conteúdos, sendo eles trechos de: um vídeo do Youtuber Felipe Neto, em que ele jogava Minecraft; dois vídeos da Youtuber Luluca, sendo que no primeiro ela fazia um desafio de *slime* e o segundo era sobre um dia na vida dela; um vídeo do canal *Slime Sam Sapeca*, que ensina projetos manuais; um vídeo mostrando constas de crianças no Instagram, todas seguidoras da conta da Luluca nessa mídia social; um vídeo da plataforma *Plurall*, utilizada para assistir aulas de forma remota; e dois vídeos do jogo *online Among Us*. Após a apresentação foram feitas em sequência perguntas referentes às tecnologias e seu uso e consumo.

A partir desse pré-teste, entendeu-se que as questões deveriam ser reformuladas com intuito de melhor alcançar responder o objetivo geral do trabalho. Dessa forma, elas foram sendo adaptadas e modificadas ao longo do desenvolvimento do estudo. Além disso, observou-se que as entrevistas precisavam ser individuais e feitas sem outras pessoas ouvindo os diálogos, isso para que não ocorresse interferência, como a influência de terceiros na mudança de respostas das crianças entrevistadas.

6.3.2 Pré-teste 2

O pré-teste 2 foi realizado em abril de 2021 em Brasília-DF, durante dois finais de semana, de forma presencial. Inicialmente, as crianças e seus pais foram abordados antecipadamente, sendo que o tema do trabalho foi discutido previamente, e foi feito o convite de participarem da pesquisa. Todos que foram abordados concordaram em participar, fizeram questionamentos sobre anonimato e motivos da participação. O contato posterior foi feito por

WhatsApp, a fim de marcar as entrevistas. Primeiramente, os pais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos Pais (APÊNDICE A), autorizando seus filhos de participarem das entrevistas. Ainda, eles foram convidados a responderem um questionário *online*, com perguntas direcionadas aos pais. Ao iniciar o questionário, havia os termos de consentimento para participação, em que ao final era necessário marcar se concordavam ou não em serem participantes da pesquisa (APÊNDICE C).

Ademais, as crianças também foram convidadas e assinaram o Termo de Assentimento do Menor (TAM) (APÊNDICE B), em que concordavam com participar das entrevistas. Inicialmente, acreditava-se que elas seguiriam a mentalidade que existe na sociedade de que crianças falam sem parar, se dispersam em assuntos, e devido esses fatores, pensou-se que seria complicado realizar a transcrição das entrevistas gravadas. Contudo, a situação não foi essa, as entrevistas foram curtas, com respostas claras e diretas, sem fugir ao assunto. A pesquisadora em nenhum momento teve de trazer os participantes de volta às questões perguntadas, mas sim teve que trabalhar os assuntos perguntados para que recebesse respostas mais completas. Elas se demonstraram animadas com o convite e disseram que queriam participar e que saberiam responder qualquer pergunta sobre o tema, pois tinham muita experiência com internet. Após a assinatura do termo, as entrevistas foram realizadas individualmente, afastadas dos pais para que elas não se sentissem pressionadas a responder de certa maneira.

A pesquisadora afirmou que o anonimato seria mantido, que elas poderiam responder o que quisessem e que os pais não ficariam sabendo de nenhuma das respostas. Foi possível notar que elas se encontravam nervosas no início da entrevista, mas foram se soltando aos poucos. Ao contrário do que se pensava, elas não dispersaram em nenhum momento e deram respostas simples, curtas e diretas para cada uma das perguntas, sendo que, talvez devido ao nervosismo inicial, as primeiras perguntas tiveram respostas mais curtas e diretas. Em média, cada entrevista demorou 20 minutos e devido à pandemia, foram realizadas em ambiente aberto, ao ar livre, com distanciamento e sem contato entre pesquisadora e participante. Em conversa posterior com os pais, foi relatado que algumas crianças contaram para familiares que tinham sido entrevistadas e que tinham gostado da experiência.

Enquanto acontecia a entrevista, o responsável respondia em um *tablet* o questionário *online*, que por conter perguntas abertas que precisavam ser digitadas, o tempo de resposta demorou o mesmo que a entrevista individual. Verificou-se, ao final desse pré-teste, que algumas perguntas deviam ser modificadas e outras adicionadas para atender melhor aos objetivos do estudo, e que seria interessante iniciar uma conversa rápida antes da realização das entrevistas, com intuito de trazer segurança e trazer conforto para as crianças responderem de

forma mais espontânea e completa. Ainda, foi idealizado que a parte pré e pós-entrevistas, além de momentos durante as perguntas, poderiam se tornar um diário de campo, em que percepções, detalhes do que será comentado e comentários seriam devidamente registrados, embasando mais a pesquisa.

6.4 Instrumentos de Coleta

Nesse estudo, foi utilizado um roteiro de perguntas das entrevistas (APÊNDICE D) e um roteiro de perguntas dos questionários (APÊNDICE E) realizados *online*, como instrumentos de pesquisa para coleta de dados. Pôde-se definir entrevista como técnica em que o pesquisador se apresenta frente ao participante e lhe formula perguntas, com objetivo de obter dos dados que interessam a pesquisa. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social, sendo mais especificamente uma forma de diálogo e o uso de perguntas para a coleta de dados é o método mais utilizado em estudos de usuários (CUNHA, 1982) e uma boa maneira de se conseguir escutar a opinião de crianças, permitindo que elas se expressem, comentem sobre os assuntos relacionados e se sintam engajadas a emitir suas opiniões.

A estrutura nas perguntas foi efetuada para que se consiga o máximo de informações dos participantes de modo completo, sem que as respostas fujam muito do tema estabelecido, o que nesse caso, poderia fornecer informações pouco detalhadas. Apesar disso, foi preciso que a pesquisadora evitasse direcionar as respostas dos usuários, a fim de permitir que eles se expressem da forma mais livre possível, estabilizando uma escuta, um diálogo entre as partes. Esse método consiste, portanto, numa interação entre entrevistadora e entrevistados, tendo como objetivo recolher dados a partir da discussão focada em questões específicas.

Os critérios de inclusão ao estudo foram: ser criança na faixa etária de 8 a 12 anos incompletos que use as tecnologias da informação e comunicação; que aceite participar da pesquisa ao assinar o termo de assentimento com aceite da gravação de áudio; que o responsável permita a participação da criança; e que assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; que a criança assine o Termo de Anuência Livre e Esclarecido. Em contrapartida, os critérios de exclusão são: não ser criança, ou seja, ter mais de 12 anos completos; ter menos de 8 anos completos; que os responsáveis não assinem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a entrevista e gravação de áudio; que a criança não tenha assinado o termo de anuência; e que em qualquer momento decidam não mais participarem da pesquisa, finalizando sua participação.

Como os questionários foram feitos com adultos, os critérios de inclusão desse grupo foram: serem pais ou responsáveis de crianças entre 8 e 12 anos que usem as tecnologias da informação e comunicação; que aceitem participar da pesquisa; que assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Os critérios de exclusão são: não ser pai ou responsável de criança entre 8 e 12 anos; que não deseje participar da pesquisa; que não assine o TCLE; e que em qualquer momento decidam não mais participarem da pesquisa.

Dessa forma, a entrevista final realizada com crianças foi composta por 23 questões (APÊNDICE D), desenvolvidas sobre o tema da pesquisa, sendo que cada questão tem como objetivo entender e copilar a percepção e o entendimento de cada entrevistado sobre o tema que norteia o estudo. Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, percebeu-se que como a mediação que as crianças passam é ocasionada pelos pais, seria necessário então buscar informações sobre eles, a fim de melhor compreender esse cenário e possibilitar uma análise de dados a partir dos dois olhares. Desse modo, pelo *Web Survey*, foram realizados questionários *online* com os pais (APÊNDICE E) e a plataforma escolhida foi o Formulários Google, onde é possível criar questionários personalizados para pesquisas sem qualquer custo e com boa possibilidade de edição.

O questionário é o outro método mais utilizado em pesquisas com usuários, e consistem em questões a serem propostas pelo pesquisador junto aos informantes para a obtenção de dados (CUNHA, 1982) e a partir disso, o questionário da coleta final foi composto com 14 perguntas. Esses mesmos instrumentos de coleta foram utilizados no relatório intermediário e na dissertação, pois seguindo os pré-testes realizados, se mostraram adequados para a continuação da pesquisa por permitirem a boa coleta de informações tanto de crianças, quanto de adultos.

6.5 População e Amostra

A amostragem permite identificar e definir o número de crianças que serão entrevistadas, para que os resultados não sejam pobres em informação, ou que apresentem as ideias centrais de um grupo muito pequeno, que não representaria o discurso coletivo da percepção delas sobre a mediação parental. Assim, os usuários em questão da pesquisa são crianças, de 8 a 12 anos, que utilizam tecnologias em seu cotidiano para estudar, para diversão, para conversar com amigos e diversas outras atividades. Definiu-se essas idades pois, no Brasil, se considera criança apenas aqueles com menos de 12 anos e tendo em vista que o período de alfabetização é dos 4 aos 7 anos, as crianças com 8 anos completos já estão alfabetizadas.

A população infantil no DF, de acordo com a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) no documento publicado em maio de 2020, era de 458.273 crianças em 2018, o que corresponde a 16% da população total do DF (CODEPLAN, 2020). Esse grupo é composto por 49% de meninas e 51% de meninos, e a maioria (49%) tem entre 6 e 11 anos (CODEPLAN, 2020). Com a calculadora de tamanho de amostras da *Survey Monkey*, realizou-se o cálculo amostral, com margem de erro de 5% e grau de confiança de 95%. Desse modo, chegou-se ao resultado preliminar de amostra mínima equivalente a 384 crianças.

Contudo, nas pesquisas qualitativas, o tamanho da amostra varia conforme os objetivos da pesquisa. Assim, fica claro que realizar entrevistas longas com esse número é inviável para o tempo disponível e trabalho que precisa ser realizado. Adler e Adler (2012) afirmam que é necessário considerar o período disponível para a realização da pesquisa, a dificuldade para alcançar o grupo estudado além da complexidade da transcrição de horas de entrevistas. Os autores aconselham os investigadores qualitativos a realizarem entre 12 e 60 entrevistas, com 30 sendo a média (ADLER E ADLER, 2012).

Além disso, as pesquisas qualitativas contam geralmente com um menor número de pesquisados, pois o intuito é se aprofundar nos indivíduos e nos cenários estudados, de modo a alcançar uma compreensão fidedigna dos participantes (ADLER E ADLER, 2012). Assim, a categoria de amostragem utilizada foi a não probabilística por conveniência, em que os locais e indivíduos são selecionados seguindo poucos critérios na pré-seleção do público a ser pesquisado, em decorrência da compreensão do problema de pesquisa e do fenômeno estudado (CRESWELL, 2014).

A amostragem por conveniência é adequada quando utilizada para geração de ideias em pesquisas exploratórias, como uma base para geração de hipóteses (OLIVEIRA, 2001). Dessa forma, amostras por conveniência devem ser utilizadas em pesquisas que buscam conclusões gerais, com um perfil exploratório, em que não haja uma certeza prévia do perfil de seus respondentes. Por se tratar de crianças, dependentes da permissão de seus pais, o ideal é buscar aquelas mais facilmente acessíveis, desde que se encaixem nos critérios.

A abordagem da amostragem intencional pode ser útil quando é necessário incluir um pequeno número de unidades na amostra (OLIVEIRA, 2001). Ademais, não foi pré-definido um local onde as entrevistas ocorrerão, pois foi necessário entrar em comum acordo com os responsáveis das crianças, considerando que a pandemia pôde impossibilitar que a coleta de dados ocorra em certos locais. No decorrer do desenvolvimento da pesquisa, no período da coleta de dados, foram priorizados locais em que os participantes se sentissem confortáveis,

mas que também fossem adequados para a realização de entrevistas, pré-acordado com seus responsáveis.

Em síntese, para fins do relatório intermediário (etapa prévia a elaboração da presente dissertação), foram realizados 2 pré-testes: o primeiro, realizado com 3 adultos que tentaram reproduzir as respostas e reações de crianças e, o segundo, feito com dois diferentes grupos: o primeiro grupo, com 6 crianças de 8 a 12 anos que fazem uso das tecnologias; e o segundo grupo, com os pais de cada uma delas. O pequeno número de participantes no segundo pré-teste, somando 12 pessoas no total, é devido ao tempo de realização do relatório e por se tratar de uma fase inicial, de aprimoramento das perguntas e interação entre pesquisadora e participantes.

Teve de ser considerada também a pandemia de COVID-19, tendo em vista que desde o ano de 2020 até o primeiro semestre de 2022, o Distrito Federal se encontrava com restrições de isolamento social sob decreto do Governador, a fim de evitar a propagação do vírus. Assim, foram proibidas aglomerações, suspensão de aulas, fechamento de comércio e outros estabelecimentos, tendo inclusive toque de recolher. Tendo em vista essa realidade, o número de participantes foi pequeno, priorizando-se a efetuação das entrevistas e questionários, mas seguindo as recomendações da Secretaria de Saúde do Distrito Federal de distanciamento social de no mínimo 1,5 metros, uso de máscaras, fornecimento de álcool em gel e evitar locais fechados. Assim, durante o segundo pré-teste, foi feita a coleta de dados seguindo a amostra pro conveniência, em que os locais quanto os indivíduos são selecionados seguindo poucos critérios na pré-seleção e, dessa forma, tanto crianças, quanto adultos eram moradores da Asa Norte, conhecidos da pesquisadora, um facilitador pois as pessoas estavam evitando sair de casa.

Apesar disso, os entrevistados concordaram em participar da pesquisa, desde que fosse feito em locais abertos e com distanciamento. Foi perguntado para os pais onde que poderia ocorrer a entrevista, sendo que todas às vezes foram escolhidos locais próximos de suas residências, como embaixo do prédio onde eles moravam ou em áreas verdes próximas. A pesquisadora optou por, nesses ambientes, identificar onde seria mais silencioso e afastado de outras pessoas que poderiam passar, mantendo em mente o conforto dos participantes.

Para a dissertação final, ampliou-se o número de participantes, sendo entrevistadas 10 crianças e realizado questionário com um de seus pais ou responsáveis, o que totalizou 20 pessoas. Assim como no segundo pré-teste, durante a realização da coleta de dados final, teve de ser considerada também a pandemia de COVID-19 que ainda estava ocorrendo, em que Distrito Federal se encontrava sob decreto do Governador, com práticas de isolamento social e

a proibição de aglomerações em estabelecimentos, restaurantes, escolas, shoppings, entre outros, sendo que em 2021, foram definidos diferentes horários de toque de recolher e proibição de circulação.

Embora as restrições e decretos do Governo do Distrito Federal estivessem mais brandas, pais e responsáveis ainda se apresentavam cautelosos sobre a segurança de saúde das crianças. Apesar disso, todas as entrevistas foram realizadas presencialmente, respeitando o distanciamento social e com o uso de máscaras e fornecimento de álcool em gel para os participantes. Os locais foram escolhidos em acordo com os pais, sendo sempre em áreas públicas e espaços abertos.

Na banca do relatório intermediário, foi sugerido pelos professores que para fornecer informações mais completas das crianças do Distrito Federal, as entrevistas deveriam ser com crianças de diferentes nichos sociais. A opção mais favorável era de ir ao encontro das escolas públicas do DF e conversar com diretores, educadores e pais sobre a realização das entrevistas. Uma das integrantes da banca forneceu os contatos de duas diretoras, de diferentes escolas públicas. Entrou-se em contato com elas no segundo semestre de 2021, após a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética, momento no qual foi apresentado a elas a pesquisadora, o estudo, além da carta da orientadora e todos os termos de consentimento.

As diretoras se mostraram solícitas, informaram que entrariam em contato com os pais das crianças na faixa etária correspondente da pesquisa, e que aqueles que se interessassem, ela passaria o contato para a pesquisadora ou daria o dela para eles. Contudo, nenhum pai entrou em contato e nem foram passados seus telefones para que a pesquisadora pudesse realizar a comunicação e não foi feito o convite para que a pesquisadora fosse até a escola pessoalmente, provavelmente tendo em vista a continuidade da pandemia e as aulas em modo híbrido ou completamente remoto, além da necessidade de evitar circulação de pessoas pelas escolas que não fossem funcionários, pais e estudantes.

Assim, a fim de conseguir realizar as entrevistas e dar andamento com o estudo, foi necessário ir por outro caminho. A irmã da pesquisadora, com 10 anos na época, entrou para um projeto de dança do Governo do Distrito Federal, totalmente gratuito e que recebia crianças de todo o DF com idades entre 7 e 12 anos. Lá, foi possível pais e responsáveis e apresentando a pesquisa, o que gerou parte das entrevistas realizadas. As outras ocorreram no sistema Bola de Neve, em que um pai falava que tinha um conhecido ou conhecida com filho na idade que a pesquisa precisava e que mandariam o contato, além de conversar com eles e explicar sobre o estudo. Foi mais rápido desse modo conseguir todos os participantes, pois o fato de os responsáveis serem indicados e terem um conhecido que já havia interagido com a

pesquisadora, permitia que eles fossem mais solícitos em participar e permitir a participação de seus filhos.

Além disso, como parte das crianças se conheciam, algumas aceitaram com base da afirmação dos amigos que já tinham participado, pois falavam que tinha sido legal ou divertido. Outras entrevistas foram feitas por meio do contato com os pais que já haviam participado dos pré-testes e que tendo conversado com outras pessoas, conseguiram mais participantes até pouco íntimos deles, como a neta do porteiro de onde um deles morava, ou o filho da diarista da vizinha. Ao conversar com esses pais sobre a necessidade de entrevistar crianças de diferentes níveis de renda e vivências, eles foram sugerindo participantes e fornecendo contatos, novamente no sistema Bola de Neve. Dessa forma, por meio do auxílio dos pais participantes, conseguiu-se entrevistados de diferentes partes do Distrito Federal e de diferentes níveis de rendas, o que pôde impactar nas respostas e discurso final oriundo da coleta de dados.

Diferentemente do pré-teste 2, a coleta de dados dos pais e responsáveis foi feita de modo mais simples e fácil. No segundo pré-teste, a pesquisadora levou um *tablet* para que enquanto realizasse as entrevistas com as crianças, os adultos fossem respondendo o questionário *online*. Na coleta final para a dissertação, o *link* do questionário foi encaminhado por aplicativo de mensagens WhatsApp para os responsáveis. Assim, eles poderiam responder quando tivessem mais tempo e disposição, em seus próprios aparelhos, podendo ser celular *tablet* ou computador, o que tornava mais agradável a experiência do usuário em responder. Notou-se que essa ação de enviar os *links* para que os pais respondessem quando se sentissem mais confortáveis, ocasionou em respostas mais completas e longas e com maior riqueza de detalhes sobre regras, controle e ações que realizavam com seus filhos sobre internet e tecnologias.

6.6 Método de Análise

Questões relativas ao coletivo e social podem ser mais adequadamente exploradas a partir do método qualitativo, especialmente quando as percepções das pessoas em geral sobre um dado assunto são objeto de estudo, ao passo que os métodos quantitativos procuram trabalhar com dados mensuráveis, a fim de promover resultados confiáveis (LEFÉVRE; LEFÉVRE, 2012). Porém, a sociedade apresenta questões complexas, as quais também se manifestam no campo científico e especialmente na Ciência da Informação. Percebe-se essa situação, tendo em vista que seu objeto principal, a informação, possui diferentes definições e dimensões, tanto objetivas quanto subjetivas. Os avanços da área do estudo de usuários

mostram que hoje podem ser feitos estudos mais sofisticados, teórica e instrumentalmente, apropriados para o desenvolvimento de sistemas baseados nas especificidades dos comportamentos dos usuários, permitindo, assim, sistemas de acordo com necessidades cognitivas, afetivas, psicológicas e fisiológicas deles (CUNHA, 1982).

Um desses métodos é o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), cujo objetivo é reunir várias falas num só discurso síntese. A partir dele, se analisa o material verbal coletado em pesquisas que tem depoimentos como sua matéria prima, extraíndo-se de cada um destes depoimentos as Ideias Centrais que se compõe um ou vários discursos-síntese (LEFÉVRE; LEFÉVRE, 2003). O DSC vem sendo utilizado por pesquisadores da Ciência da Informação, tendo em vista que possibilita uma análise e compreensão bastante completa do objeto de pesquisa. Segundo Mendonça (2007), historicamente, esse tipo de análise surgiu na década de 1990 pelos professores doutores Fernando e Ana Maria LEFÉVRE, do Departamento de Prática de Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo. Todavia, a autora afirma que o surgimento da técnica é atribuído a Michel Pêcheux, que desenvolveu a tese *Análise Automática do Discurso*, em 1969 e seus estudos subsidiaram a base teórica-metodológica para o desenvolvimento da *Análise do Discurso* (WOHLGEMUTH, 2020).

É necessário que sejam realizadas perguntas abertas para um grupo de indivíduos que representarão a coletividade. O método do Discurso do Sujeito Coletivo busca resgatar a representatividade social, pois considera o conhecimento de senso comum como um conhecimento verdadeiro, permitindo explicar determinadas práticas, opiniões e o posicionamento do indivíduo representados na sua manifestação da vida cotidiana (LEFÉVRE; LEFÉVRE, 2005). A partir de Ideias Centrais/Ancoragens e Expressões-Chave semelhantes, compõe-se um ou vários discursos-síntese que são os Discursos do Sujeito Coletivo (LEFÉVRE; LEFÉVRE, 2003)

Dessa forma, o DSC se caracteriza por ser um método de construção de pensamento, no qual as expressões individuais, assim como ideias centrais e as respectivas expressões-chave semelhantes, constroem um ou vários discursos síntese (LEFÉVRE; LEFÉVRE, 2005). O Discurso do Sujeito Coletivo consiste na análise de depoimentos de questões abertas, agrupando os estratos de sentido semelhante em discursos-síntese redigidos na primeira pessoa do singular, como se fosse a coletividade falando (LEFÉVRE; LEFÉVRE, 2005). Portanto, vários entrevistados desenvolvem um discurso só, o do coletivo.

O método do Discurso do Sujeito Coletivo busca resgatar a representatividade social, pois considera o conhecimento de senso comum como um conhecimento verdadeiro, permitindo explicar determinadas práticas, opiniões e o posicionamento dos indivíduos

representados na sua manifestação da vida cotidiana (LEFÉVRE; LEFÉVRE, 2005). A proposta do método é fazer com que o pensamento coletivo se expresse mediante um sujeito apenas, que incorporará o discurso do pensamento coletivo e a base teórica que fundamenta essa técnica, que é a teoria da Representação Social. Moscovici (2003) afirma as representações sociais estão relacionadas a um modo de compreender o mundo, sob diferentes pontos de vista. Jodelet (2009) afirma que

Esses pontos de vista remetem a um sujeito que não seria um indivíduo isolado no seu modo de vida, mas seria autenticamente social; um sujeito que interioriza, se apropria das representações ao mesmo tempo em que intervém na sua construção (JODELET, 2009, p. 683).

Como apresentado por Wachelke e Camargo (2007), a representação social é uma forma de referência para a construção da representação individual e ainda fornece aos atores sociais indicações sobre o que é um objeto social qualquer e como agir referente a ele. De certa forma, tal abordagem teórica

[...] adota a premissa de que há representações individuais que não são compartilhadas e, portanto, são mais atinentes à maneira como cada um apreende o mundo a sua volta independentemente de isto ser ou não compartilhado” (GONDIM; FISCHER, 2009, p. 14).

O método apresenta-se, portanto, como um conjunto de proposições, opiniões e avaliações que dizem respeito a determinados objetos, emitidos pelo coletivo e dependendo do nível de conhecimento do grupo, sendo que assim as informações a respeito do objeto serão mais precisas, embora sua representação pode diferir entre grupos (MOSCOVICI, 2001). O Discurso do Sujeito Coletivo envolve uma série de operações aplicadas sobre os depoimentos de representação social, que se verificam em depoimentos coletivos e apresentam uma opinião ou posicionamento acerca do assunto pesquisado.

Cada DSC é redigido na primeira pessoa do singular, a fim de gerar no receptor o efeito de uma opinião única e assim, o método institui um "sujeito" que incorpora o discurso do pensamento coletivo (LEFÉVRE; LEFÉVRE, 2012). As pesquisas que utilizam o método DSC seguem passos a fim de alcançar os objetivos que propõem: (1) identificar o tema e problema de pesquisa; (2) construir o campo social; (3) resgatar do pensamento coletivo; (4) identificar expressões chave, ideias centrais e ancoragens nos discursos; (5) elaborar o Discurso do Sujeito Coletivo (LEFÉVRE; LEFÉVRE, 2012). Para LEFÉVRE e LEFÉVRE (2012), é necessário que sejam realizadas perguntas abertas os indivíduos pesquisados, sendo que o tamanho da amostra é variável, tendo em vista que o objetivo dela é de produzir informações aprofundadas e

ilustrativas, sendo indiferente se é pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novos dados.

É importante reiterar que para esse método, não existe a necessidade de se entrevistar muitas pessoas, pois a parte mais relevante oriunda da coleta de dados é a profundidade das informações fornecidas pelos participantes, e que poucos indivíduos já permitidos formam um discurso coletivo que representaria a fala da sociedade (LEFÉVRE; LEFÉVRE, 2012). Não é a quantidade de pessoas que importa para formar o discurso, mas sim a compreensão de que a fala delas permite se estudar o coletivo. O método busca resgatar a representatividade social, pois considera o conhecimento de senso comum como um conhecimento verdadeiro, permitindo explicar determinadas práticas, opiniões e o posicionamento do indivíduo, representados na sua manifestação da vida cotidiana de todos (LEFÉVRE; LEFÉVRE, 2012).

Portanto, o DSC se caracteriza por construir um pensamento, onde as expressões individuais, assim como as ideias centrais e as respectivas expressões-chave semelhantes constroem um ou vários discursos síntese (LEFÉVRE; LEFÉVRE, 2005). Os autores apresentam que é necessário que sejam feitas perguntas abertas para um conjunto de indivíduos representativos de uma coletividade. As opiniões que emergem do DSC possuem dupla representatividade: qualitativa por serem apresentadas em forma de discursos e quantitativa, por conterem representações numéricas (LEFÉVRE; LEFÉVRE, 2012). Assim, eles apresentam as seguintes figuras metodológicas; expressão chave (ECH), ideias centrais (IC), ancoragem e o discurso final (LEFÉVRE; LEFÉVRE, 2005). Abaixo, são apresentados os significados das figuras metodológicas, segundo os autores Lefèvre e Lefèvre (2012):

- Expressões-chave (ECH): são os segmentos, trechos ou transcrições literais do discurso que são identificadas e que revelam a essência do depoimento e o conteúdo central relacionado com o tema do estudo (LEFÉVRE; LEFÉVRE, 2005).
- Ideias centrais (IC): tem a função de individualizar um discurso ou conjunto de discursos. Descreve a especificidade semântica, sintetiza, descreve o sentido dos discursos analisados de cada conjunto de expressões-chave (LEFÉVRE; LEFÉVRE, 2005).
- Ancoragens: é a expressão de uma dada teoria, ideologia ou crença de quem profere o discurso (LEFÉVRE; LEFÉVRE, 2005).
- Discurso do Sujeito Coletivo (DSC): é o discurso síntese redigido na primeira pessoa do singular, composto pelas expressões-chave (LEFÉVRE; LEFÉVRE, 2005).

Na ideia central, as expressões-chave remetem a um sentido mais direto, enquanto a ancoragem representa a teoria, a ideologia ou crença, e que as ideias centrais estão presentes nos discursos produzidos nos depoimentos. Contudo, as ancoragens só são consideradas na metodologia quando estiverem concretas e explicitamente presentes nos depoimentos, o que nem sempre ocorre. Ademais, o processo de análise de dados ocorreu nas seguintes etapas metodológicas:

1ª: as questões foram analisadas separadamente. Assim, primeiro analisou-se a questão 1, depois a questão 2, e assim sucessivamente. A primeira atividade consistiu em copiar integralmente o conteúdo das respostas referentes à questão trabalhada na coluna "expressões-chave" no Instrumento de Análise de Discurso 1 (IAD1). O IAD1 é um quadro com três colunas: expressões-chave, ideias centrais e ancoragem;

2ª: foi identificado e sublinhado em cada uma das respostas as expressões-chave das ideias centrais diferenciando por cor ou outro método gráfico à escolha da pesquisadora, as expressões-chave das ancoragens;

3ª: foram colocadas as ideias centrais e/ou ancoragens identificadas nas colunas correspondentes no quadro IAD1;

4ª: foram identificadas e agrupadas as ideias centrais e as ancoragens de mesmo sentido, de sentido equivalente ou complementar;

5ª: consistiu em denominar cada um dos grupamento, criando uma ideia central ou ancoragem. que expressa todas as ideias centrais e ancoragens do mesmo sentido;

6ª: construção do DSC por meio de duas etapas:

a) Primeira: copiar do IAD1 todas as expressões-chave do mesmo grupamento e colá-las na coluna "expressões-chave" do IAD2;

b) Segunda: construção do DSC de cada agrupamento por meio da sequenciação das expressões-chave e da sua transformação em discurso obedecendo a esquematização clássica: começo, meio e fim, do mais geral para o menos geral e mais particular. Para auxiliar no processo de transformação em discurso, utiliza-se conetivos que proporcionam ideia de coesão do discurso.

Abaixo, no quadro 2, apresenta-se um exemplo de como foi feita a separação das respostas para a pergunta 14 do segundo pré-teste e a separação por cor de acordo com as ideias centrais identificadas. Em seguida, o agrupamento dos discursos, identificando-os por cores e, finalmente, montando os discursos finais presentes nas respostas da respectiva pergunta.

Quadro 2 - Pergunta 14: Você sempre segue essas regras?

Criança 1	Às vezes eles falam para eu parar de mexer e eu não paro, fico por mais tempo. Quando eles pedem para desligar, eu mexo por mais tempo. Quando minha mãe fala para eu não mexer em nada para fazer dever de casa eu ligo a tv, ou uso um fone para eles não ouvirem. Às vezes falam para eu desligar de noite, mas eu só abaixo o som, e às vezes eles pedem para eu abaixar o som e eu abaixo, mas depois aumento e eles nem percebem.	Não
Criança 2	É, prefiro seguir sempre.	Sempre
Criança 3	De vez em quando eles entram no quarto para ver o que eu to fazendo, então sim, eu sempre sigo.	Sempre
Criança 4	Quase sempre sim, só que às vezes eu estava conversando, daí meu celular bloqueia, e eu peço para ele desbloquear e às vezes ele desbloqueia, às vezes não.	Quase sempre
Criança 5	Não, porque depois das 8:50 não dá mais para usar, daí eu vou fazer outra coisa sem ser no celular.	Não
Criança 6	Geralmente sim, só quando é final de semana que eu não sigo muito.	Quase sempre

Fonte: Desenvolvido pela autora

Mendonça (2007) destaca que com o aperfeiçoamento da metodologia do DSC, foi observado nos últimos anos um aumento da utilização dessa abordagem em diferentes áreas do conhecimento. A Ciência da Informação não foge ao exemplo, se destacando pelo grande número de teses, dissertações e pesquisas que têm como fundo de análise o Discurso do Sujeito Coletivo.

6.7 Limitações da pesquisa

O estudo teve algumas limitações, principalmente devido a pandemia de COVID-19, porque durante a maior parte do tempo de realização do relatório intermediário de mestrado, o Distrito Federal esteve sob decreto do Governador, que indicava o isolamento social e a proibição de abertura de estabelecimentos, restaurantes, escolas, shoppings, entre outros. Ademais, havia sido instituído toque de recolher e a proibição de aglomerações, inclusive em área pública. Após o processo de fim de isolamento, quando houve uma melhora na situação da pandemia, ainda havia questões de distanciamento, as pessoas estavam evitando aglomerações e a maioria das

escolas estavam restringindo o acesso de pais e outras pessoas aos ambientes escolares. Essa situação dificultou a realização das entrevistas já que não foi possível ir até as escolas de forma presencial para convidar crianças e pais a participarem da pesquisa, sendo necessário utilizar outro método para conseguir participantes.

6.8 Aspectos Éticos

Adentrando nos cuidados éticos, o destaque e maior preocupação é em relação às crianças que entrevistadas. Os autores Alderson e Morrow (2011) defendem que ao se trabalhar com crianças, é preciso considerar questões éticas com base na trilogia entre direitos, deveres e danos/benefícios do público. Foi preciso que a pesquisadora tivesse cautela com relação à interferência na vida das crianças, além de entender a liberdade e vontade de participação da criança, e ainda a proteção contra dinâmicas que pudessem atentar contra os direitos básicos de proteção. Precisou-se também buscar estratégias de redução ou prevenção dos danos e aumentar a possibilidade de usufruir de benefícios a partir da investigação.

Pelo fato de a pesquisadora não ser criança, suas percepções são diferentes das dos entrevistados, porém, vão implicar no modo como serão analisadas e como se dará o entendimento das perspectivas apresentadas. A visão da pesquisadora, como alguém que interage com o público e convive observando uma criança ativamente nesse meio, interfere em como esse processamento ocorrerá, de modo que o posicionamento será apresentado para compilar os dados obtidos pelas entrevistas com o público, e a conclusão vai ser alcançada, a partir da união dos dados da pesquisa.

Portanto, foi necessário se buscar uma dinâmica de pesquisa que conseguisse equilibrar os interesses da criança, dos pais, dos profissionais e da sociedade, para alcançar uma boa relação entre a pesquisa e os pesquisados. Além disso, o cuidado ético deve ser reforçado porque foi estudada a subjetividade dos indivíduos pesquisados. É relevante alcançar a objetividade sem tentar ser completamente neutro, tendo em vista que a visão e vivência da pesquisadora com o tema também adiciona questões importantes de reflexão, mas sempre com intuito de não levantar juízos preestabelecidos e valores pessoais, que possam atrapalhar a abertura à experiência do outro. Buscou-se também um ambiente confortável para que os entrevistados se sentissem confortáveis em dar suas respostas e opiniões, além de haver a preocupação em não enviesar a pesquisa, sem esquecer da atenção à forma como os dados são tratados e divulgados. Ainda, foi preciso ter o cuidado ético levar ao objetivo final de gerar discussão e reflexão sobre o tema

abordado, visando alcançar e fomentar outros estudos derivados. Dessa forma, esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética das Ciências Sociais, antes que fosse realizada a coleta de dados.

Inicialmente, os pais foram abordados e conversou-se com eles sobre o tema e sobre a pesquisa. Questionou-se se eles aprovariam a participação dos seus filhos em uma data oportuna para que fossem entrevistados. Essa contextualização e conversa também foi feita informalmente com as crianças, que afirmaram saber bem sobre o assunto e demonstraram interesse em serem participantes. Após confirmação, entrou-se em contato por WhatsApp e pessoalmente, a fim de marcar uma data para a realização das entrevistas. No dia da realização de cada entrevista, foi novamente confirmado com os participantes que gostariam de participar, os quais receberam duas cópias do Termo de Assentimento do Menor (APÊNDICE B) para que lessem e assinassem, ficando uma cópia com eles e a outra com a pesquisadora.

A decisão de confirmar mais de uma vez sobre a anuência das crianças é por acreditar que “pesquisar com crianças sem que estas desejam é manter uma estrutura de poder e distanciamento que não as emancipa do papel de objetos de estudo” (LEITE, 2008, p. 123), o que acabaria por mantê-las no cenário de que o adulto manda e elas apenas obedecem nas relações sociais. Seguindo, os pais receberam duas cópias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A), permitindo na participação de seus filhos na pesquisa e autorizando a realização das entrevistas. Ainda, tendo em vista que os pais também responderam questionários *online*, tiveram de confirmar digitalmente que consentiam com a sua participação ao responder os questionamentos.

Foi informado que a participação era voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício e que tanto adultos quanto crianças poderiam desistir da participação, retirar o consentimento ou interromper a entrevista a qualquer momento, e que tais situações não acarretariam qualquer penalidade ou prejuízo aos participantes ou à pesquisadora. Ainda, foi informado que as respostas fornecidas pelos entrevistados não seriam divulgadas de forma a possibilitar a identificação, e que em caso de desistência da pesquisa após a coleta de dados, as informações coletadas seriam descartadas.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília e foi aprovada em 05/07/2021 (ANEXO I). Posteriormente, foi necessário realizar uma alteração no título do projeto, devido indicações apresentadas pelos professores que compuseram a banca do relatório intermediário. A partir disso, foi submetida uma emenda na Plataforma Brasil, solicitando apenas a alteração de um termo do título da pesquisa, a qual foi aprovada pelo Comitê em 13/08/2021.

6.8.1 Riscos

Acredita-se que a pesquisa tenha oferecido riscos mínimos aos participantes. Porém, caso fossem identificadas, seja por parte dos participantes ou da pesquisadora, situações de qualquer tipo de sofrimento, como, por exemplo, desordem emocional, provocado pela pesquisa e seu tema, seriam disponibilizadas informações e encaminhamentos para os serviços de atendimentos oferecidos na universidade, tal como o Centro de Atendimentos Estudos Psicológicos da Universidade de Brasília (CAEP) ou para centros similares em outras instituições de ensino. Foi informado, também, que a participação poderia ser interrompida a qualquer momento caso a pessoa e/ou a pesquisadora identificassem a presença desses riscos.

Tudo foi planejado para minimizar os riscos da participação, porém poderia ocorrer do participante adulto sentir: invasão de privacidade; considerar que as perguntas são sobre questões sensíveis; a possibilidade de constrangimento ao responder o questionário; desconforto; estresse; cansaço ao responder às perguntas. Com a coleta de dados com as crianças, poderia ocorrer da criança ficar nervosa para responder as perguntas; se esquecer do que ia responder; sentir desconforto com alguma perguntas; apresentar dificuldade ou desinteresse em participar; se sentir ansioso(a) por ser entrevistado por um adulto; ficar ansiosa em responder as perguntas, ficar com medo do que os pais iam achar das não quisesse responder alguma pergunta específica. Foi informado aos pais e às crianças que caso alguma situação ocorresse, a participação de ambos poderia ser interrompida.

6.8.2 Benefícios

O benefício dessa pesquisa alcança crianças e adultos relacionados com elas, permitindo que as crianças participem ativamente de uma pesquisa que quer saber a opinião sobre tecnologias, internet e a relação com a mediação parental. As experiências e percepções de cada uma, ao formam um discurso só, pôde apresentar para os envolvidos a relevância de estudos que foquem em meninos e meninas, quando são apresentados seus ponto de vista. Os benefícios propiciados aos que participaram da pesquisa são a abrangência e o reforço dos conhecimentos sobre o tema em questão. O resultado do estudo poderá contribuir para que trabalhos futuros visem trabalhar mais do ponto de vista infantil, além da possibilidade de compreendê-las melhor, sem esquecer da relação que possuem com seus pais e com todo o contexto familiar, social e escolar.

Os benefícios para os participantes adultos seriam: reforço dos conhecimentos sobre o tema em questão; poder debater sobre o tema; fazer perguntas e tirar dúvidas relativas ao tema; contribuições atuais ou potenciais da pesquisa para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade; proveito direto ou indireto, imediato ou posterior em decorrência de sua participação na pesquisa. Já para as crianças, foram identificados os benefícios de participar: aumento de autoestima por atuarem como parte principal de uma pesquisa que quer saber a opinião; se divertir contando suas experiências; achar legal conversar sobre as tecnologias; fazer perguntas sobre o tema e tirar dúvidas; se interessar em saber mais sobre o tema; se sentir relevante perante a sociedade por serem ouvidas sobre um tema importante; reforço dos conhecimentos sobre o tema em questão; contribuições atuais ou potenciais da pesquisa para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade; proveito direto ou indireto, imediato ou posterior em decorrência da participação na pesquisa.

7. ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados a seguir foi dividida em duas partes, a primeira sendo referente à análise na fala das crianças, enquanto a segunda analisa as respostas dadas pelos pais e responsáveis. Ela foi realizada na maioria das perguntas segundo a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2005) e seguiu de acordo com a sequência deste estudo por meio da análise das respostas apresentadas.

7.1 Crianças: Resultados e análise das entrevistas

A seguir na análise das entrevistas, serão apresentadas as questões em sequência, juntamente de suas análises. Após as perguntas, são apresentadas as Ideias centrais oriundas dos discursos coletados a partir das respostas dadas nas entrevistas. Cada Ideia Central é colocada como IC, seguida pelo seu DSC, o Discurso do Sujeito Coletivo completo, seguindo uma ordem numérica para melhor separação de cada um, além de identificação ao longo das análises. Lembra-se que cada resposta pode conter diferentes ideias centrais, que posteriormente são unidas em seus respectivos discursos, sendo esse que resultaria no coletivo. Apesar de serem unidas diferentes falas, elas são colocadas exatamente como dito pelas crianças.

Questão 1: Quantos anos você tem?

A questão 1, que questionava quantos anos os participantes tinham, não passou pela análise do discurso do sujeito coletivo, pois como cada criança apresentava idade diferente, não existindo necessidade de desenvolvimento de discursos sobre a questão. Apesar disso, a média de idade das entrevistadas foi de 10 anos.

Questão 2: Para você, o que é “Criança”?**IDEIAS CENTRAIS**

Ser feliz	Fase da vida	Brincar	Não ter responsabilidade
------------------	---------------------	----------------	-------------------------------------

IC1: Ser feliz

DSC1: *Ser criança é ser feliz!*

IC2: Fase da vida

DSC2: *Criança é uma fase da vida onde você tem que aproveitar porque você só vai ter ela uma vez, é uma fase de alegria. Para mim ser criança é fase da vida, é a parte que a gente aprende sobre a vida.*

IC3: Brincar

DSC3: *Quando é mais jovem é a idade de brincar, e não se preocupar com nada. Eu acho que ser criança é saber brincar, porque adulto sabe brincar, mas não tão divertido quanto a criança, então é poder brincar sempre que quiser, se divertir, correr, pular, essas coisas assim.*

IC4: Não ter responsabilidade

DSC4: *Criança é não ter responsabilidades, ou seja, quando você é mais jovem, não ter responsabilidade de comparar comida, coisas assim, porque não tem tanta responsabilidade quanto o adulto, mas ela está aprendendo a ter.*

Na primeira pergunta que permite análise, questionou-se o que é ser criança. Os discursos apresentados consideram a fala social comum quando se trata de crianças: é ter liberdade, alegria, brincar, correr, sem muitas proibições, sem responsabilidades. Quando se pensa em crianças, talvez esse seja o imaginário de adultos, ao pensar que elas possuem mais liberdade que eles, por terem menos responsabilidades. Conforme estudo de Demathé, Cordeiro e Vilares (2009), a respeito das representações sociais de pais e professores de educação infantil sobre infância, criança está associada a alegria e brincadeira.

Nessa mesma linha, outro estudo abordado é o de Tacca (2013) realizado com professores da escolarização inicial da rede de ensino público do DF, o qual permitiu a verificação que assim como o estudo anterior de que alegria e brincadeira aparecem no núcleo central das representações de infância seguidos de inocência e aprender. Retoma-se aqui o objetivo específico 1, que é entender o que é criança. Essa pergunta foi feita às crianças participantes da pesquisa, a fim de levantar a caracterização do termo por elas, trazendo o olhar infantil sobre si próprias. Em resumo, elas entendem que criança é tudo aquilo relacionado com brincar, se divertir, estudar e ter liberdade.

O discurso 2 afirma que ser criança é uma fase da vida onde você tem que aproveitar porque você só vai ter ela uma vez, é a fase que se aprende sobre a vida. Existe uma diferença conceitual de infância e criança, sendo a primeira compreendida como uma etapa da vida, a fase da vida que vem antes do período da adolescência, enquanto a segunda é identificada como um sujeito histórico, social e cultural, integrante ativamente da sociedade e que se relaciona com os outros (HEYWOOD, 2004). Assim, a fase da vida seria a infância, momento em que, segundo o discurso, tem que ser aproveitado e é a partir dela que se aprende para a continuidade das fases da vida. A criança é aquela que vive esse momento.

O quarto discurso afirma que ser criança é não ter responsabilidades que nem um adulto, mas que é um momento em que ela está aprendendo a ser responsável. Pedagogos defendem que responsabilidade é um processo que se desenvolve principalmente no período da infância até a adolescência, preparando esses jovens para a fase adulta (EQUIPE SESC, 2019). A pedagoga Magali Larson, coordenadora da Escola Sesc Joinville afirmou em entrevista para o Sesc de Santa Catarina que desde pequenas, as crianças precisam aprender a assumir a responsabilidade pelos seus atos, além de cumprir as suas obrigações, de acordo com a idade de cada um (EQUIPE SESC, 2019). Segundo a pedagoga, abrir esse espaço para que as crianças desenvolvam autonomia também significa ter apoio e acompanhamento da família, pois estão em processo de aprendizagem, sendo importante entenderem que a realização de suas tarefas

não é algo sem sentido, imposto pelos pais, mas faz parte dos cuidados necessários consigo, com os outros e com seu entorno (EQUIPE SESC, 2019).

Questão 3: O que são tecnologias para você?

IDEIAS CENTRAIS

Comunicação	Conecta as pessoas do mundo	O mundo atual	Coisas novas	Internet, celular e computador
--------------------	------------------------------------	----------------------	---------------------	---------------------------------------

IC1: Comunicação

DSC1: *Tecnologia é um meio avançado de comunicação, ou são para comunicação.*

IC2: Conecta as pessoas do mundo

DSC2: *Tecnologia é algo que conecta todas as pessoas do mundo, para o mundo se conectar, não sei como eu digo, mas é tudo que se conecta, que está interligado um com outro, pode jogar junto com outra pessoa, porque sem a tecnologia não consegue fazer as coisas juntos interligados sem estar em lugares diferentes.*

IC3: O mundo atual

DSC3: *Ah é quase todo o mundo atual, hoje ninguém vive sem tecnologia. Sem ela é só se deitar na cama e dormir.*

IC4: Coisas novas

DSC4: *Bom, a tecnologia para mim é tipo são coisas novas, assim, uma nova era onde tem novas coisas, tudo de algo novo, tudo de novo que eles desenvolvem, coisas novas.*

IC5: Internet, celular e computador

DSC5: *Eu acho que são os celulares e computadores, é como eu estava no computador jogando Roblox antes de vir fazer a entrevista, tablet celular. Ah, acho que a internet também.*

Nessa pergunta, os discursos são bem divergentes no que apresentam os entendimentos de crianças sobre o que é tecnologia. O intuito da pergunta era compreender o conhecimento que elas tinham sobre o assunto, se sabiam identificar ou apresentar exemplos, a fim de situar o pensamento delas em relação à pesquisa. Ao invés de informá-las sobre o conceito, preferiu-se questioná-las, para que dessem respostas de acordo com os seus conhecimentos. O quinto discurso entende que tecnologia são os dispositivos, como celular, computador, *tablets*, esses os mais utilizados por crianças atualmente para acessar a internet (CETIC.BR; NIC.BR, 2020).

Segundo Álvaro Pinto (2005), existem quatro sentidos mais usuais do conceito de tecnologia. O primeiro e mais geral é seu sentido etimológico, em que ela se apresenta como o tratado da técnica, englobando a teoria, a ciência, a discussão da técnica, a aceção as artes, as habilidades do fazer, as profissões e, generalizadamente, os modos de produzir alguma coisa (PINTO, 2005). O segundo sentido, no senso comum e no linguajar corrente, como sinônimo de técnica ou de *know-how*, ou seja, saber fazer. Enquanto o terceiro sentido relaciona-se ao conjunto de técnicas de que dispõe uma sociedade, entendendo que tecnologia é o nível de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade (PINTO, 2005).

Por fim, um quarto sentido, está ligado a este último, que é o da ideologia da técnica. Nesses entendimentos de Pinto (2005), se encaixa o quarto discurso, que afirma que tecnologia é tudo aquilo que foi inventado, a partir da informação que o homem dispõe. As se buscar o conceito do termo em dicionários, fica claro que tecnologia é um produto da ciência, que nada mais é que a informação do homem, e que envolve um conjunto de instrumentos, métodos e técnicas que visam a resolução de problemas, sendo a aplicação prática do conhecimento científico em diversas áreas, ou seja, é tudo que já foi inventado, pesquisado, desenvolvido (PINTO, 2005).

O terceiro discurso já caminhou para um entendimento mais amplo, afirmando que é o mundo atual, pois ninguém vive a tecnologia. Não foi especificado o que do mundo atual poderia ser caracterizado como tecnologias ou assuntos relacionados, mas é curioso como foi definida a ideia de tecnologia, pois segundo a criança, sem ela a vida das pessoas seria apenas comer e dormir. Pode-se pensar que para ela, a influência e existência das tecnologias seria tão natural e comum, que está juntamente de todas as outras ações da vida de uma pessoa, tirando se alimentar e dormir.

O quarto discurso trouxe um sentido ampliado, de que tecnologias é tudo de novo, todas as coisas novas que surgem, seriam coisas tecnológicas. Esse pensamento é interessante, pois liga todas as descobertas e inovações a algum tipo de tecnologia, situação que se vive na sociedade da informação. O DSC2 aborda a tecnologia como fator de conexão das pessoas no

mundo, interligando umas às outras, em lugares diferentes, e de certa forma, ele está relacionado ao DSC1, pois se afirma que é para a comunicação, que é o meio de conexão entre pessoas diferentes, de locais diferentes, o que permite que umas se conectem e comuniquem com as outras.

Questão 4: O que é internet para você?

IDEIAS CENTRAIS

Ajuda as coisas a funcionarem	Gasolina da tecnologia	Wi-Fi	Permite a gente jogar	Aplicativos	Parceira da tecnologia
--------------------------------------	-------------------------------	--------------	------------------------------	--------------------	-------------------------------

IC1: Ajuda as coisas a funcionarem

DSC1: *Internet é uma coisa que ajuda as coisas a funcionarem.*

IC2: Gasolina da tecnologia

DSC2: *Internet é como se fosse uma gasolina para a tecnologia e alguns aparelhos.*

IC3: Wi-Fi

DSC3: *Internet é a mesma coisa que a rede Wi-Fi, que conecta tudo, então é quando o Wi-Fi está disponível e aí tem internet para eu jogar, ver TikTok, usar o WhatsApp, o Youtube e assistir Netflix.*

IC4: Permite a gente jogar

DSC4: *Internet para mim é o que permite a gente jogar, porque sem a internet jogos não funcionam.*

IC5: Aplicativos

DSC5: *Internet para mim é a rede onde tem aplicativos, o WhatsApp, o Youtube, o Instagram, onde tem a tecnologia.*

IC6: Parceira da tecnologia

DSC6: *Internet para mim é como se fosse a parceria da tecnologia, a maioria das tecnologias precisa da internet para funcionar.*

Novamente com o intuito de permitir que as crianças apresentassem suas conceituações sobre os termos tão comumente utilizados no dia a dia, perguntou-se o que era internet para elas. De certa forma, todos os discursos tinham similaridades e se conectavam, ao apresentarem características da rede de internet e as possibilidades que ela traz para a sociedade. O discurso 3 trouxe que a internet é a rede Wi-Fi que conecta tudo e quando está disponível, sendo esta que possibilita utilizar aplicativos também citados do discurso cinco, como TikTok, Youtube, WhatsApp, Netflix e Instagram. Ademais, os outros entendem que internet é algo que está por trás da tecnologia e dos dispositivos, que torna possível se comunicar, encontrar informações, acessar conteúdos, jogar *online*, o que faz as coisas funcionarem. Um segundo discurso foi específico em afirmar que a internet é a gasolina da tecnologia, o que permite hoje que a tecnologia funcione.

As respostas foram condizentes com as definições de autores sobre o que é internet. Para Kurose e Ross (2006), é uma rede que interconecta milhões de equipamentos de computação em todo o mundo, enquanto para Tanenbaum (2003), é um conjunto de computadores autônomos interconectados por uma única tecnologia. Em vez de se apresentar uma definição única, pode-se descrevê-la em dois modos: componentes básicos de *hardware* e *software* que a formam, possibilitando a conexão entre computadores, ou uma infraestrutura de rede que provê serviços para aplicações distribuídas (KUROSE; ROSS, 2006)

Questão 5: Que tecnologias você usa no seu dia a dia?

Na pergunta 5, que questionava quais tecnologias que as crianças utilizavam no dia a dia, optou-se por não realizar um discurso coletivo, mas sim apresentar os dispositivos que eram citados pelas crianças: computador, *tablet*, celular, videogame e televisão. Algumas informaram que não tinham celular, apenas *tablet* e computador, enquanto outras somente falaram do celular e todas incluíram a televisão nas respostas. Observou-se que, quanto mais alta a classe da criança entrevistada, menos elas tinham celular, mas sim possuíam outros dispositivos, como *tablet* e computador. Claro que algumas crianças disseram que tinham tudo, incluindo videogame. Em contrapartida, as classes mais baixas em geral citavam apenas o celular, mais barato de comprar e de manter redes móveis, além da televisão. No Brasil, quase 5 milhões de crianças vivem sem acesso à internet (CETIC.BR; NIC.BR, 2020) e a pandemia

ainda agravou essa realidade devido aos altos valores de compra, ainda há uma predominância no uso de telefones celulares para acesso à internet.

Isso ocorre porque é mais barato comprar e manter um celular com rede móvel de dados, do que um notebook em casa com a necessidade de ter internet, por cabo, fibra-ótica, além da rede Wi-Fi. A União Internacional de Telecomunicações e a A4AI divulgaram o mais recente estudo a respeito do custo dos serviços de telecomunicação para o consumidor final, sendo que no Brasil, os serviços móveis ficaram mais baratos em 2021, se comparado com 2020, mas a banda larga fixa aumentou de preço, saltando de um custo equivalente a 2,51% do PIB per capita em 2020 para 3,49% em 2021 (BUCCO, 2022).

Ademais, um possível motivo de as crianças de classe mais alta terem outros dispositivos que não celulares, é os pais acreditarem que ainda não é a idade para elas ganharem um *smartphone*, por ser mais difícil de controlar o uso de aplicativos como Youtube e WhatsApp, sendo menos seguro. Assim, eles forneciam *tablets* e computadores, que permitem as crianças estudarem, jogarem, pesquisarem e se comunicarem, que são talvez mais passíveis de serem controlados ou vigiados.

A TIC Kids *Online* Brasil (CETIC.BR; NIC.BR, 2020) apresentou que perguntados, 100% da população das classes A e B disseram que tinham acessado à internet nos últimos três meses, caindo para 94% na classe C, e caindo ainda mais entre as classes D e E, indo para 80%, entretanto, são porcentagens ainda altas, mostrando que o acesso delas é elevado. Ainda, confirmando o levantado no discurso, segundo a pesquisa, o celular é o principal dispositivo de acesso à internet, utilizado por 95% do público infantil, o que dá cerca de 23 milhões de crianças e adolescentes brasileiros (CETIC.BR; NIC.BR, 2020). Esse uso aumentou de 2018, antes da pandemia, até 2020, pois quando em comparação com os anos anteriores da pesquisa, saltou de 93% em 2018 para 95% em 2019 (CETIC.BR; NIC.BR, 2020).

Ao observar uma criança, que tenha ao alcance da mão diversos dispositivos diferentes, imagina-se que ela pode simplesmente soltar um e usar o outro em seguida, ou utilizar mais de um ao mesmo tempo. Como, por exemplo, enquanto joga no videogame, participa de videochamada com os amigos pelo celular, e escuta música pelo computador. Descobrir quais tecnologias elas usam, faz parte do processo de compreensão sobre suas práticas informacionais, mas além dessa questão, entram nesse meio outros tópicos, como satisfação e necessidades, aspectos que influenciam nas práticas informacionais, tendo em vista que é uma dimensão que domina todo o processo (BERTI; ARAÚJO, 2017)

Essa realidade que se tem hoje é derivada principalmente pela pandemia de COVID-19, que exigiu que as pessoas ficassem em casa, em isolamento social, levando ao *home office*, ao

fortalecimento do ensino a distância e do aumento da necessidade social de entrar em contato com outras pessoas. Ademais, conforme a pesquisa TIC Kids Brasil 2019, quanto maior a classe social, maior os tipos e quantidade de dispositivos que elas têm à disposição (CETIC.BR; NIC.BR, 2020). Essa relação com a tecnologia, ademais, embora possa ser vista negativamente, pois quanto maior o número de dispositivos, mais tempo elas podem ficar conectadas, o que seria prejudicial a elas, na verdade pode permitir que as crianças participem e intercambiem informações, permitindo até que se entendam como indivíduos perante toda essa situação em que a sociedade se encontra (CUEVAS-CERVERÓ; MARQUES; PAIXÃO, 2014).

A internet é uma ferramenta benéfica para as crianças e elimina muitas das limitações de tempo e espaço, assim como aumenta o acesso à informação, oferece a oportunidade de interagir com outros e aumenta também os seus círculos de conhecidos e amigos *online*. Todas esses pontos são possibilitados pelo acesso à internet e tecnologias, seja por *tablet*, celular ou computador, o uso da informação, independente do meio, é uma ferramenta no desenvolvimento individual e, por consequência, social (CUEVAS; MARQUES; PAIXÃO, 2014).

Questão 6: As tecnologias que você usa são suas ou de alguém da sua família?

IDEIAS CENTRAIS

São meus	De todo mundo da família	Dos outros	Não tenho celular
----------	--------------------------	------------	-------------------

IC1: São meus

DSC1: São meus, o celular é meu, o computador também e o tablet é só meu, eu tinha outro, mas a tela quebrou eu não sei como.

IC2: De todo mundo da família

DSC2: O notebook é da família, mas sou eu que mais uso, o celular é meu e o tablet é de todos, mas quem mais usa é a minha mãe, o computador é do meu irmão, mas todos usam, a TV eu não tenho daí uso a da família, ela é de todo mundo, eu acho que é tudo de todo mundo.

IC3: Dos outros

DSC3: *O celular é dos outros, ou do meu pai, ou da minha tia ou da minha avó e do meu avô, mas é raro. E o computador é da minha tia, eu peço para ela, depois que eu janto eu mexo no computador, porque pelo menos isso, porque eu fico o dia todo estudando, a vida da gente não é só estudar.*

IC4: Não tenho celular

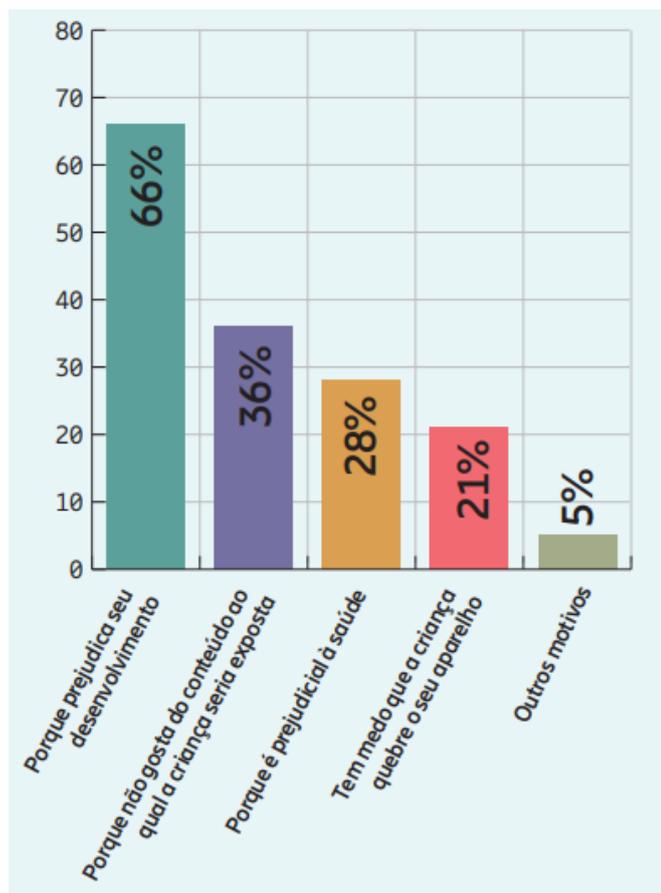
DSC4: *Não tenho celular, já perguntei e eles sempre mudam de assunto. Acho que eles acham que a gente não tem muito controle sobre os celulares, eles acham que se eles falarem para parar a gente não vai parar, eles devem esperar a gente ter mais responsabilidades e não perder tempo com essas coisas.*

As respostas da pergunta 6 vão de encontro àquelas dadas na pergunta 5, questionando de quem era as tecnologias utilizadas pelas crianças. No segundo pré-teste, essa mesma pergunta teve apenas um discurso, que os aparelhos, celulares *tablets* e computadores eram das crianças. Já na coleta de dados final, a realidade se mostra diferente, pois algumas não tem celular, outras não tem *tablet*, ou então usam os dispositivos de outras pessoas da família. Basicamente, elas listaram cada dispositivo e informaram a quem pertenciam.

Foram quatro discursos distintos: o primeiro afirmando que celulares computadores e *tablets* são delas; o segundo informando que tudo é de todos da família, principalmente a televisão; o terceiro, em que é dito que o celular não é da criança, mas sim que ela utiliza os de familiares, assim como o computador; e o quarto, que afirma que a criança não tem celular e que embora os pais não tenham explicado o motivo de não terem dado a ela ainda, ela acha que é porque eles podem pensar que ela não terá controle sobre os celulares, ou ainda que não teria responsabilidade ou obediência.

Considerando a renda e classe das entrevistadas, essa informação corrobora o pensamento da pesquisadora apresentado na análise da questão anterior, que as crianças de classes mais altas não têm celular muitas vezes porque os pais acreditam que ainda não é a idade para elas ganharem um *smartphone*, já que seria mais complicado realizar o controle e mediação de *apps* como Youtube e WhatsApp. Sobre não dar um celular aos filhos, dados da pesquisa Panorama mostram que os principais motivos são: prejuízo ao desenvolvimento das crianças, o risco de exposição a conteúdo inapropriado, risco à saúde e por medo que a criança o quebre (MOBILE TIME/OPINION BOX, 2021), conforme o gráfico 6 abaixo.

Gráfico 6 - Por que você não deixa seu filho(a) usar *smartphone*?



Fonte: Mobile Time/Opinion Box, 2021

Ademais, o estudo *Crianças Digitais*, realizado pela empresa Kaspersky de *ciber* segurança, em parceria com a consultoria de pesquisa Corpa, mostra que 49%, quase metade das crianças brasileiras, usaram um dispositivo eletrônico pela primeira vez antes dos seis anos de idade (RODRIGUES, 2020). E 72% delas ganharam o próprio *smartphone* ou *tablet* antes de completar 10 anos, sendo a média por volta dos 8,5 anos (RODRIGUES, 2020). Segundo a Pesquisa TIC Kids *Online* 2019, o percentual de jovens entre 9 e 17 anos que acessa a rede somente pelo celular chegou em 44%, sendo que em 2016, o índice era de 37% (CETIC.BR; NIC.BR, 2020).

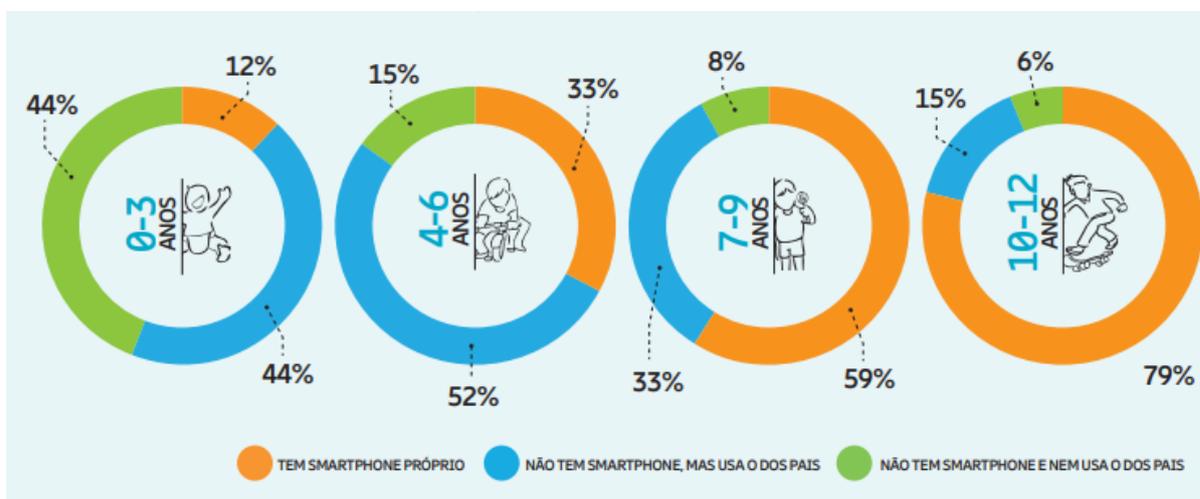
Já a *Panorama Mobile Time/Opinion Box* de 2021 afirma que em famílias cujos pais têm *smartphone*, praticamente metade (49%) das crianças de 0 a 12 anos têm um *smartphone* próprio, enquanto em 2020, eram 44% (MOBILE TIME/OPINION BOX, 2021). Ademais, a pesquisa revelou também que o maior crescimento foi na faixa de 7 a 9 anos, subindo de 52%

para 59% o percentual com *smartphone* próprio (MOBILE TIME/OPINION BOX, 2021). Além disso, a pesquisa mostra que em 2021 caiu de 72% para 65% a proporção de pais que estipulam um limite máximo de tempo de uso por dia do *smartphone* para os filhos (MOBILE TIME/OPINION BOX, 2021).

Para melhor visualização dessa realidade, o gráfico 7, abaixo, apresenta as porcentagens de posse de celular *smartphones* de crianças de 0 a 12 anos. Nota-se que quanto mais alta a idade, maior a quantidade de meninos e meninas que possuem um celular. Algo a ser notado é que dos 12% de crianças de 0 a 3 anos que têm dispositivos móveis e mais de 44% usam dos pais. É de certa forma preocupante e ao mesmo tempo curioso o porquê crianças tão pequenas necessitariam possuir um aparelho só delas.

Esses dados exemplificam a situação tratada nessa dissertação no Capítulo 4, subitem 4.3 Crianças Consumidoras e Produtoras de Informação, em que se afirma que elas são expostas desde cedo pelos próprios pais, que colocam vídeos e jogos para que se distraiam, façam silêncio em viagens e restaurantes, por exemplo. Justifica também o fato de existirem suporte para *tablets* e celulares feitos para serem presos em carrinhos e bebê confortos, para que o bebê ou criança fique entretido assistindo vídeos e músicas enquanto estiver deitado, pois apenas existe a venda do suporte, se os pais colocarem um dispositivo na frente delas, para que assistam.

Gráfico 7 - Acesso infantil ao *smartphone* por faixa etária



Fonte: Mobile Time/Opinion Box, 2021

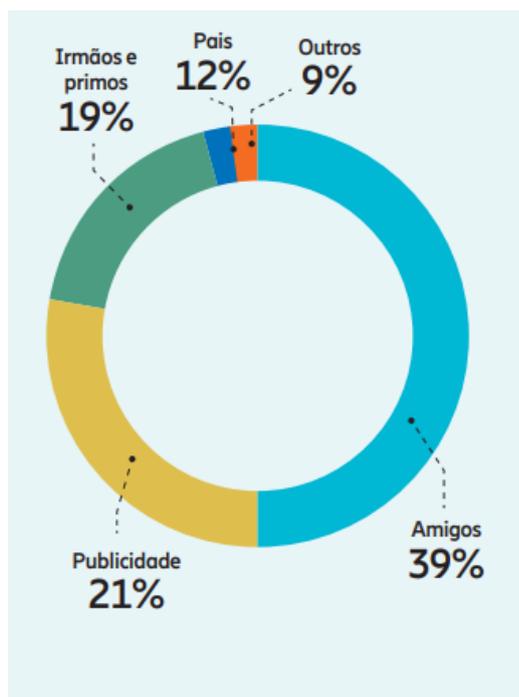
Essa realidade apresentada na representação gráfica sofreu mudança principalmente pela pandemia pois as pessoas tiveram de exercer o isolamento social e por isso ficaram mais

em casa. Sendo o maior motivo do aumento de dispositivos dentro de casa se deve ao *home office* e da necessidade de se promover o ensino a distância. Enquanto antes um computador por família bastava, de repente as pessoas viram a necessidade de adquirirem outros aparelhos, como mais celulares com conexão à internet.

Ainda, em conversa informal com os pais das crianças entrevistadas, foi dito que eles compraram principalmente celulares para os filhos, com intuito de que eles conseguissem se manter em contato com amigos e familiares de mesma idade, como primos, já que não havia a possibilidade de encontros. Assim, dispositivos eletrônicos foram dados para crianças com idade abaixo de 10 anos, para que elas tivessem contato e interação com outras. Outro responsável já afirmou que o celular era mais barato do que dar um *notebook* só para a criança. Existe ainda a questão de que se todos os amigos possuem celular e o utilizam para interagir diariamente, aquela criança que não tem, ficaria excluída dessas relações. Essa exclusão também pode ser considerada como um motivo para que os pais tenham adquirido novos dispositivos durante a pandemia.

Outro fator pode ter sido a influência da presença massiva da tecnologia no dia a dia dos adultos, que tiveram que se conectar mais nesse período. Tendo em vista que as crianças se espelham nos adultos, se os pais fizerem uso excessivo dos *smartphones*, é natural que os filhos queiram imitá-los. Contudo, segundo a *Panorama Mobile Time/Opinion Box (2021)*, os responsáveis muitas vezes não se consideram como influenciadores desses desejos, pois somente 15% entendem que eles próprios influenciam as crianças nesse aspecto. A maioria, quase 39%, acredita que os amigos são os principais responsáveis pelas crianças quererem ter um celular, e que a publicidade também gera influência, com 21% (*MOBILE TIME/OPINION BOX, 2021*), conforme mostrado no gráfico 8 abaixo.

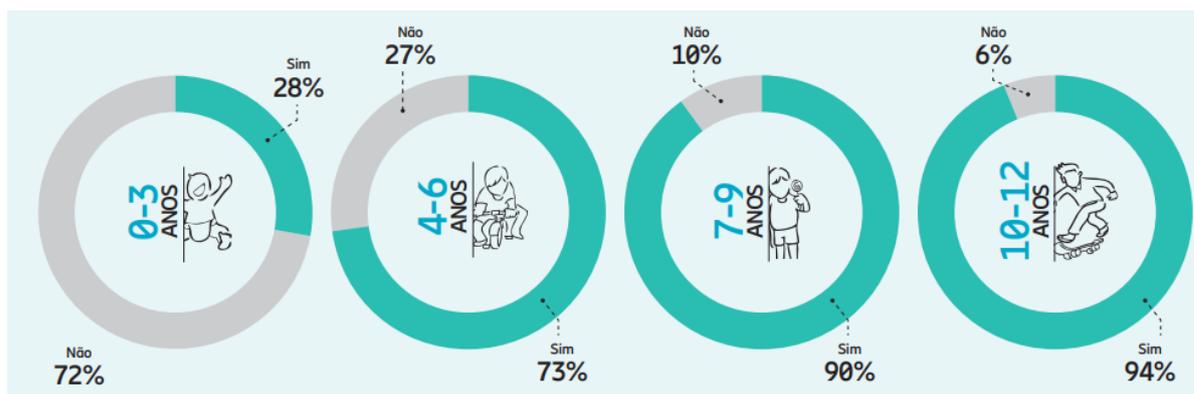
Gráfico 8 – Quem mais influencia as crianças a quererem um *smartphone*?



Fonte: Mobile Time/Opinion Box, 2021

É claro que algumas crianças podem querer ter um dispositivo porque os outros amigos têm, e elas não querem ficar excluídas do seu grupo de amizades, ou ainda ser vista como diferente por não poderem interagir da mesma forma que eles. Além disso, a vontade de ter um celular só seu começa nos primeiros anos de vida. As entrevistas feitas com os pais para o estudo indicaram que 28% das crianças de até três anos de idade já pediram o aparelho de presente, e a porcentagem em crianças de 7 a 9 anos é bem próxima da de 10 a 12 anos, sendo 90% e 94% respectivamente. (gráfico 9) (MOBILE TIME/OPINION BOX, 2021).

Gráfico 9 – Seu filho(a) já pediu um *smartphone* de presente?



Fonte: Mobile Time/Opinion Box, 2021

Questão 7: Como você usa?

IDEIAS CENTRAIS

Para estudar	Jogos	Ver vídeos
--------------	-------	------------

IC1: Para estudar

DSC1: *O computador eu uso mais para aulas, para estudar, sempre sozinho, no meu quarto, na sala.*

IC2: Jogos

DSC2: *O celular para jogar jogos, o tablet eu uso para jogar também, sozinho ou com meus irmãos, mas jogo principalmente com meus amigos online, a gente conversa na chamada e jogamos, cada um da sua casa. Jogo às vezes com o meu irmão mais velho, uso no quarto do meu irmão o computador por bastante tempo para jogar, o celular eu uso muito tempo em todo lugar, jogo nele também.*

IC3: Ver vídeos

DSC3: *Eu uso o celular para gravar e ver vídeos, faço isso sempre sozinha quando to em casa, e com minhas amigas quando estou na escola, às vezes eu tenho costume de ver vídeos no TikTok, eu gravo e mando para as minhas amigas.*

Com a pergunta 7, buscou-se entender quais são as práticas informacionais das crianças, a fim de atender o objetivo específico 2: Identificar as práticas informacionais do público estudado, ao perguntar como as crianças usam as tecnologias. Os discursos mostraram que o uso é diferente de acordo com cada necessidade ou intenção. Em geral, quando é para usar o celular, seja para jogar, conversar ou ver vídeos, as crianças o realizam em qualquer lugar, por este ser um dispositivo móvel, enquanto videogames e TV, aparelhos fixos e que podem ser utilizados por mais pessoas ao mesmo tempo, são usados em ambientes como a sala, juntamente de outras pessoas da família.

A maioria das falas informa que as crianças usam as tecnologias sozinhas e as atividades são diversas: jogar, ver vídeos, filmes, ouvir música, conversar e ter aula *online*, algo comum nesse momento de pandemia, o que é mostrado pela TIC Kids *Online* Brasil (CETIC.BR; NIC.BR, 2020), em que as crianças mais usam tecnologias em casa (92%), seguida pela casa de outra pessoa (83%), na escola (32%) e em deslocamento (36%) (CETIC.BR; NIC.BR, 2020).

Questão 8: Tem diferença de usar a sua tecnologia (celular, *tablet* ou computador) e a emprestada por seus pais?

IDEIAS CENTRAIS

Sim, tem diferença	Não tanto
---------------------------	------------------

IC1: Sim, tem diferença

DSC1: *Eu acho que sim, tem diferença, porque as nossas coisas podemos assistir quando e o que quiser, mas a dos outros, tem que ver a mesma coisa que o outro gosta, os dois tem que concordar, por exemplo meu irmão adora ver Pokémon na sala e eu não gosto. Você não pode fazer o que gostaria de fazer, tipo jogo, se o aparelho de celular não for seu, quando é algo compartilhado você tem restrições e quando é seu você tem mais liberdade para usar, meu eu tenho as minhas coisas, sei onde cada coisa está, e se compartilho elas bagunçam o que é meu e elas desarrumam tudo, é horrível compartilhar coisas, eles desarrumam. Assim, quando você está usando uma coisa de uma pessoa você tem que tomar mais cuidado porque não é seu, mas quando é seu você fica mais tranquilo em usar, você pode usar do seu jeito. É, eu acho muita diferença, porque o celular da minha avó tem chip e o meu tablet não, daí em chip eu não tenho*

WhatsApp e não consigo receber ligação, daí eu pego o dela porque eu consigo falar com as minhas amigas.

IC2: Não tanto

DSC2: Não tanto, porque às vezes tem as mesmas coisas, a tv tem as mesmas coisas se for da mesma casa.

Na pergunta 8, em que se questionava se havia diferença entre usar dispositivos próprios ou de outras pessoas, houve dois discursos das crianças, o primeiro que afirmava que sim, tinha diferença, e o segundo que falava que não tinha tanto. Ao se usar aparelhos de outras pessoas, existe menos liberdade para fazer o que quiser além da questão do tempo de uso, principalmente porque celulares são aparelhos muito pessoais e que estão sempre ao alcance da mão, sendo impossível que uma outra pessoa fique utilizando por horas a fio, sem que o verdadeiro dono precise dele. O discurso 1 reitera esse pensamento, pois é dito que quando é algo compartilhado, você tem restrições e quando é seu, o indivíduo tem mais liberdade para usar, além de ter que tomar mais cuidado porque não é seu.

O conceito de posse é comum em estudos sobre crianças, mas geralmente é a relação de posse da criança com objetos é entendida como problemática por adultos que estigmatizam a criança como possessiva, egocêntrica e egoísta. Todavia, dentro do contexto de uma sociedade capitalista, ser possessivo é uma condição tornada necessária e com relação à posse da criança passa também por aspectos cognitivos e afetivos, portanto de aprendizagem e de vínculo relacional (BRANDÃO, 2018). Nesse sentido, não quer dizer que elas sejam possessivas em relação aos seus aparelhos eletrônicos, apenas que esse comportamento de querer ter algo seu, sem precisar devolver para ninguém, não acomete só adultos, mas também crianças, desde novas e isso não faz delas egoístas, mas apenas seres sociais.

Ainda no DSC1, é dado um segundo motivo para ter diferença entre usar um aparelho que é seu e o de outra pessoa, que é o fato de aparelhos de adultos terem chip, não sendo possível realizar ligações ou ter WhatsApp. Segundo dados da Pesquisa Panorama, 49% das crianças de 0 a 12 anos também têm um aparelho próprio e destes celulares, 71% têm um chip de operadora, ou seja, podem realizar ligações na rede telefônica (MOBILE TIME/OPINION BOX, 2021). Quando a maioria das crianças e adultos com quem a criança interage consegue ligar, mandar mensagens, áudios e imagens pelo WhatsApp, é possível entender por que elas preferem ter chips em seus aparelhos. Além de que para poderem se comunicar com amigos, ter que usar o

celular de outra pessoa da família, pode fazer com que se sintam excluídas socialmente, tendo em vista que todas as outras comentam e se comunicam em um local que não têm acesso.

Questão 9: Por quê/Para que você usa essas tecnologias?

IDEIAS CENTRAIS

Aula	Conversar	Jogar e me divertir	Ver vídeos
-------------	------------------	----------------------------	-------------------

IC1: Aula

DSC1: *Eu uso para aula, para fazer provas, assistir as aulas online e estudar, coisas que faço na escola.*

IC2: Conversar

DSC2: *Eu uso para conversar ne, uso o WhatsApp para conversar com amigos, falar com as pessoas.*

IC3: Jogar e me divertir

DSC3: *Bem, eu uso para me divertir, estudo, eu uso para jogar, às vezes para jogar os jogos que tenho para me distrair e passar o tempo também, ou brincar.*

IC4: Ver vídeos

DSC4: *Eu uso para ver vídeos, assisto Youtube na TV, às vezes eu gosto de ver alguns vídeos que possam me ajudar a aprender um pouco de mais coisas, e eu sei que no TikTok tem coisa de tudo até coisa de Deus e eu consigo aprender coisa de Deus, porque eu não sou batizada.*

A pergunta 9, assim como a 6, foi voltada para entender as práticas informacionais das crianças. Os discursos apresentaram os motivos pelo qual usam os dispositivos: os móveis principalmente são para ver vídeos, fazer chamadas, conversar e interagir com outras pessoas; os maiores, como computador, são utilizados para ter aula e estudar. De acordo com a TIC Kids Online Brasil de 2019, considerando o total de usuários de 9 a 17 anos, 83% assistiram a vídeos, programas, filmes ou séries na internet; 76% pesquisaram para trabalhos escolares; e 68%

utilizaram redes sociais (CETIC.BR; NIC.BR, 2020). De modo geral, as atividades *online* foram realizadas em maior intensidade quanto mais elevadas as classes socioeconômicas e faixa etária (CETIC.BR; NIC.BR, 2020).

Em 2019, 31% da população investigada reportou ter realizado busca sobre informações de saúde na Internet (CETIC.BR; NIC.BR, 2020). A proporção foi de 37% entre as meninas e 25% entre os meninos de 9 a 17 anos. Além disso, 35% das crianças e adolescentes informaram terem conversado por chamada de vídeo (CETIC.BR; NIC.BR, 2020). Essa atividade foi mais frequente, entre os usuários das classes A e B (56%) e C (34%) em relação aos usuários das classes D e E (27%) (CETIC.BR; NIC.BR, 2020).

Além disso, diversas vezes o acesso ocorre simultaneamente, ou seja, enquanto joga no *tablet*, o celular está em chamada de vídeo com amigos e o computador está com uma página aberta para ouvir música. É uma situação que as famílias estão tendo que lidar, em como evitar que os filhos usem celular durante aulas *online*, ou seja, para evitar que ao invés de assistirem a aula, fiquem jogando ou vendo vídeos. No contexto da pandemia, em que ferramentas digitais foram adotadas para a manutenção das atividades educacionais, possibilidade de acesso ao computador em casa ao mesmo tempo que o celular pôde afetar o cumprimento de atividades pedagógicas.

O discurso 2 traz que a criança usa as tecnologias para conversar, com amigos e família. A socialização é fator relevante também para as crianças, tendo em vista que a socialização das novas gerações constitui um dos elementos mais importantes da reprodução social, não apenas cultural, mas também econômica e política (BELLONI, 2010). Segundo Belloni (2010), do ponto de vista da criança, a socialização constitui um processo de apropriação e construção, e não seria um processo linear, no qual as crianças internalizariam o mundo dos adultos, mas sim, a partir da interação com outras crianças, seus pares (CORSARO, 2011).

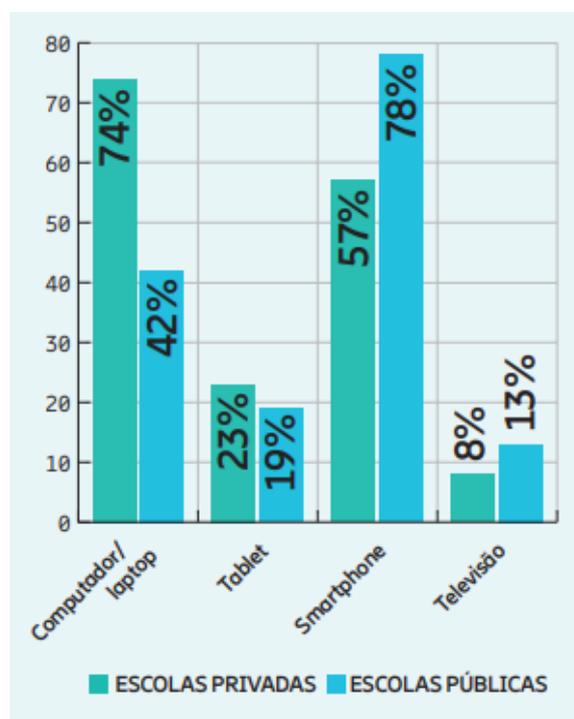
Hoje, as mídias constituem um dos elementos mais importantes do universo infantil, pois elas podem penetrar com grande impacto nas estruturas simbólicas da sociedade, incluindo seu cotidiano. As mídias são divertidas, mas os amigos que fazem com que elas sejam a melhor opção. Além disso, devido a pandemia, momento em que havia distanciamento social, as aulas ocorreram de modo *online* e não foi possível se encontrar com amigos, colegas e familiares, de maneira que a tecnologia se tornou o modo de se comunicar e interagir com os outros.

O discurso 1 traz que as crianças usam os dispositivos para estudar, sendo o *smartphone* o principal dispositivo de acesso às aulas *online* entre estudantes da rede pública, segundo a pesquisa *Panorama Mobile Time/Opinion Box* (2021). Depois de 2020, houve

importantes mudanças na oferta de aulas *online* nas escolas públicas, na participação dos estudantes nessas atividades escolares digitais e no uso do *smartphone* como meio de acesso às classes virtuais. Nas escolas públicas subiu de 69% para 83% a proporção de instituições que oferecem aulas *online*, quase se igualando às escolas privadas, que foi de 87% (MOBILE TIME/OPINION BOX, 2021). O percentual de alunos de escolas públicas que assistem a todas as aulas *online* passou de 59% para 62% em 2021 e entre os alunos de escolas particulares, o número subiu de 68% para 72%, conforme apresentado no gráfico 10 (MOBILE TIME/OPINION BOX, 2021).

Na rede privada, o computador continua sendo o meio de acesso mais utilizado para as aulas *online*, usado por 74% das crianças, mas houve um aumento significativo do uso do *smartphone* para essa finalidade, passando de 48% para 57% (gráfico 10). Isso pode ter ocorrido porque quando toda a família ficou estudando e trabalhando de casa, talvez não houvesse computadores para cada integrante, fazendo com que eles fossem utilizados pelos pais, enquanto os filhos assistiam as aulas por celulares ou *tablets*. Na rede pública, o principal meio de acesso é o *smartphone*, já que apenas 42% das crianças em escolas públicas acessam as aulas por um computador.

Gráfico 10 - Meios de acesso às aulas *online*



Fonte: Mobile Time/Opinion Box, 2021

Questão 10: Você assiste conteúdo feito por crianças, como youtubers?

IDEIAS CENTRAIS

Sim	Não	Assisto mais coisas feitas por adultos
------------	------------	---

IC1: Sim

DSC1: Sim, eu assisto, não todo dia porque preciso focar bastante na escola, costumo assistir bastante, como de pessoas que jogam Pokémon Go, porque eu to viciada no jogo, ou pessoas que fazem desafios, gosto de assistir pessoas jogando. A maioria é feita por crianças, como a Julia Minegirl, Luluca, são essas que eu mais assisto, tem o Lucas Neto e a Gi, que é criança, tem outro que é o Vi Tube, eu acho, eu vejo todo dia, eu acho bem legal. Vejo vários canais em que elas jogam, e gosto de ver quando elas recebem coisas sabe, daí mostram nos vídeos. Acho bem legal, dá até vontade de ser youtuber, para ganhar coisa das marcas.

IC2: Não

DSC2: Não, eu não assisto muito, acho que não é muito elaborado, não é interessante, meu celular nem tem Youtube, eu não assisto muito Youtube, mas quando assisto é mais filmes, estrelas de filmes e curiosidades sobre os filmes.

IC3: Assisto mais coisas feitas por adultos

DSC3: Eu até gosto, mas assisto mais coisas feitas por adultos na maioria, como desenho, e vídeos feitos por adultos porque eles falam dos jogos que eu gosto de jogar. Eu prefiro os feitos por adultos, porque são mais interessantes, eles mostram mágicos, tem um que enfeita o ovo, prefiro muito mais o de adulto do que de criança, porque delas só tem um bebezinho.

A pergunta 10 também foi voltada para entender as práticas informacionais das crianças, com foco no conteúdo criado por outras. Como visto, canais no Youtube como o de Luluca e do menino Ryan fazem muito sucesso, tendo milhões de seguidores e visualizações em seus vídeos. O *site* não divulga o tamanho que tem seu segmento infantil, mas só pela quantidade de canais e curtidas, pode-se ter uma ideia da dimensão. Para o YouTube, algumas

características definem se um conteúdo é infantil ou não: o tema do vídeo, segundo a Lei de Proteção da Privacidade *Online* das Crianças dos Estados Unidos: se as crianças são apenas o público-alvo ou os espectadores reais do seu conteúdo; se o vídeo apresenta atores ou modelos infantis; se o vídeo mostra personagens, celebridades ou brinquedos infantis, incluindo aqueles que aparecem em filmes e desenhos animados; se a linguagem do vídeo é adequada para crianças; se o vídeo mostra atividades que são do interesse de crianças, como teatrinhos, músicas ou jogos de fácil assimilação ou relacionados à educação infantil; se o vídeo contém músicas, histórias ou poemas para crianças; outras informações que possam ajudar a determinar o público do seu vídeo, como evidências empíricas de quem são os espectadores do conteúdo; se a promoção dos vídeos é feita para atrair crianças (ROSA, 2019).

Dos 100 canais mais vistos no Brasil, 36 deles têm conteúdo direcionado ou consumido por crianças de zero a 12 anos, totalizando mais de 17 bilhões de visualizações (FUENTES, 2018). Isso explica o sucesso do YouTube Kids, voltado para a faixa de dois a oito anos, que possui mais de 11 milhões de usuários ativos semanalmente (FUENTES, 2018). O discurso 2 e 3 já não concordam com o primeiro, pois ou não assistem conteúdo feitos por crianças, ou até assistem, mas preferem os canais de adultos, porque são mais interessantes. Pode-se pensar que o tipo de canal que cada uma gosta depende da sua idade e dos conteúdos que prefere assistir, seja de jogos ou sobre curiosidades. O fato é que o Youtube possibilita o acesso a milhões de vídeos dos mais diversos temas e abordagens, sendo possível agradar a todos os expectadores.

Questão 11: Você gostaria de criar conteúdo para a internet? Acha que seus pais deixariam?

IDEIAS CENTRAIS

Não gostaria	Sim	Meus pais deixariam	Tenho TikTok e canal no Youtube
---------------------	------------	----------------------------	--

IC1: Não gostaria

DSC1: *Não, eu não gostaria, de jeito nenhum, está bom desse jeito. Eu não sou a melhor pessoa para me expor na internet ou fazer vídeos em que eu apareça, prefiro assistir porque eu*

aprendo sobre jogos, mas também ah, eu gosto de assistir vídeos de jardinagem, mas nunca tive vontade de fazer vídeos para internet.

IC2: Sim

DSC2: Sim, eu gostaria, mas tenho muita vergonha. Eu já quis criar um canal no Youtube e TikTok, que seria mais dancinha, mas nenhum dos meu pais deixam, sabe como eu falei, pra jogar, mostrar como eu to nos jogos e para receber as coisas que eles recebem. Antes eu estava pensando em ser bombeira, e eu ia fazer um canal no Youtube, mas agora eu quero fazer uma loja de um montão de coisa. Não sei se seria tão legal para mim, talvez seja só um pensamento. Para o Youtube eu e meu pai queríamos fazer, um canal para família, estávamos até pesquisando materiais para usar na internet, mas minha mãe disse que era invenção, porque ela não gosta dessas coisas de se expor na internet.

IC3: Meus pais deixariam

DSC3: Sim, acho que eles deixariam sim, mas não vou fazer, porque eu tenho muita vergonha, entro num palco e não consigo ficar na frente de muita gente. Na internet é diferente porque as pessoas não estão lá, mas eu sei que as pessoas vão ver. Se eu fosse mais velha, eu acho que eles deixariam, tem um canal que só posta no sábado, seria algo assim que eu faria, de vídeo curtos de 4 minutos que daí não atrapalha a aula, daí ela deixaria.

IC4: Tenho TikTok e canal no Youtube

DSC4: Eu tenho TikTok e canal no Youtube, mas eu não costumo fazer muito vídeo, só tem um vídeo, mostrando eu tomando a primeira dose da vacina. Minha avó não sabe, minha tia meu pai e minha mãe não sabem que eu tenho vídeos no Youtube, mas no TikTok eles sabem por que veem meus vídeos.

A questão 11 vem buscar entender as vontades das crianças de serem produtoras de conteúdo. O primeiro discurso já afirma que não, ou por vergonha ou por preferir apenas assistir. Ademais, no segundo discurso é afirmado que sim, já quis produzir conteúdo, vídeos de jogos de dancinhas, no Youtube e no TikTok e que até o pai tinha dado a ideia de criar um canal e postar vídeos. Apesar de serem poucos, é possível observar uma tendencia de crescimento de criadores crianças de conteúdo e que muitas aspiram o sonho de se tornarem criadores também, permitindo que elas saiam da posição de espectadoras para apresentar seus

próprios canais, dando origem a uma nova onda de tomando o papel de serem ídolos digitais, chamados de youtubers mirins. Eles acumulam milhões de seguidores e ganham dinheiro por meio do canal na plataforma, no qual compartilham sua rotina e exibem brinquedos novos para outras crianças.

Atualmente, existem cursos dados para formar bons youtubers, com exemplo da *Happy Code*, escola de programação para crianças com 102 unidades espalhadas pelo Brasil (FUENTES, 2018). Ela fundou um curso de youtuber voltado para jovens de 8 a 14 anos e devido à grande demanda, decidiram realizar módulos de 6 meses com 18 aulas por semana de 1h30 cada (FUENTES, 2018). Agora, contam com mais de 1.500 alunos formados apenas nesse curso (FUENTES, 2018) e nele, as crianças aprendem:

“desde a concepção da ideia do canal até noções de direitos autorais, roteirização, criação de vinheta e edição de vídeo”, explica Walter Fernandes, diretor comercial da Happy Code. Ele diz que, ao ingressar no curso, as crianças são encorajadas a criar um canal no YouTube (se já não tiverem) e ir postando os vídeos que são produzidos em sala de aula, para que os professores possam ajudá-los a acompanhar as métricas e melhorar o desempenho. “Mas nosso objetivo não é rentabilizar o canal, e sim dar as ferramentas para que eles possam falar do que quiserem no canal, das coisas que eles realmente gostam.” Ainda assim, Fernandes diz que não deixa de ser uma forma de estimular o empreendedorismo entre os pequenos (FUENTES, 2018).

No terceiro discurso, é dito que a criança já tem canal e postou vídeos no Youtube e TikTok, mas que em um deles, os pais não sabem da existência. Além disso, um dado interessante é que elas falam que acham que os pais deixariam sim, de acordo com restrições específicas, como fazer aos finais de semana, o que não atrapalharia a semana de aulas. Esse discurso vai totalmente contra a fala dos pais, que quando perguntados, 100% afirmaram que não permitiram que seus filhos criassem conteúdo para a internet, como pode ser vista no item 7.2 Adultos: Resultados e análise dos questionários.

Questão 12: Em 2020/2021, você passou a usar mais as tecnologias e internet no dia a dia? Por quê?

IDEIAS CENTRAIS

Sim, pela pandemia

IC1: Sim, pela pandemia

DSC1: Sim, por causa da pandemia, porque começou as aulas online e eu to na aula online desde 2020, então sim to usando bastante, não pode falar com os amigos, ficamos isolados, eu fiquei 6 meses sem ver ninguém. Comecei a usar mais porque quando eu vi que quase ninguém mais estava saindo pela pandemia eu quis ficar mais em casa fazendo arte, do que ficar andando pra lá e para cá, sem ninguém. Na escola foi aula online, foi muito ruim, eu não podia ver as pessoas que eu gostava e minha professora, sempre travava a aula. Daí ela passava um joguinho para a gente e ela tinha que mandar os materiais que ia ter pelo meu WhatsApp. Eu assistia as aulas pelo celular da minha vó.

A pergunta 12 busca compreender as práticas informacionais das crianças, mas de acordo com as possíveis mudanças causadas pela pandemia. Em 2020, com as medidas de isolamento social adotadas para tentar diminuir o avanço da pandemia COVID-19, o uso de tecnologias digitais se tornou determinante para manter as práticas cotidianas de educação, cultura e interação social. Tal realidade aumentou a utilização das mídias sociais, que proporcionam espaços de comunicação e socialização. Além disso, elas serviram como espaços para a aprendizagem e o trabalho em grupo para crianças em idade escolar. A internet possibilitou também que crianças e adolescentes se informassem sobre assuntos globais, mantendo-se informadas sobre as realidades e mudanças que aconteciam no mundo. Talvez a principal atividade que foi afetada pela necessidade do isolamento social foi a escolar. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a pandemia gerou impacto em mais de 1,5 bilhão de estudantes, o que corresponde a cerca de 91% do total do mundo (UNESCO, 2020).

As escolas são determinantes para o desenvolvimento social e cognitivo infantil, pois desempenham um papel fundamental na promoção do conhecimento social, no grande desenvolvimento das capacidades cognitivas e vão incidir, claramente, na compreensão que as crianças têm do mundo social e suas particularidades. É no ambiente escolar que se inicia o processo de socialização mais robusto, fora da família. A criança chega à escola com vivências familiares, porém o ambiente escolar se torna peça fundamental em seu desenvolvimento.

Para Palacios, Coll e Marchesi (1995), a escola é, junto com a família, a instituição social que têm maior impacto na vida da criança, pois não só intervém na transmissão do saber científico, como se relaciona com todos os aspectos relativos aos processos de socialização e individuação da criança. São alguns desses processos o desenvolvimento das relações afetivas,

a habilidade de participar em situações sociais, a aquisição de destrezas relacionadas com a competência comunicativa, o desenvolvimento da identidade sexual, das condutas pró-sociais e da própria identidade pessoal (BORSA, 2007).

Já no começo da pandemia, com o ensino presencial se tornando inviável, várias instituições decidiram utilizar o ensino remoto, ou ensino a distância como método substitutivo às aulas em sala. Infelizmente, com várias crianças sem o devido acompanhamento, o ensino se tornou elitizado, pois vários alunos, com acesso à internet dificultado, sem auxílio de algum responsável, não atingiram as metas exigidas pela instituição de ensino. No único discurso derivado da pergunta, é dito que a aula *online* travava várias vezes e que a professora tinha que enviar o material pelo WhatsApp. Além disso, perder a conexão que a escola proporciona é impactante na vida das famílias, pois enquanto as crianças ficam à deriva em casa, até que se tenha algum tipo de interação novamente com professores e colegas, pais tem de assumir esse papel.

De certa forma, o ensino remoto não tem nenhuma capacidade de substituir o ensino presencial, pois a educação não é só conteúdo, mas sim uma construção de conhecimento coletivo e de saberes, que incidem na coletividade da qual pertencemos. Segundo pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), o ensino remoto é insuficiente para substituir a reposição das aulas de forma presencial para 82% dos professores (OLIVEIRA, 2020). Já sobre os estudantes, um a cada três não tem recursos para acompanhar as aulas e realizar as atividades remotas, e um a cada cinco deles não tem autonomia para acompanhar as aulas, dependendo da ajuda de familiares (OLIVEIRA, 2020).

Outro ponto relevante é que os jovens não estavam acostumados a rotinas pesadas de estudos em casa, às vezes sem um professor participando, ou com interferência causada por diversos motivos, até pela falta de lugar para estudar com tranquilidade. De maneira geral, os estudantes não possuem a maturidade e autonomia exigidas no ensino a distância, em especial na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. A Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) realizou em 2020 uma pesquisa sobre as atividades remotas na educação durante a pandemia e, de acordo com o levantamento, 67% dos alunos se queixam de dificuldades em estabelecer e organizar uma rotina diária de estudos (OKUMURA, 2020). Além disso, 72,6% consideram que o estudo remoto é pior na comparação com as aulas presenciais (OKUMURA, 2020).

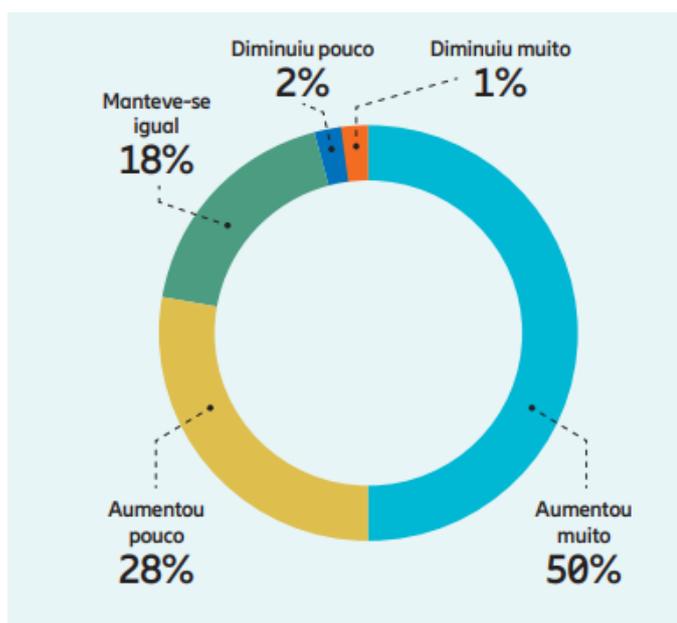
Todavia, nem tudo é ruim nesse cenário, pois a tecnologia foi fundamental em todo esse processo de adaptação educacional, principalmente por ter eliminado as barreiras de distanciamento entre professores e alunos e permitindo a volta da educação, mesmo com

adaptações de interação. Além disso, as ferramentas tecnológicas proporcionaram o uso de conteúdos variados e interativos, como infográficos, animações, realidade aumentada, jogos educacionais, *tours* virtuais, o que é lúdico e interessante para crianças e adolescentes.

Ainda que sejam identificadas dificuldades operacionais ou de acesso, existem benefícios e desse tipo de ensino se sobressaem, como por exemplo: o alcance, que chega até as regiões mais remotas; a diversidade de oferta de cursos; o formato de difusão do conhecimento; a flexibilidade de horários e a maior acessibilidade ao ensino. Com relação aos benefícios, destacam-se também a diversidade tecnológica, pela multiplicidade de métodos, recursos e possibilidades que as tecnologias oferecem para serem exploradas, e os estudos em momentos oportunos, devido à flexibilidade de horários (SILVA; SOUSA; MENEZES, 2020).

No discurso é dito também que a criança passou a utilizar mais tecnologias e internet quando não podia sair de casa, ver os amigos e quando percebia que ninguém ia brincar, então para passar o tempo, começava a ver vídeos, jogar, para se distrair. Segundo 50% dos pais (gráfico 11), durante a pandemia, o uso de celulares por parte dos filhos aumentou muito, podendo ser explicado pela necessidade de permanecer em casa, isolados com as suas próprias famílias.

Gráfico 11 - O impacto da pandemia sobre o tempo de uso de *smartphone* pelas crianças



Fonte: Mobile Time/Opinion Box, 2021

Questão 13: Você acha que tem algum problema ficar muito tempo usando as tecnologias e internet?

IDEIAS CENTRAIS

<p>Sim, tem vários motivos</p>	<p>Eu sei que tem problema, mas não sei te dizer quais.</p>	<p>Além das coisas inapropriadas, não tem nada de ruim</p>
---------------------------------------	--	---

IC1: Sim, tem vários motivos

DSC1: *Sim, tem vários motivos, por exemplo, a luz azul pode danificar o sono, pode dar dor de cabeça, pode ficar mais cansado, pode ficar mais fraquinho. Como uma pessoa que usa óculos, seu grau pode aumentar e você pode se desligar da vida real, mesmo meio que é vida real, mas em vídeo. Eu sei quando está bom de usar, porque começo a ficar com dor de cabeça, daí meus olhos ficam pesados, ficar com olho aberto dói muito, daí eu digo, já deu. Eu acho que você não existe mais no mundo real, para de falar com as pessoas e não é tão legal aí porque quando você está no celular você não consegue interagir mais com as pessoas e quando sai do celular fica até mais furioso com os outros porque está acostumado naquele mundo, as pessoas ficam viciadas, acabam não se ligando com o mundo ao seu redor e elas ficam sabendo de coisas que não tinham idade para saber e elas ficam muito conectadas demais e não prestam atenção nos estudos, ficam mal, reprovam, cria ansiedade e depressão, tudo isso. Tem até um livro que tem uma menina que fica com a cabeça quadrada de só usar tecnologias, daí ela faz coisas redondas.*

IC2: Eu sei que tem problema, mas não sei te dizer quais.

DSC2: *Então, eu sei que tem problema ficar usando muito, ficar muito tempo na frente do computador, meus pais reclamam e tal, mas eu não sei te dizer quais são os problemas.*

IC3: Além das coisas inapropriadas, não tem nada de ruim

DSC3: *Bom, minha vó acha que o olho começa a coçar, começa a lacrimejar e começa a ficar vermelho. Eu concordo com o olho lacrimejando, mas além das coisas inapropriadas, não tem nada de ruim. Mas as coisas inapropriadas eu não assisto.*

Segundo os resultados da TIC Kids *Online* Brasil, a porcentagem do uso da internet por crianças e adolescentes que utilizaram a rede todos os dias ou quase todos os dias passou de 47%, em 2012, para 88% (CETIC.BR; NIC.BR, 2020). As preocupações apresentadas nos discursos são relevantes, pois o uso em excesso de tecnologia por crianças e adolescentes pode causar problemas cognitivos, comportamentais, físicos e mentais, segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria. As principais, apontada por médicos são: dificuldades de socialização e conexão com outras pessoas; dificuldades escolares; problemas mentais relacionados à dependência ou ao uso problemático e interativo das mídias; aumento da ansiedade e violência; *cyberbullying*; transtornos de sono e alimentação; sedentarismo; problemas visuais; e problemas posturais; e lesões de esforço repetitivo (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2020).

Todos esses foram apontados nos discursos, principalmente o vício, problemas de visão e a diminuição de interação com outras pessoas fora do mundo virtual (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2020). Além disso, o acesso a conteúdo inapropriados, ligados à pornografia e à violência, a confusão entre informação e publicidade, a violação da privacidade, os riscos de contatos com estranhos, são algumas das principais questões colocadas nessa situação (WARTELLA; JENNINGS, 2000).

Estudos de diversas áreas provam que o uso das tecnologias por longos períodos gera a possibilidade de provocar tensão nervosa nas crianças, afetar a visão e promover um estilo de vida sedentário (CORDES; MILLER, 1999). Ainda, outros pontos negativos possíveis para as crianças são: aumento de ansiedade e depressão, provocando dificuldades de sair de casa, se divertir, estudar e trabalhar; piora da qualidade do sono e aumento do cansaço crônico; piora da satisfação com a imagem corporal (STRONGE et al., 2015); e o *cyberbullying*, que é a prática ou o recebimento de atos de violência pelo meio virtual.

Como as crianças citaram diversos motivos negativos, pode-se cogitar que esse entendimento todo por parte delas seja uma reprodução de características dadas às tecnologias por adultos, dado que os pais justificam a mediação das práticas informacionais dos filhos, por questões de saúde e prevenção de danos físicos. Sabe-se que crianças absorvem os exemplos dos adultos que as rodeiam e reproduzem discursos e ações, pois incorporam e reconstruem modos de agir e pensar dos adultos. A tese de Dalva Rodrigues de Amorim (2010), intitulada “A interação das crianças no contexto escolar brasileiro: a influência da cultura adulta na construção da cultura da infância”, aponta que as maneiras com que os alunos se comportam ao brincar na escola refletem o modo como se organiza a sociedade brasileira e como elas reproduzem discursos criados por seus pais. A pesquisa, voltada para o lado discriminatório das

relações, apresentou um levantamento teórico sobre formação da sociedade brasileira, da escola e sobre o processo de socialização infantil e observou, de forma mais neutra possível, crianças brincarem (AMORIM, 2010).

A autora Dalva Amorim (2010) percebeu ainda que existem padrões diferentes de condutas de brincadeira e de relação e concluiu que aqueles comportamentos de discriminação, assim como as falas geradas por crianças são originárias de vivência com quem possui essa visão, ou seja, não são originários das crianças, mas sim de seus pais. Esse é um exemplo que deixa claro que as crianças reproduzem o que seus pais falam e, caso seja reforçado que as tecnologias trazem malefícios, sem que seja explicado um conceito ou os benefícios no dia a dia das pessoas, acredita-se que as crianças apresentariam o mesmo discurso. As diferenças nos três discursos obtidos com essa pergunta mostram que os níveis de conhecimento sobre tecnologia são distintos, mas que giram em torno do mesmo entendimento de aparelhos, dispositivos, invenções e avanços para a humanidade.

Contudo, no segundo discurso a criança não sabe informar com certeza quais são os outros problemas que o uso intensivo de tecnologias pode causar, mas afirma que ela sabe que existem. Para a pesquisadora, esse entendimento reforça a ideia, já apresentada na análise da questão 3, de que o discurso apresentado possa ser uma reprodução do que escutam adultos falando sobre os problemas que a tecnologia pode causar. Se os pais usam desse argumento para conseguir controlar o acesso dos filhos, não é estranho que eles saibam os problemas que podem ser causados, ou então que tenham conhecimento total do assunto, pois não necessariamente é uma opinião da criança, mas sim um pensamento desenvolvido a partir do que os pais ou responsáveis falam para ela.

Isso ocorre porque as crianças aprendem apropriando-se da imitação e reprodução. Ou seja, elas observam pais, irmãos, colegas, familiares, e aqueles com quem convivem diariamente, reproduzindo seus hábitos, suas rotinas e os discursos. A imitação, ou aprendizagem pelo exemplo, é um instrumento poderoso no desenvolvimento infantil. Não há o que se discutir sobre os perigos que a tecnologia e internet trazem para o período da infância, mas é possível abrir uma discussão sobre até que ponto o lado negativo é realmente compreendido pelas crianças, principalmente as mais novas, e não apenas uma reprodução do que escutam no dia a dia.

Debortoli (2002) afirma que, ao mesmo tempo em que o jovem depende de referências grupais e familiares, ele também necessita construir uma identidade própria. Assim, para fins de permitir melhor a compreensão deles como usuários, é preciso que ocorra diálogo entre os pais e seus filhos, a fim de que expliquem melhor os malefícios que a internet e o uso excessivo

pode causar. A sociedade, incluindo pais e educadores, deve procurar estabelecer um equilíbrio entre duas prioridades: proteger as crianças e permitir o seu desenvolvimento pleno, deixando que elas sejam participativas e tenham voz ativa, pois questões relativas às tecnologias e à internet não atingem só o mundo infantojuvenil, tendo em vista que pais e responsáveis também compartilham desse universo (GRIZÓLIO; SCORSOLINI-COMIN, 2020). Por esse motivo é que os pais, já sujeitos ativos na sociedade, precisam estabelecer uma conversa, não com intuito de fazer as crianças repetirem esse discurso, mas para que tenham conhecimento sobre o assunto e possam, assim, terem uma melhor relação com as tecnologias, ou melhor compreenderem a necessidade de haver a mediação parental.

O terceiro discurso de certa forma se contradiz sobre as coisas ruins que a internet e uso das tecnologias podem trazer, além de apresentar questões físicas e de conteúdo que seriam prejudiciais. Inicialmente, a criança fala que avó acha que o olho começa a coçar, começa a lacrimejar e a ficar vermelho, e que concorda apenas com os olhos lacrimejando. Em seguida, ela diz que além das coisas inapropriadas que tem na internet, nada mais de ruim existe. Ela não traz alguma das outras tantas possibilidades negativas, citada no discurso 1 ou ainda outras, como *cyberbullying*, ansiedade, vício, problemas de coluna, entre outros. Apenas finaliza afirmando que essas coisas inapropriadas ela não vê, e talvez essa seja a argumentação utilizada com os responsáveis na hora de discutir sobre a mediação parental realizada.

Questão 14: Você acha que fica muito tempo usando tecnologias?

IDEIAS CENTRAIS

Sim, eu fico muito tempo	Às vezes sim	Mais ou menos	Acho que não
---------------------------------	---------------------	----------------------	---------------------

IC1: Sim

DSC1: *Sim, eu fico muito tempo usando tecnologias, porque não é que está todo mundo usando, é que está em pandemia, não pode descer muito, falar muito. Mas mesmo na pandemia eu fiz mais amigos e na verdade, eu fico mais no computador, porque como meus pais trabalham na sala e quarto, que é onde eu assisto tv, daí eu vejo no meu computador com as aulas, mas às vezes eu não tenho noção do tempo, daí eu me toco que to muito tempo e daí eu saio do telefone e corro pela casa destruindo os móveis e incomodando os vizinhos. No meu computador eu uso*

praticamente só para estudar e no celular eu só tenho duas horas por dia, mais ou menos. Quando o tempo acaba ou eu peço mais ou vou mexer nas minhas coisas. Eu fico bastante tempo no final de semana, durante a semana nem dá tempo de mexer muito por causa da escola. E minha avó fala para eu deixar uns 20% da bateria para ela usar, mas eu costumo deixar uns 15%, mas às vezes eu uso o celular até acabar a bateria. Antigamente eu acho que ficava 3 horas ou 1, a minha avó coloca para eu ficar meia hora. Ficava de 13h da tarde até não sei quando.

IC2: Às vezes sim

DSC2: Às vezes sim, quando eu tempo jogando, mas eu entendo que é errado.

IC3: Mais ou menos

DSC3: Mais ou menos, porque eu fico um tempo, mas eu também fico bastante tempo fora com a minha família, quando os meus pais deixam sim, quando não deixam não, mas diariamente eu raramente uso, porque eu to muito ocupada com tarefas e compromissos. Mas não gosto quando fico muito tempo, eu e minha irmã somos muito ativas, eu não consigo de ficar sem fazer nada, da vicia mesmo.

IC4: Acho que não

DSC4: Acho que não porque assim, na segunda terça quarta quinta e sexta, tem manhas que eu pego o tablet por 5 minutinhos para ver algumas coisas, mas sábado e domingo eu fico mais tempo.

Os discursos da questão 14 foram muito distintos: desde sim, até às vezes ou mais ou menos, e acho que não. Aquelas que confirmaram que usam muito, disseram que é devido a pandemia, mas que mesmo sem poder sair e ver as pessoas, fizeram amigos. Além disso, acham que usam muito por perder a noção do tempo, mas quando se tocam disso, vão fazer outra coisa, correr brincar, subir nos móveis. Já mais de 80% dos pais que responderam ao questionário julgam que seus filhos utilizam muito a internet e as tecnologias. A pesquisa Panorama - Crianças e smartphones no Brasil (2021), revelou um aumento de uso de telas entre a parcela de crianças de sete a nove anos durante a pandemia. Em um ano, o índice passou de 30% para 43% (MOBILE TIME/OPINION BOX, 2021). Segundo os resultados da pesquisa, 19% das

crianças dessa faixa etária utilizam *smartphones* diariamente por três horas, e outras 24%, por quatro horas ou mais (MOBILE TIME/OPINION BOX, 2021).

O segundo discurso também confirmou que acaba ficando muito tempo, principalmente em jogos, mas que sabe que é errado. Já o discurso três traz que ela fica até bastante tempo, mas compensa ficando com a família e realizando outras atividades e que não gosta quando fica demais na frente das telas, pelo vício. O último discurso acha que não, pois durante a semana o uso é mais regrado, enquanto nos finais de semana, quando não tem aula, ela usa mais tempo e essa situação causa a impressão de que a criança entende que não fica muito porque seu uso seria equilibrado.

Questão 15: E seus pais, você acha que eles ficam muito tempo usando as tecnologias?

IDEIAS CENTRAIS

Sim, com certeza.	Sim e não
--------------------------	------------------

IC1: Sim, com certeza

DSC1: *Sim, com certeza. Minha mãe fica o dia inteiro no computador trabalhando, diferente da gente que vê os amigos e conversa, minha mãe faz tudo pelo computador, mas ela ainda dá bronca na gente. Minha mãe fica o tempo todo também vendo HBO Max e meu pai fica o tempo todo assistindo jogo gravado que ele já viu, mas não aceita que o time perdeu. Mas ela gosta de caminhar e ele vai para yoga e quando ela sai, ela vai cozinhar assistindo a novela, então quando ela sai do computador ela vai para TV toda hora. O meu pai ele fica de umas 7h da manhã até 8h da noite trabalhando, minha mãe fica menos, mas ela usa muito celular, meu pai passa o dia todo no computador e quando sai ele vai assistir jornal e essas coisas. Nosso pai vai no supermercado, vai na academia, nadar, mas ele fica muito tempo procurando passagem, vazamento de cano, apartamento, então ficam muito mais tempo que a gente e ainda dão bronca na gente. Eles ficam no celular toda hora sabe, ou trabalhando ou mandando mensagens ou no Instagram. Bom, minha tia passa o dia todo no computador porque é secretária. Meu pai trabalha como porteiro, então ele usar o celular porque ficar la parado deve ser chato. Eu não posso tipo usar uma hora de tv antes de dormir, mas ele pode ficar umas 3h vendo vídeos de carros batendo*

IC2: Sim e não

DSC2: *Sim e não, sim porque quando eu to em casa mesmo, eu vejo minha mãe trabalhando, mas meu pai é muito ativo, mais que minha mãe. E não, porque quando eu vou para escola não sei o que acontece lá em casa.*

Na pergunta 15, se queria saber se elas achavam que os pais usavam muito as tecnologias. O intuito desse questionamento é complementar a solução do objetivo específico 4, se as crianças aprovam ou não a mediação que sofrem, a partir do entendimento de que elas podem se sentir injustiçadas por terem que seguir regras, enquanto os pais que passam tanto tempo quanto elas na frente das tecnologias têm liberdade, vendo, portanto, a mediação como algo negativo.

No primeiro discurso, é dito que os pais, com certeza, utilizam muito as tecnologias, por trabalharem, por ficarem sempre no WhatsApp, por depois do trabalho assistirem jornal, ou seja, a ideia é que eles quase nunca se desligam, tirando o tempo que fazem atividades físicas e resolvem outras situações do dia a dia. Segundo a TIC Domicílios (2021), ocorreu uma migração das atividades de ensino, trabalho, lazer e serviços públicos para o mundo *online*, sendo ao todo, 81% da população brasileira é usuária da internet (CETIC.BR; NIC.BR, 2021). O segundo discurso também diz que os pais usam muito, mas a criança não tem certeza de quanto, já que quando ela está na escola e não sabe o que eles ficam fazendo em casa. Caso os pais realizem *home office*, é bem provável que esse período longe das crianças, eles estejam com celular, computador e *tablet* nas mãos trabalhando.

Questão 16: Quem você acha que usam mais, você ou eles?

IDEIAS CENTRAIS

Acho que eu	Acho que eles
-------------	---------------

IC1: Acho que eu

DSC1: *Eu, acho que eu, porque além das aulas, eu perco a noção do tempo, fico muito na TV e na internet. Mas agora que está de férias mudou. Antigamente eu usava mais do que todo mundo, mas eu nunca parei, como eu sou meio teimosinha, a minha avó dizia para eu não ficar no celular, mas eu ficava e agora eu parei pelos meus estudos.*

IC2: Acho que eles

DSC2: *Acho que eles, porque eles não têm tempo de bloqueio e eles sempre tão trabalhando e aí ficam no computador trabalhando mais, e eles também tem mais contatos, com professores, colegas, amigos e chefes, minha mãe, ela fica trabalhando o dia inteiro, ela fica de 9h até às 19h. E em 2020, quando a gente tinha aula online, ela ficava até 1h da manhã trabalhando, e ela ainda acorda no outro dia tendo mais reuniões, o trabalho dela nunca acaba e eu não entendo isso. No trabalho dela tem projetos, e daí todo dia tem mais coisas, é um projeto sem fim. Eles trabalham no computador e usam o celular toda hora, e eu fico a manhã toda na escola sem poder usar nada. Minha tia, que basicamente usa tudo WhatsApp, Facebook, Instagram, acho que ela que usa mais internet.*

A pergunta 16, assim como a 15, tinha por objetivo alcançar o objetivo específico 4, verificando se as crianças aprovam ou não a mediação que sofrem. Foram dois discursos muito completos e divergentes: o primeiro, que acredita que elas usam mais por ficarem muito tempo estudando, jogando e na internet, ainda reiterando que a mãe mandou parar de usar tanto, mas que ela é teimosa e por isso continuou. O segundo discurso já considera que os pais são os que mais fazem uso por não terem regras de bloqueio e por trabalharem, participarem de reuniões e projetos sem fim, além de utilizarem o celular toda hora, fazendo parte de diversos grupos e aplicativos. Nota-se que as crianças compreendem que a rotina de um adulto é cercada de dispositivos e bastante ocupada por questões de trabalho, numa certa semelhança com o dia a dia delas, que tem várias horas de estudo e aulas *online*.

Vale acrescentar que as entrevistas foram realizadas em 2021, quando muitas escolas ainda mantinham o ensino remoto e diversas crianças não estavam indo presencialmente para a escola, por isso elas ainda passavam muito tempo na frente do computador e celulares. Caso fosse realizada em 2022, ano em que as aulas presenciais voltaram tanto em escolas públicas quanto particulares, talvez as respostas fossem diferentes, tendo em vista que elas estariam grande parte do dia em sala de aula, sem mexer nos aparelhos. No Distrito Federal, a rede pública de ensino voltou 100% presencial dia 14 de fevereiro de 2022, enquanto as escolas particulares retornaram presencialmente no final de janeiro de 2022, mas com autorização do Conselho Nacional de Educação (CNE), em casos excepcionais, de adotar o ensino híbrido.

Questão 17: Seus pais controlam de alguma forma o que você usa e assiste? Quais são as regras?

IDEIAS CENTRAIS

<p>Controle de tempo pelo <i>Family Link</i></p>	<p>De ver o que faço e vejo</p>	<p>Não</p>
---	--	-------------------

IC1: Controle de tempo pelo *Family Link*

DSC1: *Sim, elas controlam o tempo pelo Family Link, meus pais instalaram Family Link, aí só tem 2 horas que eu posso usar tablet e para o computador, 2h para cada e a tv não tem restrição. No meu tablet 22h não dá para fazer e é injusto porque é só para mim, para minha irmã não, normalmente, eu não posso passar de 23h mexendo, daí eles tiram de mim.*

IC2: De ver o que faço e vejo

DSC2: *Sim, o meu tem o controle de ver o que eu faço, o que eu instalo, e toda vez que vou instalar algo tem que ter a senha da minha mãe ou pai, mas eles colocaram um de tal Vídeo Restrito, para não ver conteúdo violento etc. Eles todos os dias veem o meu celular porque eles têm minha senha então eles veem o que eu vejo na internet e não me deixam assistir muitos canais no Youtube e não posso ver muita coisa, eles veem tudo que eu coloco no status no WhatsApp e uma vez que eu estava triste e coloquei coisas mais fatos tristes, e daí minha mãe me perguntou por que eu estava triste e perguntou se eu podia tirar o status, não lembro porque ela pediu, nem sei, daí eu tirei. Não posso assistir coisa inapropriada, minha avó só quer que eu veja coisa de bebê, mas minha tia me deixa ver coisa de crianças de 9 anos, como eu tenho 8 eu estou subindo. Eu vejo agora muita coisa de Naruto.*

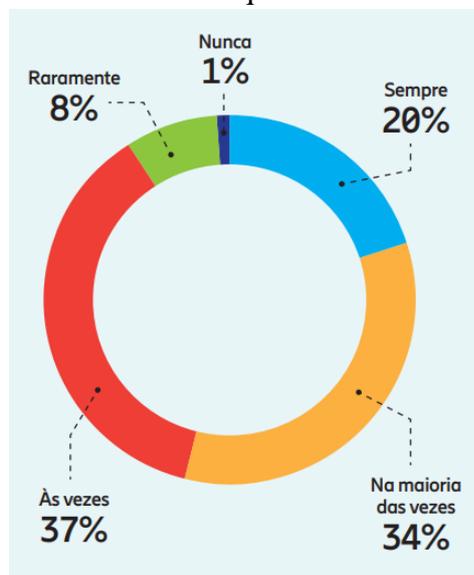
IC3: Não

DSC3: *Não, a minha só fala “quando vocês tão jogando demais vocês ficam nervosos e é melhor fazer outra coisa”. Meu pai às vezes exagera um pouco, ele fica falando que eu to assistindo demais, mas ninguém nunca manda parar, não é controlado, mas eu uso com respeito. Meus pais não controlam muito o que eu vejo, mas também tem vídeos que meu irmão não gosta de ver, antes da aula eu gosto de assistir uns vídeos. O tempo não muito, não tenho o horário.*

Dentro do contexto de desenvolvimento humano, ressalta-se a importância do acompanhamento de pais e responsáveis sobre o comportamento de crianças e adolescentes na internet. Em relação a estratégias de orientações para o uso da internet, 77% das crianças ou adolescentes participantes da TIC Kids *Online* Brasil têm pais ou responsáveis que declararam ensinar jeitos de usar a internet com segurança; 57% sentaram junto enquanto a criança ou o adolescente usava a internet, conversando ou participando do que estava fazendo; e 55% ajudaram a fazer alguma coisa na internet que a criança ou o adolescente não sabia como fazer (CETIC.BR; NIC.BR, 2020). Considerando medidas de verificação por pais ou responsáveis para o uso da internet, 55% das crianças têm pais que verificavam os amigos ou contatos adicionados às suas redes; 51% que verificavam os seus e-mails; 50% o histórico de registro dos *sites* visitados; e 48% suas redes sociais (CETIC.BR; NIC.BR, 2020).

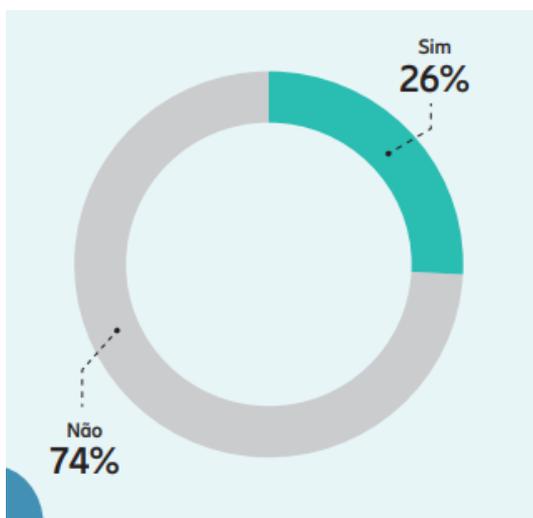
Na questão 17, voltada para a solução do objetivo específico 3, houve três discursos, dois afirmando que os pais controlam o que as crianças fazem na internet, sendo o primeiro relativo ao tempo de uso e o segundo sobre o que eles fazem e veem na internet, enquanto o terceiro informando que não existe esse controle. Segundo a pesquisa *Panorama Mobile Time/Opinion Box*, 34% dos pais afirmaram ficar na maioria das vezes ao lado dos filhos enquanto usam o aparelho celular (Gráfico 12) e 37% apenas às vezes, ao passo que 26% afirmaram que utilizam alguma ferramenta para filtrar ou controlar o tipo de conteúdo que pode ser visualizado por elas no celular, queda de 2 pontos percentuais em relação a 2020 (Gráfico 13).

Gráfico 12 – Pais controlam o que os filhos fazem no aparelho?



Embora os pais tendam a mediar as práticas informacionais dos filhos, não é uma regra e ainda existem diferentes tipos de mediação, conforme apresentado nas falas das crianças. Essa realidade se apresenta também nos discursos, tendo em vista que no discurso 1, foi apresentado que os pais usam um aplicativo chamado *Family Link*, que segundo a plataforma Google, administradora do programa, ajuda os pais a se manterem informados enquanto a criança ou o adolescente usa o próprio dispositivo, permitindo que os pais definam determinadas regras digitais básicas para a família. Para poder usar o aplicativo, é necessário ter dispositivos compatíveis para depois vincular à conta dos pais à do filho. Como parte desse processo, a criança ou o adolescente também precisa fazer o download do app *Family Link* no próprio *smartphone* e ela não consegue excluir o aplicativo sozinha.

Gráfico 13 - Pais usam alguma ferramenta de filtro/controla de conteúdo para crianças?

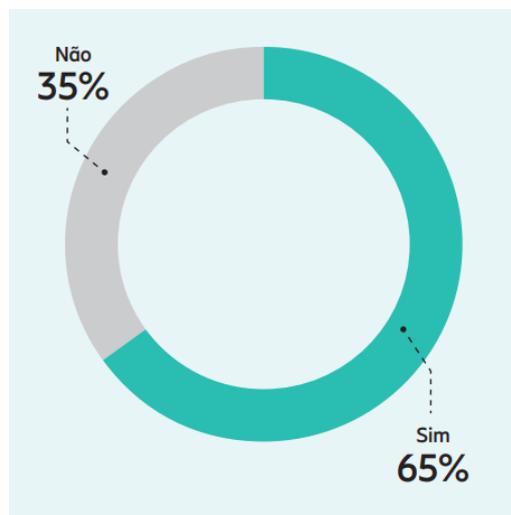


Fonte: Mobile Time/Opinion Box, 2021

Quando as contas estiverem vinculadas, os pais poderão usar o *Family Link* para monitorar o tempo de uso e gerenciar o conteúdo acessado pelos filhos. O aplicativo, contudo, não bloqueia conteúdo impróprio, mas alguns apps têm as próprias opções de filtro. Alguns aplicativos do Google, como a Pesquisa e o Chrome, têm opções de filtro que podem ser encontradas no *Family Link*. Para pais de adolescentes de 13 anos ou mais, o modo restrito no YouTube é uma configuração opcional que pode ser usada para filtrar conteúdo adulto. Além disso, no discurso a criança afirma que com o uso do aplicativo, ela tem um tempo de acesso restrito, para apenas 2 horas por dia para cada dispositivo, o *tablet* e o computador, então no resto do dia, ela precisa se manter fora do mundo virtual. Na pesquisa Panorama, 65% dos pais

afirmaram que estipulam um limite máximo de tempo para o filho usar o *smartphone* por dia (gráfico 14).

Gráfico 14 - Você estipula um limite máximo de tempo para o seu filho(a) usar o seu *smartphone* por dia?



Fonte: Mobile Time/Opinion Box, 2021

Apresenta-se, apenas de acordo com a fala da criança, que ocorre uma Mediação Restritiva, que envolve regras explícitas para a utilização de tecnologias, como a escolha de quais aparelhos vai utilizar, por quanto tempo, em que dias, os conteúdos e *sites* permitidos, mas sem um diálogo aberto sobre o assunto, com motivos e explicações. Afirma-se ainda que a irmã tem menos restrições de uso, pois ela pode continuar usando a internet depois das 22h. A mediação restritiva está relacionada diretamente ao estado de desenvolvimento das crianças, sendo mais eficaz quando menos autônoma a criança é, protegendo-a de riscos e controlando seus impulsos a partir de regras externas. No entanto, em crianças maiores e adolescentes, é preciso modificar o tipo de mediação, evoluindo o tipo de restrição (GRIZÓLIO; SCORSOLINI-COMIN, 2020).

No segundo discurso, é dito que os pais controlam o que elas veem e fazem, utilizando a própria senha do celular da criança, ou então restringindo os vídeos que podem ser assistidos, ou conteúdo impróprio e até mesmo o que é colocado como status no WhatsApp. Essa também é uma forma de Mediação Restritiva, pois busca controlar o que e como a criança tem acesso pela internet. Os tipos de estilos parentais influenciam no desenvolvimento infantil e em como elas irão se formar e comportar no futuro, pois os aspectos relacionados à socialização, as

práticas parentais e o clima emocional orientam e moldam o tipo de usuários de internet que elas serão posteriormente (ANDRÉ, 2011). Essa relação familiar é importante para trabalhar questões sociais, de interação e participação, seja fora ou dentro do *online*. As crianças aprendem com os pais o modo de se portar na sociedade, tendo em vista que elas ainda estão em desenvolvimento e formando maturidade, enquanto seus pais já são atores participativos plenos. O exemplo, nesse sentido, é decisivo no modo que elas se portarão como usuárias.

Por conseguinte, embora o discurso 3 afirme que os pais quase não controlam, é perceptível que ocorre sim uma mediação. Na verdade, a criança entende que como eles não fazem restrição de tempo ou tiram os aparelhos, os pais não controlam muito. Contudo, se tem uma mistura de Mediação Ativa, ou seja, existe uma conversa sobre o assunto, mas também de Mediação Restritiva, pois envolve regras como a escolha de quais aparelhos utilizar, os conteúdos e *sites* permitidos. A pesquisa *The Kids Online Brasil 2016*, por exemplo, demonstrou que as práticas relatadas pelos genitores variaram de posturas mais permissivas a disciplinamento e controle (CETIC.BR; NIC.BR, 2016).

Nesse discurso foi citada a existência de uma talvez possível conversar sobre o tema pois a criança afirma que a mãe fala sobre, mas não é possível saber a frequência ou complexidade dessas conversas, além da fala da mãe, que diz para parar de jogar porque quando jogam muito ficam agitados. O pai reclama que usam muito, mas aparentemente não realiza nenhuma medida restritiva além da discussão, em que às vezes apenas a reclamação já pode se mostrar suficiente para parar de usar as tecnologias, por exemplo. Ainda, pode-se questionar se tais conversas são aquelas em que apenas os pais apresentam o assunto, ou se também escutam as opiniões e posicionamento dos filhos. O mundo deles é percebido e organizado diferente dos adultos, ocorrendo a partir de suas próprias visões e percepções (CORSARO, 2011) e é necessário que esse lado seja escutado pelos adultos, pois as crianças têm voz nessa interação, por serem usuárias ativas.

O potencial da mediação para o uso seguro e responsável da internet é inquestionável e amplamente discutido por estudos da área (LIVINGSTONE et al., 2017). Entre os usuários de 9 a 10 anos analisados pela KIDS Brasil, 71% reportaram que seus pais olham o celular para ver o que estão fazendo ou com quem estão falando, 77% reportaram regras para o uso do celular e 81% que seus pais os deixam um tempo sem usar o celular (CETIC.BR; NIC.BR, 2020). Contudo, segundo a *Panorama Mobile Time/Opinion Box - Crianças e smartphones no Brasil de 2021*, caiu de 72% para 65% a proporção de pais que estipulam um limite máximo de tempo de uso por dia do *smartphone* para os filhos (MOBILE TIME/OPINION BOX, 2021).

Porém, para alguns, o controle por parte dos pais pode tender a se alinhar com noções que observam os dispositivos comunicacionais pela lógica da vilania, com pais e educadores assumindo posturas arbitrárias e unilaterais. Nesses casos, as crianças são desconsideradas como agentes do processo comunicacional, sendo um exemplo desse tipo de conduta a proibição dos usos de celulares em sala de aula (GONÇALVES, 2008).

Tendo em vista esse panorama, as mediações autoritárias tendem a ser significadas como uma atitude cruel por crianças e jovens, já que tais práticas acabam excluindo-os desse novo processo comunicacional por não as considerar agentes, apenas receptoras de normas (CETIC.BR; NIC.BR, 2018). Já as mediações permissivas tendem a deixar os próprios usuários decidirem quanto tempo ficarão na rede, o que às vezes não é adequado, tendo em vista que eles podem passar do tempo recomendado de acordo com a idade. Assim, os limites são essenciais para o desenvolvimento afetivo infantojuvenil e evitam conflitos entre pais e filhos, desde que sejam de comum acordo (ALMEIDA; ALVES; DELICADO, 2011).

Questão 18: Você sempre segue essas regras?

IDEIAS CENTRAIS

Sim	Quase sempre	Mais ou menos	Não tem regra
------------	---------------------	----------------------	----------------------

IC1: Sim

DSC1: *Sim, eu sempre sigo, mas eles geralmente não pedem para desligar. É que as regras são tranquilas, mais para lembrar que existe o mundo real e com o Family Link não dá para usar, quando eu peço mais tempo e eles não dão, não tem o que fazer. Sempre que aparece um vídeo muito violento, mas a capa é interessante eu não vejo eu respeito. Daí vejo vídeos de jogos etc. que são mais leves e mais legais.*

IC2: Quase sempre

DSC2: *Quase sempre, nos finais de semana eu fico mexendo mais, mas eles não incomodam porque não tem aula, mas às vezes eu engano um pouquinho o sistema para poder ficar mexendo no celular, mas quem nunca né, para ficar vendo série, então de horário eu dou uma escapada, eu falo e eles esquecem. Às vezes minha mãe pede ajuda e daí eu desligo, mas se eu*

estiver vendo algo muito importante eu não desligo. Mas na maioria das vezes quando é para desligar eu mexo só para olhar o horário, inclusive na hora que era para eu ir dormir.

IC3: Mais ou menos

DSC3: *Mais ou menos, porque é sempre assim eles falam, mas entra num ouvido e sai pelo outro, e eles precisam gritar e daí eu obedeço. No computador eles conseguem ver o que eu abro e fecho né, mas no passado eu descobri que se eu apertar as setinhas e aparece tudo o que eu abri, o histórico, daí eu apago para eles não verem. No computador eles falam para eu fechar, mas entra pelo ouvido e sai pelo outro, daí eles falam de novo, a gente pede para desligar e daí a gente ficam mais 5 minutos. Eu uso até acabar a bateria, então eu não obedeço muito, mas quando é noite eu desligo porque eu sou doida para ir para a escola. Eu fiquei doente no primeiro dia de aula e não fui, é horrível, você não conhece nenhuma pessoa, quando eu fui depois eu me perdi porque a Escola Parque é grande, eu não sabia o que estava fazendo, mas eu achei a Mariah, colega da turma e ela me guiou.*

Na pergunta 18, questionou-se se as crianças seguem as regras impostas pelos pais. A fala do discurso 2 apresenta o meio termo, em que a criança afirma que segue quase sempre, pois às vezes engana um pouquinho o sistema para poder ficar mexendo no celular para ver séries e que às vezes a mãe pede para que o celular seja desligado, mas se está vendo algo considerado importante, a criança não o faz. Não ficou claro o que seria tão importante para a criança a ponto de desobedecer ao pedido da mãe. Seguindo, na maioria das vezes, quando já não tem mais autorização para usar o celular, mexe só para olhar o horário. A criança diz que não segue tanto as regras sábado e domingo, o que significa que elas ainda valem nesses dias, apenas não são seguidas, mas também pode haver uma diminuição do controle por parte dos pais nos finais de semana, já que são dias sem aula e com menores atribuições e responsabilidades.

No discurso 1, temos a criança que prefere sempre seguir as regras. Não fica claro somente com esse discurso, se ela realmente obedece a todas as restrições de forma literal, mas que mesmo assim, os pais geralmente não pedem para desligar os aparelhos e que ela prefere sempre seguir as regras porque elas são tranquilas. Apesar de serem fáceis de serem seguidas, outro motivo apresentado para a criança obedecer ao controle imposto é o fato de o *Family Link* impossibilitar o uso dos aparelhos, então nesse caso ela não tem outra opção a não ser obedecer. E que além disso, ela respeita a regra de não ver conteúdos impróprios e violentos, mesmo que pareçam interessantes.

Esse comportamento pode ser derivado de um medo de represália, por querer manter os laços de confiança que existem entre ela e os pais, ou ainda por achar que as regras a serem seguidas são simples e não sentir necessidade de descumpri-las. Em contrapartida, o discurso 3 mostra uma criança que apesar de ter dito que segue as regras mais ou menos, ela se mostra acostumada em burlar as restrições de uso tendo em vista que os responsáveis eles falam, mas entra num ouvido e sai pelo outro.

É afirmado que apesar dos pais verificarem o histórico da internet, a criança aprendeu como apagar para que eles não possam ver o que ela mexe na internet. Ela também demonstra que fica além do tempo determinado, com exceção quando é para ir dormir, pois adora ir à escola e que quando falta é ruim, dando o exemplo de quando ficou doente e não pôde ir ao primeiro dia de aula, não conhecendo ninguém na Escola Parque que era nova e grande.

Essa ação de ignorar regras é comum em crianças, mas faz parte do desenvolvimento moral de cada um, pois é o ato de exercer poder sobre as crianças usando recompensas e castigos perante o cumprimento ou não das regras impostas e são essas sanções que fazem elas se manterem obedientes e heterônomas (KAMII, 1990). Tem relação com a educação moral que é parte integrante da vida coletiva. Ainda, segundo Piaget (1977) a criança não tem convicções já formadas a respeito da origem das regras então suas ideias constituem apenas indícios de atitude. O ingresso da criança no universo moral se dá pela aprendizagem de diversos valores e deveres a ela impostos tanto pelos pais quanto por adultos em geral.

Durante esse desenvolvimento do juízo moral, a criança desenvolve-se por etapas: (1) até os 5 anos, chamada de anomia, quando criança é completamente dependente do adulto e não segue regras coletivas; (2) dos 6 até 10 anos, chamada de heteronomia, iniciada no momento de inserção de regras compreensíveis e no não seguimento delas, sendo que o certo é o cumprimento da regra e qualquer interpretação diferente desta não corresponde a uma atitude correta; (3) pré-adolescência, chamada de autonomia, quando o respeito a regras é gerado por meio de acordos mútuos, mesmo que dependendo em alguns momentos de supervisão e atenção adultos (PIAGET, 1977).

Então, a falta de cumprimento de regras faz parte do processo infantil, sendo que a obediência pura não é sinônimo de efetivação, pois o foco deveria ser no impedimento das crianças a desobedecerem, ou seja, a motivação ou a compreensão delas do porquê devem seguir as restrições dadas pelos pais.

Questão 19: Por que você acha que essas regras existem?

IDEIAS CENTRAIS

Porque tem crianças que abusam muito	Para nos manter seguros	Porque não pode ficar o tempo todo na tecnologia	Porque a criança e adolescente não tem muita responsabilidade	Eu não ligo para esse negócio de regras
---	--------------------------------	---	--	--

IC1: Porque tem crianças que abusam muito

DSC1: *São importantes porque tem crianças que abusam muito, tipo assim, ah eu tenho telefone e posso fazer o que eu quiser. Mas não é assim, você não pode ver certas coisas. Então sem isso as crianças não vão ter controle do que podem e não podem, vão ficar sabendo de coisas que não vão entender, de uma forma diferente, então acho que existe as regras para as crianças obedecerem e irem aprendendo com o tempo e da forma certa. As crianças que não são eu, podem exagerar, podem não ouvir os pais, podem ficar escondido no quarto usando o computador o tempo inteiro, ou vendo coisa errada, eu não posso.*

IC2: Para nos manter seguros

DSC2: *Para nos manter seguros, para não vermos coisas ruins na internet, para não nos influenciar com o mal, elas foram feitas para manter as crianças seguras e são importantes sim, assim a gente usa a internet mas sem abusar e daí é bom seus pais saberem o que você está fazendo na internet, para eles tomarem cuidado, tipo, com o que você está vendo, às vezes não porque eu quase abri um site de um jogo, mas era hackeada e podia colocar vírus no seu celular, daí eles viram e não deixaram. Nesses casos eu sigo o que eles falam.*

IC3: Porque não pode ficar o tempo todo na tecnologia

DSC3: *Porque não pode ficar assim o tempo todo na tecnologia, mas assim desde pequeno se ensinar a controlar talvez não seja preciso, mas acho que é importante lembrar que tem o mundo real, é bom às vezes parar de olhar para o computador, tablet e celular principalmente, porque ele é pequeno e você fica focando muito num lugar e a vista fica ruim, e porque às vezes é bom sair para caminhar, correr.*

IC4: Porque a criança e adolescente não tem muita responsabilidade

DSC4: *Porque a criança e adolescente não tem muita responsabilidade e noção do que está fazendo, o adolescente até mais, mas a criança ainda está aprendendo sobre as coisas, ainda precisa de regras para aprender isso.*

ICS5: Eu não ligo para esse negócio de regras

DSC5: *Importante é, mas eu não ligo para esse negócio de regras, mas vou admitir aqui, são importantes, porque controla o que você está vendo, a hora que você tem que devolver o celular, vai se acostumando. As regras existem basicamente para minha saúde, porque qualquer música eu tenho que abaixar, e basicamente eu não gosto disso, mas sei que é importante, mas é chato.*

De acordo com os cinco discursos da questão 19, voltado para o objetivo específico 4, a fim de verificar se as crianças aprovam ou não que suas práticas sofram mediação por seus pais ou responsáveis infere-se que as crianças, diante de sua interação *online*, possuem concepções claras dos riscos que internet pode oferecer, dentre os quais estão a violência sexual, pornografia, pedofilia, aliciamento, assédio, ameaças, *bullying*, entre outros. Como já abordado anteriormente, elas citam riscos que provavelmente são abordados por pais e educadores no momento de justificar a necessidade de diminuir o uso, ou que são apresentados como motivos para que elas larguem os dispositivos eletrônicos e realizem outras atividades, como brincadeiras, leitura e a prática de exercícios físicos, muito importantes para o desenvolvimento geral infantil.

O problema que pode existir nessa situação é o não entendimento por parte delas sobre como esses riscos podem afetar seu psicológico e saúde, se tratando assim apenas de uma reprodução crua da fala dos pais sobre o motivo de exercerem a mediação. Porém, mesmo que seja superficial, o conhecimento básico sobre questões de risco que tecnologias e internet podem causar já é algo positivo, pois assim elas podem se manter atentas para possíveis situações inadequadas e abrir a oportunidade de possíveis diálogos com amigos, professores e familiares sobre o assunto. O discurso 1 afirma que são importantes porque tem crianças que abusam muito e que sem as restrições, as crianças não vão ter controle do que podem e não podem, vão ficar sabendo de coisas que não vão entender, de uma forma diferente, por isso existem as regras para crianças obedecerem e irem aprendendo com o tempo e da forma certa. Retoma-se Piaget (1977), que afirma que o desenvolvimento infantil, em toda a questão moral, é necessário para o crescimento perante a sociedade. A partir disso, entende-se que as regras

são de suma importância para a criança aprender a desenvolver o juízo moral, sendo por meio delas que aprendem os limites de se viver em sociedade.

Todavia, apesar de concordar com as regras, a criança acha que deveria haver mais liberdade, então embora as regras sejam necessárias, talvez o ideal seja que ocorram de comum acordo, após orientações e diálogos, seguindo a faixa etária de cada uma. O segundo já é voltado para a questão de segurança, como evitar possíveis influências com o mal e para os pais tomarem cuidado, evitando até mesmo ser hackeada.

Nesse caso, reforça-se a necessidade de explicar os motivos da mediação parental e de como se manter em segurança na internet, para afirmar que existe uma relação de confiança com a criança. Por meio do diálogo, podemos compreender o que elas pensam, sobretudo suas respectivas opiniões e sentimentos. A conversa em família permite se conhecer as necessidades, os gostos, os desejos, os medos e proporciona trocas de experiências, aprendizados, segurança e valores que alcançarão toda a sociedade. Nesse contexto, além do recurso do diálogo, quando a família busca desde cedo estabelecer relações de respeito, confiança, afeto e civilidade, a criança tende a lidar com essa fase do desenvolvimento de uma maneira mais adequada (DRUMMOND; DRUMMOND FILHO, 1998)

A Cartilha de Recomendações para Pais e Responsáveis, desenvolvida pela em 2020 Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, pertencente à Secretaria Nacional da Família Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, afirma que uma boa maneira de estabelecer limites com os filhos sobre o que pode ou não fazer *online* é definir um acordo com eles, dialogando sobre suas necessidades e responsabilidades (BRASIL, 2020).

Alguns dos exemplos de como pode ser feita essa interação são: criar laços de confiança com a criança, para que quando ela entrar na internet, aceite conselhos; é preciso mostrar a importância de não compartilhar informações pessoais como idade, endereço, números de telefone, colégio onde estuda; salientar a importância de não confiar em estranhos e muito menos em pessoas que são conhecidas apenas pela internet; alertar que nem todas as crianças que estão na internet são reais, pois podem ser adultos que estão se aproximando para cometer algum crime; aconselhar que tenham liberdade com responsabilidade, isto é, não compartilhar ou divulgar imagem, texto, foto ou vídeo que possam se arrepender depois; além de pedir que elas conversem com os adultos quando acessarem algum conteúdo que cause medo ou desconforto, pois é papel dos pais realizar essa proteção (BRASIL, 2020).

O terceiro discurso volta à questão de que ficar muito tempo nas tecnologias faz mal pois pode-se esquecer que existe um mundo real, já que fica muito tempo focado em uma tela

pequena, e que é bom sair para caminhar, correr. Essa fala remete à ideia de que as regras existem para evitar uma alienação das crianças, por focar demais apenas no virtual. Já o quarto discurso traz a questão da falta de responsabilidade de crianças e adolescentes e da necessidade da existência de regras para aprender sobre como ser responsável.

A responsabilidade é uma e um processo que se desenvolve principalmente no período da infância e desde pequenas, uma vez que as crianças precisam aprender a assumir a responsabilidade pelos seus atos, além de cumprir as suas obrigações, de acordo com a idade de cada uma. Já o último discurso indica que as regras são importantes sim, e existem basicamente para proteger a saúde, mas que a criança do discurso não liga para isso embora não goste. Então é possível notar que a percepção da mediação parental nesse sentido é positiva, por ser algo importante, mas que mesmo assim é algo chato para a criança.

Questão 20: Você preferiria que seus pais não controlassem o que você faz e usa?

IDEIAS CENTRAIS

Acho que não	Sim	Às vezes	Podia controlar sem controlar o tempo	Eles não controlam
---------------------	------------	-----------------	--	---------------------------

IC1: Acho que não

DSC1: Eu acho que não, senão nem eu conseguiria me controlar, tudo tem limites, se nada tivesse limite seria tudo um caos então acho bom ter os limites. Eu gosto até que eles controlem, porque eu me sinto mais segura, eu acho importante eles controlarem, porque às vezes eu esqueço e fico jogando muito tempo. Eu gosto porque não são como os pai dos amigos que só pode duas horas, o meu não é um controle muito grande, daí eu gosto porque não me incomoda, eu fico bem com esse controle, então prefiro eles controlando mesmo, porque é melhor, deixa assim do jeito que está e vida que segue, é menos complicado. Eu não faço nada de errado, então está bom assim.

IC2: Sim

DSC2: Sim, mas eu sei que é pelo bem, mas se não tivesse regra nenhuma seria legal

IC3: Às vezes

DSC3: *Às vezes, às vezes eu quero jogar mais ou quero acessar umas coisas, um jogo que eles não querem instalar agora, mas eu sei que se eu não tivesse as regras talvez eu fizesse coisas que eu me arrependeria depois. Algumas vezes, porque eu deixo a roupa no banheiro, e se eles não falassem ia acumular e com a tecnologia é igual.*

IC4: Podia controlar sem controlar o tempo.

DSC4: *Podia controlar sem ser de controle de tempo porque assim eu também tenho mais privacidade. Então pode ter regras, mas não de colocar tempo limite, é que às vezes acaba o tempo e acaba precisando ver uma coisa urgente no WhatsApp.*

IC5: Eles não controlam

DSC5: *Eles não controlam, mas seria legal, depende do jeito que os pais vão falar com a gente.*

A pergunta 20, também referente ao objetivo específico 4, questiona se as crianças prefeririam que seus pais não controlassem o que fazem e usam. Apenas o segundo discurso afirmou com certeza que sim, queria que os pais não controlassem, porque seria legal se não tivesse regra nenhuma, mas, apesar disso, ainda assim sabe que as regras são importantes. O primeiro acha que não, ou seja, prefere que os pais continuem controlando o uso e acesso, pois sem as regras ela não se controlaria e acha bom ter limites para não virar um caos. Ainda, afirma que gosta dos limites impostos pelos pais, porque são mais permissivos que os de outros amigos, sendo a vida com limites menos complicada.

O discurso 3 diz que gostaria às vezes, por ter momentos em que quer realizar algo e os pais não fazem ou permitem na hora, mas que ainda assim gosta de ser controlado porque se não tivesse as regras, talvez fizesse coisas que poderia se arrepender depois. Ou seja, ele não vai contra as regras impostas, e afirma que compreende o motivo de ser mediado, portanto essa resposta mostra que existe um entendimento sobre mediação parental, mas que talvez fosse necessário um reestabelecimento das regras impostas, a fim de atender os dois lados.

O discurso 4 aponta que não se incomoda com a mediação e com as regras, apenas que ela poderia ser sem controle de tempo, pois às vezes acaba o tempo e acaba precisando ver uma coisa urgente no Whatsapp, além de impactar na sua privacidade. Não fica claro como a relação de não haver restrição de horário poderia gerar algo na privacidade. Talvez seja porque quando os pais mandam desligar, falando que já acabou o horário de uso, a criança estava fazendo algo particular, sem querer a intromissão dos pais.

Nessa fase da vida, já existe a noção de privacidade, com o início da autonomia sobre decisões (PIAGET, 1977). Com uma realidade de hoje, existe uma situação de lidar com a privacidade dos filhos, pois interferir em situações da era digital é às vezes necessário, mas precisa-se compreender qual o limiar com a invasão. Esse é um assunto bastante discutido quando se trata de adolescentes, grupo que já possui mais liberdade do que crianças, mas a fase até 12 anos é uma boa época para começar a trabalhar essas questões, pois já entendem sobre individualidade. Quando existe uma relação positiva, à vontade para tratar sobre qualquer assunto com vínculo de respeito e confiança com os pais, a criança, futuro adolescente, se sentirá confortável em se abrir e conversar caso algo de errado ocorra.

Alguns pais pensam que se o filho quer esconder o que está assistindo, por exemplo, é porque ele está vendo algo inadequado, mas nem sempre é o caso, pode apenas ser uma questão pessoal de descoberta ou intimidade. Além disso, a preocupação presente no segundo discurso, dos pais verem o que ele acessa, às vezes nem é necessária pois, embora os pais falem que controlam os conteúdos vistos, pode ser que esse controle não ocorra, ou seja, muito pontual. Seguindo, o quinto discurso afirma que os pais não controlam, mas seria legal se ocorresse, dependendo da maneira que os pais falariam com a criança.

Mais uma vez fica visível que, em geral, a percepção das crianças sobre a mediação parental é positiva, pois até quando não há restrições, a criança acha que não seria ruim se houvesse a mediação. Assim, a partir dos discursos, levanta-se novamente a questão de que é preciso que a sociedade, incluindo pais e educadores, devem procurar estabelecer um equilíbrio entre duas prioridades: proteger as crianças e permitir o seu desenvolvimento pleno, deixando que elas sejam participativas e tenham voz ativa. Muitas das situações apresentadas poderiam ser atenuadas se houvesse momentos de conversa e diálogo entre as partes.

Questão 21: Seus pais conversam sobre as regras e cuidados na internet?

IDEIAS CENTRAIS

Não	Sim	Às vezes
------------	------------	-----------------

IC1: Não

DSC1: *Não, eles não conversam do porquê tem a regra, eles só falam: não entra aqui e pronto, eles não falam como se proteger, mas as regras mesmo não explicam o porquê, antes era 3h, e eles mudaram para 2 horas só não sei por que, não explicaram só mudaram. Minha tia tem*

muito medo de que eu use TikTok e que as pessoas me sigam e que seja golpe, podendo localizar onde eu to, daí ela disse para eu não confiar nas pessoas, mas além dessa questão mais nada conversaram

IC2: Sim

DSC2: *Sim, eles conversam, mas não lembro o que eles falaram da última vez sobre, lembro que falaram para eu ter cuidado na internet. Eles conversam e explicam do porquê das regras e eles falam sobre como eu posso me deixar segura, como não passar senha e não entrar em site estranho. Eles falam quase tudo isso, mas as regras que eles fazem, a gente já sabe, eu não sou do tipo: olha meu pai não está aqui então vou fazer isso, porque eu sei das consequências.*

IC3: Às vezes

DSC3: *Às vezes quando é necessário eles conversam, porque às vezes tipo assim eles veem umas brincadeiras de mal gosto na internet, daí eles conversam sobre isso, quando tem uma notícia sobre ou acontece algo, daí eles conversam, não é muito comigo, mas é mais com meus irmãos por causa do jogo. Quando aparece alguma coisa específica ele me explica, eles ensinam sobre essas coisas que tão rolando de perigoso na internet, tipo essa Round 6, eles falam que não pode assistir e por quê. Mas as regras não, eles só as estabelecem.*

A questão 21 traz três discursos distintos sobre a existência de conversas dos pais com os filhos. Vale lembrar que a conversa também é um tipo de mediação, denominada Mediação Ativa, em que há conversa, orientação ou discussão crítica dos pais com a criança sobre o conteúdo ou atividade. Dialogar com os filhos sobre riscos, benefícios da internet é essencial para ensiná-los sobre como se proteger na internet, a fim de desenvolver usuários versados e conscientes, além de servir como uma estratégia que tende a aproximar pais e filhos, reafirmando a assimetria de poder que emerge nas relações familiares (GRIZÓLIO; SCORSOLINI-COMIN, 2020, p. 7).

O primeiro discurso traz que eles não conversam os motivos das regras, apenas informam em que *sites* não podem entrar, quais conteúdos não podem ver e não explicam por que definiram tais regras ou suas mudanças. O DSC2 já é ao contrário do primeiro, pois nele se diz que os pais explicam tudo, quais são os tipos de controle e porque eles existem, além de ensinar sobre maneiras de se proteger nas redes sociais, não passar senha para estranhos, entre outros. O terceiro discurso afirma que diálogos ocorrem às vezes, em situações pontuais, como

quando eles veem umas brincadeiras de mal gosto na internet, ou ainda sobre o caso da série *Round 6* da Netflix, que tinha conteúdo violento, mas tudo se baseava em jogos, fazendo com que as crianças achassem que poderiam assistir.

Contudo, novamente sobre as regras, não era explicado. Nota-se que os pais muitas vezes conversam sobre temas que surgem no dia a dia, para proteger as crianças, ensinam questões sobre senhas, *sites* seguros, o que pesquisar, mas não explicam sobre as regras da mediação parental, porque eles estariam impondo-as, quais os motivos que os levaram a definir controle de tempo, conteúdo, horários e acesso. Talvez o ideal não seja apenas conversar ou somente restringir o acesso das crianças, mas sim fazer uma cooperação entre ambos, a fim de garantir o máximo de sucesso nessa interação.

Questão 22: Você acha que os adultos também deveriam sofrer restrições parecidas com as que são impostas a você? Por quê?

IDEIAS CENTRAIS

Não	Não no computador	Depende do adulto	Sim
------------	--------------------------	--------------------------	------------

IC1: Não

DSC1: *Não, porque os adultos precisam usar mais as tecnologias do que as crianças, porque eles trabalham, usam aquilo para ganhar salário e sustentar sua família.*

IC2: Não no computador

DSC2: *Olha, não no computador deles porque eles precisam trabalhar.*

IC3: Depende do adulto

DSC3: *Depende do adulto, depende se ele pensa nas consequências, se ele pensa no que pode acontecer depois, mas imagina, a mãe dele de 90 anos controlando isso, não vai dar.*

IC4: Sim

DSC4: *Claro, sim, com certeza, porque os adultos também meio que brincam com os outros, tipo sair com outros, para correr, eles têm que ter um horário, porque eles não têm noção, eles deveriam largar as telas e ver o verde e não os jogos que ele já sabe o resultado. Meu pai*

ontem eu fui dormir muito tarde comemorando as férias e aí quando eu fui dormir eu vi que a tv estava ligada, meu pai dorme uma meia noite vendo tv, ele usa muito o celular e às vezes ele nem nos escuta quando está no celular. Não regra, mas às vezes evitar, porque às vezes eles deixam até de falar com a gente pela internet, não quando eles tão trabalhando, mas depois na hora livre, para conversarem e brincarem mais. Então sim, tem muitos adultos que começam e acabam não conseguindo parar. Tipo os adolescentes que estão arranjando emprego, que estão indo para ser adulto, eles acabam não tendo controle dos jogos dessas coisas e acabam ficando viciados, então eu acho que deveriam ter controle até certa idade, e daí podiam parar de ter esse controle pela maturidade.

A pergunta 22 foi referente a se elas achavam que adultos também deveriam sofrer restrições. Os discursos dois e quatro disseram que sim, porque assim como as crianças, os adultos usam muita internet, não largam o celular e computador, e não tinham controle sobre os horários, alguns podiam começar a mexer na internet e não parar mais, ou ficar horas vendo TV. Não precisariam ser regras propriamente ditas, apenas evitar ou diminuir a fim de poderem brincar e conversarem mais com as crianças. Uma reclamação levantada é que às vezes os adultos deixam de falar com os filhos por causa da internet. O discurso dois acha que esse possível controle seria interessante, mas que não deveria ser aplicado ao computador, já que eles o utilizam para trabalhar.

Nesse caso, é possível que a criança estivesse pensando em restrições de acesso e limitação horários, o que não seria viável perante o trabalho dos pais. O discurso três traz uma fala interessante de que a restrição dependeria do adulto, que se ele pensasse nas consequências e tivesse responsabilidade, não precisaria de restrições, até porque após certa idade, ser mediado pelos pais idosos já não faria sentido. Por fim, o DSC1 retoma a ideia de trabalho, sendo contra possíveis restrições aos adultos, tendo em vista que eles usam as tecnologias principalmente para trabalhar e assim sustentar a família. Entende-se que apesar das respostas contrárias, a maioria das crianças pensa que algum tipo de controle deveria ser utilizado também pelos adultos, nem que fosse apenas tentar utilizar os momentos de lazer para conversar e brincar, ao invés de buscarem entretenimento nas tecnologias.

Questão 23: A partir de qual idade você acredita que não há mais motivo ou necessidade de haver o controle parental?

IDEIAS CENTRAIS

Quando é adulto	18 ou 19	Não é a idade	Quando você tiver um filho
			14, 15 anos

IC1: Quando é adulto

DSC1: *Acho que quando é adulto.*

IC2: 18 ou 19

DSC2: *Olha, normalmente a pessoa se torna adulta aos 18, então aos 18 ou 19 poderia parar porque você já é quase adulto e já foi evoluído por um monte de coisa que passou, daí não precisa mais de regra. Mas minha mãe fala que enquanto eu morar embaixo do teto dela tem que obedecer às regras.*

IC3: Não é a idade

DSC3: *Acho que não é idade, é até quando os pais né, confiarem nos filhos, quando eles acharem que está bom né, porque sabe “ah ele já tem responsabilidade, já consegue não ficar viciado”, quem escolhe isso são os próprios pais, quando você sentir que eles têm consciência, não é a idade porque pode ter 60 anos e ainda ser uma burra na internet.*

IC4: Quando você tiver um filho

DSC4: *Quando você tiver um filho, porque quando a pessoa tem um filho, ela entende a responsabilidade, ela não tem tanto tempo de mexer nos eletrônicos, ela tem que se concentrar mais no filho. Então acho que quando a pessoa ganha um filho, ela acaba não conseguindo se viciar nos eletrônicos.*

IC5: 14, 15 anos

DSC5: *14, 15 anos por aí, já é adolescente, porque eu acho que você já está mais velho para saber o que você pode fazer ou não na internet, já é maior e já entende mais sobre as regras e a criança não deve entender*

A última pergunta da entrevista realizada com as crianças queria saber a partir em qual idade elas acreditavam que não existe mais motivo ou necessidade de haver o controle parental e os discursos foram diversos. Pensava-se que elas falariam idades mais baixas, com essa percepção de que crianças querem liberdade logo e que não possuem muita noção sobre as fases da vida. Contudo, os dois primeiros discursos trouxeram idades altas, acima dos 18 anos, ou apenas quando já fosse adulto. Ter mais de 18 anos não faz necessariamente os pais terem maior confiança nos filhos e diversas vezes, para cursarem o ensino superior, os jovens nessa idade saem de casa e os pais já não possuem controle sobre o que fazem ou deixam de fazer.

O discurso 5 fala quando tiver 14 ou 15 anos. De acordo com a convenção dos Direitos da Criança (ONU/UNICEF, 1990) é responsabilidade parental, instruir, assistir, orientar e monitorar crianças e adolescentes com relação ao uso da internet, seja utilizando em casa, na escola, na casa de amigos, em *lan houses* ou em outros lugares, para qualquer finalidade, até que atinjam a maioridade civil aos 18 anos de vida.

O terceiro discurso se apresenta muito maduro e consciente, ao afirmar que não é idade, é até quando os pais acharem que ele já tem responsabilidade. Ou seja, essa decisão se basearia na relação entre pais e filhos, do comportamento deles e da confiança mútua. Das respostas apresentadas, essa é a mais completa, pois não define uma idade, já que questões como independência, maturidade e responsabilidade não são fixadas à idade e ao final, a resposta ainda apresenta que depende da consciência, porque segundo a criança entrevistada, uma pessoa pode ter 60 anos e ainda ser uma burra na internet.

O discurso quatro é muito curioso, pois define o limite de controle sendo quando se tem um filho, pois assim a pessoa não teria tempo para mexer tanto nas tecnologias e internet e estaria na fase de ensinar o próprio filho. Possivelmente, essa resposta é baseada na projeção da realidade que a criança observa, em que os pais não têm restrições, mas sim ensinam e mediam o acesso dela. Em suma, pais e filhos devem buscar o equilíbrio no que se refere ao mundo virtual, com base nas orientações e bom uso das ferramentas disponíveis para prevenir problemas e garantir o bom uso da internet e tecnologias.

7.2 Adultos: Resultados e análise dos questionários

Após a análise dos discursos apresentados nas entrevistas com as crianças, se faz necessário verificar também as respostas dadas pelos pais, com intuito de compreender melhor como se dá essa relação de mediação parental.

Questão 1: Para você, o que é ser criança?**IDEIAS CENTRAIS**

Aproveitar e brincar	Estar em um fluxo constante de desenvolvimento	Uma fase
-----------------------------	---	-----------------

IC1: Aproveitar e brincar

DSC1: *Ser criança é aproveitar a vida e brincar sem preocupações com o futuro.*

IC2: Estar em um fluxo constante de desenvolvimento

DSC2: *Ser criança é estar em um fluxo constante de desenvolvimento físico, mental e emocional e por isso demanda um cuidado amoroso e zeloso, mas que ao mesmo tempo permita o livre desenvolvimento do indivíduo com felicidade, amor, harmonia e proteção. Seja aonde for, ser criança, é sentir todos esses elementos ao seu redor.*

IC3: Uma fase

DSC3: *Ser criança é uma fase de formação de seus conhecimentos, seus afetos, suas referências, fase de brincar, estudar, de ser feliz por não ver as maldades do mundo.*

Na primeira pergunta, foi realizado o mesmo questionamento para crianças e adultos. O terceiro discurso traz criança como uma fase, de formação, definição comumente trazida pelas pessoas, inclusive foi um dos discursos derivados das entrevistas das crianças, mas como já visto, estudiosos da infância definem o momento de fase da vida seria a infância, e não a criança. Apesar disso, os três discursos abordaram representações geralmente associadas ao período da infância: brincar e ser cuidado, família, educação, época em que ocorre desenvolvimento físico, mental e emocional.

Essas definições demonstram que a criança pode ser caracterizada por particularidades, dependendo do seu estágio de desenvolvimento e são essas que as diferem de adolescentes e adultos. De acordo com a revisão de literatura, Demathé e Cordeiro (2009) apresentaram a representação de infância associada a alegria e brincadeira. Nessa mesma linha, Tacca (2013), permitiu a verificação que assim como o anterior, alegria e brincadeira aparecem no núcleo central das representações de infância seguidos de inocência e aprender.

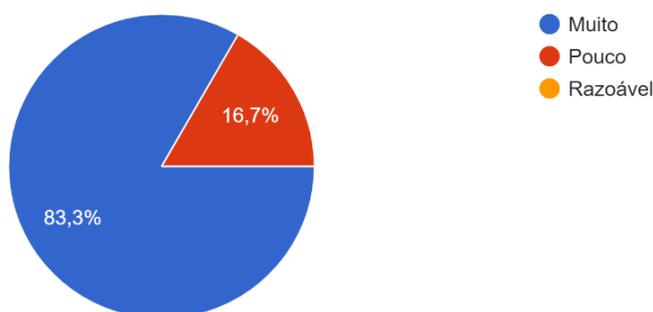
Já Wilbert (2009) e Demathé (2007) tiveram como resultados os conceitos lúdico e a infância como etapa da vida. Ademais, as características conhecidas também são apresentadas na Resolução CNE/CEB Nº 5, de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), ao considerar a criança como um sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivência, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentimentos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009). Ademais, o DCNEI afirma também que

O conhecimento científico hoje disponível autoriza a visão de que desde o nascimento a criança busca atribuir significado a sua experiência e nesse processo volta-se para conhecer o mundo material e social, ampliando gradativamente o campo de sua curiosidade e inquietações, mediada pelas orientações, materiais, espaços e tempos que organizam as situações de aprendizagem e pelas explicações e significados a que ela tem acesso (BRASIL, 2009, p. 93).

Ademais, essas também foram características e definições apresentadas pelas próprias crianças, quando questionadas nas suas entrevistas, embora elas tenham abordado também questões como cidadania, direitos e deveres. A comparação das respostas confirma que a imagem da criança é associada à diversão, preconizando o mundo do lazer, da liberdade das relações sociais.

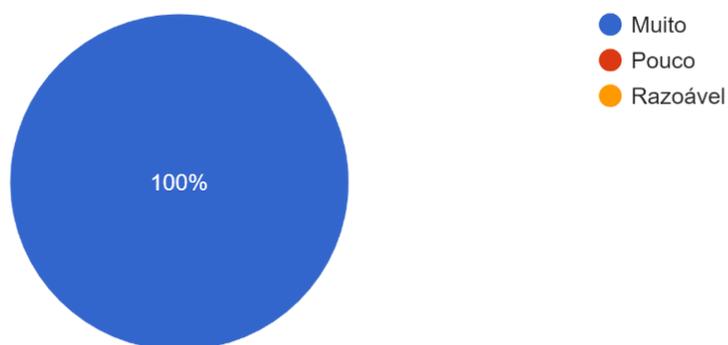
Questão 2: Para você, o quanto seu filho utiliza as tecnologias

Gráfico 15 – Respostas questão 2



Questão 3: O quanto você utiliza as tecnologias?

Gráfico 16 – Respostas questão 3



Fonte: Desenvolvido pela autora

Questão 4: Quem você acha que utiliza mais tecnologias e internet, você ou seu filho(a)? Por quê?

IDEIAS CENTRAIS

Eu	Meu filho
----	-----------

IC1: Eu

DSC1: *Eu tenho mais contato com tecnologias e internet, pois utilizo no trabalho e em casa, isso porque trabalho com computador e celular em regime de teletrabalho (home office) e ele não pode usar nada durante as aulas, que é período integral.*

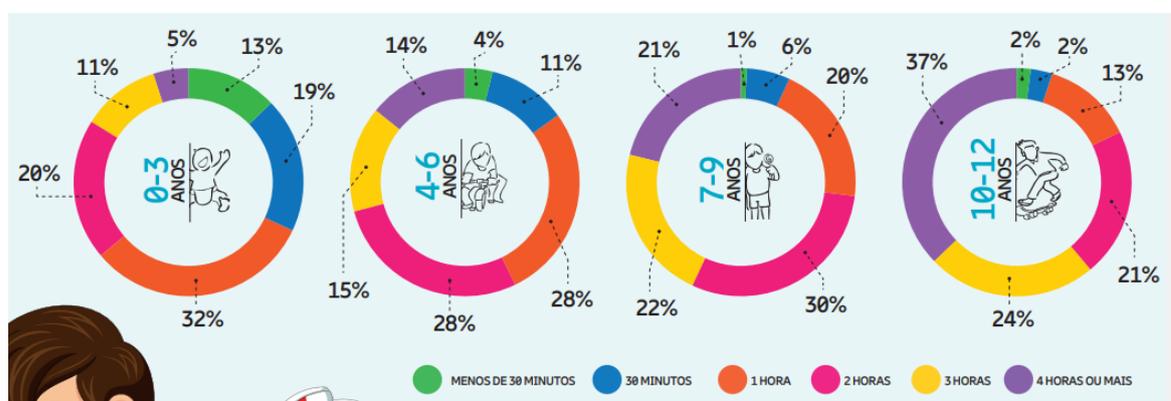
IC2: Meu filho

DSC2: *No momento meu filho, pois não gosto de redes sociais e jogos, por isso não gasto tanto tempo quanto eles com esse tipo de acesso e ele ainda está em ensino remoto e que durante o isolamento social utilizou videochamadas, canais de streaming e jogos online para se manter conectada a amigos e familiares.*

É interessante analisar as respostas das questões 2, 3 e 4 em conjunto, pois elas se complementam. Inicialmente, foi perguntado aos pais o quanto que eles acham que os filhos utilizam tecnologias e mais de 80% afirmaram que seus filhos utilizam muito. Um detalhe interessante é que no segundo pré-teste realizado, a porcentagem de pais que afirmaram que utilizavam muito as tecnologias foi de pouco mais de 65%, enquanto na última coleta de dados, 100% deles afirmaram que os filhos usam em excesso. Os pais afirmam que o motivo deles usarem tanto é o *home office*, que cresceu muito durante a pandemia. De acordo com a Pesquisa Gestão de Pessoas na Crise COVID-19, elaborado pela Fundação Instituto de Administração (FIA), 41% dos funcionários das empresas foram colocados em regime de *home office* (MELLO, 2020). No setor de comércio e serviços, 57,5% dos empregados passaram para o teletrabalho, enquanto nas pequenas empresas o percentual ficou em 52% (MELLO, 2020).

Ademais, a *Panorama Mobile Time/Opinion Box - Crianças e smartphones no Brasil* (2021) perguntou aos pais quanto tempo por dia eles estimavam que os filhos passassem consumindo conteúdo no *smartphone*, em média. No gráfico 17, é possível notar que quanto maior a idade das crianças, maior também o número de horas que elas ficam na frente das telas. Na faixa etária de 7 a 12 anos, poucos pais tendem a acreditar que seus filhos fiquem 1 hora ou menos usando celular.

Gráfico 17 - Quanto tempo as crianças passam na frente da tela do *smartphone* por dia



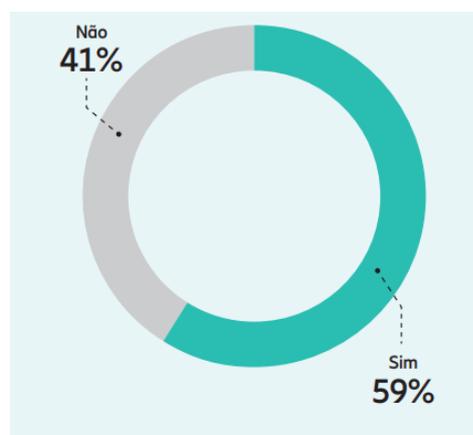
Fonte: Mobile Time/Opinion Box, 2021

Um levantamento realizado em 2019 pelo *AppGuardian*, aplicativo de controle parental, revelou que a média de permanência delas no celular é de 5,7 horas por dia, de segunda a quinta-feira, sendo que esse tempo aumenta no fim de semana, com uma média de 6,9 horas/dia (ESTADÃO CONTEÚDO, 2019). A pesquisa foi realizada com crianças entre 5 e 15 anos de

idade, mas não é claro, entretanto, se essa tendência reflete o comportamento geral dessa faixa etária, ou apenas dos usuários do aplicativo (ESTADÃO CONTEÚDO, 2019). Já os adultos passaram 3 horas e 40 minutos, em média, utilizando aplicativos em 2019, sendo esse índice 35% maior do que em 2017, de acordo com o relatório da consultoria App Annie, publicado em 2020 (VALENTE, 2020). De acordo com esses dados, comparando-os com o que foi coletado de informações nas perguntas 2 e 3, verifica-se que as crianças usam mais o celular que os adultos.

Contudo, ambos os levantamentos da *AppGuardian* e da *AppAnnie*, trouxeram dados apenas dos celulares. Pode-se pensar em algumas possibilidades para essa situação: as crianças realmente usam mais tecnologias que os pais ao longo do dia; os filhos podem fazer uso por períodos longos de tempo, enquanto os pais já tem a tecnologia inserida nas atividades do dia a dia por curtos períodos, o que daria a impressão de que as crianças ficam muito tempo; o fato de que crianças devem utilizar tecnologias e internet por poucas horas no dia e que devido à situação atual, em que a maior parte das interações são nos dispositivos (aula, comunicação, entretenimento), a duração do uso é grande; os pais considerarem que perante outras atividades que podem ser feitas, como brincar, ler, estudar, entre outras, o tempo gasto com tecnologias é muito mais alto. Perante a pandemia, principalmente devido as aulas remotas, o tempo das crianças na frente dos aparelhos aumentou e 59% dos pais (gráfico 18) consideram o filho passa mais tempo do que deveria usando o *smartphone* (MOBILE TIME/OPINION BOX, 2021).

Gráfico 18 - Você considera que seu filho(a) passa mais tempo do que deveria usando o *smartphone*?



Fonte: Mobile Time/Opinion Box, 2021

Tendo em vista essa mudança de cenário, é possível que na média, o tempo de uso das duas gerações não sejam tão diferentes assim, principalmente com ensino remoto, *home office* e opções de entretenimento fora de casa tenham sido diminuídas devido ao isolamento social causado pela pandemia de COVID-19. Talvez, se pudesse ser calculado os períodos, ao final o resultado fosse mais parecido com o que os pais imaginaram.

Questão 5: Como seu filho usa as tecnologias?

IDEIAS CENTRAIS

Para aulas	Diversão e jogar	Se comunicar	Ver vídeos
------------	------------------	--------------	------------

IC1: Para aulas

DSC1: *Devido à pandemia, usa as aulas online por videoconferência, envia trabalhos escolares por plataformas tecnológicas, para estudo e pesquisa na internet.*

IC2: Diversão e jogar

DSC2: *Usa para diversão e jogar alguns joguinhos.*

IC3: Se comunicar

DSC3: *Em alguns momentos, participa de chamadas de vídeo com amigos e familiares, então usa para se comunicar pelas redes sociais, WhatsApp.*

IC4: Assistir a vídeos

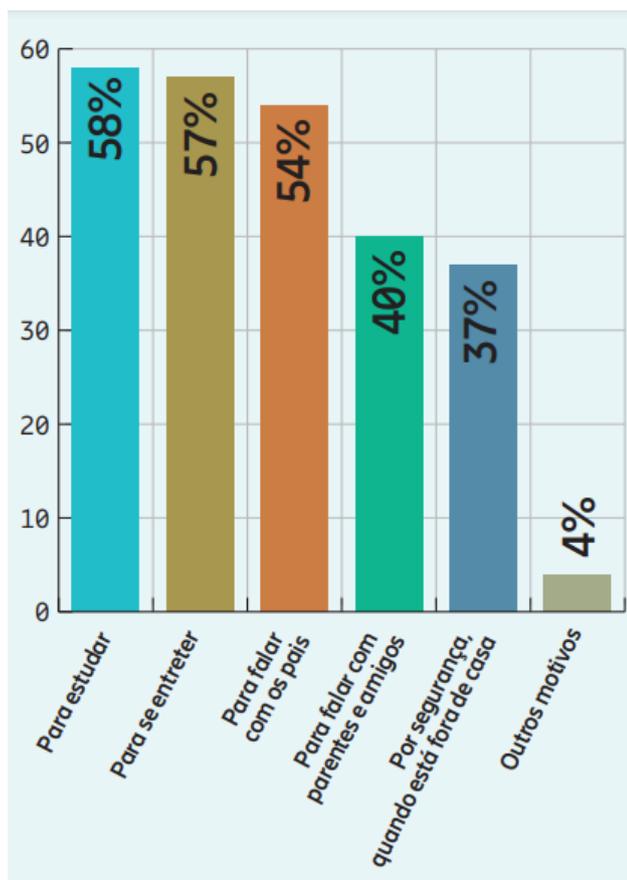
DSC4: *Mexe no Youtube para assistir a vídeos (sob supervisão, pois usa minha conta do Google para acessar o Youtube).*

A questão 5, voltada para o entendimento das práticas informacionais das crianças, trouxe um discurso dos pais muito parecido com a dos filhos, focando em se divertir, com jogos, assistir televisão, se comunicar, para ter aulas e estudar. De acordo com a TIC Kids Brasil de 2019, considerando o total de usuários de 9 a 17 anos, 83% assistiram a vídeos, programas, filmes ou séries na internet; 76% pesquisaram na internet para trabalhos escolares; e 68%

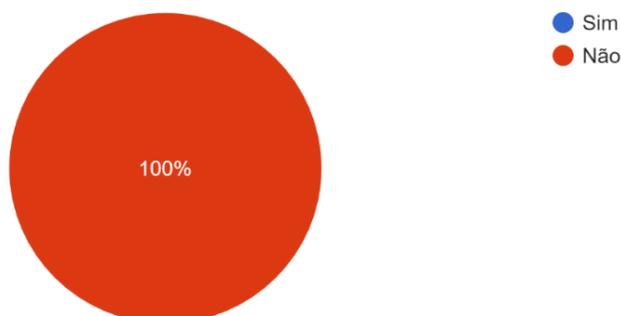
utilizaram redes sociais (CETIC.BR; NIC.BR, 2020). Foi importante realizar essa pergunta aos pais, para ter uma dimensão de quanto eles sabem o que seus filhos fazem na internet, com celulares e computadores, pois caso as respostas fossem muito distintas, ficaria claro que não há conhecimento sobre os hábitos de uso das crianças.

Contudo, percebe-se que os adultos sabem de que modo elas usam a internet e tecnologias no dia a dia. Dados da *Panorama Mobile Time/Opinion Box*, de outubro de 2021 mostram o porquê as crianças têm um *smartphone* e os motivos corroboram com os discursos dos pais, sendo para estudar e se entreter as maiores porcentagens (gráfico 19).

Gráfico 19 - Porque a criança tem um *smartphone*

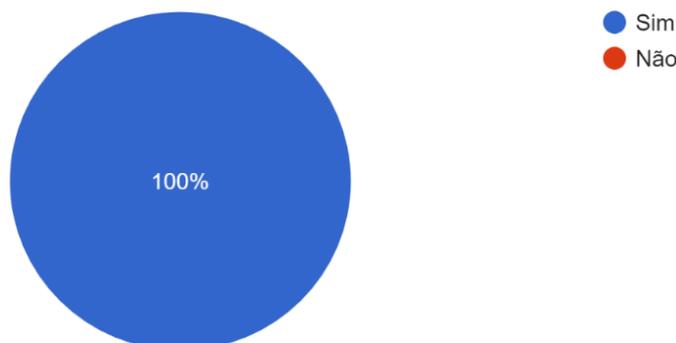


Fonte: Mobile Time/Opinion Box, 2021

Questão 6: Você o deixaria criar conteúdo para a internet (vídeos, por exemplo)?**Gráfico 20 – Respostas questão 6**

Fonte: Desenvolvido pela autora

A questão 6, para saber se os pais deixariam os filhos criarem conteúdo na internet teve todas as respostas negativas, ao contrário das crianças, por afirmarem que achavam que os pais deixariam, de acordo com restrições específicas, como fazer aos finais de semana, o que não atrapalharia a semana de aulas. Ao contrário do que foi visto nessa pergunta, muitos pais apoiam e até iniciam os filhos a postarem vídeos e se exporem na internet, por diversas vezes pagando cursos e participando dos conteúdos publicados. Um exemplo claro é a Luluca, uma Youtuber de 11 anos que começou seus canais no Youtube com apenas 6 anos, a partir do apoio de seus pais.

Questão 7: Você realiza algum controle sobre o que e como seu filho usa as tecnologias?**Gráfico 21 – Respostas questão 7**

Fonte: Desenvolvido pela autora

A pergunta 7 questionava se os pais realizavam algum controle sobre os filhos e todos responderam que sim, dando 100% de afirmação e foi realizada para iniciar a sequência de questões que buscavam entender como ocorre a mediação parental. Pensava-se que havia a possibilidade de algum responsável responder que não realizava o controle parental, como ocorreu no segundo pré-teste, mas não foi o apresentado.

Todos os pais afirmaram que realiza controle, o que não é corroborado com os discursos das crianças, pois um deles afirmava que os pais não controlavam o que a criança via ou fazia, que às vezes reclamavam que ela ficava muito assistindo e mexendo na internet, mas não realizavam ativamente nenhum tipo de restrição, nem mesmo de horário. Nota-se que há uma divergência no entendimento dos pais e das crianças, sendo possível que para os responsáveis, apenas falar que a criança está mexendo muito na internet seria um tipo de conversa sobre o tema e por isso funcionaria como mediação parental.

Questão 8: Caso tenha respondido NÃO, qual o motivo para não realizar nenhum controle? Caso tenha respondido SIM, como você faz esse controle? Quais são regras?

IDEIAS CENTRAIS

Controle do tempo	Verificação do histórico	Observando o conteúdo que ele acessa	Olhando se cumpre ou não as regras
-------------------	--------------------------	--------------------------------------	------------------------------------

IC1: Controle do tempo

DSC1: *Controle do tempo de internet, regras de limite de tempo, horário de acesso. Não pode entre semana, só aos fins de semana e por 40 minutos cada vez e eu mando desligar o celular e computador antes de dormir e quando vejo que ele está muitas horas seguidas, eu falo para ir fazer outra coisa, ler um livro, arrumar o quarto, para sair um pouco da tela.*

IC2: Verificação do histórico

DSC2: *Verificação de históricos de acesso e de navegação, dou indiretas para observar o que está vasculhando.*

IC3: Observando o conteúdo que ele acessa

DSC3: *Estou quase sempre presente observando o conteúdo que ela acessa, e procuro saber do que se trata e conversar a respeito quando sinto necessário. Há regras como não assistir conteúdo ou jogar jogos de violência e ódio, não acessar os comentários dos vídeos do YouTube e não comentar nos vídeos, e não passar a maior parte do tempo em frente a uma tela. Eu tenho a senha do telefone, controlo os aplicativos para a idade deles, vejo grupos de WhatsApp e tem sites e vídeos que não deixo ver, exemplo: programas para adultos.*

IC4: Olhando se cumpre ou não as regras

DSC4: *O controle é feito olhando se a criança cumpre ou não cumpre as regras e insistindo.*

Por conseguinte, na questão 8 o interesse era em saber como eles faziam esse controle, tendo como resultado três diferentes discursos: controlando o tempo e usando aplicativos de restrição, conversando sobre o assunto e por meio de pesquisa do histórico e vasculhando o que a criança consome. Todos apresentam informações que indicam uma Mediação Restritiva (MR), em que existem regras explícitas para a utilização de tecnologias, como a escolha de quais aparelhos vai utilizar, por quanto tempo, em quais dias, os conteúdos e sites permitidos, as mensagens que manda, além da utilização de *softwares* restritivos. O segundo discurso aborda a verificação do histórico dos sites, conferindo o que a criança está procurando na internet. Em contrapartida, um dos discursos das crianças traz que ela sabe apagar o histórico, o que impediria o controle de verificar a busca e eventos na internet realizado pelos pais.

O terceiro apresenta ainda a informação de que ocorrem conversas, se tratando também de uma Mediação Ativa (MA), um tipo de mediação na qual há conversa, orientação ou discussão crítica dos pais com a criança sobre o conteúdo ou atividade. Já o quarto fala que existem regras, não especificando quais e que o controle ocorre a partir da verificação do cumprimento delas. As regras, nesse sentido, não aparentam ser consideradas como mediação pelos pais, mas sim a realização e manutenção delas.

Quando comparado com os discursos da questão feita às crianças, sobre como os pais realizam o controle, nota-se que na fala dos filhos, a conversa sobre o assunto praticamente não é citada. Pode-se inferir que talvez os pais não estejam dialogando tanto quanto pensam, ou ainda que as crianças não estão dando tanta importância a esse assunto. Outra situação que pode ocorrer é de os pais acreditarem que citar corriqueiramente sobre a necessidade de controlar o uso da internet e tecnologias basta como uma conversa sobre esse tema, enquanto para os filhos, seria necessário haver um momento de diálogo somente sobre isso, permitindo que eles exponham suas opiniões, dúvidas e informações.

Grizólio e Scorsolini-Comin (2020) afirmam que a boa comunicação não deve ser compreendida como maior permissividade, mas sim como uma estratégia que tende a aproximar ambas as partes da família, respeitando as posições de cada um e, muitas vezes, reafirmando a assimetria do poder que emerge nas relações familiares. Para garantir o uso seguro e responsável da internet em diferentes ambientes, é necessário que sejam realizados debates e orientações, para que eles sejam usuários responsáveis e naveguem de forma segura (GRIZÓLIO; SCORSOLINI-COMIN, 2020).

Assim, a compreensão de como poderão ser usuários atuantes e responsáveis requer contextualização e interações, da forma com que cada um vai aprender a se expressar por meio de construções particulares e desenvolvimento coletivo. Uma conversa livre e fluida entre pais e filhos contribui para que eles tenham confiança para recorrer a um adulto se necessário. Por isso, o bom e velho diálogo constante continua sendo essencial para ajudar as crianças a reconhecerem as situações de risco e tentar evitá-las, além de poderem conversar com os pais ou responsáveis diante de qualquer dúvida ou ocorrência que elas estejam expostas (BRASIL, 2020).

Questão 9: Seu filho sempre segue essas regras de controle?

IDEIAS CENTRAIS

Sim	Às vezes	Não
------------	-----------------	------------

IC1: Sim

DSC1: *Sim, segue porque são obrigados, mas pedem permissão para eventuais exceções.*

IC2: Às vezes

DSC2: *Às vezes, eu o mando desligar e às vezes eu vou ver e ele está usando celular escondido.*

IC3: Não

DSC3: *Não, quase sempre temos que ser imperativos.*

Os discursos da questão 9 são bem diferentes: enquanto o primeiro afirma que sim, as crianças seguem as regras pois não é algo opcional, o segundo declara que essa obediência acontece só na maioria das vezes. E o terceiro discurso afirma que os filhos não seguem as regras, motivo para os pais serem imperativos e cobrarem o cumprimento delas. Os três

discursos confirmam o que foi dito pelas crianças, quem algumas seguem sim, outras apenas às vezes e outras conseguem burlar o controle feito pelos pais. Piaget (1977) afirma que a criança não tem convicções já formadas a respeito da origem das regras, então suas ideias constituem apenas indícios de atitude e que são essas restrições que permitem seu desenvolvimento de valores morais. O fato de não obedecerem ao que lhes é imposto é algo característico da faixa etária, que ainda está construindo seus valores morais.

O desenvolvimento infantil, em toda a questão moral, é necessário para o crescimento perante a sociedade, e dos 6 até 10 anos, fase chamada de heteronomia, é justamente quando se inicia a inserção de regras compreensíveis e do não seguimento delas (PIAGET, 1977). Mesmo essa sendo uma fase normal no desenvolvimento infantil, é no mínimo curioso que parte dos pais afirmaram que suas restrições são seguidas por seus filhos e algumas suposições podem ser feitas: ou não estão acompanhando o cumprimento do que demandam das crianças; ou os filhos conseguem fingir bem que estão seguindo as regras; ou eles apenas instituem as regras, mas não fazem um acompanhamento para ter certeza que elas estão sendo seguidas; ou ainda, podem ignorar o descumprimento das regras (PIAGET, 1977).

Infelizmente, nessa pergunta, as respostas dos pais foram enxutas e não houve explicação do porquê as crianças seguem as regras apenas na maioria das vezes, mas na fala dos filhos é dito que aos finais de semana, existe a tendência a desobedecer às regras de mediação, podendo ser uma derivada de uma diminuição do controle por parte dos pais nos finais de semana, já que são dias sem aula e com menores atribuições e responsabilidades.

Questão 10: Você acha importante ter regras e controlar o que as crianças usam? Por quê?

IDEIAS CENTRAIS

Sim, porque os pais também precisam descansar	Sim, para proteger as crianças	Sim, para serem adultos conscientes
--	---------------------------------------	--

IC1: Sim, porque os pais também precisam descansar

DSC1: Sim. Porque os pais, naturalmente cansados da rotina diária de trabalho, também precisam descansar. A falta de regras para a criança acaba por prejudicar a qualidade de vida de toda a família.

IC2: Sim, para proteger as crianças

DSC2: *Sim, para proteger de possíveis abusos, para preservar de ver vídeos e mensagens impróprias para a sua idade, é importante para limitar o tempo para não ficarem viciadas, o tipo de conteúdo acessado e para acompanhar o que eles acessam, pois as crianças não percebem os problemas da internet.*

IC3: Sim, para serem adultos conscientes

DSC3: *Sim, porque eles precisam saber utilizar bem as tecnologias para no futuro serem adultos conscientes e saudáveis.*

Ao serem questionados sobre a importância de se ter regras de controle, todos os discursos afirmaram que é importante sim, mas deram justificativas diferentes. O segundo, abordou questões relativas à proteção de mensagens e conteúdos impróprios pois as crianças não percebem os problemas da internet. É abordado também a preocupação com a saúde, já que afirma que a internet gera vício derivada do excesso de uso. Esse é um medo compreensível, pois a dependência na internet está sendo considerada como doença que pode ser tão perigosa quanto a química, pois o vício na rede compromete as atividades do cotidiano e põe em risco a saúde do usuário. Existe até mesmo um nome para o medo irracional de estar sem celular ou aparelhos eletrônicos no geral: nomofobia, relacionada ao vício em tecnologias como computadores e videogames, considerando que a Organização Mundial da Saúde define a dependência como doença (PSICOLOGIA VIVA, 2021).

A dependência de Internet compromete o funcionamento da vida diária de maneira geral e os prejuízos físicos se estendem a problemas de visão, privações de sono, fadiga, problemas com alimentação e desconforto musculoesquelético. Além disso, também ocorrem impactos psicossociais como depressão, problemas nas relações interpessoais, diminuição na comunicação social e solidão (ABREU; KARAM; GÓES; SPRITZER, 2008). Parece difícil imaginar que uma entre cada 3 a 5 crianças sofra de um transtorno de dependência sério, que afeta suas vidas, como é o caso da internet (ABREU; KARAM; GÓES; SPRITZER, 2008). A dependência é, portanto, uma preocupação dos pais até porque se uma criança já com pouca idade apresenta um descontrole nesse nível, não se pode imaginar aonde ela chegará na fase adulta. Segundo a TIK Kids 2020, em média

[...] um quarto da população investigada alegou ter tentado passar menos tempo na Internet e não ter conseguido (25%); ter passado menos tempo do que deveria com a família, amigos ou fazendo lição de casa por ter ficado muito tempo na Internet (24%); ter navegado na Internet sem estar interessado(a) no que via (21%); ter se sentido mal em algum momento por

não poder estar na Internet (21%) e ter deixado de comer ou dormir por causa da Internet (20%) (CETIC.BR; NIC.BR, 2020, p. 76).

Esse discurso fala ainda sobre conteúdo impróprio, afirmando que as crianças não percebem os riscos que podem correr ao acessarem conteúdos que não sejam adequados à idade. Em 2015, a empresa de segurança digital *Kaspersky Lab* decidiu investigar potenciais ameaças *online* para as crianças, por meio da análise de dados de usuários de produtos da empresa, equipados com a solução de Controle Parental (RODRIGUES, 2020).

O relatório revelou que 68% dos usuários já encontraram conteúdo *online* inadequado ou perigoso, sendo conteúdo adulto, jogos e *sites* que difundem informações sobre armas as ameaças mais comuns (RODRIGUES, 2020). Alguns dos dados identificados foram: 59,5% dos usuários encontraram pornografia; 26,6% caíram em *sites* dedicados a jogos de azar; 20% dos usuários se depararam com *sites* com armas; cerca de 20% se depararam com linguagem adulta (RODRIGUES, 2020).

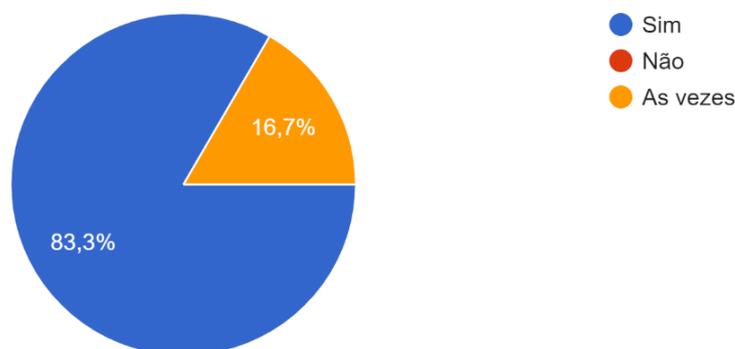
O último discurso já entende a mediação parental com uma forma de educar as crianças para que no futuro sejam adultos conscientes. Pode-se cogitar que a geração adulta hoje talvez tenha essa consciência porque a internet não era uma questão tão forte durante seu período da infância, assim esses adultos tiveram momentos sem ou com pouco acesso, diferente das crianças de hoje, que são apresentadas às telas desde cedo.

Além disso, o início do processo de aprendizagem ocorre dentro de casa, antes mesmo da escola, pois são com os pais que as crianças iniciam o processo de socialização, entendimento das normas que regem a sociedade e os aspectos constitucionais. As regras são relevantes para a criança aprender a desenvolver o juízo moral, sendo por meio delas que aprende os limites de se viver em sociedade. A mediação se justifica, portanto, para evitar que as crianças fiquem expostas aos riscos que podem existir nas redes e pelo uso das redes, mas também como uma forma de ensiná-las sobre limites.

Em geral, a preocupação de adultos relativos a esses riscos são: de conteúdo, nos quais crianças e adolescentes podem ser expostos a conteúdos sensíveis *online*; de contato, que consideram possíveis danos decorrentes da conduta de adultos; e de conduta, nos quais crianças e adolescentes podem ser atores ou vítimas da ação de seus pares (LIVINGSTONE et al., 2017). O primeiro discurso foi curioso, pois relaciona a existência de regras com a necessidade de os pais descansarem, pois eles têm rotina de trabalho. Não fica claro a relação pensada pelo responsável, mas pode-se buscar entender pelo ponto de vista que se existem regras e a criança as obedece, então não teriam mais preocupações para os pais.

Questão 11: Você conversa com seu filho(a) sobre o motivo de impor regras ou sobre como fazer uso seguro das tecnologias e internet?

Gráfico 22: Respostas questão 11

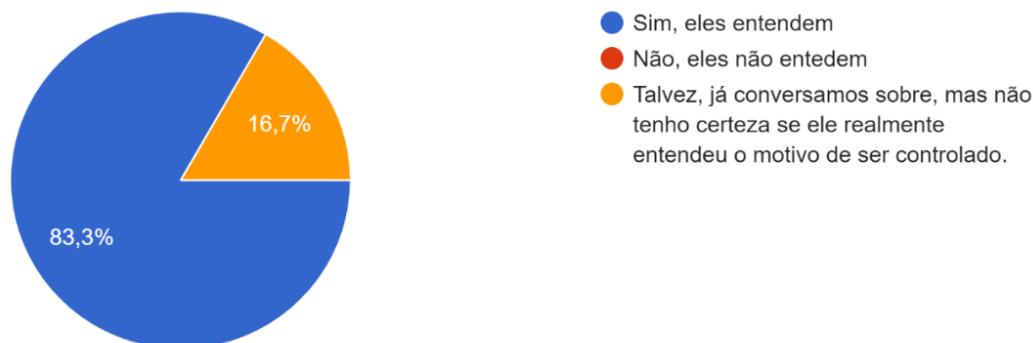


Fonte: Desenvolvido pela autora

Na questão 11, foi questionado se os pais conversam com as crianças sobre porque aplicam regras de mediação parental ou como se faz uso seguro da internet. Mais de 80% afirmaram que sim, conversam com seus filhos, o que é positivo. Os outros pais, quase 17%, marcaram que conversam às vezes. Essas duas respostas ocorrem também nos discursos das crianças, na questão 21 das entrevistas, mas elas dão ainda uma outra posição, de que os pais não conversam ou não explicam sobre regras e uso seguro, sendo que nenhum pai marcou essa opção nos questionários, ou seja, todos acreditam que em algum momento conversam com as crianças. Nota-se que os pais às vezes conversam sobre temas que surgem no dia a dia, para proteger as crianças, mas não explicam explicitamente sobre as regras da mediação parental.

A Cartilha de Recomendações para Pais e Responsáveis, desenvolvida pela em 2020 Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, pertencente à Secretaria Nacional da Família Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, afirma que uma boa maneira de estabelecer limites com os filhos sobre o que pode ou não fazer *online* é por meio do diálogo, debatendo as necessidades e responsabilidades (BRASIL, 2020).

Questão 12: Você acredita que eles entendem o motivo de existir um controle parental sobre o que fazem na internet?

Gráfico 23 – Respostas questão 12

Fonte: Desenvolvido pela autora

Na questão 12, quase todos os pais afirmaram que as crianças entendem os motivos para serem controladas e essa resposta vai de encontro ao que as crianças relataram. Elas sabem que é importante que existam regras de mediação para protegê-las das ditas coisas ruins da internet e para ensiná-las a conviver em sociedade. Mais de 15% marcaram a opção “Talvez”, que indicava que havia ocorrido uma conversa, mas que não há certeza se a criança realmente entendeu o motivo da mediação.

A maneira mais fácil de saber o nível de entendimento das crianças é perguntando para elas e iniciando uma nova linha de diálogo aberto sobre o tema, sendo uma conversa livre e fluida entre pais e filhos, pois isso contribui para que eles se sintam a confiança necessária para recorrer a um adulto se necessário (BRASIL, 2020). Essa é a maneira de educá-las sobre tecnologias e internet, ensinando o modo de usar *sites*, mídias, jogos e demais aplicações na internet, estabelecendo limites e, sobretudo, apresentar os motivos de definição desses limites.

Questão 13 Você acha que as crianças gostariam ou não de serem controladas? Por quê?

IDEIAS CENTRAIS

Não gostariam	Ser controlado é sempre ruim
----------------------	-------------------------------------

IC1: Não gostariam

DSC1: *As crianças não gostariam de ter o acesso controlado, porque gostariam de ter a mesma liberdade de acesso dos pais e porque alguns colegas não são controlados e podem acessar ou gerar qualquer conteúdo, daí tem influência de amigos, colegas, pois muitas*

vezes querem crescer mais rápido do que a fase em que se encontram. Seria mais legal para eles fazerem o que querem, sem ter a mãe enchendo o saco, como eles dizem, falando para desligar o celular.

IC2: Ser controlado é sempre ruim

DSC2: *Acredito que ser controlado é sempre ruim, mas ter cuidado e protegido não. O ideal seria um controle com certa liberdade, em que a criança possa fazer suas escolhas dentro de um rol de possibilidades permitidas, às vezes minhas filhas reconhecem que é bom ter um limite.*

A penúltima pergunta feita aos pais, se as crianças gostariam ou não de serem controladas, teve apenas dois discursos, não divergentes, mas complementares. O primeiro entende que as crianças não gostariam de ser controladas porque gostariam de ter a mesma liberdade dos pais e por quererem ter o pouco controle que nem os amigos. Assim, seria mais legal para a criança não ter regras, pois a mãe não ficaria reclamando do descumprimento delas. O segundo discurso afirma que controle nunca é bom, mas que a proteção é benéfica. Infere-se que a mediação seria considerada como cuidado e não controle parental.

A fala das crianças não confirmam essa suposição dos pais de não quererem controle, pois compreendem o motivo de sofrerem mediação por seus pais. Houve uma afirmação de que até gostavam da mediação, pois com ela se sentiam mais seguras. Outro discurso apenas cogitou a possibilidade de não ter controle de tempo, mas não foi contra as regras que geralmente são impostas, como não assistir certos conteúdos, desligar um pouco e ir fazer outras atividades etc. Essa contraposição de respostas mostra que talvez fosse necessário um reestabelecimento das regras impostas a partir de uma conversa aprofundada sobre o tema, a fim de atender os dois lados, crianças e adultos. Quando existe uma relação positiva entre pais e filhos, à vontade para tratar sobre diferentes assuntos por iniciativa das crianças, seria possível criar definições de comum acordo entre ambas as partes.

Questão 14: A partir de qual idade você acredita que não há mais motivo ou necessidade de haver o controle parental?

IDEIAS CENTRAIS

18 anos	Não sei	16 anos	Quando tiver maturidade emocional
----------------	----------------	----------------	--

IC1: 18 anos

DSC1: *18 anos, até eles terem uns 18 anos, a gente sempre tem que controlar e explicar as coisas, estar lá para eles, apoiando e ensinando.*

IC2: Não sei

DSC2: *Realmente não sei, penso que haverá um momento que vai ficar mais difícil cumprir as regras, mas ainda seria necessário impor esses limites. Minhas filhas ainda não chegaram à idade mais difícil.*

IC3: 16 anos

DSC3: *16 anos, quando já são adolescentes o que dificulta no controle.*

IC4: Quando tiver maturidade emocional

DSC4: *Quando a criança tiver maturidade emocional para lidar com os conteúdos que a internet e a tecnologia oferecem, depende muito da maturidade percebida pelos pais.*

Na última pergunta, quando questionados sobre a partir de qual idade não haveria mais motivo ou necessidade de haver o controle parental, as respostas dos pais foram de idades mais baixas do que a das apontadas pelas crianças, limitando-se ao período da adolescência. O discurso 3 afirma que após os 16 anos, esse controle já fica mais difícil, pois os adolescentes buscam mais independência e privacidade e por isso é importante que tenha sido realizado esse trabalho de educação do uso das tecnologias e internet na infância, para que quando se tornem adolescentes, já tenham compreensão sobre riscos, benefícios e cuidados a serem tomados e para que se sintam confortáveis em discutir sobre com seus pais. O intuito de educar crianças é fazer com que no futuro, elas sejam usuárias responsáveis.

O discurso 1 traz a idade de 18 anos, que é o estipulado pela UNICEF: segundo a convenção dos Direitos da Criança (ONU/UNICEF, 1990) é de responsabilidade parental, instruir, assistir, orientar e monitorar crianças e adolescentes com relação ao uso da internet, seja utilizando em casa, na escola, na casa de amigos, em *lan houses* ou em outros lugares, para qualquer finalidade, até que atinjam a maioridade civil aos 18 anos de vida. Pode ser que ao longo da adolescência, seja mais complicado gerenciar o acesso dos filhos, mas, ainda assim, é

dever dos pais realizá-lo e essa é uma questão de construção, que precisa ser debatida a fim de gerar uma relação de confiança entre as partes, desde a fase infantil (BRASIL, 2020).

Os discursos dois e quatro não definem uma idade. Ao passo que o DSC2 não sabe qual idade seria ideal parar, pois existe uma fase mais difícil de controlar, provavelmente se referindo à adolescência, o DSC4 traz a ideia de maturidade emocional, necessária para lidar com os conteúdos que a internet e a tecnologia oferecem. Assim, a diminuição da mediação parental não deveria ser baseada em quantos anos a criança ou adolescente tem, mas sim no nível de maturidade percebido pelos pais.

7.3 Diário de campo

Na realização do segundo pré-teste, foi observado que os diálogos, pré e pós-entrevistas/questionários, são muito ricos e que poderiam ser adicionados à pesquisa como forma de aprofundar ainda mais o estudo. Chamado de extra tempo ou diário de campo, nele a pesquisadora fez anotações do desenvolvimento do estudo num caderno, no qual foram anotadas informações, dados relevantes que ocorreram no instante em que as entrevistas eram realizadas, detalhes da vivência quando o estudo estava acontecendo quando foram feitos os contatos, pedaços de conversas que aconteceram antes ou depois da coleta de dados, assim como as vivências e emoções do pesquisador e entrevistados. Minayo (2001) afirma que esse diário é um instrumento ao qual se recorre em qualquer momento da rotina do trabalho realizado e segundo ela,

Ele, na verdade, é um "amigo silencioso" que não pode ser subestimado quanto à sua importância. Nele diariamente podemos colocar nossas percepções, angústias, questionamentos e informações que não são obtidas através da utilização de outras técnicas. Quanto mais rico for em anotações esse diário, maior será o auxílio que oferecerá à descrição e à análise do objeto estudado (MINAYO, 2001, p. 64).

Dessa forma, o diário de campo permite aos pesquisadores descreverem pessoas, objetos, lugares, acontecimentos, atividades, conversas, ideias, estratégias e reflexões. Esse instrumento pode trazer uma descrição mais pessoal e humana das pessoa, ações, e conversas observadas nos detalhes (AFONSO; SILVA; PONTES; KOLLER, 2015). Ainda, a forma reflexiva se expressa por meio de ideias e preocupações dos pesquisadores, além de seus sentimentos, problema, palpites e planos para considerações futuras, apontando o que foi aprendido e os problemas encontrados no estudo (AFONSO; SILVA; PONTES; KOLLER, 2015).

Esse extra tempo permite que a coleta de dados fique mais espontânea. Além disso, traz informações além da ação de entrevistar pois permite se dar um olhar para os fatores humanos na interação e comunicação da informação, na relação entre crianças e tecnologias. Assim, essa forma de coletar dados, que é o diário de campo, busca identificar, avaliar e compreender aspectos emocionais e cognitivos na interação e mediação da informação entre esses usuários, tendo em vista que todos esses aspectos e questões são relevantes para se alcançar o objetivo geral da pesquisa de compreender a percepção das crianças sobre a mediação parental.

O diário de campo da pesquisadora foi tomando forma no decorrer das entrevistas, ao passo que as crianças foram se sentindo mais confortáveis em falar, e que a própria pesquisadora foi compreendendo melhor quais as formas de se aproximar e conversar com elas. Algumas informações foram sendo anotadas antes das entrevistas, algumas ficaram gravadas, para serem transcritas posteriormente, e a maioria foi sendo relatadas após a realização das entrevistas, quando as crianças já se mostravam mais soltas e queriam conversar sobre o assunto. Em conversa com as crianças, após a realização das entrevistas, a maioria delas falaram que as aulas agora já não eram mais 100% remotas e *online* e que já haviam voltado ao ensino presencial.

Assim, elas falaram que por isso, o uso de tecnologias diminuiu ao longo do dia, pois durante todo um turno, elas já podiam interagir presencialmente com colegas amigos e educadores, sem a necessidade de utilizarem computadores, *tablets* ou celulares. Todas contaram que estavam muito felizes por isso, pois sentiam falta de brincar com os amigos na hora do intervalo, mas algumas falaram que tinham preguiça de ter que acordar mais cedo para ir para a escola, e por isso não achavam o ensino remoto tão ruim. Duas disseram que os pais não permitiam que levassem os celulares para a escola, então o acesso delas diminuiu drasticamente de 2020 para o final de 2021, quando a coleta de dados foi realizada. Ademais, uma falou que não se importaria se o ensino fosse uma semana em casa e uma na escola, pois gostava de ter aula pelo computador no conforto do quarto.

Foi dito também por uma das crianças ao longo da conversa, que agora que ela tinha voltado para a escola, os pais tinham relaxado no controle de horário de uso das tecnologias e internet. Quando questionada do porquê ela achava que isso tinha acontecido, ela disse que provavelmente era porque ele sabia que agora ela estava estudando de verdade na escola com a professora, então ele teria ficado mais tranquilo que ela estava aprendendo e não perdendo tempo da aula na internet. Em contrapartida, uma outra criança falou que agora na aula presencial, o controle tinha se mantido o mesmo, pois ela tinha mais tarefas de casa para fazer.

Durante a realização de algumas entrevistas, alguns pais se mantiveram mais próximos, e embora estivessem a uma distância que não dava para escutar o que estava sendo relatado

pelas crianças, foi percebido que algumas falavam mais baixo do que o normal ou ainda que davam respostas mais curtas. Interessante trazer esse apontamento, pois foi possível notar uma diferença comparativa no modo de falar durante as entrevistas entre aquelas em que os pais ficavam mais próximos, visíveis, e aquelas em que os pais ficavam mais distantes, conversando com outras pessoas ou não visíveis.

Isso pode ter ocorrido pelas crianças terem receio de os pais escutarem o que elas falavam, já que eram abordados assuntos como regras e o cumprimento delas, ou ainda tal diferença pode ter se dado devido ao início da apresentação da pesquisa quando foi dito pela pesquisadora que as respostas seriam confidenciais, portanto, que elas não precisavam se preocupar que nada seria contado aos seus responsáveis. Acredita-se, pois, que a presença constante deles, embora não derrubasse essa afirmação, poderia as deixar preocupadas. Uma das crianças afirmou que se a mãe soubesse das coisas que ela estava contando na entrevista, deixaria ela de castigo. A pesquisadora reiterou que nada que fosse contado ali seria passado aos pais e responsáveis, e que no trabalho, as respostas não teriam nome ou qualquer forma de identificação das crianças.

As participantes se apresentavam mais soltas e tranquilas ao longo da realização da coleta de dados quando a pesquisadora comentava relatos pessoais, ou dialogava sobre aspectos ditos nas suas respostas. Isso pode ser exemplificado como quando algumas crianças falavam sobre filmes e desenhos que viam nos aplicativos de *streaming*, e a pesquisadora pedia mais que elas contassem como era a história, ou quando comentava sobre o filme ou série, porque já tinha assistido também com sua irmã mais nova. Elas iam contando fatos diversos, como uma que disse que havia perdido a conta no jogo e que estava usando um novo nome, *NoriaArini* e que era muito difícil achar um nome que não esteja sendo usado. Outro entrevistado disse em conversa depois da entrevista que às vezes via vídeos da Luluca, *RobenWood* e *BBK*, que seria um jogo como o *Roblox*, em que o personagem tem que proteger ela do apocalipse. Segundo ele, nesse canal específico, é um adolescente que faz papel de criança nos vídeos. Outra participante contou que a avó havia deixado o celular cair na água e que a tela ainda funciona, mas agora tem uns riscos, mas que ela estaria pensando em lhe dar.

Uma das crianças perguntou à pesquisadora se tinha conta no TikTok, porque ela viu que uma menina ganhou 3 notas de 100,00 reais e não sabia quantas de 50,00 reais com o aplicativo, que ela tinha mostrado em um dos vídeos as notas. A criança disse também que já era até que meio famosa e tinha muitos seguidores, uns 40 e poucos, porque aparecia nos vídeos da própria conta, na da tia, na conta da avó e nas das amigas. Ela contou também que já havia sido banida do TikTok e perdido a conta por causa da idade, já que oficialmente, a idade mínima

para ter uma conta nesse aplicativo é 13 anos. Quando na pergunta se elas assistiam conteúdo feito por outras crianças, como Youtubers, uma das entrevistadas disse que achava estranhos esses vídeos, porque parecia que os pais colocavam as crianças na internet para ganhar dinheiro. Uma outra criança falou que a entrevista estava fazendo ela refletir sobre o assunto e ela concluiu afirmando que todas as pessoas não desligam o celular, ficam o dia inteiro com o celular ligado. Ainda, disse que achava que brincava bem menos que a vó quando ela era nova, porque agora que voltou as aulas quase ninguém desce para brincar, então só nos finais de semana, de resto ela usa o celular.

Uma das entrevistadas pediu que a irmã mais velha ficasse junto com ela durante a entrevista, o que foi permitido pois ela visivelmente se mostrou mais confortável em ficar respondendo às perguntas. A irmã era 2 anos mais velha e por isso já não poderia fazer parte do estudo, mas sua presença foi muito interessante, pois ela instigava a participante a dar respostas mais longas e a auxiliava em lembrar detalhes do dia a dia, além de ser o apoio emocional da irmã. Em alguns momentos, essa participante deu respostas simples como “sim” e “não”, e sua irmã respondia “Só isso? Fala mais, você usa sim, lembra que ontem o pai disse que você tinha de parar de jogar para fazer o dever de inglês?”. Após esse comentário, a participante complementou sua resposta e não aparentou estar incomodada com o posicionamento da irmã.

Após a finalização da primeira entrevista, quando a pesquisadora e a participante estavam apenas conversando, ela disse que às vezes vai no escritório e o pai está vendo Youtube no meio do trabalho, e que por isso achava que ele deveria ter uma restrição. Contou também que já tinha até perguntado: “Por que você pode usar no trabalho e eu não posso? E ele fala que já é aposentado e eu não. Aí eu vejo e falo que então vou fazer igual, mas não faço”. Esse diálogo deu à pesquisadora a ideia de sempre após finalizadas as entrevistas, questionar às crianças se tem algo que elas gostariam de perguntar aos adultos, sobre o tema que tínhamos conversado. Dessa forma, abaixo seguem as perguntas e falas das crianças na íntegra desse momento:

- Por que você pode usar no trabalho e eu não posso? E ele fala que já é aposentado e eu não. Aí eu vejo e falo que então vou fazer igual, mas não faço.
- É eu penso: Por que eles ficam usando o Whatsapp um monte de tempo e eu só posso usar 2 horas e eles usam mais? Eles usam umas 8h e reclamam de mim!

- Eu acho que não seria uma pergunta, mas combinar tipo, a partir de tal hora ninguém pode usar tecnologia em casa, seria um momento que não pode tecnologia, para a gente conversar e jogar.
- Posso ver mais coisas na internet? Tipo novos canais no Youtube? Porque eu sei que não tenho muitas restrições, mas fica entediante ver sempre os mesmos canais, queria ver mais coisas diferentes.
- Eu acho que eu perguntaria do porquê eu não posso ganhar um celular. Eu peço desde os 10 anos e toda minha turma teve e eu não posso ganhar e meus pais nunca explicaram o motivo.
- Não tenho nada para perguntar... Na verdade, por que eu não posso ter celular?
- Não queria perguntar nada não.
- Com quantos anos acaba o controle?
- Eu queria saber por que eles reclamam de eu ficar usando internet, mas eles não reclamam de si mesmos?
- Bom, teve uma série ou novela, não sei o que é chamada Eu a Patroa e as Crianças. Nem sei o que é e aí tem uma parte, não sei por que, que a menina disse que queria transar, daí eu perguntei e eles falaram que não é coisa de criança. E eu também sempre perguntei por que eu não tinha celular, já que a minha prima tem desde os 5 anos e eles falaram que não era para minha idade.

Ao final, foi sugerido que elas fizessem essas perguntas para os pais e responsáveis, para que fosse feita uma conversa sobre mediação parental e talvez abrir espaço para uma discussão sobre o tema, esclarecendo a questão das regras e quem sabe, defini-las juntos. Isso porque é preciso pensar no contexto, em que possíveis práticas parentais negativas, que mesmo com boas intenções podem gerar conflitos familiares. O diálogo e explicações do porquê as crianças devem ter uso diminuído, enquanto os pais continuam na internet, precisam ocorrer, para que fique claro que não é algum tipo de punição ou diferenciação gratuita. Não adianta somente restringir, é necessário haver o lado educativo da conversa, pois crianças possuem conhecimento para compreender riscos e benefícios, podendo até criar acordos com os pais e elas mesmas estabelecerem regras.

Além das conversas, o exemplo é dito como um comportamento muito mais eficaz do que a postulação de regras, pois os filhos aprendem observando o comportamento dos pais, que muitas vezes, é incoerente com as regras estabelecidas. A tecnologia e a internet não são instrumentos que só atingem o mundo infantojuvenil, pois os pais e responsáveis também

compartilham desse universo, das possibilidades e dificuldades que são apresentadas (GRIZÓLIO; SCORSOLINI-COMIN, 2020).

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de informações colhidas ao longo da pesquisa permite que sejam realizadas considerações finais quanto a buscar compreender como são as percepções de crianças de 8 a 12 anos sobre a mediação parental em suas práticas informacionais. Considerando a importância do estudo de usuários da informação na Ciência da Informação (MATTA, 2010), uma contribuição que a pesquisa visa trazer, é auxiliar que as vozes das crianças sejam notadas para além da academia, abrindo espaços para que elas, além de serem incluídas como objetos em pesquisas relacionadas à mídia, para que sejam cada vez mais ouvidas e que os seus pontos de vista e entendimentos sejam considerados nos estudos. Essa perspectiva pode contribuir para o incentivo e reconhecimento de que crianças são formadoras de opinião e por isso não se deve voltar-se apenas aos adultos, sejam pais ou responsáveis.

Apesar da pesquisa situar-se no âmbito da Ciência da Informação, ela envolve uma abordagem interdisciplinar, a partir de sua fundamentação em conceitos provenientes de diferentes áreas, como Ciência da Informação, Comunicação, Educação e Sociologia da Infância. Exercitar a interdisciplinaridade permite que se beneficie de sua pluralidade, garantindo a circulação de ideias e a mobilidade de concepções e, a partir disso, qualquer abordagem interdisciplinar deve ser guiada por uma dupla preocupação: reconhecer a existência de comunidades científicas cujos objetos de estudo são diferentes, e o de estimular uma dinâmica interação que leva ao surgimento de novos objetos científicos (GARBY, 2003). A contribuição dessa dissertação de mestrado, portanto, empenha-se em ser interdisciplinar por unir conceitos, ferramentas, métodos e resultados da análise de diferentes disciplinas.

Assim, ao final das análises, pôde-se apresentar entendimentos sobre a percepção das crianças sobre a mediação parental em suas práticas informacionais. Para tal, foi necessário discorrer por cada um dos objetivos específicos a fim de elucidar sobre a questão proposta. Apesar das limitações enfrentadas durante o processo da pesquisa, tanto os objetivos específicos quanto o objetivo geral foram alcançados. O objetivo específico 1 discorreu sobre apresentar os conceitos de criança e infância. Ao longo desse estudo, por meio de revisão bibliográfica e as entrevistas e questionários realizados, foi possível compreender e apresentar tais conceitos. Existe uma diferença entre as concepções de infância e criança, sendo a primeira compreendida como uma etapa da vida que vem anterior ao período da adolescência, enquanto a segunda é

identificada como um sujeito histórico, social e cultural, integrante ativamente da sociedade e que se relaciona com os outros. Assim, infância é uma abstração, que se refere à determinada etapa da vida do ser humano, diferentemente do grupo de pessoas identificado pela palavra criança (HEYWOOD, 2004, p. 22). Com o propósito de melhor compreender a conceituação de criança e infância, foi necessário explorar as representações sociais, afirmações e definições de grupos que são construídas e difundidas por meio da interação pública entre atores sociais, em práticas de comunicação do cotidiano (MOSCOVICI, 2003).

Assim, as representações sociais sobre crianças são termos que remetem a características desse grupo como alegria, ludicidade e brincadeira, mas que não se aprofundam em outras questões, como entendê-las como cidadãs, que possuem direitos e deveres, assim como as relações que possuem e o caráter social. A partir da compreensão de que as concepções de criança e infância sofreram variações ao longo do tempo, entende-se que essas mudanças também podem ter sido incorporadas nas suas representações sociais em diferentes contextos, seja o familiar, escolar, da saúde etc. A Resolução CNE/CEB Nº 5, de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (BRASIL, 2009) considera a criança como um sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentimentos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

Além disso, essas também foram definições apresentadas pelas próprias crianças que participaram da pesquisa, quando questionadas nas suas entrevistas, a fim de levantar a caracterização do termo por elas, trazendo o olhar infantil sobre si próprias. Em resumo, elas entendem que criança é tudo aquilo relacionado com brincar, se divertir, estudar e ter liberdade. Além disso, elas também abordaram questões como menos responsabilidades e fase de ser feliz. A comparação das respostas confirma que a imagem da criança é associada à diversão, preconizando o mundo do lazer e da liberdade, das relações sociais.

Por conseguinte, o objetivo específico 2 propunha identificar as práticas informacionais do público estudado. Os discursos revelaram que o uso é diferente de acordo com cada necessidade ou intenção, mas que em geral, quando é para usar o celular, seja para jogar, conversar ou ver vídeos, as crianças o realizam em qualquer lugar e sozinhas, visto que é um dispositivo móvel, enquanto os videogames e TV, aparelhos fixos e que podem ser utilizados por mais pessoas ao mesmo tempo, são usados em ambientes como a sala, junto a outras pessoas da família.

Na maioria das vezes, elas usam as tecnologias sozinhas para diversas atividades, sendo os dispositivos móveis principalmente utilizados para assistir a vídeos, fazer chamadas, conversar e interagir com outras pessoas, enquanto os fixos, como computador, são utilizados para ter aula, estudar. Elas afirmaram consumir conteúdo desenvolvido por outras crianças, como Youtubers, mas algumas preferiam os que eram criados por adultos, por considerarem que eram menos infantis. Ademais, achavam que os pais permitiram que postassem vídeos, algo que eles afirmaram que não deixariam acontecer. Ficou claro também, com as entrevistas, que a pandemia de COVID-19 teve muito impacto nas razões e tempo de uso por parte das crianças. Quando questionadas se seu uso aumentou em 2020 e 2021, os discursos apresentaram que com as medidas de isolamento social adotadas para tentar diminuir o avanço da COVID-19, o uso de tecnologias digitais se tornou determinante para manter as práticas cotidianas de educação, cultura e interação social.

Além disso, as tecnologias serviram como espaços para a aprendizagem e o para trabalho em grupo para crianças em idade escolar. A internet possibilitou também que crianças e adolescentes se inteirassem sobre assuntos globais, mantendo-se informadas sobre as realidades e mudanças que acontecem no mundo. De acordo com a TIC Kids *Online* Brasil de 2019, considerando o total de usuários de 9 a 17 anos, 83% assistiram a vídeos, programas, filmes ou séries na internet; 76% pesquisaram para trabalhos escolares; e 68% utilizaram redes sociais (CETIC.BR; NIC.BR, 2020).

Diante do aumento do consumo e da presença das crianças nos meios virtuais, o objetivo específico 3, que visou compreender o que é e como funciona a mediação parental, foi alcançado por meio de pesquisa bibliográfica, a partir do ponto de vista das crianças, por meio de entrevistas, como também dos pais, pela realização de questionário *online*. Conclui-se que a mediação parental é a forma como os pais e responsáveis fazem o gerenciamento do uso e acesso de seus filhos nas tecnologias e internet. Assim, os adultos controlam a relação que crianças e adolescentes estabelecem com o mundo, por meio de regras, restrições, orientações e supervisão. Os limites são vistos como essenciais para o desenvolvimento afetivo infantojuvenil e evitam conflitos entre pais e filhos, desde que sejam de comum acordo (ALMEIDA; ALVES; DELICADO, 2011).

Tanto crianças quanto pais participantes afirmaram que ocorre a mediação parental em mais de uma maneira. Embora os pais tendam a mediar as práticas informacionais dos filhos, não é uma regra e ainda existem diferentes tipos de mediação. Pela fala das crianças, no cotidiano ocorrem principalmente duas formas de controle: a Mediação Restritiva e a Mediação Ativa. A primeira envolve regras explícitas para a utilização de tecnologias, como a escolha de

quais aparelhos ela vai utilizar, por quanto tempo, em que dias, os conteúdos e *sites* permitidos, mas sem um diálogo aberto sobre o assunto, com motivos e explicações, enquanto a segunda mediação se baseia em conversas sobre o tema.

Os participantes expressaram que um aplicativo de controle parental é utilizado, o *Family Link*, que trava os dispositivos das crianças, as impede que acessem aplicativos após o horário estipulado, exige aprovação para a instalação de aplicativos, entre outras ações. Os pais informaram também que têm o hábito de conversar com seus filhos, o que se caracteriza como Mediação Ativa (MA), quando há conversa, orientação ou discussão crítica dos pais com a criança sobre o conteúdo ou atividade. Por fim, alcançou-se o objetivo específico 4, que pretendeu verificar se as crianças aprovam ou não que suas práticas informacionais sofram mediação por seus responsáveis. Conclui-se que embora elas, em geral, aprovem, ainda falam abertamente que nem sempre seguem as regras e ainda declararam várias formas de burlar as restrições de uso, seja utilizando por mais tempo as tecnologias quando os pais exigem desligar, seja ignorando essa determinação e passando a utilizar o celular discretamente.

Ao final, se traz o objetivo geral da dissertação. Nele, foi proposto compreender a percepção de crianças de 8 a 12 anos sobre a mediação parental realizada em suas práticas informacionais e, ao longo do estudo, foram feitas as pesquisas bibliográficas e coleta de dados a fim de alcançar sua resolução. Conclui-se que as crianças sabem que a mediação foi criada com a missão de observar e controlar suas práticas informacionais, atuando para evitar que acessem conteúdos inadequados, para que não se viciem ou em prol da saúde, ou seja, com intuito de protegê-las e por isso, consideram a mediação importante. Todavia, elas aprovam esse controle parental, até mesmo afirmando que se sentiam mais seguras com a mediação e por isso gostavam que os pais controlassem o seu acesso e uso, já que as regras não eram tão rígidas assim. Contudo, gostariam que houvesse ajustes que possibilitassem mais liberdade de acesso a conteúdo específicos, ou que os pais não soubessem de tudo que elas consomem e assistem, e ainda que, caso possível, não houvesse limite de tempo.

Embora as regras sejam necessárias, o ideal é que elas sejam apreciadas de comum acordo, após orientações e diálogos, seguindo a faixa etária de cada uma, para que concordem e façam a manutenção do cumprimento dos acordos, sem a necessidade ou vontade de burlar as regras impostas pela mediação. Essa geração deve passar por uma mediação necessária, que envolve diálogo, orientação, explicação e acompanhamento (BRASIL, 2020). De acordo com os discursos dos pais e crianças participantes, pôde-se considerar que não adianta somente restringir, é necessário haver o lado educativo, de conversa, tendo em vista que crianças possuem conhecimento e maturidade para compreender riscos e benefícios, podendo até criar

acordos com os pais e elas mesmas estabelecerem regras, uma ação que pode facilitar a aceitação sobre a mediação parental.

É possível concluir que as percepções das crianças sobre a mediação parental exercida em suas práticas informacionais são positivas. Elas se apresentaram maduras para entender que as restrições dos pais são ações importantes, realizadas em prol de protegê-las, tanto que em algumas de suas falas relataram um limite de idade superior para cessar o controle parental, diferente do que manifestaram os seus responsáveis. Dessa forma, entende-se que elas não buscam permissão para usar as tecnologias e internet por mais tempo, mas sim querem que os pais liberem o acesso a certos conteúdos que vem sendo restringidos. Nesse sentido, talvez o ideal seja que definam regras de comum acordo, pois ao mesmo tempo que os jovens dependem de referências grupais e da família para se compreenderem como indivíduos, eles também necessitam construir uma identidade própria.

Assim, a compreensão como usuários atuantes requer contextualização e interações da forma com que cada um vai aprender a se expressar e apresentar suas opiniões, da forma que cada um encontra para se comunicar, interagir, expor, do diálogo com a família, assim como das suas experiências escolares e culturais (DEBORTOLI, 2002). Percebe-se que pela falta de diálogo, conforme foi inferido por alguns discursos das crianças, essa interação e percepção de que são usuários participativos e atuantes não vem ocorrendo integralmente. Deve-se estabelecer um equilíbrio entre duas prioridades: proteger as crianças e permitir o seu desenvolvimento pleno, deixando que elas sejam participativas e tenham voz ativa.

Além disso, por meio das entrevistas realizadas, identificou-se que as crianças percebem os potenciais riscos e malefícios que esse meio pode trazer para elas, ainda mais em caso de uso excessivo. Uma possibilidade delas não solicitarem mais tempo para usar os dispositivos é exatamente o conhecimento que o uso em demasia pode trazer riscos a saúde, como vício e dependência. A fala das crianças trouxe a informação de que os pais não dialogam muito sobre uso responsável da internet, ou não explicam bem os motivos e necessidades das regras impostas. Percebe-se a relevância de haver discussão sobre educação digital para crianças e adolescentes e sobre os motivos da mediação parental. As crianças participantes apresentaram a percepção de que as tecnologias podem trazer mais malefícios do que benefícios e esse seria o motivo da existência da mediação parental, algo que elas respeitam, mas nem sempre seguem.

Constata-se, portanto, que a falta de sujeição das crianças à mediação parental deve-se, inicialmente, à ausência de diálogo, que é fundamental para garantir a segurança desse grupo no ciberespaço e é preciso explicar sobre o melhor modo de se usar sites, mídias, jogos e demais aplicações na internet, estabelecendo limites e, sobretudo, apresentar os motivos de definição

desses limites. Todas essas etapas devem ocorrer antes da delimitação de mediação parental, para que ela não seja considerada pelas crianças como arbitrária ou incoerente. Essa incoerência se apresenta no momento que os pais controlam as práticas informacionais dos filhos, restringindo conteúdos, tempo de acesso e como usam os dispositivos tecnológicos, mas eles, como adultos, não realizam restrições parecidas em seus próprios hábitos, o que as crianças percebem como uma realidade injusta.

Dois pontos relevantes são que todas as crianças que participaram do pré-teste tinham acesso pleno às tecnologias e à internet, e que todos os discursos demonstraram que elas possuem dispositivos pessoais, ou seja, não foram entrevistadas crianças que ainda não ganharam dos pais ou familiares aparelhos eletrônicos. Notou-se no final da dissertação que algumas delas não possuíam celular, enquanto outras não tinham *tablet* ou computador, mas praticamente todas tinham pelo menos um dispositivo. Pensava-se, no relatório intermediário de mestrado, que se ocorresse de haver crianças sem celulares ou *tablets*, suas percepções sobre mediação parental poderiam ser diferentes de outras, mas isso não foi percebido. Mesmo tendo apenas o celular, ou usando somente o computador de alguém da família, elas ainda afirmaram saber da importância da existência de regras de controle dos responsáveis e em maioria, sofriam mediação em suas práticas informacionais.

Em suma, perante a revisão de literatura, pais e filhos devem buscar o equilíbrio no que se refere ao mundo virtual, com base nas orientações e bom uso das ferramentas disponíveis para prevenir eventuais problemas e garantir o uso correto da internet e tecnologias. Além das conversas, o exemplo é muito mais eficaz do que a definição de regras, pois os filhos aprendem observando o comportamento dos pais, que muitas vezes, é incoerente com as regras estabelecidas. A tecnologia e a internet não atingem só o mundo infantojuvenil, tendo em vista que pais e responsáveis também compartilham desse universo (GRIZÓLIO; SCORSOLINI-COMIN, 2020). Ademais, a pandemia de COVID-19 teve influência tanto no uso das tecnologias por crianças, aumentando a sua exposição, quanto no controle dos pais, que em alguns casos foi diminuído.

Diante deste aumento, a mediação parental é decisiva para o uso seguro e responsável da internet por crianças e adolescentes (LIVINGSTONE et al., 2017) como usuárias de internet e tecnologias. Por fim, entende-se que a tecnologia em si não é o problema, mas sim é um meio de descobrir, buscar, acessar e publicar informações e de gerar relações entre as pessoas, inclusive pais e filhos. Embora não tenha sido abertamente citado pelas crianças, nota-se que existe uma carência de discussões e acordos mútuos para que as restrições agradem ambos os lados. Historicamente, as crianças ocuparam um lugar secundário no pensamento sociológico,

considerados atores coadjuvantes, pois existe o costume de se privilegiar os adultos para descrever as sociedades (LIMA e CUNHA, 2013). A participação das crianças, contudo, enriquece o pensamento sociológico e a descrição da sociedade pois elas também contribuem para a produção e disseminação de informações, tendo papel ativo em diversos setores culturais e sociais, moldando as vivências das novas gerações.

A partir da coleta de dados, é possível observar algumas das opiniões desses usuários, seus pensamentos, suas relações e atividades do dia a dia e como essas relações entre indivíduos e sociedade precisam ser assimiladas. Ainda, o diário de campo na pesquisa buscou fornecer informações além da relação de entrevistadora e entrevistados, a fim de entender esses usuários para além da questão prática da coleta de dados, mas sim buscando identificar, avaliar e compreender aspectos emocionais e cognitivos na interação e mediação da informação entre esses usuários. Essas questões também são consideradas no momento de se identificar a percepção das crianças sobre a mediação parental, tendo em vista que olha o usuário e suas relações com as tecnologias por uma perspectiva mais humana.

A comunicação possibilita que as pessoas se engajem, deem sua opinião, absorvam conteúdos, acessem informações, descubram questões sociais relevantes, históricas. Essa pesquisa buscou contribuir para que a realidade, de se abrir uma discussão e assim permitir que os adultos tenham conhecimento sobre as percepções das crianças. Procurou-se também escutá-las, com intuito de contribuir no reforço da afirmação de que elas se encontram presentes em todos os ambientes, exercendo papéis distintos, mas principalmente de produtoras sociais e culturais no meio de adultos, afirmando o seu lugar de fala e de presença, principalmente com o auxílio da internet e das tecnologias. As interações entre adultos e crianças e o lugar ocupado por elas nas sociedades são de suma importância para se compreender quem são as crianças e como se constituem as sociedades (LIMA e CUNHA, 2013).

Se antes a criança era considerada pela sociedade como um adulto em potencial, imerso no mundo com objetivo de se tornar no futuro um adulto funcional (ARIÈS, 1978), pode-se considerar que hoje são vistas como atores participativos da sociedade, que influenciam as relações que as cercam, além de consumidoras e criadoras de conteúdo e informação, principalmente na internet. Elas são usuárias ativas e possuem conhecimento para participarem dessa relação de construção, tão importante para o desenvolvimento individual de cada uma.

A interação entre pais ou responsáveis e crianças deve ser vista positivamente e uma forma benéfica de concretizar relações familiares, possibilitando aprendizado e conversas sobre temas atuais e corriqueiros como internet, mídias sociais, devendo abranger questões culturais, artísticas, educacionais, histórico políticas, entre outros. É necessário estabelecer uma

comunicação mais próxima para que a eficácia da mediação parental possa ser mais significativa e efetiva. Essas conversas são importantes para que as crianças possam ter compreensão total desse contexto e para que opinem suas percepções, gerando discussões que são importantes para o desenvolvimento de usuários conscientes sobre o uso das tecnologias da informação.

A proposta dessa pesquisa, além de buscar informações e apresentar a percepção desses usuários sobre a mediação parental, é também valorizar a fala das crianças, suas opiniões, pois isso ressalta a importância de percebê-las como atores sociais, que geram mudanças sociais e culturais. Diante disso, abre-se a possibilidade de dar continuidade à essa pesquisa com futuros estudos na área, focados em outros aspectos relativos ao tema crianças, estudos de usuários e tecnologias da informação e comunicação, a citar: a opinião de crianças sobre os modos como a mediação parental deveria ser feita; a produção e consumo de conteúdo informacional na internet por crianças; mercantilização da produção informacional de crianças; o impacto da pandemia de COVID-19 no uso das tecnologias; entre outros.

Recomenda-se que perante a importância de se escutar e ouvir crianças, que sejam de fato produzidas mais pesquisas relativas a esse campo nos estudos de usuários e em outras linhas de pesquisa na Ciência da Informação. É importante quebrar a interpretação marcadamente adultocêntrica das pesquisas sobre o mundo infantil (LEITE, 2008), isso por meio da priorização dos estudos com foco na visão das crianças e nas suas experiências.

REFERÊNCIAS

ABERCROMBIE, N; LONGHURST, B J. Audiences: A Sociological Theory of Performance and Imagination. SAGE, 1998.

ABREU, C; KARAM, R; GÓES, D; SPRITZER, D. Dependências de Internet e Jogos Eletrônicos: uma Revisão. *Revista Brasileira de Psiquiatria*. 30(2), 156-167, 2008.

ADLER, P. A.; ADLER, P. In: BAKER, S. E.; EDWARDS, R. How many qualitative interviews is enough? Expert voices and early career reflections on sampling and cases in qualitative research. Discussion Paper. NCRM. p. 8-11, 2012. Disponível em: <<http://eprints.brighton.ac.uk/11632/>>. Acesso em 20 mar 2021

AFONSO, T; SILVA, S; PONTES, F. KOLLER, S. O uso do diário de campo na inserção ecológica em uma família de uma comunidade ribeirinha amazônica. *Psicologia & Sociedade*, 2015. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n1p131>. Acesso em 25 mar 2021.

ALVES, M. S.; CORREIA, A. E. G. C.; SALCEDO, D. A. Práticas leitoras e informacionais: mediação e apropriação. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, n. XVIII ENANCIB, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/104028>. Acesso em: 24 mai. 2021.

ALDERSON, P; MORROW, V. The ethics of research with children and young people: a practical handbook. London: Sage, 2011.

ALMEIDA, A. N. D.; ALVES, N. D. A.; DELICADO, A. As crianças e a internet em Portugal: perfis de uso. *Sociologia Problemas e Práticas*, 2011.

ALMEIDA JÚNIOR, O. Leitura, mediação e apropriação da informação. In: SANTOS, J.P. (Org.). *A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

_____. O. Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, Brasília, v.2, n.1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/170/170>. Acesso em 20 mai. 2021

ALMEIDA JÚNIOR, O; NETO, F. Mediação da informação e a organização Do conhecimento: interrelações. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 19, n. 2, p. 98 - 116, maio. /ago. 2014.

ALMEIDA, L; PAULA, L; CARELLI, F; OSÓRIO, T; GENESTRA, M. et al. O retrato da exclusão digital na sociedade brasileira. *JISTEM J. Informational System. Technology. Management*. 2, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/jistm/a/7BZxyCX73JT9tJbBmsbfZ8w/?lang=pt>>. Acesso em 5 mar 2021.

AMARAL, A. C. T. O que é ser criança e viver a infância na escola: a transição da educação infantil para o ensino fundamental de nove anos. 32ª Reunião Anual da Anped, 2009. Disponível em: <<https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt07-5896-int.pdf>>. Acesso em 7 abr. 2021

AMORIM, D R. A interação das crianças no contexto escolar brasileiro: influência da cultura adulta na construção da cultura da infância. Universidad Pablo de Olavide, 2010.

ANDRADE, R; ANDRADE, W. Usuários da informação: sujeitos perfilados com base na ciência da informação. Revista Conhecimento em Ação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan/jun. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/vitor/Downloads/2875-8332-1-PB.pdf>. Acesso em 22 nov 2021.

ANDRÉ, J M. TIC e relação Pais -Filhos: Um projecto de formação na Alta de Lisboa. Relatório de Estágio. Universidade de Lisboa. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2011.

ARAÚJO, C. Ciência da Informação como ciência social. Ciência da informação, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, 2003. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/29>>. Acesso em 26 abr 2021.

_____. Paradigma Social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. Informação & Sociedade: Estudos, João Pessoa, v.22, n.1, p. 145-159, jan./abr., 2012.

_____. Estudos de usuários conforme o paradigma social da ciência da informação: desafios teóricos e práticos de pesquisa. Informação & Informação, Londrina, v. 15, n. 2, p. 23-39, 2010.

_____. Novo quadro conceitual para a Ciência da Informação: informação, mediações e cultura. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, n. 2, v. 9, 2016

ARIÈS, P. História social da criança e da família. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

ARROYO, M G. A construção social da infância. In: Infância na ciranda da educação: uma política pedagógica para zero a seis anos. Belo Horizonte: CAPE, 1994.

ASCOM IBDFAM. Abandono digital: responsáveis devem estar atentos à exposição de crianças e adolescentes na internet. Assessoria de Comunicação do IBDFAM, 2020. Disponível em:

<https://ibdfam.org.br/index.php/noticias/7662/Abandono+digital:+respons%C3%A1veis+devem+estar+atentos+%C3%A0+exposi%C3%A7%C3%A3o+de+crian%C3%A7as+e+adolescentes+na+internet>>. Disponível em 28 abr 2021.

BARBOSA, M. Menino de 6 anos pega o computador do avô e gasta mais de R\$ 800 em motos de brinquedo, em Goiânia: Enzo Gabriel aproveitou momento que os familiares estavam distraídos e comprou 12 itens em um site de compras. G1 GO. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2021/01/08/menino-de-6-anos-pega-o-computador-do-avo-e-gasta-mais-de-r-800-em-motos-de-brinquedo-em-goiania.ghtml>. Acesso em 20 jun 2021.

BARBOSA, A. S. S.; SANTOS, J. D. F. dos. Infância ou infâncias? Revista Linhas, Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 245 - 263, 2017. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818382017245>. Acesso em: 4 abr. 2022.

BARRETO, A. A condição da informação. São Paulo em Perspectiva, n. 16., v. 3, p. 67-74, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/5Q85NCzRFvJ8BLjld54jLMv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 nov. 2021.

BAUDRILLARD, J. A sociedade de consumo Portugal: Edições 70, 2008.

BELL, D. Technology, Nature and Society: The Vicissitudes of Three World Views and the Confusion of Realms. *The American Scholar*, 42(3), 385-404, 1973.

BELLONI, M. L. Crianças e Mídias no Brasil: cenários de mudanças. Campinas: Papyrus, 2010.

BERG, M. How Nine-Year-Old Ryan Kaji, YouTube's \$30 Million Man, Just Keeps Getting Richer. *Forbes*. EDITORS' PICK|Dec 18, 2020. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/maddieberg/2020/12/18/how-nine-year-old-ryan-kaji-YouTubes-30-million-man-just-keeps-getting-richer/?sh=20d32f106c16>>. Acesso em 16 abr 2021. EST

BERTI, I. C. L. W; ARAÚJO, C. A. A. Estudos de Usuários e Práticas Informacionais: do que estamos falando? *Inf. Inf.*, Londrina, v. 22, n. 2, p. 389 – 401, maio/ago., 2017.

BORSA, J. C. O papel da escola no processo de socialização infantil. *Psicologia.com.br*, 2007.

BORTOLIN, Sueli. Mediação oral da literatura: a voz dos bibliotecários lendo ou narrando. 2010. 232f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista – UNESP. Marília, 2010. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/bortolin_s_do_mar.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2020.

BORKO, Harold. Information science: what is it? *American Documentation*, jan. 1968.

BRANDÃO, A. Possessividade Infantil: Uma Leitura Das Teorias Do desenvolvimento Infantil. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 03, Ed. 08, Vol. 05, pp. 103-115, 2018. ISSN:2448-0959

BRAGA, A. Microcelebridades entre meios digitais e massivos. *Revista Contracampo*. Niterói - nº 21, agosto de 2010.

BRASIL. Constituição da república federativa do brasil de 1988. Promulgada pela Assembleia Nacional Constituinte. Brasília em 05 de outubro de 1988.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em 8 abr 2021

_____. Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Presidência da República. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 12 mai 2021

_____. Resolução CNE/CEB Nº 5, de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), 2009. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf. Acesso em 18 mai 2021.

_____. Proteção de Crianças e Adolescentes na Internet: Cartilha de Recomendações para Pais e Responsáveis. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente Secretaria Nacional da Família Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Governo Federal, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/junho/proteodecrianaseadolescentesnainternet.pdf>. Acesso em 25 jun 2021.

BROOKES, Bertram. The foundation of Information Science. *Journal of Information Science*, [S.l.], v.2, n.1, p.125-133, 1980.

BRUNO, F; PEDRO, R. Entre aparecer e ser: tecnologia, espetáculo e subjetividade contemporânea. *Intexto*, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 11, p. 1-16, julho/dezembro, 2004.

BUCCO, R. Preço da banda larga fixa subiu no brasil em 2021. Da telefonia móvel, caiu. *Tele Síntese: Portal de telecomunicações, internet e tics*. 17 de março 2022. Disponível em: <https://www.telesintese.com.br/preco-da-banda-larga-fixa-subiu-no-brasil-da-telefonia-movel-caiu-em-2021/>. Acesso em 31 mar 2022.

BUCKINGHAM, D. Crescer na Era das Mídias: após a morte da infância. Tradução de Gilka Girardello e Isabel Orofino. Florianópolis, 2006.

BURCH, S. The Information Society/The Knowledge Society. In: PEUGEOT. *Word matters: multicultural perspectives on information societies*. France: C & F Éditions, 2006.

CARPENTIER, N. The concept of participation. If they have access and interact, do they really participate? *Revista Fronteiras - Estudos Midiáticos*. Vol. 14 Nº 2 - maio/agosto 2011.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: encontro nacional de pesquisa em ciência da informação, 5., 2003, Belo Horizonte. *Anais...Belo Horizonte: Associação Nacional de pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, 2003.

CAPURRO, R. Epistemología y ciencia de la información. *Enlace: Revista Venezolana de Información, Tecnología y Conocimiento*, n.4, n.1, p. 11-29, 2007.

CASTELLS, M. *Sociedade em rede*. Trad. Roneide Venâncio Major. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. A era da informação: economia, sociedade e cultura. In: *A Sociedade em rede*, v. 1. São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 2002.

_____. *The network society: a cross-cultural perspective*. Cheltenham: Edward Elgar, 2004.

CODEPLAN [Distrito Federal]. Estudo de Retratos Sociais DF 2018: A população infantil no DF. Brasília: Secretaria de estado de economia do distrito federal, companhia de planejamento do distrito federal, 2020. Disponível em: < <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/Estudo-Retratos-Sociais-DF-2018-A-popula%C3%A7%C3%A3o-infantil-no-Distrito-Federal.pdf>>. Acesso em 10 fev 2021.

CETIC.BR; NIC.BR. TIC Kids Online Brasil 2019: pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/33mH8Ur>. Acesso em: 23 mar. 2021.

_____. Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC Kids Online Brasil. São Paulo, 2018.

_____. Paineis TIC COVID-19: Pesquisa sobre o uso da internet no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus. 3ª edição: ensino remoto e teletrabalho. São Paulo: CETIC.BR; NIC.BR.br, 2020.

_____. Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil - TIC Kids Online Brasil 2020. São Paulo, 2021.

_____. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras: TIC educação 2017. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. São Paulo, 2018.

CORDES, C.; MILLER, E (eds.) Fool's Gold: A Critical Look at Computers in Childhood. Alliance for Childhood, 1999. Disponível em: http://www.allianceforchildhood.net/projects/computers/computers_reports_fools_gold_contents.htm. Acesso em 12 mar 2021.

CORSARO, W A. Sociologia da Infância. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CRESWELL, J. W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CRC - Comitê sobre Direitos da Criança. Comentário Geral N. 25 sobre direitos da criança em relação ao ambiente digital. ONU, 2021. Disponível em: <https://criancaeconsumo.org.br/wp-content/uploads/2021/04/general-comment-n-25-2021.pdf>. Acesso em 12 jan 2022.

CUEVAS-CERVERÓ, A.; MARQUES, M.; PAIXÃO, P. B. S. A alfabetização que necessitamos: informação e comunicação para a cidadania. Informação & Sociedade: Estudos, v. 24, n. 2, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/91881>. Acesso em: 2 jun. 2021.

CUNHA, M.; AMARAL, S. A. do; DANTAS, E. B. Manual de Estudo de Usuários da Informação. São Paulo: Atlas, 2015.

CUNHA, M. Metodologias para o estudo de usuários de informação científica e tecnológica. Revista de Biblioteconomia de Brasília, v. 10, n. 2, p. 5-19, jul./dez. 1982.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DAMAZIO, R L. O que é criança. Brasiliense, 1991.

DE FREITAS ROCHA, E C; KREMPSEK GANDRA, T; PEREIRA ROCHA, J A. Práticas informacionais: nova abordagem para os estudos de usuários da informação. Biblios [online]. 2017, n.68, pp.96-109. ISSN 1562-4730. Disponível em: <http://www.scielo.org.pe/pdf/biblios/n68/a07n68.pdf>. Acesso em: 25 abr 2021.

DEBORTOLI, J. A. O. As crianças e a brincadeira. In: CARVALHO, A.; SALLES, F.; GUIMARÃES, M. (Org.). Desenvolvimento e aprendizagem. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002. v. 1, p. 77-88.

DELGADO, A C; MÜLLER, F. Sociologia da infância: pesquisa com crianças. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 91, p. 351-360, maio/ago, 2005.

DEMATHÉ, T. M. A representação social sobre a infância: um estudo com as professoras de educação infantil do município de Corupá. 2007. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasão Vale do Itajaí, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007.

DEMATHÉ, T. M; CORDEIRO, M H. B. VILARES. Representações sociais sobre infância: um estudo com pais e educadoras de educação infantil. Nuances: estudos sobre a Educação. Presidente Prudente, SP, ano XV, v. 16, n. 17, p. 119-133, jan./dez. 2009.

DIAS, M. M; PIRES, D. Usos e usuários da informação. Série Apontamentos, São Carlos: EdUFSCar, 2004.

DRUMMOND, M.; DRUMMOND FILHO, H. Drogas: a busca de respostas. São Paulo: Loyola, 1998.

DUHART, O G. Infância y Género. Exclusiones que nos rondan.1 ed. – Rio de Janeiro: NEFI, 2020.

ELIAS, N. A Sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

EQUIPE SESC. Responsabilidade se aprende desde cedo. Blog Educação, 2019. Disponível em: <<https://www.sesc-sc.com.br/blog/educacao/responsabilidade-se-aprende-desde-cedo#>>>. Acesso em 15 jan 2022.

ESTADÃO CONTEÚDO. Crianças passam 25 horas por mês no YouTube, revela levantamento: Entre os 20 apps mais usados nos celulares em número de horas totais, jogos e redes sociais consomem mais de 50% do tempo das crianças. Caderno online Ciência, 2019. Disponível em: <<https://exame.com/ciencia/criancas-passam-25-horas-por-mes-no-YouTube-revela-levantamento/>>>. Acesso em 12 jun 2021.

FANTIN, M.; GIRARDELLO, G (orgs.). Liga, roda, clica: Estudos em mídia, cultura e infância. Campinas, SP: Papirus, 2008.

FERNANDES, C; EISENSTEIN, E; SILVA, E. A criança de 0 a 3 anos e o mundo digital. Sociedade Brasileira de Pediatria, 2018. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/A_CRIANCA_DE_0_A_3_ANOS_E_O_MUNDO_DIGITAL.pdf> Acesso em 10 jun 2021.

FERREIRA, R. A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 32, n. 1, p. 36-41, jan/abr. 2003.

FERREIRA, M F. As crianças e a mídia digital: uma prática educacional para a participação. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. São Paulo, 2008.

FERREIRA, S M S P. Novos paradigmas e novos usuários de informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 25, n. 2, p. 1-10, 1995.

FIGUEIREDO, N. Estudo de uso e usuários da informação. Brasília: Ibict, 1994.

FOLHA VITÓRIA. Criança de 7 anos compra brinquedo de quase R\$ 40 mil com cartão da mãe: O computador fez o trabalho de preencher automaticamente os dados da mulher. Notícias R7, 2019. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/cidades/folha-vitoria/crianca-de-7-anos-compra-brinquedo-de-quase-r-40-mil-com-cartao-da-mae-04042019>>. Acesso em 10 jun 2021.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

FONTANA, R.; CRUZ, M, N. Psicologia e trabalho pedagógico. São Paulo: Atual, 1997.

FREITAS, M. T. de A. As apropriações do pensamento de Vygotsky no Brasil: um tema em debate. In: *Psicologia da Educação. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia da Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, n.10/11: 9-28, 2000.

FREITAS, L. Comunicação, educação e cidadania: [manuscrito] diálogos possíveis. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação, 2013.

FUENTES, L. Crianças agora buscam ‘carreira’ de youtuber: Com menos de 12 anos, jovens acumulam milhões de seguidores jogando videogame e abrindo brinquedos em frente às câmeras. *Caderno Economia, Revista Veja*, 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/especiais/criancas-agora-buscam-carreira-de-youtuber/>>. Acesso em 01 mar 2022.

GALVÃO, I. H. W. Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. Petrópolis: Vozes, 1995.

GARBAY, C. Les sciences du traitement de l’information comme pivot de l’interdisciplinarité: une vision systémique. *Information-Interaction-Intelligence*, v. 2, n. 2, p. 21, 2003.

GIL, A. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GÓES, J R; FLORENTINO, M. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). História das crianças no Brasil. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 177-191.

GOMES, H. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. *Inf. & Soc.:Est.*, João Pessoa, v.30, n.4, p. 1-23, out./dez. 2020.

GONDIM, S.; FISCHER, T. Discurso, a análise do discurso e a metodologia do discurso do sujeito coletivo na gestão intercultural, *Cadernos Gestão Social*, 2(1), 9-26, 2009.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Metodologia da pesquisa no campo da Ciência da Informação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 23-24, n. 3, p. 333-346, 2000.

GONÇALVES, L. Celular banido da sala de aula, 2008. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/celular-banido-da-sala-de-aula-1.85566>. Acesso em 18 mar 2021.

GOULART, A. Adolescência, Internet E Práticas Informacionais. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2018.

GOULART, A.; KAFURE, I. Adolescência, internet e práticas informacionais. ENANCIB - GT3 Mediação, Circulação e Apropriação da Informação, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/192228>. Acesso em: 04 abr. 2022.

GRIZÓLIO, T. A; SCORSOLINI-COMIN, F. Como a mediação parental tem orientado o uso de internet do público Infanto-juvenil? *Psicologia Escolar e Educacional*. 2020, v. 24. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392020217310>

HADDON, L. Children's critical evaluation of parental mediation. *Cyberpsychology: Journal of Psychosocial Research on Cyberspace*, Brno, v. 9, n. 1, 2015. <https://doi.org/10.5817/CP2015-1-2>.

HARLAN, M. Information Practices of Teen Content Creators: The Intersection of Action and Experiences: A Grounded Theory Study. Thesis - Doctor of Philosophy, School of Information Systems, Science and Engineering. Faculty Queensland University of Technology, 2012. Disponível em: < https://eprints.qut.edu.au/57125/1/Mary_Harlan_Thesis.pdf>. Acesso em 20 jun 2021.

HEYWOOD, C. Uma História da Infância: Da Idade Média à Época Contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: eleven approaches: traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*, London, v. 58, n. 4, p. 422- 462, 2002.

HUFF, N. Curso de YouTuber Kids capacita crianças para serem produtoras de conteúdo para internet: Faixa etária dos alunos é de 8 a 14 anos; aulas abrangem roteiro, equipamento e edição de vídeo. *O Município*, 2018. Disponível em: <https://omunicipio.com.br/curso-de-YouTuber-kids-capacita-criancas-para-serem-produtoras-de-conteudo-para-internet/>. Acesso em 24 mai 2021.

JENKINS, H. *Cultura da Convergência*. São Paulo: Aleph, 2008.

JODELET, D. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D (organizadora). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

_____. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, set./dez. 2009

KAFURE, I. CUNHA, M; AMARAL, S; DANTAS, E. *Manual de estudo de usuários da informação*. São Paulo, SP: Atlas, 2015.

KAMAŞAK T; et al. An Investigation of Changing Attitudes and Behaviors and Problematic Internet Use in Children Aged 8 to 17 Years During the COVID-19 Pandemic. *Clin Pediatr (Phila)*. 2022 Feb;61(2):194-205. doi: 10.1177/00099228211065842.

KAMII, C. *A criança e o número*. 11 ed. Campinas: Papirus, 1990.

KARVALICS, L. *Information Society – what is it exactly? (The meaning, history and Conceptualframework of an expression*. Gondolat Új Mandátum, Budapest, 2007

KAUARK, F.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C H. *Metodologia da pesquisa: guia prático*. – Ita- buna: Via Litterarum, 2010.

KRAMER, S. Formação de profissionais de Educação infantil: questões e tensões. In: MACHADO, Maria Lucia de A (Org.). *Encontros & Desencontros em Educação Infantil*. São Paulo: Cortez, 2003.

KUROSE, J F.; ROSS, Keith W. *Redes de Computadores e a Internet: uma abordagem top-down*. 3. ed. São Paulo: Person Addison Wesley, Brasil, 2006.

LAHNI, C. R; LACERDA, J. S. *Comunicação para a cidadania: objetos, conceitos e perspectivas*. – São Paulo: INTERCOM, 2013.

LANÇA, T A. *Estudos de usuários*. Batatais, SP: Claretiano, 2018.

LARROSA, J. *Pedagogia Profana: Danças, piruetas e mascaradas*. Tradução: Alfredo Veiga-Neto Revisão: Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Contrabando, 1998.

LAVADO, T. Com maior uso da internet durante pandemia, número de reclamações aumenta; especialistas apontam problemas mais comuns: Especialistas afirmam que rede é sólida, mas problemas podem ser encontrados para acessar alguns serviços que estão com alta demanda ou para realizar tarefas do trabalho em casa. G1 online, *Caderno de Tecnologia*, 2020. Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/06/11/com-maior-uso-da-internet-durante-pandemia-numero-de-reclamacoes-aumenta-especialistas-apontam-problemas-mais-comuns.ghtml>>. Acesso em 2 jun 2021.

LEFÉVRE, F.; LEFÉVRE, A. M. *Pesquisa qualitativa levada a sério*. São Paulo. 2003.

_____. Depoimentos e discursos: uma proposta de análise em pesquisa social. Brasília: Liber Livros Editora, 2005.

_____. Pesquisa em representação social: um enfoque quali-quantitativo. 2. ed. Brasília: Liberlivro, 2012.

LEITE. Espaços de Narrativa: onde o eu e o outro marcam o encontro. In: Cruz, S.H.V. (Org.). A criança fala: a escuta de crianças em pesquisa. São Paulo: Cortez, 2008.

LEMOS, A; LÉVY, P. O Futuro da Internet: em direção a uma ciberdemocracia. São Paulo: Paulus, 2010.

LÉVY, P. Cibercultura. 3ª ed. São Paulo: Ed. 34, 2010.

LIMA E CUNHA, L. Os clássicos da “literatura” sociológica infantil: as crianças e a infância de acordo com Marx, Weber, Durkheim e Mauss. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.20.1, 2013, pp.83-98

LIMA JUNIOR, W. Mídia social conectada: produção colaborativa de informação de relevância social em ambiente tecnológico digital. Revista de pós-graduação da Faculdade Cásper Líbero. v.12, n.24, p. 95-106, dez 2009.

LIMA, M; PRETTO, N; FERREIRA, S. Mídias digitais e educação: tudo ao mesmo tempo agora o tempo todo. In: BARBOSA FILHO, A; CASTRO, C; TAKASHI, T (Org.). Mídias digitais: convergência tecnológica e inclusão social. São Paulo: Paulinas, 2005.

LIVINGSTONE, S. et al. Media and information literacy among children on three continents: Insights into the measurement and mediation of well-being. MILID Yearbook, 2017.

LUKINA, N. P; SAMOKHINA N. N. Revisiting the Distinctive Features of the Information Society’s Technological Structure. Review of European Studies; Vol. 7: Canadian Center of Science and Education, 2015. Disponível em: < file:///C:/Users/vitor/Downloads/44755-168560-1-PB.pdf>. Acesso em 17 abr 2021.

LULUCAa. Crescendo com Luluca. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/CrescendocomLuluca>. Acesso em 23 mar 2022.

LULUCAb. Fiz o meu primeiro piercing e doeu muito !!! | Luluca. Youtube, 9 de março 2022. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=AZ6rJLWB704>>. Acesso em 23 mar 2022.

LULUCAc. Roblox - Escapamos de uma pizzaria assustadora (Escape Papa Pizza's Pizzeria) | Luluca Games. Youtube, 6 de agosto 2021. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=qazxjfuaArk>>. Acesso em: 23 mar 2022.

LULUCAd. Me Chama Miga (Clipe Oficial) | Luluca. Youtube, 23 de março 2021. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=ns7IkYRcQxw>>. Acesso em: 23 mar 2022.

MACHADO, M. L (Org.). Educação Infantil em tempos da LDB. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 2002.

MACKEY, A., GASS, S. Common data collection measures. In: Second language research: methodology and design. Lawrence Erlbaum, 2005.

MAFFESOLI, M. A comunicação sem fim. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da (Org.). A genealogia do virtual: comunicação, cultura e tecnologia do imaginário. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 20-32.

MAIDEL, S.; VIEIRA, M. L. Mediação parental do uso da internet pelas crianças. Psicologia em Revista, 21(2), 2015.

MARTELETTO, R M. Por uma outra epistemologia social: conhecimento e informação em redes sociais. In: Inclusão Digital: tecendo redes afetivas/ cognitivas. PELLANDA, Nize M. et al. (orgs.). Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MARTINO, L C. A Atualidade Mediática: o conceito e suas dimensões. Compós, 2009.

MASUDA, Y. Information Epochs and Human Society. World Future Society Bulletin, v16 n6 p17-23, 1982.

MATTA, R. O. B. Modelo de comportamento informacional de usuários: uma abordagem teórica. In: VALENTIM, M (Org.). Gestão, mediação e uso da Informação (online). São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 127-142, 2010. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/j4gkh/pdf/valentim-9788579831171.pdf>>. Acesso em 10 mai 2021.

MARTÍN-BARBERO, J. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Denis. (Org.). Sociedade midiaticizada. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MAUSS, M. Três observações sobre a sociologia da infância. Revista Pro-Posições, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 237-244, set./dez. 2010

McNEAL, JJ. Childrens as consumers of commercial and social products. Washington: Pan American Health Organization, 2000.

MELLO, D. Home office foi adotado por 46% das empresas durante a pandemia: Segundo pesquisa, 67% tiveram dificuldades no início do teletrabalho. Agência Brasil, Caderno Economia, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-07/home-office-foi-adotado-por-46-das-empresas-durante-pandemia>. Acesso em 19 set 2021.

MENDONÇA, A. V. M. Os processos de comunicação e o modelo todos-todos: uma relação possível com o Programa Saúde da Família. Brasília: Editora do Departamento de Ciência da Informação e Documentação da UnB, 2007.

MIKHAILOV, Alexander. Information Science and na informed society. ASIS Bulletin, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 14-17, 1983.

MINAYO, M C (Org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO; MINAYO-GÓMEZ. Difíceis e Possíveis Relações entre Métodos Quantitativos e Qualitativos nos Estudos de Problemas de Saúde. In: GOLDENBERG, P; MARSIGLIA, R M G; GOMES, M H de A (orgs.). O Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

MONTEIRO, T. Conteúdo infantil ganha relevância no digital. Redação ABRAL, 26 de outubro de 2020. Disponível em: <https://abral.org.br/conteudo-infantil-ganha-relevancia-no-digital/>. Acesso em 6 abr 2021.

MOSCOVICI, S. Representações sociais: investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 404 p.

_____. Das representações coletivas às representações sociais. In: JODELET, D. (Org.). Representações Sociais. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 45-66.

MINAYO, M. C. de S. Pesquisa social. Teoria, método e criatividade (18ª ed.). Petrópolis: Vozes, 2001

MÜLLER, F. Infâncias nas vozes das crianças: culturas infantis, trabalho e resistência. 2006. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/es/a/t5MFKhqkjqgcqXv8BFcpxC/?lang=pt>>. Acesso em 10 fev 2021.

NASCIMENTO, A N. Crianças e mídias digitais: entre rótulos e explicações. In: 4º Colóquio de Pesquisas em Educação e Mídia, 2014, Rio de Janeiro. 4º Colóquio de Pesquisas em Educação e Mídia. Rio de Janeiro: INIRIO, 2014. v. único. p. 602-85-61066-51-605.

NARODOWSKI, M. Hacia un mundo sin adultos. Infancias hiper y desrealizadas em La era de los derechos del niño. Actual. Pedagog. ISSN 0120-1700. N.º 62. Jul – dez. 2013, p. 15-36. Disponível em: < <https://revistas.lasalle.edu.co/index.php/ap/article/view/2686/2301>>. Acesso em 15 fev 2021.

NEUMANN, D. M. C.; MISSEL, R. Família Digital: A Influência da Tecnologia nas Relações entre Pais e Filhos Adolescentes. Pensando Famílias, 23(2), dez. 2019.

NOGUEIRA, J. C. “Sites de Obaid”: o que incomoda as crianças na internet (Dissertação de Mestrado). Departamento de Educação, Pontífice Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

OKUMURA, R. Pesquisa mostra que 67% dos alunos têm dificuldade para organizar estudos online na pandemia: Levantamento revela ainda que para parte dos estudantes o ensino remoto se mostra pior que o presencial, no entanto, maioria só quer retomar às salas de aula quando tiver uma vacina disponível. O Estado de São Paulo – ESTADÃO, 2020. Disponível em: < http://www.abed.org.br/arquivos/Pesquisa_mostra_que_67_por_cento_dos_alunos_tem_dificuldade.pdf>. Acesso em 3 jun 2021.

OLIVEIRA, T. Amostragem não Probabilística: Adequação de Situações para uso e Limitações de amostras por Conveniência, Julgamento e Quotas. *Administração On Line Prática Pesquisa Ensino*, Vol 2, N 3. FECAP: 2001.

OLIVEIRA, S. Para 82% dos professores, ensino a distância não substitui reposição de aulas: Pesquisa da CNTE/UFMG revela ainda que 71% dos docentes têm dificuldade para ministrar aulas a distância e 24% deles usam dados móveis do próprio celular. *Rede Brasil Atual*, Caderno online Educação, 2020. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2020/07/para-82-dos-professores-ensino-a-distancia-nao-substitui-a-reposicao-de-aulas/>>. Acesso em 3 jun 2021.

ONU/UNICEF. *Convenção sobre os Direitos da Criança* New York: UNICEF, 1990. Disponível » https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10127.htm.

PALACIOS, J; COLL, C; MARCHESI, A. *Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MOBILE TIME/OPINION BOX. *Crianças e smartphones no Brasil*, 2021.

PEREIRA, S. Educação para os media e cidadania. *Cadernos de Educação de Infância*. 56, 27-29. Associação dos Profissionais de Educação de Infância (APEI), 2000. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4768/1/Cidadania%20e%20Educa%c3%a7%c3%a3o%20para%20os%20Media.pdf>>. Acesso em 02 mai. 2021

PIAGET, J. *Seis estudos de psicologia*. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

_____. *O Julgamento Moral na Criança*. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

PINHEIRO, P. P. Abandono digital. In: PINHEIRO, Patrícia Peck (Org.) *Direito Digital Aplicado 2.0*. 2ª. ed. São Paulo: Thompson Reuters/Revista dos Tribunais, 2016.

PINHEIRO, L. V. R., & LOUREIRO, J. M. M. Traçados e limites da ciência da informação. *Ciência Da Informação*, 24(1), 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/609>. Acesso em 4 fev 2021.

PINTO, A. V. *O Conceito de Tecnologia*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005.

PORAT, M. *The Information Economy: Definition and Measurement*. OT special publication, United States Office of Telecommunications. U.S. Government Printing Office, 1977.

POSTMAN, N. *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

PRENSKY, M.: *Digital Natives Digital Immigrants*. In: PRENSKY, Marc. *On the Horizon*. NCB University Press, Vol. 9 No. 5, outubro, 2001. Disponível em: <https://marcprensky.com/writing> Acesso em 21 nov 2021.

PRIMO, A. *Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura, cognição*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

PRODANOV, C; FREITAS, E. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2a Edição. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PSICOLOGIA VIVA. O que é nomofobia? Entenda sobre a síndrome da dependência digital. Blog, Caderno Saúde, 2021. Disponível em: <https://blog.psicologiaviva.com.br/dependencia-digital/#:~:text=Nomofobia%20%C3%A9%20o%20medo%20irracional,depend%C3%Aancia%20digital%2C%20maior%20a%20fobia>. Acesso em 12 jan 2022.

RECUERO, R. Redes Sociais na Internet. Porto Alegre: Sulina, 2011.

REDIN, M. Sobre as crianças, a infância e as práticas escolares. In: REDIN, Euclides; MULLER, Fernanda; REDIN, Marita Martins (Orgs.). Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças. Porto Alegre: Mediação, 2007. p. 11-22.

RIFKIN, J. A Era do Acesso. A Transição de Mercados Tradicionais para Networks e o Nascimento de Uma Nova Economia. Pearson, 2000.

ROCHA, E. A. C. Criança e educação: Caminhos da pesquisa. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz (orgs). Crianças e Miúdos: Perspectivas socio pedagógicas da infância e educação. Portugal: Asa editores, 2004. p. 245-255.

RODRIGUES, R. 70% das crianças brasileiras têm celular antes dos 10 anos: Pesquisa da Kaspersky também revela que quase metade das crianças usa um dispositivo conectado pela primeira vez antes dos seis anos. Kaspersky Daily, 2020. Disponível em: <https://www.kaspersky.com.br/blog/criancas-smartphones-brasil-pesquisa-dicas/15595/>. Acesso em 10 jun 2021.

ROSA, N. Mudança dos termos de conteúdo infantil do YouTube revolta criadores. CanalTech, Internet – Legislação, 2019. Disponível em: <https://canaltech.com.br/legislacao/mudanca-dos-termos-de-conteudo-infantil-do-youtube-revolta-criadores-155663/>. Acesso em 16 jul 2021.

ROSADO, J. História do jogo e o game na aprendizagem. 2006. Disponível em: <http://www.comunidadesvirtuais.pro.br/seminario2/trabalhos/janaina.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2021

ROSEMBERG, F. Literatura Infantil e Ideologia. São Paulo: Global, 1985.

RYAN’S WORLD. Canal Ryan’s World. Youtube, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/RyanToysReview>. Acesso em 23 mar 2022.

SALLES, L. Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. Estudos de Psicologia I Campinas I 22(1) I 33-41 I janeiro – março, 2005. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/p6nq9YHw7XT7P7y6Mq4hw3q/?lang=pt>>. Acesso em 19 mai 2021.

SAMPAIO, I; PEREIRA, G; CAVALCANTE, A. Crianças youtubers e o exercício do direito à comunicação. Cad. CEDES 41 (113) • Jan-Apr 2021. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/3sMFJ336TSHB4fzg3XNyFJr/?lang=pt>>. Acesso em 25 jan 2022.

SANTOS, C D. Ciência da Informação e interdisciplinaridade: interconexões com a cultura informacional. 2017. 262f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Marília, 2017.

SANTOS, J D. As diferentes concepções de infância e adolescência na trajetória histórica do Brasil. Revista HISTEDBR [online], Campinas, n. 28, p. 224-238, 2007. Disponível em: <www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/28/art15_28.pdf>. Acesso em: 9 jun 2021.

SANZ CASADO, Elías. Manual de estudios de usuarios. Madrid: Pirámide, 1994

SARACEVIC, T. A natureza interdisciplinar da ciência da informação. Ciência da Informação, v.24, n.1, 1995

_____. Information Science. JASIS – Journal of the American Society for Information Science, v. 50, n. 12, p. 1051-1063, 1999.

SARLI, A; FERNANDES, E. How the digital divide hinders children’s right to education: Online learning in Brazil. Blog CORE – a knowledge base on children and youth in the digital age, 2021. Disponível em: <<https://core-evidence.eu/articles/how-the-digital-divide-hinders-children-s-right-to-education-online-learning-in-brazil>>. Acesso em: 15 fev 2022.

SARMENTO, M. Sociologia da infância: correntes, problemáticas e controvérsias. In: Cadernos do Noroeste, v. 13, n. 2, p. 145-164, 2000.

_____. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2a modernidade. Braga, 2004. Disponível em: <https://bityli.com/hQ54w>. Acesso em 05 abr. 2021.

SAVOLAINEN, R. Information behavior and information practice: reviewing the “umbrella concepts” of information-seeking studies. Library Quarterly, Chicago, v. 77, n. 2, p. 109-132, 2007.

SEKARAN, U. Research methods for business: a skill-building approach. 4 ed. Nova Iorque: John Wiley, 2003.

SIGNATES, L. Estudo sobre o conceito de mediação. Novos Olhares, 1998. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-7714.no.1998.51315>.

SILVA, E. A. Teoria das Representações Sociais: Contribuições para os Estudos sobre a Infância Contemporânea. EDUCERE – XII Congresso Nacional de Educação. PUCRP: 2015.

SILVA, R. L. A proteção integral dos adolescentes internautas: limites e possibilidades em face dos riscos no ciberespaço. Tese apresentada ao Curso de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito, Programa de Doutorado, da Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

SILVA, E. Brasileiros ficam mais tempo conectados que assistindo TV, diz Pesquisa Brasileira de Mídia 2015. Disponível em: <<http://blog.planalto.gov.br/brasileiros-ficam-mais-tempos-conectados-que-assistindo-tv-confirma-pesquisa-de-midia-da-secom/>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

SILVA, A C; SOUSA, S; MENEZES, J. O ensino remoto na percepção discente: desafios e benefícios. *Dialogia*, São Paulo, n. 36, p. 298-315, set./dez. 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/vitor/Downloads/18383-81582-1-PB.pdf>. Acesso em 18 jun 2021.

SITE MERCADO LIVRE. Suporte Para Telefone Carrinho Bebê Chicco iPhone Android. Disponível em: <https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-1638598361-suporte-para-telefone-carrinho-beb-chicco-iphone-android-_JM>. Acesso em 13 fev 2021.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Manual de Orientação #Menos telas #Mais saúde. Grupo de Trabalho Saúde na Era Digital, 2019-2021. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/_22246c-ManOrient_-_MenosTelas__MaisSaude.pdf>. Acesso em 5 mai 2021.

STRONGE, S. et al. Facebook is Linked to Body Dissatisfaction: Comparing Users and Non-Users. *Sex Roles* 73, 200–213, 2015.

SYMONS, K., PONNET, K., EMMERY, K., WALRAVE, M., & HEIRMAN, W. A factorial validation of parental mediation strategies regarding internet use. *Psychologica Belgica: Journal of the Belgian Association for Psychological Science*, 57(2), 2017. Disponível em: <https://www.psychologicabelgica.com/articles/10.5334/pb.372/>>. Acesso em 26 mai 2021.

TAB UOL. Geração On Demand. Site Uol, 2016. Disponível em: <<http://tab.uol.com.br/vida-on-demand/#geracao-on-demand>>. Acesso em 9 jun 2021.

TABOSA, H. R.; TAVARES, D. W. S.; NUNES, J. V. História e epistemologia da ciência da informação: abordagem social em foco. *Revista Interamericana de Bibliotecología (Colombia)*, v. 39, n. 3, p. 289-300, 2016. DOI: 10.17533/udea.rib.v39n3a06 Acesso em: 25 abr 2021.

TACCA, G. F. As representações sociais de professores da escolarização inicial acerca da infância e da criança. 2013. 84 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2013.

TANENBAUM, Andrew S. *Redes de Computadores*. Tradução da 4rd. Ed. em inglês. Editora Campus. 2003.

TAPSCOTT, D. *Geração Digital: a crescente e irreversível ascensão da Geração Net*. Trad. Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Books, 1999.

TAVARES, R. B. COSTA, S. M. O uso de técnicas de pesquisa participatória na comunicação da informação em comunidades para desenvolvimento de habilidades de letramento informacional: um estudo comparativo dos resultados das intervenções piloto e principal. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012.

TERENCE, A; FILHO, E. *Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais*. Fortaleza: XXVI, ENEGEP, 2006.

TOREN, C. Making history: the significance of childhood cognition for a comparative anthropology of mind. *Man, New series*, vol. 28, n. 3, pp 461-478, Sep, 1993.

THOMPSON, G. Two thirds of the world's school-age children have no internet access at home, new UNICEF-ITU report says. UNICEF New York, 2020. Disponível em: < <https://www.unicef.org/press-releases/two-thirds-worlds-school-age-children-have-no-internet-access-home-new-unicef-itu>>. Acesso em: 15 fev 2022.

THOMPSON, J. B. *A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

UNESCO. Coalizão Global de Educação: Resposta da educação frente à COVID-19, 2020. Disponível em < <https://pt.unesco.org/COVID19/educationresponse/globalcoalition>>.

UNICEF. O uso da internet por adolescentes. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/br_uso_internet_adolescentes.pdf>. Acesso em: 25 nov 2021.

_____. How many children and young people have internet access at home? Estimating digital connectivity during the COVID-19 pandemic. New York, 2020.

VALA, J. Representações sociais - para uma psicologia social do pensamento social. Em J. Vala & M.B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. Acesso em 19 mai 2021.

VALENTE, J. Brasil é o 3º país em que pessoas passam mais tempo em aplicativos: O download anual de aplicativos cresceu 45% nos últimos três anos. Agência Brasil – Brasília, 2020. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-01/brasil-e-o-3o-pais-em-que-pessoas-passam-mais-tempo-em-aplicativos>>. Acesso em 12 jun 2021.

VEGA-ALMEIDA, R. L.; FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C.; LINARES, R. Coordenadas paradigmáticas, históricas y epistemológicas de la ciencia de la información: una sistematización. *Information Research*, v. 14, n. 2, 2009.

WAGNER, A; MOSMANN, C; DELL'AGLIO, D; FALCKE, D. *Família e internet*. Col. E Agora.com – A era da informação e a vida cotidiana. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2010.

WANDERLEY, E. MP é acionado após público denunciar mãe YouTuber do canal Bel para meninas: Termo #SalvemBelparaMeninas expôs suposta violência psicológica contra menina de 13 anos e denúncias estão sendo averiguadas por conselho tutelar de Maricá (RJ). *Correio Braziliense*, 21 mai 2020.

WARTELLA, E.; JENNINGS, N. Children and Computers: New Technology. Old Concerns. *The Future of Children*, 10(2), 31-43, 2000.

WEBSTER, F. *Theories of the information society*. Londres: Routledge, 2006.

WIENER, N. Cybernetics in history. In: WIENER, N. The human use of human beings: cybernetics and society. Boston: Houghton Mifflin, 1954. p. 15-27.

WILBERT, D. D. Representações sociais da infância e estilos de práticas educativas de mães e professoras de crianças de 0 a 6 anos de idade. 2009. 136 f. Dissertação - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2009

WACHELKE, J F; CAMARGO, B V. Representações sociais, representações individuais e comportamento. Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 379-390, dez. 2007. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902007000300013&lng=pt&nrm=iso. acessos em 13 jun. 2021.

WOHLGEMUTH, M G C L. Fatores de risco e proteção para infecção pelo HIV na perspectiva de estudante universitários. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) —Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

WOHLGEMUTH, V; PARMEGGIANI, B. Celebrização de Jornalistas: O Caso do Apresentador Evaristo Costa. In: 40º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2017, Curitiba. IJ-DT5: Intercom Júnior - Comunicação Multimídia, 2017.

ZHANG, Y. 1988- Definitions and Sciences of information. Information Processing & Management, V.24, nº4.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO AOS PAIS

Seu filho(a) está sendo convidado a participar da pesquisa Percepções de Crianças sobre a Mediação Parental em suas Práticas Informacionais, de responsabilidade de Vitória Corrêa Lopes Wohlgemuth, estudante de mestrado da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é compreender a percepção das crianças de 8 a 12 anos sobre o controle parental realizado sobre suas práticas informacionais na internet. Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa e lhe asseguro que tanto seu nome, quanto o de seu filho(a) serão mantidos sob sigilo, mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Em nenhum momento das entrevistas serão perguntados dados pessoais das crianças (nome, escola, nome de amigos e familiares ou endereço.)

A única informação que será obrigatoriamente perguntada é a idade da criança, tendo em vista que esse é o critério de inclusão à pesquisa. A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas, composta por 20 questões previamente estabelecidas pela pesquisadora, sobre o tema em questão. A entrevista será gravada, a fim de ser transcrita posteriormente e assim compor o estudo. Caso você autorize, seu filho irá participar da pesquisa como entrevistado. A participação dele(a) não é obrigatória e, a qualquer momento, poderá desistir da participação. Tal recusa não trará prejuízos em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição em que estuda. Tudo foi planejado para minimizar os riscos da participação dele(a), porém pode ocorrer da criança ficar nervosa para responder as perguntas; se esquecer do que ia responder; sentir desconforto com alguma perguntas; apresentar dificuldade ou desinteresse em participar; se sentir ansioso(a) por ser entrevistado por um adulto.

Caso alguma situação ocorra, você poderá interromper a participação de seu filho(a) e se houver interesse, conversar com o pesquisador sobre o assunto e tirar dúvidas. Espera-se com esta pesquisa que se compreenda qual a opinião e percepção que esse público infantil tem sobre as tecnologias da informação e comunicação. Os benefícios de participar podem ser: aumento de autoestima por atuarem como parte principal de uma pesquisa que quer saber a opinião; se divertir contando suas experiências; achar legal conversar sobre as tecnologias; fazer perguntas sobre o tema e tirar dúvidas; se interessar em saber mais sobre o tema; se sentir relevante perante a sociedade por serem ouvidas sobre um tema importante; reforço dos conhecimentos sobre o tema em questão; contribuições atuais ou potenciais da pesquisa para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade; proveito direto ou indireto, imediato ou posterior em decorrência de sua participação na pesquisa.

A participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar a participação, retirar seu consentimento ou interromper a entrevista a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. As respostas fornecidas pelos entrevistados não serão divulgadas de forma a possibilitar a identificação. Em caso de desistência de participação na pesquisa, os dados coletados serão descartados. Se houver qualquer dúvida em relação à pesquisa, pode me contatar através do telefone (61) 99615-5867 ou pelo e-mail vitoriaclw@gmail.com. A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por email, caso tenham interesse, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio

do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br ou pelo telefone: (61) 3107 1592. Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o responsável pela criança.

Eu, _____ declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da participação do meu filho(a) _____, e consinto com sua participação na pesquisa.

Brasília, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável

APÊNDICE B
TERMO DE ASSENTIMENTO DO MENOR

Você está sendo convidado para participar da pesquisa Percepções de Crianças Sobre a Mediação Parental em suas Práticas Informacionais, de responsabilidade de Vitória Corrêa Lopes Wohlgemuth, estudante de mestrado da Universidade de Brasília. Seus pais/responsáveis permitiram que você participe. O objetivo desta pesquisa é compreender a percepção das crianças de 8 a 12 anos sobre o controle parental realizado sobre suas práticas informacionais na internet. As crianças que irão participar dessa pesquisa têm de 8 a 12 anos de idade, como você. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, não terá nenhum problema se desistir. A pesquisa será feita por meio de entrevistas, onde as crianças irão responder perguntas feitas pela pesquisadora e transcritas depois, sendo que para isso, será usado um gravador de voz, para que seja possível digitar as respostas depois. O uso do gravador e a realização das entrevistas são considerados seguros, mas é possível que você fique ansioso em responder as perguntas, fique com medo do que seus pais vão achar das suas respostas, pode esquecer o que ia responder e ficar nervoso ou não queria responder alguma pergunta específica. Caso aconteça algo errado, você pode me falar na hora ou me procurar pelo telefone (61) 99615-5867 ou pelo email vitoriaclw@gmail.com. Mas há coisas boas que podem acontecer: você pode gostar de atuar como parte principal de uma pesquisa que quer saber a opinião; se divertir contando suas experiências; achar legal conversar sobre as tecnologias; se sentir relevante perante a sociedade por ser ouvida que impacta várias pessoas; discutir sobre a mediação que seus pais realizam no seu uso de tecnologias e internet; fazer perguntas sobre o tema e tirar dúvidas; se interessar em saber mais sobre o tema. Você não ficará sem a companhia dos seus pais ou responsáveis durante as entrevistas. Ninguém saberá que você está participando da pesquisa, não falarei para outras pessoas, nem darei a estranhos as informações que você me der. Seu nome ou dados pessoais (endereço, escola onde estuda, nome dos amigos e familiares) não serão perguntados nas entrevistas. Os resultados vão ser publicados, mas sem identificar as crianças que participaram, apenas serão indicadas as respectivas idades. Se você tiver alguma dúvida, pode me perguntar a qualquer momento. Caso você desista da pesquisa depois que as entrevistas forem realizadas, os dados coletados serão descartados. Eu, _____ aceito participar da pesquisa. Entendi o que de bom e ruim que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir que ninguém vai ficar furioso. A pesquisadora tirou minhas dúvidas, conversou com os meus responsáveis e informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da UnB (email: cep_chs@unb.br / telefone: 61 3107-1592). Recebi uma cópia deste termo de assentimento, li e concordo em participar da pesquisa.

Brasília, ____ de _____ de _____.

Assinatura do menor

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO AOS PAIS

Você está sendo convidado a participar da pesquisa Percepções de Crianças sobre a Mediação Parental em suas Práticas Informacionais, de responsabilidade de Vitória Corrêa Lopes Wohlgemuth, estudante de mestrado da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é compreender a percepção das crianças de 8 a 12 anos sobre o controle parental realizado sobre suas práticas informacionais na internet. Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa. O nome dos participantes será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejarem terão livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. A coleta de dados será realizada por meio de questionário, composto por questões previamente estabelecidas pela pesquisadora, sobre o tema em questão. Sua participação não é obrigatória e, a qualquer momento, poderá desistir da participação. Tal recusa não trará prejuízos em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição em que estuda. Tudo foi planejado para minimizar os riscos da sua participação, porém pode ocorrer do participante sentir: invasão de privacidade; considerar que as perguntas são sobre questões sensíveis; a possibilidade de constrangimento ao responder o questionário; desconforto; estresse; cansaço ao responder às perguntas.

Os benefícios de participar podem ser: reforço dos conhecimentos sobre o tema em questão; poder debater sobre o tema; fazer perguntas e tirar dúvidas relativas ao tema; contribuições atuais ou potenciais da pesquisa para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade; proveito direto ou indireto, imediato ou posterior em decorrência de sua participação na pesquisa. A participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar a participação, retirar seu consentimento ou interromper a entrevista a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. As respostas fornecidas pelos entrevistados não serão divulgadas de forma a possibilitar a identificação. Em caso de desistência da pesquisa após a coleta de dados, as informações coletadas serão descartadas. Se houver qualquer dúvida em relação à pesquisa, pode me contatar através do telefone (61) 99615-5867 ou pelo e-mail vitoriaclw@gmail.com. A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por email, caso tenham interesse, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica. Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br ou pelo telefone: (61) 3107 1592.

Marcando em “concordo”, você afirma que concorda em participar da coleta de dados a seguir.

CONCORDO

APÊNDICE D

ROTEIRO DE PERGUNTAS DAS ENTREVISTAS

Questão 1: Quantos anos você tem?

Questão 2: Para você, o que é “Criança”?

Questão 3: O que são tecnologias para você?

Questão 4: O que é internet para você?

Questão 5: Que tecnologias você usa no seu dia a dia?

Questão 6: As tecnologias que você usa são suas ou de alguém da sua família?

Questão 7: Como você usa?

Questão 8: Tem diferença de usar a sua tecnologia (celular, tablet ou computador) e a emprestada por seus pais?

Questão 9: Por quê/Para que você usa essas tecnologias?

Questão 10: Você assiste conteúdo feito por crianças, como youtubers?

Questão 11: Você gostaria de criar conteúdo para a internet? Acha que seus pais deixariam?

Questão 12: Em 2020/2021, você passou a usar mais as tecnologias e internet no dia a dia? Por quê?

Questão 13: Você acha que tem algum problema ficar muito tempo usando as tecnologias e internet?

Questão 14: Você acha que fica muito tempo usando tecnologias?

Questão 15: E seus pais, você acha que eles ficam muito tempo usando as tecnologias?

Questão 16: Quem você acha que usam mais, você ou eles?

Questão 17: Seus pais controlam de alguma forma o que você usa e assiste? Quais são as regras?

Questão 18: Você sempre segue essas regras?

Questão 19: Por que você acha que essas regras existem?

Questão 20: Você preferiria que seus pais não controlassem o que você faz e usa?

Questão 21: Seus pais conversam sobre as regras e cuidados na internet?

Questão 22: Você acha que os adultos também deveriam sofrer restrições parecidas com as que são impostas a você? Por quê?

Questão 23: A partir de qual idade você acredita que não há mais motivo ou necessidade de haver o controle parental?

APÊNDICE E

ROTEIRO DE PERGUNTAS DOS QUESTIONÁRIOS

Questão 1: Para você, o que é ser criança?

Questão 2: Para você, o quanto seu filho utiliza as tecnologias

Questão 3: O quanto você utiliza as tecnologias?

Questão 4: Quem você acha que utiliza mais tecnologias e internet, você ou seu filho(a)? Por quê?

Questão 5: Como seu filho usa as tecnologias?

Questão 6: Você o deixaria criar conteúdo para a internet (vídeos, por exemplo)?

Questão 7: Você realiza algum controle sobre o que e como seu filho usa as tecnologias?

Questão 8: Caso tenha respondido NÃO, qual o motivo para não realizar nenhum controle?

Caso tenha respondido SIM, como você faz esse controle? Quais são regras?

Questão 9: Seu filho sempre segue essas regras de controle?

Questão 10: Você acha importante ter regras e controlar o que as crianças usam? Por quê?

Questão 11: Você conversa com seu filho(a) sobre o motivo de impor regras ou sobre como fazer uso seguro das tecnologias e internet?

Questão 12: Você acredita que eles entendem o motivo de existir um controle parental sobre o que fazem na internet?

Questão 13 Você acha que as crianças gostariam ou não de serem controladas? Por quê?

Questão 14: A partir de qual idade você acredita que não há mais motivo ou necessidade de haver o controle parental?

ANEXO 1

Página da Plataforma Brasil com a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde (CEP/FS) da Universidade de Brasília (UnB)

VITORIA CORREA LOPES WOHLGEMUTH - Pesquisador | V3.2

Cadastros

Sua sessão expira em: 38min 14

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA



- DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Percepções de Crianças sobre a Mediação Parental em suas Práticas Informacionais
Pesquisador Responsável: VITORIA CORREA LOPES WOHLGEMUTH
Área Temática:
Versão: 5
CAAE: 40734320.0.0000.5540
Submetido em: 13/08/2021
Instituição Proponente: Faculdade de Ciência da Informação
Situação da Versão do Projeto: Aprovado
Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Comprovante de Recepção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_1805050

- DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

- Versão Atual Aprovada (E1) - Versão 5
 - Emenda (E1) - Versão 5
 - Documentos do Projeto
 - Comprovante de Recepção - Submissã
 - Cronograma - Submissão 1
 - Folha de Rosto - Submissão 1
 - Informações Básicas do Projeto - Subm
 - Orçamento - Submissão 1
 - Outros - Submissão 1
 - Projeto Detalhado / Brochura Investigac
 - TCLE / Termos de Assentimento / Justif
 - Apreciação 1 - Instituto de Ciências Human
 - Projeto Completo

Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações

- LISTA DE APRECIações DO PROJETO

Apreciação ↕	Pesquisador Responsável ↕	Versão ↕	Submissão ↕	Modificação ↕	Situação ↕	Exclusiva do Centro Coord. ↕	Ações
E1	VITORIA CORREA LOPES WOHLGEMUTH	5	13/08/2021	26/08/2021	Aprovado	Não	   
PO	VITORIA CORREA LOPES WOHLGEMUTH	4	05/07/2021	29/07/2021	Aprovado	Não	